

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

CAROLINE AMORIM GIL

**PRECISA-SE OU ALUGA-SE: O MAPEAMENTO DE AMAS DE LEITE NA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Rio de Janeiro
2018

CAROLINE AMORIM GIL

**PRECISA-SE OU ALUGA-SE: O MAPEAMENTO DE AMAS DE LEITE NA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Prf^a Dr^a Gisele Porto Sanglard

Rio de Janeiro
2018

CAROLINE AMORIM GIL

**PRECISA-SE OU ALUGA-SE: O MAPEAMENTO DE AMAS DE LEITE NA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Gisele Porto Sanglard (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientadora

Profª Drª Karoline Carula (Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ)

Profº DrºLuiz Otávio Ferreira (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Suplentes:

Profª Draª Maria Renilda Nery Barreto (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca/CEFET-RJ)

Profª Draª Tania Salgado Pimenta (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

G463p Gil, Caroline Amorim.

Precisa-se ou aluga-se: o mapeamento de amas de leite na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República / Caroline Amorim Gil. – Rio de Janeiro: s.n., 2018.

173 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2018.

Bibliografia: 140-145f.

1. Cuidado da Criança. 2. Nutrição da Criança. 3. Saúde da Criança.
4. História do Século XX. 4. Brasil.

CDD 649.3

Para minha mãe, Ana Cristina.

AGRADECIMENTOS

Considero esta uma das partes mais importantes da dissertação, pois o que parece um trabalho individual se revela, na verdade, um trabalho coletivo.

Gisele Sanglard começou a me orientar no Programa de Vocação Científica da Ensp/Fiocruz, ainda no ensino médio. Foi quem me apresentou as primeiras leituras sobre o estudo da história e um mundo se descortinou a partir de Bloch e Cardoso. Foi sob a sua orientação que o curso de história fez mais sentido. Tenho com você uma dívida impagável pela paciência, o respeito as minhas escolhas acadêmicas e a liberdade para descobrir o universo da pesquisa. De você recebi a palavra amiga em tantos momentos de dúvidas, tive a oportunidade de diálogos primorosos e devo confessar que a melhor parte sempre esteve na resposta que deixava em silêncio, me fazendo sair das reuniões com mais dúvidas do que certezas e uma vontade enorme de continuar o estudo. Obrigada pela generosidade com que ensina.

Agradeço à minha banca de qualificação, composta pelos professores Karoline Carula e Luiz Otávio Ferreira. Os comentários e sugestões foram valiosos e ajudaram muito o trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em história das Ciências e da Saúde por proporcionar todo o aparato necessário ao desenvolvimento do estudo. Aos professores da Coc por aulas e indicações bibliográficas fundamentais neste processo, disponibilidade e prontidão em ajudar. Em especial agradeço às professoras Alejandra Josiowicz e Tânia Pimenta. A secretaria acadêmica também foi de grande importância e acalento em momentos de ansiedade. Amanda na xerox sempre atenta na impressão dos textos, mesmo em dias corridos e prazos apertados, obrigada.

Também devo agradecer aos professores de outros programas que marcaram grande contribuição através de textos, discussões ou conversas em eventos. Deixo aqui meu agradecimento à Renilda Barreto, Renato Franco, Nadson Ney, André Guimarães e Andrea CasaNova.

À Capes pelo financiamento inicial desta pesquisa e à Fiocruz pela sua conclusão, sem o qual esta trajetória seria mais difícil.

Os arquivos precisam ser mencionados, pois foram nesses espaços que a pesquisa ganhou vida; assim todo o pessoal da Biblioteca de Obras Raras, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, em especial a Divisão de Mapas, a Biblioteca Nacional e a Biblioteca do

Centro Cultural Banco do Brasil foram espaços e pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa. Em especial deixo meu carinho por Roberto, que na Biblioteca do CCBB além do auxílio na busca pelos livros me arrancou muitos sorrisos, tornando o processo de escrita mais leve.

Anna Maria, obrigada pela leitura atenciosa deste trabalho e a contribuição para este processo.

Os amigos são uma parte especial na vida, pessoas que escolhemos para dividir nossas alegrias e tristezas. Aqui preciso agradecer à Natália, Diego e Isabela que mesmo sem entender minhas muitas ausências me proporcionaram ótimos momentos de descontração, sempre lembrando a vida que pulsa fora do mundo acadêmico. Sem saber me fizeram questionar inúmeras vezes o fazer ciência em meio ao tiroteio que não permite sair de casa, os reversos da vida e o crescimento das crianças. Em meio a tudo isso vocês sorriem, me chamam para mais uma cerveja e me fazem entender porque continuo acreditando que é preciso tornar o mundo acadêmico menos desigual e, sobretudo, a ciência mais acessível.

Jujú, acho que agora a dindinha terá mais tempo para contar histórias. Um dia, muito em breve, descobrirá que é você quem conta as melhores.

Ana Luiza, Juliana Prata e Carol Souza viveram as angústias do mundo acadêmico comigo e tornaram até as preocupações motivo de graça. Eu agradeço demais pelo carinho e a parceria dessa amizade. Nossos encontros foram alento certo para o meu coração.

Alguns novos amigos vieram junto com o mestrado, em especial Ticiane, Cássia, Rita, Jeanine e Renato. Obrigado pelos diálogos extensos e corridos nos corredores, pelos cafés, dúvidas e planos compartilhados. Juliana Silva, sou grata pelo apoio constante perto ou longe.

A família me deu o apoio incondicional e o carinho de sempre. Meus avós motivaram meu interesse pela história, justamente por um dia sentir a necessidade de desvendar suas histórias de vida. Meus pais e meus irmãos aceitaram e entenderem minhas escolhas, buscaram estar por perto me dando amor e me fazendo sorrir. Luquinhas certamente achará este agradecimento muito simples (modéstia de seus 14 anos), então, obrigado mano pelas madrugadas de distração com muita pipoca vendo filme.

Ganhei uma nova família neste percurso, Fran, Thales, Creuza, Paulo e Carol obrigada por me acolherem.

Cris, em meio ao mestrado o apartamento foi ganhando vida e se transformou em lar. Seu companheirismo fez essa caminhada mais leve e bonita, você conheceu o outro lado desse percurso, obrigada pelo apoio diário e por sonhar ao meu lado.

RESUMO

O objetivo da dissertação “Precisa-se ou Aluga-se: o mapeamento de amas de leite na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República” é o estudo sobre a alimentação infantil na Primeira República (1889-1930), mais especificamente busca analisar o papel das amas de leite na cidade do Rio de Janeiro ao longo dos primeiros anos do século XX e as ações médicas destinadas à saúde da criança. De um lado encontra-se a construção de uma legislação no Distrito Federal para fiscalização do leite (mercenário e de vaca) que circulava na cidade, e o envolvimento de professores e alunos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) na produção de trabalhos preocupados com a mortalidade infantil, que tiveram na temática da alimentação um denominador comum para o combate à morte prematura e divulgação de medidas para proteção da primeira infância, embasados por um ideal nacional – tempo em que os médicos Moncorvo Filho e Fernandes Figueira puseram em práticas seus projetos para infância. E, de outro lado se observa a presença diária de anúncios de amas na imprensa através de famílias que buscavam pelos serviços de uma nutriz e mulheres que ofertavam o leite materno. Em resumo, esta dissertação pretende explorar as propostas e caminhos que permearam alimentação infantil, sobretudo, entre os anos de 1900-1920.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is the study on infant feeding in the First Republic (1889-1930), more specifically it seeks to analyze the role of breastfeeding in the city of Rio de Janeiro during the early years of the twentieth century and the medical actions for the health of the child. On the one hand, we have the construction of a milk inspection law (mercenary and animal-cow) that circulates in the city of Rio de Janeiro. And the involvement of teachers and students of the School of Medicine of Rio de Janeiro (FMRJ) in the production of works related to infant mortality that aimed to combat premature death and disseminate measures of protection for early childhood, seeking national development. Where are the projects of Moncorvo Filho and Fernandes Figueira. And, on the other hand there is the daily presence of wet nurses in the press, of families who sought the services of a nursing mother and women who offer breast milk. In summary, this dissertation explores proposals and paths on breastfeeding, especially between the years 1900-1920.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mãe Preta. Lucílio de Albuquerque. 1912. (Acervo Museu de Belas Artes da Bahia, Salvador.) p. 147.

Figura 2- Revista Tagarela, 1902. (Acervo: hemerotecadigital.bn. Ed. 00036) p.148.

Figura 3- “Antonio da Costa Pinto com a sua ama de Leite”. Cardoso, Antonio Lopes. Bahia, 1868. Acervo: Arquivo Nacional. (Brasilianafotografia.bn.br) p.149.

Figura 4- “Maria Rita Meireles da Costa Pinto com a ama de leite Benvinda”. Cardoso, Antonio Lopes. 1880. Arquivo Nacional (Brasilianafotografia.bn.br) p.150.

Figura 5- Planta da cidade do Rio de Janeiro indicando melhoramentos em execução, 1905 (Acervo: AGCRJ) p.153.

Figura 6- Planta da cidade do Rio de Janeiro compreendendo todos os melhoramentos executados pelo Governo e Prefeitura Municipal, 1907. (Acervo: AGCRJ) p.154.

Figura 7- Planta de Melhoramentos executados ampliada (Acervo: AGCRJ) p.155.

Figura 8- Leite Excepcional. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1891 p.157.

Figura 9- Instituto de Proteção e Assistência à Infância, 1917. Coleção Augusto Malta (MIS/RJ) p.161.

Figura 10- Instituto de Proteção e Assistência à Infância, 1928. Coleção Augusto Malta (MIS/RJ) p.162.

Figura 11- Instituto de Proteção e Assistência à Infância, 1926. Coleção Augusto Malta (MIS/RJ) p.163.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Recorrência do Termo "ama de Leite" no Jornal do Brasil. p.49.

Gráfico 2 – Amas de Leite no Jornal do Brasil 1900, 1903, 1906 (1.654 ocorrências) p.51.

Gráfico 3 - Localidades de Oferta e Procura de Amas de Leite (1900, 1903 e 1906). Anexo VI, p.151.

Gráfico 4 ampliado/ parte 1- Localidades de Oferta e Procura de Amas de Leite (1900, 1903 e 1906) p.60.

Gráfico 5 ampliado/ parte 2 - Localidades de Oferta e Procura de Amas de Leite (1900, 1903 e 1906) p.62.

Gráfico 6 ampliado/parte 3 - Localidades de Oferta e Procura de Amas de Leite (1900, 1903 e 1906) p.63.

Gráfico 7 - Localidades de Oferta e Procura de Amas de Leite (1900) p.66.

Gráfico 8 - Localidades de Oferta e Procura de Amas de Leite (1903). Anexo VII, p.152.

Gráfico 9 ampliado/parte 1 - Localidades de Oferta e Procura de Amas de Leite (1903) p.73.

Gráfico 10 ampliado/parte 2 - Localidades de Oferta e Procura de Amas de Leite (1903) p.76.

Gráfico 11 - Localidades de Oferta e Procura de Amas de Leite (1906). Anexo XI, p.156.

Gráfico 12 ampliado/parte 1 - Localidades de Oferta e Procura de Amas de Leite (1906) p.80.

Gráfico 13 ampliado/parte 2 - Localidades de Oferta e Procura de Amas de Leite (1906) p.81.

Gráfico 14 – Remuneração em Réis (Remuneração cobrada e remuneração paga) p.87.

Gráfico 15 - Serviço de atestação de amas de leite. Dispensário Moncorvo Filho (1901-1922) p.121.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cidades e Subúrbios p.7.

Tabela 2 - Cor da Ama de Leite no Jornal do Brasil 1900, 1903 e 1906 p.83.

Tabela 3 - Nacionalidade das Amas de Leite no Jornal do Brasil – 1900, 1903 e 1906 p.86.

Tabela 4 - Categorias desempenhadas no Ipai (1902-1909) p.160.

LISTA DE SIGLAS

AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

AN – Arquivo Nacional

BN – Biblioteca Nacional

CCS/UFRJ – Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro

COC – Casa de Oswaldo Cruz

DNSP – Departamento Nacional de Saúde Pública

FMBA – Faculdade de Medicina da Bahia

FMRJ – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

IPAI – Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro

JB – Jornal do Brasil

MIS RIO – Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro

PUC Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 - Da mãe preta à mulher mercenária: a prática do aleitamento materno	19
1.1 Amamentar: o primeiro dever materno – o trinômio mãe, criança e ama de leite	22
1.2 A utilização de amas de Leite – Resquícios da Colonização	25
1.2.1 Leite mercenário e escravidão	29
1.3 A ama de leite no início do século XX	35
Capítulo 2 - Mães, nutrizes e mercenárias: a expansão e o perfil das amas de leite na cidade do Rio de Janeiro na primeira década do século XX	45
2.1- As amas de leite nas páginas do Jornal do Brasil	47
2.2- A cidade do Rio de Janeiro e a demanda por amas de leite na primeira década do século XX	56
2.2.1- A oferta e procura do leite mercenário no Distrito Federal em 1900	65
2.2.2- 1903: a diversificação das localidades de demanda das amas de leite	71
2.2.3- As amas estão no subúrbio? Localidades de procura e oferta do serviço de leite mercenário em 1906	76
2.3- Afinal, quem eram as mães de leite? “Cor”, “Nacionalidade” e “Remuneração”	83
Capítulo 3 – O papel de médicos, higienistas e intelectuais na saúde da criança	92
3.1 Vozes que ecoam da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – a heterogeneidade do discurso sobre o leite materno (1900-1920)	94
3.2 A venda de leite – uma questão de salubridade	110
3.3 As tentativas de fiscalização da ama de leite na capital da República (1876-1923)	114
3.4 O Filantropo e o Cientista.....	125
Considerações sobre o capítulo	134
Conclusão	136
Referências	140
Anexos	146

INTRODUÇÃO

Em fins do século XIX a utilização de amas de leite era um hábito corriqueiro entre as camadas médias e altas na cidade do Rio de Janeiro. Esta época foi marcada por uma geração de intelectuais preocupados com a mortalidade infantil e o desenvolvimento das crianças cujas mães buscavam se desprender do aleitamento materno.

A dissertação “Precisa-se ou Aluga-se: o mapeamento de amas de leite na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República” nasceu a partir da pesquisa “Filantropia, saúde e institucionalização da pediatria no Rio de Janeiro da Primeira República” desenvolvida no âmbito do Programa de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq/Fiocruz), realizado na Casa de Oswaldo Cruz entre 2011 e 2015, sob orientação de Gisele Sanglard. Através do levantamento de teses e discussões médicas na Biblioteca de Obras Raras da Casa de Oswaldo Cruz e no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CCS/UFRJ) foi possível identificar a alimentação como tema recorrente. Três pontos aparecem nos trabalhos analisados e que servirão de guia para esta dissertação: leite materno, leite de vaca e nutrizas mercenárias.

O presente estudo tem em vista entender a influência das amas de leite na dinâmica da cidade do Rio de Janeiro e sua presença nas teses de alunos da FMRJ no momento em que a mortalidade infantil torna-se uma questão de saúde pública. Buscou-se analisar uma base composta por 2.771 anúncios de amas de leite presentes no Jornal do Brasil, entre 1901 a 1909. As aparições tiveram queda considerável somente a partir de 1930. Mesmo sem indicar exclusivamente anúncios de amas o aumento das ocorrências permite perceber que a nutriz era uma constante na vida cotidiana.

A metodologia de pesquisa correspondeu à busca pelo descritivo “ama de leite” na base de dados de jornais presentes na Biblioteca Nacional e não teria sido possível sem a digitalização do periódico. Não foi uma escolha fortuita a seleção do Jornal do Brasil. A pesquisa realizada no âmbito da graduação, sobre a formação de uma rede de assistência à infância na Primeira República (1889-1930), indicou que o Instituto de Proteção e Assistência à Infância- IPAI¹ teve como benemérito e membro da comissão de imprensa o fundador do

¹ Como será mencionado em nota no primeiro capítulo deste trabalho, o IPAI foi criado pelo médico Moncorvo Filho e funcionou entre 1899-1940, percorrendo três localidades na cidade – a residência do médico, na Lapa; a rua Visconde do Rio Branco; e a Rua Areal, atual Moncorvo Filho, nas proximidades do Campo de Santana. Sobre a instituição e o mentor falaremos no terceiro capítulo quando serão abordadas as políticas voltadas para a saúde da criança e da ama de leite, mas vale destacar que seria uma instituição destinada ao atendimento de crianças pobres e voltada a orientação dos familiares acerca de preceitos sobre higiene e saúde infantil.

jornal Correio da Manhã, Edmundo Bittencourt. O veículo foi utilizado como meio de promoção do IPAI e das ideias de seu diretor, o médico Moncorvo Filho, envolvido com as tentativas de profissionalização das amas. Após observar mais de trezentas aparições ao longo de oito anos no Correio da Manhã, procurou-se verificar se o termo estaria presente em outros periódicos.

A princípio a análise foi projetada para no Jornal do Comércio, caracterizado como espaço de anúncios e questões econômicas da cidade. Contudo, o fator limitador estava na ausência de digitalização e disponibilidade para consulta quando da construção deste projeto de pesquisa. Outro diário surgiu como possibilidade: o Jornal do Brasil, criado em 1891, mais antigo que o Jornal Correio da Manhã (1901) e aberto logo após a Proclamação da República (1889), e também fortemente vinculado, em seus primeiros anos, aos anúncios ou classificados, como hoje definiria-se. A investigação do termo “ama de leite” foi fundamental no processo, resultando em um contingente de 2.771 aparições para um período de nove anos, índice sete vezes maior do que aquele encontrado no Jornal Correio da Manhã, possibilitando não apenas uma comparação, mas a expansão e consolidação de informações a fim de mapear a presença de amas na cidade. Além de melhor compreender a extensão das preocupações médicas com a alimentação infantil.

Importa nesta introdução refletir os fatores que nortearam a efetivação de auxílios para os pobres no início do século XX, apesar de não serem objetos deste estudo contribuem na formação do panorama ideológico que envolve intelectuais, médicos e alunos que dão voz as defesas da FMRJ e ao projeto de construção nacional do período. Neste âmbito dois conceitos tem importância: caridade² e filantropia. Como pontuou Gisele Sanglard “a filantropia seria uma virtude social e seu desenvolvimento estaria ligado ao papel desempenhado pelos filósofos das Luzes no final do Antigo Regime, enquanto a caridade seria entendida como uma virtude cristã” (SANGLARD, 2005, p.29).

A caridade remonta a época medieval³ e indicava as motivações de ordem espiritual na busca pela salvação através do auxílio ao próximo. Enquanto a filantropia traduziu o

² Discussões aprofundadas nos trabalhos de Geremek (1986) e Castel (2010).

³ Vale destacar que após o medievo, no período moderno (XV-XVIII) o sistema de assistência portuguesa teve como base as Misericórdias, mais tarde levadas para as suas colônias no ultramar, que consistia em grupos de confrarias com regras semelhantes, proteção régia e autonomia. Isabel dos Guimarães Sá aponta que apesar de norteados por valores religiosos a assistência não era gerida pela religiosidade, estava estruturada a nível local. O doador escolhia quanto, quando e como reverteria sua ajuda. O ponto de diferença e singularidade de Portugal para o resto da Europa católica estava na confraria da Misericórdia, de caráter reformista, que não excluiu a existência das demais, mas obliterou do ponto político, econômico e assistencial todas as outras. Consagrando-se como a mais importante de Portugal e do ultramar até fins do século XVIII (SÁ, 1998). O auxílio estava na base das virtudes cristãs, marcada pela fé, a caridade e a esperança. Partindo dessa premissa as sete obras de

esvaziamento do caráter caritativo no auxílio “reforçando seu lado de *utilidade social*, e o termo passou a ser percebido mais como prevenção à miséria do que uma forma de suavizá-la. Tratava-se, então, de oferecer trabalho” (SANGLARD, 2005, p.29).

Sandra Cavallo, ao descrever a passagem da caridade para a filantropia, afirma que as

explicações baseadas nos conceitos de controle social e sentimento religioso se mostram como inadequadas, enquanto o papel desempenhado pela iniciativa privada revela-se crucial. Além disso, as tendências em desenvolvimento e as características de caridade aparecem profundamente enraizadas na dinâmica local de proteção, patrocínio e conflitos sociais. (CAVALLO, 1989, p.95, tradução livre).

A autora traz uma reflexão importante para o nosso estudo: a percepção da filantropia como amálgama da sociedade. Segundo Cavallo, a motivação não era o pobre doente, mas a disputa pela legitimação social que ocorria no interior das elites e que seguiu presente ao longo dos séculos XIX e XX no Brasil - aqui estão situadas as crianças pobres atendidas por instituições filantrópicas e as amas de leite, fiscalizadas por médicos. O capital recebido pelo irmão doador era simbólico, transformado em prestígio perante a sociedade. Se de um lado a relação entre assistência e privilégio esteve centrada no Antigo Regime, por outro lado a filantropia era proveniente da inspiração secular, fruto da competição social, da busca por mudanças estruturais.

Parece que a filantropia foi inspirada por aspirações profundamente seculares e marcadas por cálculos racionais, mesmo quando os objetivos não se sobrepõem aos interesses dos doentes e dos pobres. Os fatores de prestígio, influência e competição entre os grupos sociais fornecem a melhor explicação para as tendências em doações de caridade (CAVALLO, 1989, p.108, tradução livre).

Tal definição de filantropia é importante para entender o movimento de criação das três principais instituições voltadas para a saúde da criança na cidade do Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX. Nelas o projeto médico, viabilizado pela filantropia, conjuga-se com as transformações no mundo do trabalho, com a imigração e com os impactos das reformas na cidade. Este é o pano de fundo desta dissertação.

Em fins do século XIX o Brasil viveu a reestruturação das concepções acerca do trabalho, tendo em vista a proximidade com a abolição da escravatura, ocorrida

Misericórdia corporais eram: dar de comer a quem tivesse fome, de beber a quem tivesse sede, vestir os nus, pousada aos peregrinos, assistência aos enfermos, visita aos presos e enterramento aos mortos, todas realizadas pela Santa Casa da Misericórdia. Em cada uma se encontrava a seleção de quem seria ajudado, o benefício não era concedido indiscriminadamente. Para as questões relacionadas à pobreza e assistência vale destacar, dentre outros, o trabalho de JUTTE, 1994; e DINAN, 2003. E para os estudos acerca do modelo de assistência realizado pelas Misericórdias os trabalhos de FRANCO, 2014; e TOMASCHEWSKI, 2014.

definitivamente em 1888, e da transformação de uma sociedade escravista em uma massa de libertos e futuros assalariados. A atual realidade impunha a manutenção da ordem e uma nova visão sobre aqueles que receberiam um ordenado pela sua força de trabalho, do contrário, seriam um perigo em potencial à ordem pública (CHALHOUB, 1996). As amas de leite que na antiga metrópole portuguesa eram um recurso das famílias abastadas (SÁ, 2011) vai se espalhando pela classe média e atinge as camadas populares no século XIX. Verificamos que no Brasil, no final dos Oitocentos, as amas também passaram a ser solicitadas pelos menos favorecidos, resultando em mais preocupações para aqueles que temiam a disseminação de doenças e combatiam a mortalidade infantil.

Uma das características da filantropia no Brasil republicano foi o estabelecimento de redes de sociabilidade que dialogavam com uma política de construção da identidade nacional. A abertura de instituições como IPAI, a Policlínica das Crianças e a Policlínica de Botafogo, criadas entre 1899 e 1909 e destinadas ao atendimento de crianças, sobre as quais será falado ao longo da dissertação, expressam uma intelectualidade preocupada com os rumos do país, imbuída da lógica de que as classes populares eram um perigo em potencial. Solucionar a perda da primeira infância e garantir o crescimento do país, que deveria ser acompanhado de novos hábitos de vida, era o objetivo de médicos e filantropos envolvidos com a solução da mortalidade infantil – que tinha na má alimentação seu ponto fulcral. Para isso utilizavam como meio de ensinamentos palestras médicas a fim de ensinar as classes pobres e abastadas a serem mais higiênicas, amamentarem e cuidarem de seus filhos. Nesta sociedade, a permanência e difusão das amas de leite talvez sinalizem a expressão mais contundente da circularidade de práticas.

O recorte temporal da dissertação tem como cenário a Primeira República e mais especificamente a cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, que vivia a rapidez da modernidade e das transformações urbanas, palco da atividade de amas de leite e alvo de um discurso sanitário em consonância com as defesas médicas do período,⁴ preocupadas com o futuro da nação e que tinha na infância seu maior representante. No entanto, as modificações urbanas que tornaram viáveis um maior deslocamento pela cidade foram resultados das mudanças que ela vivia desde meados do século XVIII.

⁴ Sobre este assunto falaremos mais adiante. O capítulo 3 será destinado a análise e discussão das defesas médicas acerca da infância. Vale mencionar dois trabalhos de alunos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: LIMA, 1914; GALVÃO, 1916.

Maurício de Abreu (2013)⁵ identifica duas cidades: uma anterior a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, caracterizada como “apertada, limitada pelos morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição” (ABREU, 2013, p.35). E, outra após a Independência do Brasil (1822), que ainda era modesta, mas já apresentava mudanças importantes decorrentes da leva de imigrantes e novos moradores advindos com a Corte, e com eles hábitos, crenças, práticas que se remodelavam diante do cenário encontrado na colônia. A cidade foi transformada pelos novos habitantes e também foi agente de transformação nos hábitos dos recém-chegados (MALERBA, 1999), estando restrita basicamente a cinco freguesias: Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana (atuais regiões centrais e portuárias).

As freguesias de São José e Candelária eram caracterizadas como localidades das classes dirigentes, assim como os sobrados da Rua do Lavradio e do Resende e as chácaras da Glória e do Catete. As demais parcelas sociais estavam adensadas, em especial, nas freguesias de Santa Rita e Santana (atuais Saúde, Santo Cristo e Gamboa), que mais adiante observaremos serem redutos do leite mercenário (ABREU, 2013, p.37).

Ao longo do século XIX na medida em que “a população se adensava nas freguesias mais centrais, as famílias ricas iam se transferindo para casarões ou chácaras, situados na Glória – tornada freguesia pelo seu desmembramento de São José - no Catete, em Laranjeiras e em Botafogo – arrabalde pertencente à freguesia da Lagoa” (DAMAZIO, 1996, p.18). O mesmo ocorreu com o arraial de São Cristóvão, pertencente à freguesia do Engenho Velho, após o aterro do mangal de São Diogo foi rapidamente ocupado pela aristocracia. Sylvia Damazio indica que além das freguesias centrais as rurais – mais distantes do centro urbano- como Irajá, Campo Grande Engenho Velho e Lagoa possuíam pouca densidade, com uma população voltada para a produção de gêneros agrícolas (DAMAZIO, 1996, p.18).

A cidade fundada nas proximidades do Morro do Castelo, que se limitava aos morros de Santo Antônio, da Conceição e de São Bento (conhecidos como cidade velha), durante o período imperial se estendeu ao longo do cais estabelecendo contato com áreas como Botafogo e São Cristóvão. Em meados do século XIX passou a contar com coleta de lixo e a expansão do sistema de transporte – mediante os bondes, as ferrovias e a iluminação a gás (NEEDELL, 1993). No entanto, Damazio, diferindo de Maurício de Abreu com quem traça intenso diálogo, afirma que:

Não havia, por essa época, uma nítida divisão do espaço urbano quanto a categoria sócio-profissional de seus habitantes. Paróquias como Santo

⁵ Foi utilizada a 4ª edição do Livro *Evolução Urbana* (2013). Vale destacar que a primeira edição data de 1987.

Antônio, Glória e São José aparece como local de moradia de profissionais liberais, industriais e comerciantes, assim como de empregados nas indústrias, nos serviços domésticos, sendo as de maior concentração de famílias por prédios (DAMAZIO, 1996, p.19).

A capital do império se expandiu em várias direções, as linhas de bonde e de trem foram as responsáveis pela sua integração. As primeiras concessões para as empresas e linhas de carris (sistema de bondes) ocorreram entre 1856 e 1871 (SANTOS, 1996, p.193). Em 1868 a *Botanical Garden Railroad*, primeiro serviço de carris no Rio de Janeiro, foi inaugurada, indo da Rua Gonçalves Dias ao Largo do Machado. Mais tarde, em 1871 passa a atender da Praia de Botafogo ao Jardim Botânico (SANTOS, 1996, p.195-196; DAMAZIO, 1996, p.20), ainda neste ano obteve um ramal para Laranjeiras e Gávea. A integração atendia: Centro, Catete, Botafogo, Jardim Botânico e Gávea.

A segunda empresa a receber concessão para linha de carris foi a Locomotora, em 1865, mas só entrou em funcionamento em 1872⁶, ligava a Estrada de Ferro Central do Brasil a diversas ruas, foi responsável por alargar a Rua da Saúde, tornando o trapiche e a região portuária, Saúde e Gamboa, mais acessíveis. E, segundo Noronha Santos prestou “enorme benefício ao comercio do café. Libertou-o da ganância de indivíduos que se tornaram donos de complicada rodagem, prejudiciais ao trânsito” (SANTOS, 1996, p.197).

A terceira concessão de carris foi para São Cristóvão, Andaraí Pequeno (Tijuca), Saco do alferes, Catumbi e Rio Comprido. Todos os carros partiam do Largo de São Francisco de Paula (Santos, 1996, 199-200), executados em 1870 pela Companhia de Ferro Carril de São Cristóvão originada da *Street Railway Company* (DAMAZIO, 1996, p.20). Ela foi responsável também pela conclusão das linhas do Caju – da rua Santo Amaro até o Portão da Imperial Quinta do Caju, e de linhas para o Largo do Pedregulho. No ano seguinte, em 1871, foi inaugurado o ramal da Cancela que terminava próximo à Rua São Januário (SANTOS, 1996, p.201). As redes de integração conquistavam as diversas partes⁷, singularmente observamos sua integração com os subúrbios.

Em 1890 a antiga corte estava dividida em 21 freguesias chamadas por “cidade” e “subúrbios” (*RECENSEAMENTO do RIO DE JANEIRO*, 1907), conforme pode ser percebida na Tabela 1.

⁶ Ver: “Empresas e Carris. Problemas, fusões e negócios decorrentes da instalação das empresas e seus associados.” IN: SANTOS, 1996.

⁷Sobre o desenvolvimento das linhas de bonde e a rede ferroviária abordaremos com maior afinco no capítulo 2, quando for realizada a cartografia de áreas de leite, fator importante a fim de entendermos a presença do serviço e seu alcance nos diversos distritos da cidade.

Tabela 1 Cidade e Subúrbios			
Cidade		Subúrbios	
Sacramento	Engenho Velho	Irajá	I Paquetá
Candelária	Santo Antônio	Jacarepaguá	
S. José	S. Cristóvão	Campo Grande	
Santa Rita	Espírito Santo	Inhaúma	
Sant'Anna	Gávea	Guaratiba	
Lagoa	Engenho Novo	Santa Cruz	
Glória		I Governador	

Fonte: *RECENSEAMENTO do RIO de JANEIRO*, 1907.

A divisão paroquial vigorou até o fim do regime imperial para o exercício dos serviços da polícia e da municipalidade, porém o Decreto 434, de 1903, estabeleceu uma nova divisão, agora subdividida em duas zonas: urbana e suburbana. Assim, a cidade passava a contar com 25 distritos, e não mais 21 freguesias. Além das já existentes em 1890, foram criados os distritos de Santa Teresa, Gamboa, Tijuca e Méier. De acordo com a prefeitura a nova organização tinha por finalidade melhor atender a expansão da população, do comércio e da indústria; sem que houvesse “alterações radicais, mas somente, reduzindo o número de circunscrição refundido umas em outras e criando novas onde a experiência tem mostrado essa necessidade” (DECRETO n. 434 de 16 de junho de 1903).

O início dos Novecentos apresenta uma cidade em crescimento, e cada vez mais integrada aos arrabaldes. A aproximação não foi a troco de nada, havia uma justificativa contundente para sua ocorrência, uma demanda populacional que deixava a área central por não mais conseguir arcar com os custos de vida. Os subúrbios eram constituídos pela presença de elites locais que utilizavam dos meios de comunicação situados na área central para ofertar e procurar amas de leite. Os meios de transporte foram singulares no encurtamento das distâncias.

A cidade que nasce após a passagem da família real cresce ao longo do século XIX marcada pela ocupação urbana e o aprimoramento das redes de transporte, com ápice no início do século XX. Período que Jeffrey Needell (1993) chama de Belle Époque Tropical⁸, em alusão ao momento de ouro da capital das luzes, quando das transformações urbanas implementadas pelo engenheiro Haussmann.

O início do século XX, como acima salientado, foi marcado por uma reforma responsável por transformar radicalmente o espaço urbano e acirrar as demarcações

⁸ Jeffrey Needell chama de Belle Époque o período entre 1898 e 1914, em que analisa o papel da cultura de origem europeia na estrutura social e econômica do Rio de Janeiro. Este é o marco que caracteriza como de maior florescimento da cultura de elite carioca (NEEDELL, 1993, p. 11).

territoriais, tendo dentre suas finalidades a saúde pública – além da promoção da civilidade e embelezamento. Executada na presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), sob a gestão do prefeito Francisco Pereira Passos, advindo de uma família de latifundiários. Passos não seguiu os ensinamentos de direito, como era de costume - a fim de defender os negócios da família realizou cursos voltados para a Engenharia, tendo como base as academias de ensino francesas. Adepto das transformações realizadas em Paris entre 1860 e 1870 que sofria as consequências da industrialização, se embasa nas práticas de embelezamentos do Barão Georges - Eugène Haussmann.⁹ Para Jeffrey Needell a reforma recebe sua expressão máxima na construção da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), que ligava a cidade velha a cidade nova. Também foi caracterizada pela abertura de grandes avenidas, arborização, criação de edifícios e monumentos pautados pela arquitetura europeia. Nas palavras de Damázio (1996), que assim como André Azevedo (2015), observa duas reformas em curso:

Ao mesmo tempo que se saneava, embeleza e melhorava as vias de comunicação, adequava-se o centro comercial ao volumoso crescente dos negócios. (...) Essas realizações do Governo Municipal completavam-se com as do Governo Federal, responsável pela modernização do Porto do Rio de Janeiro, pela construção da via ao longo do mesmo e das grandes avenidas de acesso (DAMAZIO, 1996, p.25).

O governo federal foi o responsável pela abertura das avenidas Rodrigues Alves, Francisco Bicalho e Central (atual Av. Rio Branco) esta última “uma avenida que cortaria o coração da cidade em linha reta, da Praia da Ajuda à Prainha, arejando-o, higienizando-o, modernizando-o” (DAMAZIO, 1996, p.26). Mais uma ação do governo Federal seria a região portuária: “O prolongamento do canal do Manguê até o mar foi outro empreendimento relevante e, acompanhando o canal, foi aberta a Avenida Francisco Bicalho, que articulava o Porto com o Centro da Cidade, a ferrovia e a emergente zona industrial de São Cristóvão” (DAMAZIO, 1996, p.26), que desponta neste período como mais uma localidade de amas de leite.

Os modelos educacionais ministrados na cidade estavam em diálogo com as escolas francesas. Segundo Needell, o Colégio Pedro II aparece como exemplo da educação masculina secundária vigente entre o Segundo Reinado (1840-1888) e a República Velha (1889-1930). Garantia um ensino de formação intelectual com base humanista, católica e conservadora. Os filhos da elite (fazendeiros, burocratas, comerciantes, em geral advindos de famílias abastadas) eram inicialmente educados em casa por tutores ou pela própria família e

⁹ Sobre Haussmann: “nomeado por Napoleão III prefeito do Departamento do Seine (1863-1870), as quais transformaram Paris no modelo de Metrópole industrial moderna imitada em todo o mundo” (BENCHIMOL, 1992, p.192).

mais tarde enviados ao ensino secundário. O colégio teve entre seu quadro de renomados professores antigos alunos e futuros homens públicos, nomes como o Barão do Rio Branco¹⁰ e Paulo de Frontin.¹¹ As mulheres eram educadas em casa, com exceção das filhas de diplomatas ou dos pais que moravam na Europa e podiam levá-las para escolas católicas. Não se pode esquecer serem as escolas centros de contato, locais para o estabelecimento de relações entre famílias, e até futuros negócios (NEEDELL, 1993).

Uma elite que se encontrava no Cassino Fluminense, no Club dos Diários, no Jockey Club e no Teatro Lírico, dos quais os que permaneceram por mais tempo foram graças à versatilidade da atuação, não se restringindo as práticas tradicionais da aristocracia imperial. Mas, atendendo as modificações econômicas sofridas no período e a formação de uma nova elite urbana ainda baseada em preceitos franceses, contudo menos presa as tradicionais práticas das danças e etiquetas.

Os salões eram realizados em determinado dia da semana e a diferença básica entre aqueles ocorridos durante o Segundo Reinado e os da Belle Époque reside na elite que o constituía. A primeira marcada por grandes latifundiários, cafeicultores, políticos e homens relacionados ao ambiente rural, enquanto a Belle Époque expressava uma elite urbana advinda de profissões exercidas primordialmente na cidade - médicos, empresários e advogados. “... vemos a transição do ambiente da Corte, do café e do comércio rural/ urbano para o de um centro urbano em expansão que favorecia carreiras profissionais, burocráticas e empresariais” (NEEDELL, 1993, p.133).

Quanto à arquitetura e a disposição dos espaços, a influência francesa também pode ser vista nas casas em meados do século XIX. Com o crescimento para áreas como Botafogo, Laranjeiras, São Cristóvão e Rio Comprido, as residências agora eram mais arejadas, desprovidas do ar colonial dos antigos casarões e sobrados da área central, relegados ao comércio e a vida financeira. Para Needell:

Na decoração e na utilização dos diversos compartimentos, era visível um estilo europeu para o uso público, mais formal, e um estilo mais tradicional para uso privado. Assim, a presença da cultura europeia no lar pode ser imputada à ideia de ‘espetáculo’: ela servia como demonstração pública, como instrumento de um status superior e pode ser vista de modo simplesmente funcional (NEEDELL, 1993, p.207).

¹⁰ Barão do Rio Branco – Filho do Visconde do Rio Branco, Ministro dos Negócios da Fazenda no Reinado de Pedro II- O Barão seria nomeado no Governo de Rodrigues Alves (1902-1906) para o ministério das relações exteriores do Distrito Federal, no mesmo período das reformas urbanas (BENCHIMOL, 1992, p.192).

¹¹ Paulo de Frontin foi nomeado Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, atuando entre 1896 e 1897. Em 1903 seria nomeado chefe da Comissão Construtora da Avenida Central do Brasil (BENCHIMOL, 1992, p.192).

O transporte veio proporcionar maior locomoção, sobretudo, das mulheres, a rua exprimia os momentos de lazer, a ida aos teatros e cafeterias, em especial tem-se a Rua do Ouvidor, nela figuravam lojas de departamentos, vitrines e modistas, local de encontro de empresários, políticos e homens de negócios para um café. Nela, Brás Cubas de Machado de Assis, ao relembrar suas aventuras de vida, encontraria o político Lobo Neves, marido de sua amante, e por alguns instantes fariam da “presidência e da política” (ASSIS, 2008, p.142).¹²

Os hábitos sociais do Segundo Reinado também foram retratados por Gilberto Freyre (2004) com grande destaque para a música. O piano foi o verdadeiro anfitrião das residências, e a música responsável tanto pela integração quanto a desintegração social, a exemplo tem-se a modinha, ainda em vigor durante as primeiras décadas do século XX, acompanhada pelo piano para os mais nobres e burgueses ou ao som do violão, nos meios mais populares.

Para além dos grandes salões, a maior parcela da sociedade estava na área central adensada em moradias insalubres, dividindo pequenos espaços com pouca circulação de ar e sofrendo as epidemias constantes de febre amarela e varíola, que não escolhia classe social para acometer suas vítimas. A diferença estava no tratamento da doença, entre aqueles que podiam partir em busca de bons ares em Petrópolis, Santa Teresa ou no Subúrbio - como seria indicado, por volta de 1884, para D. Amália, mãe de Lima Barreto, “onde não só o clima era melhor, afamado por possuir bons ares, próprios para a cura de ‘moléstias do peito’, como o preço dos aluguéis mais módicos” (SCHWARCZ, 2017, p.56). Fato é que o século XIX fomenta as preocupações e o desenvolvimento do pensamento higienista de sanear e modernizar a capital.

A relação que o homem mantém com seu meio ambiente também se desequilibra. O essencial não residirá tanto na qualidade do espaço, na altitude, na exposição, na natureza dos ventos, quanto na análise das qualidades do local restrito, fechado, da vida cotidiana, do invólucro aéreo, da atmosfera dos corpos (CORBIN, 1967, p.32).

Com esta afirmação Alain Corbin convida para uma análise dos odores que marcavam a capital francesa mediante aspectos da vida cotidiana, da rua, do desenvolvimento da medicina e do nascimento das ideologias higienistas que ganhariam força ao longo do século XIX. Sob a perspectiva do olfato, até então despercebido, ou naturalizado pela sociedade o dia a dia é repensado e os odores passam a configurar o temor pela morte, o medo da infecção e a busca pela limpeza do corpo e dos espaços.

¹² Vale destacar que a primeira edição foi publicada em partes por volta de 1880 – Revista Brasileira.

Refletir as transformações urbanas no Rio de Janeiro remete às mudanças ocorridas na capital francesa, que serviu de inspiração para os projetos urbanísticos aqui desenvolvidos. Se até então os odores passavam despercebidos logo o ideal de pureza embasaria os discursos que valorizavam a brancura da cor. As noções de ‘são’ e ‘malsão’(CORBIN, 1967, p.22) assim como as de salubridade e insalubridade advém deste pensamento, quando na segunda metade do século XVIII o olfato entra em vigor classificando a percepção do ar.

É o século que traz a ocorrência dos miasmas e a crença de que a doença se difundia através de emanções que se desprendiam no ambiente. A estratégia foi a limpeza exaustiva dos espaços e dos corpos, levando à tona a perspectiva do “corpo coletivo” (CORBIN, 1967, p.482) deixa de ser uma reflexão sobre o indivíduo e passa a ser sobre a sociedade. Alguns anos mais tarde foram complementados pelos seres invisíveis a olho nu, formando os pilares da higiene: ar, limpeza e sol.

Este é o momento que Sidney Chalhoub (1996) ao descrever o fatídico verão de 1849 relata a epidemia de febre amarela que assola a cidade do Rio de Janeiro. As teorias médicas teriam se dividido quanto as causas de propagação da doença entre contagionistas e infeccionistas. O momento marca o incentivo aos antissépticos, a vigilância gerida através dos odores exalados pelos corpos e lugares.

Os relatos de Rousseau, segundo Corbin, indicam que ao chegar à Paris logo percebe o odor da sujeira presente nos calçamentos devido à estagnação do lixo e os excrementos atirados nas ruas, e nos remete a um mundo que passa a ser identificado pelos cheiros, de uma Paris fétida assim como a cidade de Joao do Rio (2012)¹³, onde a tradicional venda de peixe nos arredores da praça XV ou as casas de ópio daquela redondeza tinham “Um cheiro nauseabundo que paira nessa ruela desconhecida” (RIO, 2012, p.89) cuja descrição pode ser sentida e personificada somente pela descrição do cheiro lúgubre das escadarias que levavam até a venda do ópio, ao entrar na casa afirma que a “atmosfera pesada, oleosa, quase sufoca”, onde o “ambiente tem um cheiro inenarrável” (RIO, 2012, p.90).

A cidade transformada pelas ações de Oswaldo Cruz como chefe da Diretoria Geral de Saúde Pública no combate as epidemias teve suas vias alargadas e arborizadas sob os trabalhos de Pereira Passos e Paulo de Frontin- serão abordados mais adiante. Com os populares sendo convidados a se deslocarem para áreas em que o capital imobiliário não tivesse tamanho interesse, fora da região central - considerada uma nova Paris. As mulheres se tornavam objeto do olhar médico, sobretudo aquelas mães residentes das chácaras da

¹³Neste estudo foi utilizada a versão: RIO, 2012.

Tijuca e Botafogo, cujos hábitos serviam de exemplo para as necessitadas, como as moradoras da freguesia de Santana, indicada por Lúcia Silva como a mais pobre da Cidade (SILVA, 2013, p.216). Outro objeto médico foram as famílias de trabalhadores do Porto, provenientes da Saúde, do Morro da Conceição e da Praça Mauá, bem como aqueles dos sobrados das Ruas da Quitanda, Ouvidor e Assembleia. A vida no cortiço, exemplo célebre de habitação popular era assim descrita:

Um acordar alegre e farto de quem dormiu de uma assentada sete horas de chumbo. (...) A roupa lavada, que ficara de véspera nos coradouros, umedecia o ar e punha-lhe um farto acre de sabão ordinário. As pedras do chão, esbranquiçadas no lugar da lavagem e em alguns pontos azuladas pelo anil, mostravam uma palidez grisalha e triste, feita de acumulações de espumas secas. De alguns quartos saíam mulheres que vinham pendurar cá fora, na parede, a gaiola do papagaio, e os louros, à semelhança dos donos, cumprimentavam-se ruidosamente, espanejando-se à luz nova do dia. Daí a pouco, em volta das bicas era um zunzum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns, após outros, lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio de água que escorria da altura de uns cinco palmos. O chão inundava-se. As mulheres precisavam já prender as saias entre as coxas para não as molhar; (...) os homens, esses não se preocupavam em não molhar o pelo, ao contrário metiam a cabeça bem debaixo da água (...). As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. Não se demoravam lá dentro e vinham ainda amarrando as calças ou as saias; as crianças não se davam ao trabalho de lá ir, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no recanto das hortas¹⁴ (AZEVEDO, 1997, p.13).

O quadro retratado no clássico *Cortiço* de Aluísio Azevedo situado na antiga chácara de Botafogo, bairro que era residência das famílias mais abastadas que haviam deixado a área central em busca de novos ares; também era reduto de moradias populares onde um emaranhado de gente vivia nas proximidades do local de trabalho. Constituiu-se como uma célebre representação do quadro sanitário, social e político que marcou a cidade do Rio de Janeiro entre fins do século XIX e início do XX. Das parcelas sociais que viviam adensadas em habitações coletivas, dividindo o uso das latrinas apressadamente, para que as filas não se perdurassem pelos corredores, de manhã, no horário de sair para o trabalho. Seguiam terminando de vestir suas roupas pelo caminho, as crianças eram aseadas do lado de fora mesmo, assim o dia começava para o maior contingente populacional que formava a metrópole.

A cidade enquanto capital republicana foi foco de intensa mobilização, em especial por ser o principal entreposto comercial do país, seu porto garantia a entrada de viajantes e a chegada de mercadorias. Foi responsável por garantir nas suas imediações a formação de um

¹⁴ Neste estudo foi utilizada a versão: AZEVEDO, 1997.

comércio de comidas, roupas e quinquilharias diversas aos pés do Paço imperial, antiga moradia da corte, local por excelência da classe dirigente. Sua proximidade era marcada por ruelas que consagraram a venda de ópio e reduto de moradias baratas para os menos favorecidos e recém-chegados, integrantes da “massa” de trabalhadores da estiva. Era também cartão postal do país enquanto primeiro cenário de contato do imigrante estrangeiro ao aportar.

Ao longo dos Oitocentos, o liberalismo reproduzido no Brasil buscou atender a realidade mantendo a monarquia e o escravismo. Neste âmbito a geração de 1870 representada por uma “elite de intelectuais, artistas, políticos e militares” (SEVCENKO, 1998, p.14) foi responsável por fundar o partido republicano, inspirado pelas “correntes científicas, o darwinismo social do inglês Spencer, o monismo alemão e o positivismo francês de Auguste Comte” (SEVCENKO, 1998, p.14) tinham o apoio financeiro dos cafeicultores do Sudeste do país, que almejavam com a República adquirir mais autonomia financeira e participação política. Como ressalta Sevcenko não causa estranheza que a nova ordem política teve dentre suas primeiras ações a abertura da economia ao capital estrangeiro. Duas medidas foram centrais nos ideais em questão: industrialização e modernização.

O grande fluxo do mercado de ações culminou com o Encilhamento, em 1890, a queda de capitalistas que formavam a elite econômica do Império e a ascensão de novos grupos. O novo regime trouxe alterações políticas e econômicas com reflexos nas taxas cambiais, no mercado imobiliário, nas importações e gêneros alimentícios.

Assim, no início do século XX parte da população que compunha a capital republicana “era de negros remanescentes dos escravos, ex-escravos, libertos e seus dependentes” (SEVCENKO, 1998, p.20). Além dos que migravam das fazendas do Vale do Paraíba, compondo a população que habitava casarões próximos à zona portuária. Localidades de condições precárias que abrigariam famílias inteiras:

Esses casarões haviam se degradado em razão mesmo da grande concentração populacional naquele perímetro e tinham sido divididos em inúmeros cubículos alugados a famílias inteiras, que viviam ali em condições de extrema precariedade, sem recursos de infraestrutura e na mais deprimente promiscuidade (SEVCENKO, 1998, p.21).

Os costumes de vida, rituais, crenças e cantorias de seus moradores eram associados pelos governantes à feitiçaria e imoralidade. Não sem justificativas o presidente Floriano Peixoto extinguiria as escolas de capoeira. Além de imoral era ainda considerada uma ameaça à saúde pública “pela convivência adensada, em precárias condições sanitárias, nas áreas centrais da cidade” (SEVCENKO, 1998, p.21).

A capital era assolada anualmente por epidemias que dizimavam a população e seus visitantes, enquanto deveria ser um porto acolhedor para o investimento do capital estrangeiro causava repulsa e temor aos visitantes. Insalubre, doente, marcada por ruelas e habitações mal ventiladas, reduto da varíola, tuberculose, febre amarela entre outras tantas doenças eram adjetivos que caracterizavam o Rio de Janeiro. Como aponta Sevcenko:

O Rio de Janeiro era o principal porto de exportação e importação do país e o terceiro em importância no continente americano, depois de Nova York e Buenos Aires. Mais que isso, como capital da república ele era a vitrine do país. Num momento de intensa demanda por capitais, técnicos e imigrantes europeus, a cidade deveria operar como um atrativo para os estrangeiros. Mas, ao contrário ela era acometida por uma série de endemias, que assolavam e vitimavam sua população, e eram ainda mais vorazes para com os estrangeiros, os quais não dispunham dos anticorpos longamente desenvolvidos pela população local. O Rio apresentava focos permanentes de difteria, malária, tuberculose, lepra, tifo, mas suas ameaças mais aflitivas eram a varíola e a febre amarela, que todo verão se espalhava pela cidade como uma maldição (SEVCENKO, 1998, p.21-22).

Em 1902 quando a presidência da República foi ocupada pelo fazendeiro paulista Rodrigues Alves, assegurando a permanência da república e da política do “café-com-leite”, as autoridades estavam empenhadas em três frentes de batalhas: modernizar o porto, sanear e reformar a cidade. Para Jayme Benchimol na formação de seu ministério Rodrigues Alves se “sobrepôs aos interesses políticos regionais”¹⁵ A remodelação da capital estava entre os principais objetivos do seu programa de governo, em especial, o porto, fundamental ao desenvolvimento nacional, e responsável pela entrada de tantos recursos no país.

Antes das obras de modernização do porto, o vice-cônsul da França no Brasil F. A. Georgelette, segundo Benchimol, relata que ao chegar à Baía de Guanabara a primeira vista era da Orla de Botafogo e do Flamengo uma arquitetura imponente e aristocrática, mas ao ultrapassar a ilha de Villegagnon tinham “uma profunda depressão” com o aglomerado de construções. Nas proximidades da Ilha Fiscal os navios recebiam a fiscalização do Serviço de Saúde e da Alfândega, a orla “se prolongava até a ponta do Caju, passando pela Prainha, Saúde Gamboa, Saco do Alferes e São Cristóvão. Toda ela era ocupada pelos chamados quarteirões marítimos, os mais populares e insalubres do Rio” (BENCHIMOL, 1992, p.218).

As obras do Porto foram responsáveis por conceder a ele caráter linear e teve como consequência a derrubada de centenas de prédios, casebres e o aterro de sacos e enseadas,

¹⁵ “Os nomes por ele escolhidos foram os do baiano J.J. Seabra para o Ministério do Interior; de Lauro Muller (major do exército, da arma de engenharia) para o Ministério da Aviação e de Obras Públicas; de Leopoldo Bulhões, para a Fazenda; do marechal Argolo e do almirante Júlio de Noronha, para as pastas da Guerra e da Marinha; e do Barão do Rio Branco para o Ministério das Relações Exteriores” (BENCHIMOL, 1992, p.211).

realizado com terra proveniente do arrasamento do Morro do Senado e de partes do Morro do Castelo, que abriria caminho para a Avenida Central, assim teríamos, dentre outros:

25m para o cais onde os navios atracariam diretamente e para os novos guindastes elétricos e o leito dos comboios da Central e da Melhoramentos.

25m para 17 grandes armazéns, casas de máquinas, guardamoria e outros edifícios administrativos.

50m para uma avenida (Av. do Cais ou Rodrigues Alves), com construções dando de frente para o mar (BENCHIMOL, 1992, p.224).

Benchimol, Damazio e Azevedo indicam a ocorrência de duas reformas paralelas na cidade: a primeira seria gerenciada pelo governo federal, como indicada acima, voltada para região portuária. A segunda, dirigida pela prefeitura, tinha o mesmo objetivo: sanear, civilizar e conceder novos ares a capital. Foram indicados pelo presidente Rodrigues Alves os nomes de Lauro Muller, engenheiro adequado para a reforma do porto, o médico Oswaldo Cruz, incumbido do saneamento da capital e o engenheiro e urbanista Pereira Passos, nomeado prefeito.¹⁶

Nas ações empreendidas pela prefeitura estava drenagem do solo, canalização de rios e reforma de praças públicas. André Azevedo defende que a historiografia tradicional, nela se inclui a tese de Benchimol publicada em 1992, não identificou os dois projetos em questão relegando à exclusão social a principal finalidade da Reforma. Ao contrário, chama-se atenção que o trabalho de Benchimol, e aqueles posteriores como Chalhoub e Sevcenko, indicam a ocorrência de ações partindo da prefeitura e do governo federal, como esferas distintas, mas embalados pelo mesmo propósito – o ideal de progresso. Azevedo se opõe a relevância dada aos autores em defesa da exclusão promovida pela Reforma, que para ele foi mais “conservadora do que excludente”. Contudo, os índices do Censo de 1906 (RENCENSEAMENTO do RIO DE JANEIRO, 1907), assim como o trabalho de Silva (2013) apontam o quanto ela teve impacto, sobretudo, na vida daqueles que foram desapropriados e cujos recursos recebidos não foram suficientes para a compra de novo estabelecimento na área central, que além de comercial tornava-se cada vez mais próxima ao modelo civilizacional defendido pelos seus idealizadores.

Nela estava concentrado o maior arsenal de mulheres que buscavam empregos como amas de leite, partindo das freguesias mais pobres e atingidas pelas picaretas da prefeitura. Santa Rita, Santana, Saúde, Gamboa, e os sobrados das Ruas do Resende e Lavradio. A

¹⁶ A saber a importância incontestável das relações e trâmites políticos, bem como índices de entrada e saída do porto que foram fundamentais a ocorrência da Reforma Urbana, buscaremos aqui nos concentrar, sobretudo, na reforma enquanto alterações da disposição geográfica e social dos habitantes da cidade, a fim de mais adiante compreendermos a presença do serviço de leite mercenário, a mobilidade urbana e as disposições das freguesias do capital que envolviam. Este é nosso objeto.

“casinha 10 A”, o “quartinho de número 11”, são indícios das mulheres provenientes de habitações coletivas que ainda teimavam em compor a arquitetura do centro.

A população pobre foi a mais atingida, uma vez que ela se localizava no acesso ao porto e “comprometia a segurança sanitária, porque bloqueava o livre fluxo indispensável para a circulação numa cidade moderna. Iniciou-se então o processo de demolição das residências da área central” (SEVCENKO, 1998, p.23).

A cidade viveu dias de intensa mobilização popular e midiática no que tange a saúde de seus moradores. Nesse sentido a Revolta da Vacina foi percebida como a transposição da insatisfação popular não apenas contra o uso de um medicamento sobre o qual tinham pouca ou nenhuma informação eficaz, mas também em oposição ao governo que desabrigou inúmeras famílias.

Do ponto de vista das autoridades as pessoas se revoltaram porque na sua ignorância tinham medo e desconheciam o processo de imunização pelas vacinas. Nesse sentido, teria sido um levante irracional, de gente rude, com mentes obsoletas e incapazes de compreender o curso inexorável do progresso (SEVCENKO, 1998, p.24).

Neste ambiente de batalha em prol da salubridade social temos a formação de uma imbricada relação onde lar, trabalho e indivíduo tornam-se objeto da ação higiênica. A ama de leite integra este cenário como mais uma das habitantes das moradias populares cerne da ação estatal e foco de propagação de doenças, tonando-se por isso também alvo de atenção médica. Se periódicos voltados às mulheres mais abastadas circulavam na imprensa a fim de alertar os perigos do leite mercenário, a prática seguia vigente no âmbito cultural, ao menos é o que demonstra os anúncios publicados diariamente em busca de amas no Correio da Manhã e no Jornal do Brasil.

No interior da cultura popular urbana, da então capital federal, havia cruzamentos e coexistência de diferentes culturas nacionais e étnicas. [...] É inútil buscar a ‘autenticidade’ ou a globalidade orgânica dessa cultura das classes subalternas, pois é a ‘tensão contínua’ entre essa cultura e a cultura dominante que define o popular (BATALHA, 2004, p.98-99).

Dentro da disposição da capital republicana as reformas empreendidas na cidade, nos primeiros anos do século XX tiveram impacto direto sobre a vida dos trabalhadores. Caracterizados por residirem próximo aos locais de trabalho a fim de obterem custos mais baixos de locomoção, a reforma culminou em demolir ou reduzir em grande parte os casarões que abrigavam a preços acessíveis diversas famílias em seus cômodos, o que tornava um empecilho à proximidade de moradia com o trabalho.

Mas o povo não assistiu passível à transformação. Sevcenko (1998) aponta, como visto anteriormente, que a Revolta da Vacina constituiu o estopim da insatisfação popular quanto às transformações impostas. O cenário de manifestações foi constituído pela Praça Tiradentes, Praça Mauá, Praça 11 de junho, Largo da Carioca e de São Francisco, pautados pela então proximidade com a linha férrea da Central do Brasil, onde entendemos a “manifestação como um teatro político, que faz uso do espaço como seu palco” (BATALHA, 2009, p.257).

Apesar das sucessivas tentativas de fiscalização¹⁷, elaboração de ficha cadastral e a confecção de um registro com as informações de cada família contratante, as amas estavam em disputa no mercado de leite, eram fiscalizadas no IPAI e, posteriormente, na Maternidade de Laranjeiras. Não se pode esquecer que era uma atividade com prazo de exercício, a demanda estava tanto na produção de leite materno quanto na existência de um infante cuja família recorresse ao serviço.

A preocupação deste estudo será o entendimento das amas de leite como uma atividade com interferências diretas sobre a política de assistência à criança, como agentes que estavam sujeitos a causar problemas alimentares e levar a óbito centenas de crianças. Mas também como meio de sustento familiar, em uma cidade que estava em pleno processo de crescimento, especulação e segregação espacial.

A hipótese levantada é de que as amas de leite tornam-se objetos do controle médico na virada do século na capital da República por oferecerem não somente possíveis disfunções alimentares à criança, mas riscos de perturbação à ordem pública, enquanto causadoras da morte prematura. Por serem recrutadas nas esferas mais pobres da sociedade, apesar de moralmente dignificadas pelo trabalho, essas mulheres se tornam objeto da atenção e preocupação médica. A segunda questão vai em direção à busca das teses da FMRJ onde os alunos procuravam ensinar as premissas da maternidade às mães e, dentre elas, estava o incentivo ao aleitamento materno.

A dissertação foi dividida em três partes, a primeira - *Da mãe preta à mulher mercenária: a prática do aleitamento materno* – busca trabalhar os principais autores que discutiram a construção da infância, a figura materna e o papel da ama de leite. Este capítulo é

¹⁷ Podemos pontuar ao menos três tentativas de fiscalização da ama de leite: o Projeto de 1876 apresentado por Arthur Moncorvo de Figueiredo à Gazeta médica da Bahia; O projeto da Câmara da Corte Municipal, de 1884, presente do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; e o Projeto de Moncorvo Filho, a frente do IPAI, em 1905. Todos eles serão analisados no terceiro capítulo deste trabalho, quando abordaremos as questões médicas sobre o leite mercenário.

dedicado a uma análise historiográfica que procura abordar a figura da ama na sociedade carioca no século XX e realiza um diálogo com a historiografia, a fim de compreender a atividade ao longo de diferentes períodos, partindo da colonização portuguesa. O capítulo observa a criança como uma construção que se modifica ao longo do tempo, como defende Philippe Ariès (2006) e propõe a problematização das práticas de maternidade que integram os costumes brasileiros como forma de melhor entender a efetivação da prática do aleitamento mercenário.

O segundo capítulo - *Mães, nutrizes e mercenárias: a expansão e o perfil das amas de leite na cidade do Rio de Janeiro na primeira década do século XX* – se destina a entender o aleitamento mercenário na cidade do Rio de Janeiro e busca esmiuçar a fonte principal do estudo: a base de dados composta por 2.700 ocorrências de amas de leite no Jornal do Brasil. Tendo em vista examinar e construir um perfil das mercenárias e das famílias contratantes, através do local para contato, descrição da cor, remuneração e possíveis informações adicionais apresentadas nos anúncios.

O conjunto de fontes utilizadas se concentrará na base de informações da Biblioteca Nacional, onde se analisa o serviço de leite mercenário, a título de amostragem, no Jornal do Brasil, na primeira década do século XX. Além de um perfil socioeconômico o alvo estará na construção de um mapeamento de amas para a cidade a fim de compreender como se deu a expansão da atividade mesmo diante da ação médica. E, como ela estaria integrada a vida cotidiana, passando de um hábito elitista a costume popular.

No terceiro capítulo - *O papel de médicos, higienistas e intelectuais na saúde da criança* – será trabalhado a relação entre salubridade e saúde da criança. É sabida a ação de intelectuais e da sociedade na virada do século XX na busca pelo melhoramento da nação, os desejos intrínsecos desta perspectiva serão problematizados em conjunto com o capital financeiro e político envolvido na manutenção dos espaços de assistência à infância. Instituições que refletem os interesses das classes dirigentes em transformar os hábitos de vida dos populares. O capítulo abordará as discussões acadêmicas em torno das melhores formas de alimentar a criança mediante publicações médicas e trabalhos de conclusão de cursos levantados através da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Outro conjunto de fontes importantes para compreender as aproximações e divergências entre os alunos será a legislação do período para a venda de leite na cidade, de modo a caracterizar a dinâmica oficial do comércio de leite. Permitindo um balanço que privilegie as intercessões entre medicina, alimentação, criança e ama de leite.

CAPÍTULO 1

DA MÃE PRETA À MULHER MERCENÁRIA: A Prática do Aleitamento Materno

Aluga-se uma ama de leite, portuguesa, com o primeiro leite, de um mês, tendo de idade 22 anos, de boa conduta; na Rua do Lavradio n.186, sobrado (*JORNAL do BRASIL*, 22 abr. 1903, p. 3).

Precisa-se de uma ama de leite, de cor preta, que tenha bastante leite e muito sadia; quem assim não for é escusado comparecer, no Largo do Depósito n. 48, loja (*JORNAL do BRASIL*, 20 maio 1903, p. 5).

No dia 3 de abril de 1903, a seção de anúncios do *Jornal do Brasil* apresentava o anúncio de uma mulher portuguesa, com 22 anos de idade e leite de apenas um mês, que afirmava ter boa conduta e ofertava o seu serviço de aleitamento na cidade do Rio de Janeiro. Os interessados deviam entrar em contato no endereço deixado: Rua do Lavradio, 186, sobrado. A rua, no passado, servia de residência para os engenheiros André Rebouças e Vieira Souto, e para o médico José Pereira Rego, o barão do Lavradio; ali também residia o escritor Valentim Magalhães, cujos salões frequentavam Raul Pompeia, Olavo Bilac, Coelho Neto, e tantos outros para discussões. No local instalava-se a sede a Polícia Central, em fins do XIX (BRASIL GERSON, 2013, p. 248-249). A rua também abrigava antigos sobrados, transformados em moradias populares, como aqueles a oferecer uma ama de leite.

Após alguns dias foi a vez de uma família ou uma mãe informarem, no mesmo jornal, que precisavam de uma ama; as requisições para a ocupação são bem específicas: era necessário que fosse uma mulher “preta, com bastante leite e muito sadia”, e recomendava-se que não comparecessem aquelas que estivessem fora do padrão indicado. O local de encontro era o Largo do Depósito, antigo nome do Depósito Público, então chamado Praça dos Estivadores (BRASIL GERSON, 2013, p. 175), região marcada pela importação e exportação de mercadorias na cidade, antiga área do comércio ilegal de escravos. Tratava-se de um local de comércio e, sobretudo, de trabalhadores portuários. Ao descrever os tipos urbanos presentes na cidade, João do Rio classificava o rapaz do Largo do Depósito como um tipo que usava “lenço de seda preta, forro na gola do *paletot*, casaquinho curto e calças obedecendo ao molde corrente na navegação aérea – calças à balão” (João do Rio, 2012, p. 31).

Anúncios como os apresentados acima eram corriqueiros no *Jornal do Brasil* e remetem à diversidade territorial, cultural e social presente na cidade, alertando para o

mercado de trabalho ainda muito intenso na primeira década do século XX: a atividade de ama de leite.

Este capítulo tem por objetivo discutir a presença da ama de leite na sociedade carioca, durante a Primeira República (1889-1930), mais especificamente entre os anos de 1900 e 1910. Ama de leite é a terminologia utilizada para designar uma “[...] mulher que amamenta filho alheio” (MICHAELIS, 1998, p. 120). O ofício tem por pressuposto a ideia de um serviço efêmero, ocasionado pela gravidez e pela necessidade de trabalhar. Pelo fato de o tempo de vida de amamentação de uma criança ter duração de apenas alguns meses, a regra era que após este período a ama ficasse desempregada.

Contudo, apesar de se tratar de uma ocupação temporária, a ama estava em alta nas primeiras décadas do século XX, sendo discutidos mecanismos para a profissionalização desta atividade, pelo menos desde a segunda metade do século XIX.¹⁸ Desse modo, para compreender a atuação e dimensão social de tal ocupação, se faz necessária uma investigação acerca da presença das amas na cidade. Este capítulo é voltado para uma análise historiográfica, com objetivo de nortear as questões que circundavam a ama de leite; conhecer como se deu o seu surgimento no Brasil – como um dos resquícios do processo de colonização – e apresentar um olhar mais detalhado sobre aquela que foi a principal agente da historiografia¹⁹: a ama escravizada.

Por vezes, em fins do século XIX chegou-se a defender a diminuição progressiva das amas de leite, em decorrência do avanço das técnicas de esterilização do leite de vaca, bem como do processamento das farinhas lácteas e sua consequente popularização. Concomitantemente, o saber médico-científico²⁰ se manteve, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, em defesa do aleitamento biológico, realizado pela mãe ou por terceiros, sustentando ser este processo capaz de garantir as melhores condições de vida para o recém-nascido.

Em primeiro lugar será examinado o período da Colonização (1500-1821); em seguida, o período imperial (1822-1889); e por fim chega-se ao século XX – o último a ser analisado, por ser objeto deste trabalho. Conhecer o período que antecede o serviço mercenário do leite é fundamental para compreender sua dinâmica na Primeira República.

¹⁸ Tema que será abordado no terceiro capítulo, assim como os projetos de regulamentação encontrados no governo imperial e republicano.

¹⁹ Aqui se encontram os trabalhos de Marcílio (1998); Venâncio (1999); Carneiro (2006); Telles (2013); Schwarcz (2016), entre outros que serão abordados.

²⁰ Tema que será abordado no terceiro capítulo, a ama de leite como alvo das dissertações de alunos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) e de publicações cotidianas na imprensa corrente e especializada – periódicos médicos como *A Tribuna Medica* e o *Brasil Medico*.

Não menos importante é o cenário em que se passam esses fatos. A cidade do Rio de Janeiro surge como palco dos acontecimentos que conduziram à escolha da ama. A cidade se mostra marcada pelo caos da reforma urbana; pelo temor dos miasmas e da insalubridade, pelo ideal modernizador de embelezamento. Dentro desse quadro, a expansão das redes de transporte veio a possibilitar maior locomoção para áreas antes distantes, primordiais para o deslocamento de nossas agentes principais: as amas de leite.

Ao menos três fatores fundamentam a existência da atividade do leite mercenário: do ponto de vista médico, a indisposição ou impossibilidade de as mães amamentarem seus filhos; a mortalidade no primeiro ano de vida do infante; e a argumentação médica em favor da alimentação como mecanismo de impedimento à mortalidade.

Como pontuado por Gisele Sanglard, o Anuário Demográfico de 1890 indica uma estagnação das taxas de mortalidade, nem aumento nem decréscimo, em comparação aos anos anteriores. Índice que Aureliano Portugal defendeu como um dado aparente, tendo em vista o registro de 213,6 óbitos de crianças de até um ano, em 1890 (SANGLARD, 2016, p. 60).

De acordo com o *Recenseamento do Rio de Janeiro (1907)* organizado pela prefeitura do Distrito Federal, em 1906 (Anexo I) o número de nascimentos legítimos – filhos de mulheres casadas, com idade acima de 15 anos – apresentava enormes variações pelos vários distritos da cidade. Se incluídos os natimortos, o número podia oscilar de 244,2%, no Distrito da Candelária, considerado um subúrbio urbano, por estar bem no centro do núcleo comercial da cidade; à 114,4%, em Guaratiba, subúrbio rural, área voltada à produção de gêneros agrícolas e mais distante do coração da urbe. Enquanto no distrito de São José, urbano, era possível encontrar um número expressivo de nascimento para crianças descritas como ilegítimas, um coeficiente de 81,9% que “[...] explica-se por estar nela situada a Maternidade da Santa Casa de Misericórdia, para onde afluem muitas parturientes pobres, não só de outros distritos como até de estados vizinhos” (*RECENSEAMENTO DO RIO DE JANEIRO*, 1907, p. 95).

Não serão aqui esmiuçados esses dados, que serão mais bem compreendidos à luz da descrição dos distritos e da conformação da metrópole, como se verá mais adiante. Todavia, os dados seguramente ilustram o problema da mortalidade na cidade, a sua relação com as zonas mais pobres (como Santana, Santa Rita e São José) e, ainda ajudam a pensar sobre a demanda por leite, tendo em vista que a natalidade impulsionava o surgimento de amas em potencial.

1.1 Amamentar: o primeiro dever materno – o trinômio mãe, criança e ama de leite

Deus que vos deu leite juntamente com um filho é que quis que ele se aproveitasse do recurso [...] Quanta dista então a mulher, que se diz sendo civilizada, da fêmea de um animal.! Quanto se mostra esta mais discreta, mais carinhosa, mais prudente, mais sublime, mais mãe! (PINTO, 1859, p. 180/205).

Em 1859, Ferreira Pinto²¹ era doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro (FMRJ), lente substituto da seção de ciências médicas na mesma faculdade e cavalheiro da Imperial Ordem da Rosa. O ano marca a publicação do seu livro intitulado *O médico da primeira infância ou o conselheiro da mulher grávida*. Preocupado com a alta taxa de mortalidade infantil no país, o autor ressaltava quatro fatores que se opunham ao crescimento da população por meio natural: em primeiro lugar, as causas relacionadas à falta de higiene, miséria, e maus hábitos como empecilho à concepção; em segundo lugar, a ausência de cuidados durante a gravidez ocasionada por vícios e moléstias, fatores que se opunham ao desenvolvimento do feto no ventre materno; em terceiro lugar, a falta de parteira ou a ignorância das comadres como causa da morte no nascimento; e, por fim, a mortalidade espantosa em decorrência da omissão de cuidados na primeira infância.²²

Ao se intitular como conselheiro da mulher grávida, o médico dissertava sobre o reconhecimento da gravidez, as precauções ao longo da gestação, as vestimentas adequadas, os primeiros cuidados com o infante e a mulher parida. Quando em estado de gravidez, a mulher deveria, pois, “[...] renunciar a dança, as carreiras, os saltos, viagens longas ou forçadas, quer a pé quer a cavalo ou em carruagem que não for cômoda” (PINTO, 1859, p. 35). O autor atentava para as cativas ou livres que precisavam trabalhar, e para os inconvenientes que o serviço podia trazer para a saúde da mãe e da criança. O alerta era também dirigido aos senhores de escravos, a fim de que estes acolhessem as escravas grávidas no interior da família, para os afazeres domésticos, caso as senzalas não fossem bem acondicionadas.

O leite materno figura como a grande defesa do médico; este argumentava que a criança recém-nascida devia ser alimentada pela mãe; esta, por ser civilizada, não deveria abandonar a prole, uma vez que nem mesmo os animais o faziam: “Quanta dista então a mulher, que se diz sendo civilizada, da fêmea de um animal?”. Entretanto, o autor ressaltava

²¹ O trabalho deste médico será retomado no terceiro capítulo da dissertação.

²² Compreende-se como primeira infância os primeiros anos de vida de uma criança.

que, em ausência da mãe, fosse empregado o leite de uma boa ama ou, em último caso, o leite de vaca.

Todavia, a ama de leite se mostra como o ponto problemático da fala de Ferreira Pinto. De acordo com este, as amas em geral eram escravas, em busca de trocas de favores para obter a liberdade. O médico indicava assim a preferência pela ama cujo filho tivesse falecido, pelo fato de esta ter maior abundância de leite, bem como a necessidade do conhecimento de seu histórico de saúde. As críticas do autor centram-se, entretanto, na influência moral que as escravas podiam exercer sobre a criança, pois fonte de péssima educação “[...] são as nossas amas escravas e por isso convém que uma mãe extremosa e diligente não abandone totalmente o seu filho às amas depois, que ele tiver certa idade, ainda mesmo, que ela pareça reunir todos os indispensáveis dotes” (PINTO, 1859, p. 248).

A concepção de maternidade era ressaltada, por Ferreira Pinto e outros pares, como uma aptidão inerente a toda mulher, cuja disposição biológica condicionava ao dever de gerar. Aqui, argumenta-se que as noções de maternidade e moralidade estão, sobretudo, associados a contextos. No século XIX, a ama escrava representava uma interferência no interior do lar; ao longo do século XX, a nutriz mercenária espelhava uma estranha a desempenhar o papel de mãe.

No clássico que desmitifica o amor materno, Elisabeth Badinter (1985)²³ busca problematizar a naturalização do sentimento maternal, após uma análise pontual das transformações que ocorreram no interior das famílias ao longo dos séculos, com reflexos diretos na percepção da criança e no papel desempenhado pelas figuras maternas e paternas. A autora chega à seguinte conclusão:

Mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É adicional (BADINTER, 1985, p. 365).

Philippe Ariès (2006), com quem Badinter conversa, em trabalho mais antigo²⁴ defendeu a tese de que a sociedade medieval não considerava a infância como uma etapa

²³ Em sua análise sobre o mito do amor materno, Badinter retorna aos primórdios da concepção de família na Antiguidade Clássica, passando pela Europa feudal e buscando compreender o papel de homens, mulheres e filhos para as diferentes sociedades. A partir do papel representado por cada um, as perspectivas de maternidade vão surgindo. Vale ressaltar que a criação por uma ama de leite fora do lar – a criança enviada para o campo crescendo distante dos pais – poderia ser concebida tanto como uma espécie de abandono quanto como prova de amor em nome de seu bem-estar (BADINTER, 1985).

²⁴ A primeira edição do livro *História Social da Infância e da Família* de Philippe Ariès data de 1975.

significativa da vida, em decorrência da intensa mortalidade neste estágio. Assim, a construção da relação mãe-filho e a sua idealização se mostravam vinculada às mudanças demográficas. Além de desnaturalizar a concepção de infância, o autor percebia o sentimento de afetividade como uma edificação do homem moderno. Em trabalho mais recente, Isabel Sá defende a existência de sentimentos pela criança no medievo português, refletindo a sociedade de cada período:

Não existe hoje dúvidas de que as crianças eram alvo de afeto por parte dos pais, sobretudo quando tinha passado os perigos dos primeiros anos de vida, mas nem por isso podemos deixar de notar que existia uma relação entre o número de filhos e os afetos. Numa época de mortalidade infantil elevada, ninguém esperava que os filhos nascidos sobrevivessem até a idade adulta, e encarava-se a morte de alguns deles como facto inevitável (SÁ, 2011, p. 78).

Também os registros de nascimentos ganham maior exatidão ao longo do século XVIII; apesar de realizados desde o século XVI pelos párocos, a importância da idade se afirma à medida que religiosos incluem esta referência nos documentos (ARIÈS, 2006, p. 2). Em uma cronologia das representações da infância nas artes, Ariès assinala que, até o século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não se preocupava em representá-la. Quando isso ocorria, a criança figurava como uma espécie de adulto em miniatura. Por volta do século XIII surgiram representações de crianças, mais próximas ao sentimento moderno. Todavia, somente a partir dos Trezentos nota-se uma ampliação e diversificação da representação da infância sagrada. A criança como parte central dos quadros surgiu apenas nos Seiscentos, por meio da retratação de pequenos príncipes, filhos de nobres ou de burgueses; a motivação foi a descoberta da imortalidade da alma dos infantes (ARIÈS, 2006, p. 22).

Isabel Sá dialoga com as discussões de Áries, ao defender a influência das temporalidades na percepção da criança. Tendo em vista a Idade Média portuguesa, e em comparação com o restante da Europa, a morte durante o parto ou ao longo dos primeiros anos de vida foi uma constante. Assim como a criação fora do lar paterno, fosse pela morte prematura da mãe ou para que a criança tivesse seus primeiros anos próximos à ama de leite. As mães eram assistidas por parteiras; somente as mulheres mais pobres, que não dispunham de amparo familiar, eram levadas para o hospital (SÁ, 2011, p. 76) – considerado abrigo da pobreza, de andarilhos e velhos. A fim de evitar a morte sem a garantia da vida eterna, parteiras e comadres recebiam instrução para o batismo de emergência, livrando a criança do limbo em caso de falecimento (SÁ, 2011, p. 77).

Se no século XVI encontra-se a perspectiva de que “só as crianças nascidas nas camadas populares eram amamentadas pelas mães biológicas” (SÁ, 2011, p.79), os conselhos

médicos²⁵ dirigidos às mulheres de elite, ao longo do século XVIII, reforçam a tese do não aleitamento. Observa-se, em fins do XIX, uma brusca alteração desse quadro: com a maior participação da mulher no mundo do trabalho e a necessidade de laborar para sustentar a prole, aqueles hábitos de não amamentação, restritos às mulheres de elite, se tornaram prática usual entre as camadas populares.

A preocupação com a infância, a utilização de uma nutriz e as implicações decorrentes de seu uso não são uma novidade do século XIX, estavam em debate muito antes deste período. Poder-se-ia retornar ao Império Romano (MARCÍLIO, 1998) para falar sobre a alimentação infantil; contudo, acredita-se que não é necessário para a análise tamanho regresso historiográfico. Este trabalho concentra-se em Brasil – Portugal, tendo em vista a influência da antiga metrópole portuguesa nas práticas e na consolidação da cultura que se coloca em prática no Brasil.

1.2 A utilização de amas de leite – Resquícios da colonização

Como já salientado, no medievo português era comum a prática de retirada da criança do lar paterno durante os primeiros anos de vida, para a sua criação por uma nutriz. A contratação da ama variava de acordo com o grupo social, mas “era um hábito que atravessava categorias de estatuto e níveis de riqueza, sendo inacessível apenas no patamar mais baixo da sociedade” (SÁ, 2011, p. 78). Entre as famílias que podiam custeá-la, a diferença residia entre as que dispunham de recursos para contratar uma ama em domicílio “as amas residentes recebiam o soldo a nível dos criados mais bem pagos” (SÁ, 2011, p. 78), e aquelas que entregavam seus filhos para o período de amamentação. Quanto mais distante morasse a ama, possivelmente mais pobres eram os pais que as contratavam.

Refletir sobre a história da alimentação infantil leva à discussão sobre a maternidade; as concepções de infância; o papel da criança; e as políticas públicas voltadas para este grupo e seus familiares. Nesse âmbito, apesar de não constituir objeto deste estudo – que visa à infância pobre, desprovida de recursos, mas beneficiária de proteção familiar –, outro grupo não pode ser esquecido: as crianças abandonadas. Pois, em ambos os casos, a alimentação desempenhou papel preponderante na perspectiva de continuidade da vida do infante.

²⁵ Para os conselhos médicos é possível acompanhar publicações do jornal *A mãe de Família* (século XIX), bem como as palestras médicas, destinadas às mães atendidas no Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (século XX). O primeiro, presente na Hemeroteca Digital, e o segundo, na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Segundo Maria Luiza Marcílio, “Abandonar crianças é um fenômeno de todos os tempos, pelo menos no Ocidente. Variavam apenas, no tempo, as motivações, as circunstâncias, as causas, as intensidades, as virtudes em face do fato amplamente praticado e aceito” (MARCÍLIO, 1998, p. 21). O fenômeno se mostra presente no Código de Hamurabi, bem como na tradição judaica, quando o filho de Abraão com a escrava Agar foi abandonado no deserto, por exigência de Sara, a esposa legítima. Na mitologia, o enjeitamento pode ser visto na história de Édipo, filho de Laico e Jocasta. “Em Roma havia lugares especiais onde se costumavam abandonar bebês, como [...] a coluna Lactária, no mercado de verduras, no Fórum” (MARCÍLIO, 1998, p. 24).

A desintegração do mundo romano foi acompanhada por essa prática, e ao longo da Idade Média foi usual o abandono de crianças em mosteiros. Países como França e Alemanha tinham seus enjeitados sob os cuidados das municipalidades, que terceirizavam os serviços. “Desde o século XI, o uso de amas-de-leite mercenárias difundiu-se pela Europa Ocidental” (MARCÍLIO, 1998, p. 54). Nesse ambiente de amparo ao abandonado, Marcílio situa a ama como figura central, responsável por possibilitar a assistência aos enjeitados. A autora chega a alegar que “[...] sem essa figura, nenhuma assistência à primeira infância poderia ter sido feita e organizada antes do século XX, a era de Pasteur e da difusão da amamentação artificial” (MARCÍLIO, 1998, p. 65).

O emprego das amas podia ser interno e se dava em menor número; ou externo, na própria moradia destas, onde criavam e amamentavam a criança. Como, no último caso, as amas viviam em situações precárias, à mercê de uma atividade que tinha seus dias contados, quanto mais crianças pudessem alimentar ou cuidar, maior seria a renda obtida.

O salário das amas-de-leite sempre foi absolutamente irrisório. As amas-de-leite tinham um salário um pouco maior que as de amas-secas. Em quase toda parte, as amas deixavam de receber qualquer estipêndio a partir do momento em que a criança atingia certa idade, geralmente sete anos. Presumia-se que, após essa idade, a criança já não dependeria totalmente da família da ama, uma vez que poderia iniciar-se em um trabalho, na qualidade de aprendiz (recebendo casa e comida do mestre do ofício, mas sem direito a remuneração).

Em geral as amas eram provenientes das categorias mais baixas, mais carentes e mais ignorantes da sociedade. Não possuíam princípios de higiene nem orientações sobre alimentação infantil ou cuidado com o bebê. A maioria era composta de camponesas casadas e que viviam, muitas vezes, longe da sede da Roda dos Expostos (MARCÍLIO, 1998, p. 66).

As amas se apresentavam nos hospitais para obter uma criança; esta por vezes não resistia ao percurso da viagem ou morria por negligência da cuidadora. Marcílio, assim como

Renato Venâncio (1999), ao falar das Rodas portuguesas, assinala que se tratava de um verdadeiro matadouro de crianças:

Os hospitais de expostos de toda a Europa tornaram-se verdadeiros matadouros de crianças. Deixar um bebê em uma dessas instituições- criadas para proteger a criança- equivalia a uma sentença de morte. As circunstâncias do abandono dessas crianças, seu transporte até o hospital e deste até a casa das amas, as condições de vida das amas-de-leite e a instituição propriamente dita contribuíram para esse verdadeiro genocídio da infância desvalida (MARCÍLIO, 1998, p.68).

No século XVI, a assistência aos expostos de Lisboa, centralizada na Casa dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia, se espalhou pelo reino. Assim, a assistência aos abandonados passou a centrar-se no tripé: administração da Casa e Roda dos Expostos; amas de leite mercenárias; e rendas, subsídios e legados para manutenção (MARCÍLIO, 1998, p. 97). Apesar de essa atribuição pertencer inicialmente às Câmaras municipais, passou a ser da Irmandade da Misericórdia, criada em fins do século XV. O papel dessa Irmandade na assistência aos expostos, em Portugal e no ultramar, começou a ser exercido a partir de meados do século XVI.

Havia as amas internas, que cuidavam dos bebês que chegavam, e as externas, que ficavam com as crianças até os três anos de idade, e de três em três meses deveriam levá-las para verificação. Como incentivo para que as mulheres se tornassem amas de leite, no século XVI o reino estabeleceu alvarás para isenção de impostos às mercenárias.

Laurinda Abreu (2013) ressalta que chegar vivo à Roda representava uma vitória para o recém-nascido, mas não era garantia de sobrevivência, pois este necessitava de alimentação. Apesar da amamentação mercenária ser fonte de renda para muitas mulheres, era difícil encontrar quem quisesse ser ama. Entre as várias razões conhecidas, estavam os baixos salários (ABREU, 2013, p. 268).

A fim de garantir o trabalho das nutrizes, algumas regalias destinadas a estas e a seus familiares eram fundamentais. Além de não se tratar de uma atividade bem considerada, havia riscos tanto para a ama quanto para a criança alimentada. Como regra geral, era nos estatutos mais baixos da sociedade que se encontravam as amas de leite, em condições habitacionais precárias e, por vezes, com sífilis (ABREU, 2013, p. 269). Muitas conseguiam se beneficiar do sistema, abandonando o filho na Roda e sendo pagas para criar os próprios filhos. Maridos e filhos das amas ficavam isentos do serviço militar – “regalias da maior importância, que tinham o objetivo de cativar a família, espécie de contrapartida por uma atividade que interferia com o cotidiano dos envolvidos” (ABREU, 2013, p.270). A ama de leite foi a base

do sistema de abandono da Santa Casa representado pela Roda, e essa dinâmica acompanhou a instalação da Casa dos Expostos nas possessões coloniais.

“A história da colonização brasileira está ligada à história das Santas Casas de Misericórdia” (MARCÍLIO, 1998, p. 147). No entanto, nem todas essas instituições tinham obras preocupadas com a infância. A primeira a criar essas obras foi a de Salvador, em 1726; a segunda foi a da cidade do Rio de Janeiro, 1738; e a terceira foi a de Recife, em fins do século XVIII.

O socorro aos enjeitados funcionava na Santa Casa de Misericórdia por meio das Rodas, voltadas ao recebimento de recém-nascidos. O recurso da Roda correspondia à entrega da criança a uma instituição, mas a instalação de uma Casa de Expostos ou Roda apenas era permitida quando havia benfeitores, ou quando a Câmara entrava em acordo com a Santa Casa para lhe repassar recursos (VENÂNCIO, 1999, p. 28).

Paralelamente à administração proporcionada pela Mesa, havia funcionários e funcionárias diretamente encarregados do trato da criança. A principal responsável pelo dia-a-dia da casa da Roda era a ama-seca, que também recebia o título de rodeira. Ela retirava a criança da Roda e a entregava a amas-de-leite internas, cujo número variava de acordo com as necessidades da época (VENÂNCIO, 1999, p. 29).

As Santas Casas do Rio de Janeiro e de Salvador contrataram regularmente amas escravas até próximo à Abolição (1888). No início do século XIX, a Santa Casa do Rio de Janeiro contava apenas com 5 amas; em meados do século, quando recebia anualmente 600 crianças, tinha entre 15 e 16 nutrizes (VENÂNCIO, 1999, p. 57).

Tanto no Rio de Janeiro quanto em Salvador, a alimentação deficiente parece ter sido um traço comum na vida dos enjeitados: quando não enfrentavam temerárias experiências de amamentação artificial, os bebês compartilhavam o leite da ama escrava com outras crianças. [...] Mas se, por um lado, a amamentação precária desestimulava o abandono, por outro, o apoio material dispensado à criança agia no sentido contrário. As Santas Casas providenciavam regularmente a compra dos trajés das crianças, vestindo aquelas que não teriam acesso a roupa alguma nos seus lares de origem (VENÂNCIO, 1999, p. 57).

As famílias e amas contratadas para cuidar das crianças enjeitadas estavam situadas relativamente próximas às Santas Casas; vale lembrar que as Rodas tiveram seu endereço alterado recorrentemente, como pontua Venâncio. Na citação abaixo, pode-se observar a localização das amas na Corte:

O raio de ação da Santa Casa era de, no máximo, 30 Km. Os irmãos da Mesa contratavam geralmente criadeiras do meio urbano. Entre 1764 e 1768, apenas um exposto da Santa Casa foi enviado à freguesia de Irajá, ao passo que as famílias da Paróquia de São José acolheram 65 meninos e meninas deixados na Roda. No período de 1768-1796 os domicílio da freguesia de Jacarepaguá receberam cinco crianças do Hospital da Misericórdia, e as famílias da citada São José aceitaram a incumbência de manter 831 expostos da Misericórdia [...] (VENÂNCIO, 1999, p. 62).

Quanto aos cuidados prestados pelas amas contratadas, não era incomum o mau tratamento, a morte do prematuro, ou o contágio da ama e da criança por ambos estarem doentes. Eram crianças “subalimentados por amas descuidadas e também doentes, que às vezes lhes davam aguardente para fazê-los dormir, só restava aos enjeitados o caminho da sepultura” (VENÂNCIO, 1999, p. 116). As crianças colocadas na Roda eram criadas por amas mercenárias, voltavam para a Casa dos Expostos com três anos, e até os sete anos a instituição tentava aloca-las em casas de famílias.

O destino dos meninos que, aos três anos, voltavam da casa das amas-de-leite, era mais problemático. Como eles não eram alvo das mesmas preocupações com a honra e a virtude, como no caso das meninas, raras foram as instituições criadas para protegê-los, antes de meados do século XIX (MARCÍLIO, 1998, p. 178).

1.2.1 Leite mercenário e escravidão

A Casa dos Expostos era o lugar por excelência da criança enjeitada; esta era mantida, segundo a historiografia, especialmente pela ama de leite. Entretanto, não era apenas na Roda que se dava a contratação de amas. Assim como em Portugal e na Europa, no Brasil não era comum nas classes mais abastadas as mães exercerem a amamentação. O médico Ferreira Pinto, em meados do século XIX, buscou justamente convencer essas mulheres dos benefícios proporcionados pelo aleitamento biológico. O que se encontrava entre as famílias da elite era a utilização da ama escravizada – de posse do senhor ou alugada – ou a contratação de mulheres livres que se dispunham ao serviço. Por vezes a intermediária no aluguel das amas de leite eram as parteiras.

Apesar de trabalhos como o de Gilberto Freyre (2004) buscarem conceder um cunho humano à ama de leite, quase que em uma tentativa de minimizar os impactos da escravidão, sugerindo uma possível criação de laços entre a ama e o bebê alimentado, Lilia Schwarcz pontua:

num sistema que supõe a posse de uma pessoa por outra, não há como imaginar qualquer lado positivo ou redentor. Criam-se sempre sociedades violentas, em que o castigo é rotina e a virulência do cotidiano corresponde à força da reação dos escravizados.

E não é preciso olhar longe para enxergar tão perto. Há todo tipo de violência circundando a profissão das amas de leite, que virou símbolo de afeto, mas também de ambiguidade (SCHWARCZ, 2016).²⁶

²⁶ A numeração das páginas da coluna online onde o artigo foi publicado não está aparente. Desse modo, segue a referência completa: SCHWARCZ, Lilia. *Afeto e Violência: sobre mães negras, amas de leite, e babás. Nexo*. Atualizado em Nov. 2016. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/colunistas/2016/Afeto-e-viol%C3%Aancia-sobre-m%C3%A3es-negras-amas-de-leite-e-bab%C3%A1s>). Acesso em: 20 ag. 2017.

É a partir dessa perspectiva que se busca analisar a historiografia que cerca esse período. Elizabeth Carneiro (2006) realiza um estudo sobre a ama de leite entre 1850 e 1888, no qual questiona o que era ser ama na sociedade carioca Oitocentista. No entanto, o trabalho da autora se concentra mais na escravidão – no âmbito do comércio e propriedade de pessoas – do que nas amas, suas funções e costumes.

De acordo com Carneiro, essa designação aparece no século XIX como uma identidade naturalmente institucionalizada de posição inferior, cujas informações ou descrições eram feitas pelo branco, livre e proprietário. As amas eram uma confluência de fatores impostos, preestabelecidos e arraigados pela cultura, “[...] são, portanto, um objeto/sujeito que aparece nos discursos sob certas condições históricas. São essas as condições que as configuram, criando sua substância mais geral e também suas feições peculiares” (CARNEIRO, 2006, p. 13). A autora assim caracteriza representações históricas de corpos de mulheres africanas ou descendentes destas:

propriedades que eram, foram nomeadas em razão da possibilidade de usufruto do trabalho compulsório em relação a outros corpos – proprietários, locadores, locatários-, na prática do aleitamento classificado pelo saber médico que nascia como “mercenário” (CARNEIRO, 2006, p. 15-16).

Em diálogo com Renato Pinto Venâncio, a autora afirma que as amas tinham “remuneração irrisória, equivalente ao provimento de alimentação básica” (CARNEIRO, 2006, p. 63). As famílias ou mães solteiras que acolhiam enjeitados da Casa dos Expostos recebiam menos remuneração do que a ama de leite alugada. O serviço era vantajoso, pois a Santa Casa, além do pagamento mensal ao proprietário, garantia alimentação e assistência à escrava em serviço. Segundo Carneiro, “ter a propriedade de uma escrava em condições de aleitar conferia ao possuidor de tal bem uma posição diferenciada e superior, porque lhe possibilitava usufruir um negócio bem mais rentável financeiramente do que buscar um enjeitado na Casa dos Expostos para criar” (CARNEIRO, 2006, p. 65).

As famílias que alugavam a mãe escrava para o aleitamento ou recorriam a uma escrava parida de sua propriedade também viviam sob a possibilidade de morte do infante, mas tinham na vigilância uma forma de controle. As crianças nascidas escravas podiam ser vendidas ao alcançarem certa idade, constituindo um comércio certamente menos lucrativo que o escravo do sexo masculino em idade adulta. Contudo,

não se pode negar, porém, que houve um lugar para a criança escrava no sistema escravista, seja pelo menor preço que tinha no mercado, o que possibilitava que fosse adquirida por pessoa de menos posses; seja pelas múltiplas e variadas funções que desempenhou. Funções estas, vale a pena

lembrar, com características específicas, e algumas delas dificilmente realizadas por outrem (MOTT, 1989, p. 91).

Ferreira Pinto aconselhava os senhores de escravos a tratarem bem as cativas grávidas, alocando-as em serviços mais leves. O autor cita outros intelectuais do período que faziam a mesma defesa, tais como o Reverendo Walsh, em sua visita ao Brasil, nas primeiras décadas do século XIX; e o jurista Perdigão Malheiro, na segunda metade do XIX. Ambos defendiam o “bom tratamento” de escravos para que estes reproduzissem servos. Representação presente na literatura e na poesia, Castro Alves, em oposição ao discurso de intelectuais, descreve no livro *Os Escravos*²⁷ a morte infligida por uma escrava ao seu filho.²⁸ O poeta dos escravos relata o choro da mãe que ao matar o filho roga por perdão, mas sente o alívio de vê-lo liberto. Se o poeta falava do infanticídio como opção pela liberdade, os intelectuais da época procuravam ensinar os proprietários a tratar suas escravas grávidas.

“O bebê, ou a cria-de-peito, dava um qualitativo à escrava: o de ama de leite” (MOTT, 1989, p. 92). Maria Lucia Mott destaca a função de aleitamento como aquela que tinha como ator principal o bebê escravo; sem a existência deste não havia a transformação da mulher em ama. Mott se opõe à tese de que a prática do infanticídio ou de métodos abortivos era a saída mais recorrente entre as cativas para livrar seus filhos de igual condição.

A ama de leite estava entre as práticas corriqueiras da metrópole portuguesa trazidas para o cotidiano da antiga colônia. Nesse cenário, a parteira podia fazer o elo entre a parida e a ama.

Gisele Barbosa e Tânia Pimenta (2016), ao investigarem as transformações nos ofícios de cura ao longo do século XIX, sinalizam as parteiras como parte das demandas e interesses sociais. A ida de uma mulher para a enfermaria simbolizava o recurso de alguém sem laços de solidariedade, pois o parto era “[...] um acontecimento que agregava mulheres da família e

²⁷ Foi utilizada a versão online do texto disponível em: Domínio Público. ALVES, Castro. *Os Escravos*. (Coleção A Obra Prima de Cada Autor, v. 147). São Paulo: Martin Claret, 2003.

²⁸ Reprodução de parte do poema *Mater dolorosa*:

Perdão, meu filho... se matar-te é crime
Deus me perdoa... me perdoa já.
A fera enchente quebraria o vime...
Velem-te os anjos e te cuidem lá.
Meu filho dorme... dorme o sono eterno
No berço imenso, que se chama o céu.
Pede às estrelas um olhar materno,
Um seio quente, como o seio meu.

ALVES, Castro.. *Os Escravos*. (Coleção A Obra Prima de Cada Autor, v. 147) São Paulo: Martin Claret, 2003. (Foi utilizada a versão online do texto - Domínio público).

vizinhas, as parturientes nomeavam as parteiras como comadres, demonstrando laços de respeito e afetividade” (BARBOSA; PIMENTA, 2016, p. 490).

Chama atenção o fato de que boa parte das parteiras estava ligada ao aluguel de amas e utilizava dos meios de comunicação existentes para anunciar seus trabalhos. Há casos de mulheres que primeiro anunciavam os serviços como parteiras e, mais tarde, ofereciam o aluguel de amas de leite. Esse fato confirma que “a prática de alugar amas de leite foi bastante comum e algumas parteiras atuavam nesse ramo” (BARBOSA; PIMENTA, 2016, p. 493).

O aluguel de amas se dava da seguinte forma:

Nos jornais, havia uma seção exclusiva dedicada ao aluguel de amas de leite que, no entanto, não deixava evidente a identidade, profissão ou perfil do anunciante. As parteiras que anunciavam o aluguel de ama de leite costumavam se identificar no seu ofício, possivelmente, como uma forma de propaganda.

Importa destacar quem era essa ama de leite anunciada pelas parteiras. Segundo as fontes e a historiografia, eram mulheres negras e pardas, escravizadas, que haviam dado à luz recentemente. Esse tipo de serviço, à época denominado aleitamento “mercenário”, era descrito como aquele em que a mulher amamentava uma criança mediante um pagamento previamente estipulado. Em se tratando de uma ama de leite escrava, o dinheiro da atividade iria para o seu proprietário. O termo empregado seria usado no discurso médico como forma de distinguir o aleitamento materno do artificial, sendo o termo “mercenário” ligado à ideia de trabalho por dinheiro, sem amor. Uma das estratégias utilizadas pelos senhores para alugar escravas como amas por preços mais altos era a de afastar o filho da mãe cativa, sendo esses levados para Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia. Dessa forma, o filho da contratante não teria que dividir o alimento (BARBOSA; PIMENTA, 2016, p. 495).

Em estudo sobre a atuação de parteiras diplomadas, entre 1830 e 1930, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, Mott também sinaliza que receber escravas grávidas e depois alugá-las como amas de leite tinha sido mais uma das funções das parteiras (MOTT, 1989, p. 118); estas também detinham os segredos da interrupção de uma gravidez. As parteiras eram figuras presentes nos classificadores, anunciando seus serviços particulares, ou em casas de maternidade – estas últimas, a partir de 1876, em acordo com a legislação municipal do Rio de Janeiro, deviam ser dirigidas por médico com a referida aptidão. Em 1861, o *Jornal do Comércio* anunciava os serviços de Mme. Clementine Sonjean, mestra parteira que tinha uma casa de partos situada na Rua das Laranjeiras, ao pé do Largo do Machado, preparada para receber pensionistas brancas e pretas (MOTT, 1989, p. 130). E dali, possivelmente, muitas já saíam do parto para serem empregadas como ama.

Na tentativa de convencimento das famílias quanto à realização do aleitamento, fosse pela perspectiva moral, como a transmissão de maus hábitos das amas aos bebês; fosse pela

perspectiva científica, em razão da possibilidade de geração e contaminação de doenças –, não era incomum, em fins do século XIX, médicos se utilizarem da imprensa para alertar os pais letrados sobre os predicados necessários para a escolha de uma ama. Tamera Marko (2004) relembra a crônica “A Mãe Escrava”, publicada por volta de 1880 no jornal a *Mãe de Família* – periódico fundado na cidade do Rio de Janeiro pelo médico Carlos Costa, com circulação entre 1879 e 1888, vendido tanto na província da Corte quanto em São Paulo e Minas Gerais. O jornal tinha como público-alvo a mulher branca de elite (CARULA, 2012). A história apresentava o desespero de uma ama de leite escrava que, afastada de seu filho, reencontra-o na residência onde fora trabalhar. Por fim, a ama acaba destinando mais atenção ao próprio filho do que ao filho biológico dos senhores; termina matando seu filho e cometendo o suicídio. Essa mesma representação pode ser verificada no quadro de 1912 (Figura 1/ Anexo II), discutido mais adiante neste capítulo.

Além de denotar a decadência da escravidão, a publicação convida um olhar para a infância e a maternidade não restrito às classes dominantes, justamente incitando o instinto maternal das mulheres e famílias que tinham acesso ao jornal.

Se a história presente no periódico feminino de fins do século retratava um fato fictício, o infanticídio talvez fosse mais real do que o jornal descrevia. Rachel Soihet (1989), ao pesquisar a criminalidade feminina no Rio de Janeiro, entre 1890 e 1920, encontra casos verídicos de mulheres que exerciam a dupla jornada entre trabalho e maternidade, e estavam bem distante da mulher idealizada por Machado de Assis:²⁹

Helena tinha os predicados próprios a captar a confiança e a afeição da família. Era dócil, afável, inteligente. Não eram estes, contudo, nem ainda a beleza, os seus dotes por excelência eficazes. O que a tornava superior e lhe dava probabilidade de triunfo, era a arte de acomodar-se às circunstâncias do momento e a toda a casta de espíritos, arte preciosa, que faz hábeis os homens e estimáveis as mulheres. Helena praticava de livros ou de alfinetes, de bailes ou de arranjos de casa, com igual interesse e gosto, frívola com os frívolos, grave com os que o eram, atenciosa e ouvida, sem entono nem vulgaridade. Havia nela a jovialidade da menina e a compostura da mulher feita, um acordo de virtudes domésticas e maneiras elegantes (ASSIS, 1988, p. 10).

Publicado na segunda metade do século XIX, o romance *Helena* traduz a mulher dócil e afável, que sabia se acomodar às circunstâncias de mulher dos livros, mas também dos alfinetes. Tinha a “jovialidade da menina e a compostura da mulher”, praticava as “virtudes domésticas”. Não é sobre essa mulher que Rachel Soihet discorre, mas sim sobre aquela

²⁹ Foi utilizada a versão online do texto em domínio público. ASSIS, Machado. *Helena*. (Coleção Autores Célebres da Literatura Brasileira, v. 3). Rio de Janeiro: Garnier, 1988.

presente na obra de Aluísio Azevedo (1997), Bertoleza, residente de um célebre cortiço, a qual trabalhava ao lado de João Bacamarte, sendo ao mesmo tempo sua criada e sua amante (SOIHET, 1989, p. 165).

A diferença na concepção e estruturação do casamento para as classes sociais da época é um ponto que não pode ser esquecido; as funções e o funcionamento do matrimônio são muito abrangentes, vão da mulher que devia ser responsável pela organização do lar, tendo sob o seu comando empregadas domésticas, àquela que, além do trabalho doméstico, ainda tinha que cuidar de seus lares e filhos.

Embora o casamento para a classe dominante fosse a única via aceitável de união entre um homem e uma mulher, constituindo-se para a última no ideal mais elevado de realização, era proporcionalmente pequeno o número de pessoas casadas, no total da população. [...] Na classe subalterna o casamento formal não predominava [...] Tal se explicaria não só face ao desinteresse decorrente da ausência de propriedade, como pelas despesas acarretadas, além dos entraves burocráticos. A dificuldade do homem pobre de assumir o papel de mantenedor, típico das relações burguesas, seria outro fator ao que se somaria, em alguns casos, a pretensão de algumas mulheres de garantirem sua autonomia [...] (SOIHET, 1989, p. 248).

Assim como Badinter, Soihet argumenta sobre a maternidade como um mito cultural, imposto à mulher. Para tal, a autora recupera o processo arquivado em 1908 no Arquivo Nacional, o qual relata a história de Rosa Maria Fernandes, mãe de três filhos, solteira, natural do Rio de Janeiro, 34 anos, vendedora de cocadas, mulher analfabeta que residia de favor na Rua Visconde de Abaté. Com intuito de educar o filho, Rosa bateu na mão deste com um pedaço de madeira do guarda-roupa; o menino deveria cuidar do irmão menor, mas este tinha fugido para rua. A criança foi a óbito, na Santa Casa de Misericórdia, em decorrência de uma inflamação na mão, provocada pelas farpas da madeira, apesar dos cuidados farmacêuticos obtidos pela mãe a enfermidade já havia progredido bastante (SOIHET, 1989, p. 199-200).

Tem-se a figura de uma mãe solteira, com filhos pequenos, que necessitava trabalhar para garantir o sustento da família; o drama da mulher submetida a muitas jornadas, apoiada pelas redes de sociabilidade que mantinha, mas “sem condições de exercer essa tarefa na medida desejável” (SOIHET, 1989, p. 200).

Se o trabalho como ama de leite tinha seus dias contados – o período de aleitamento e desmame da criança –, a entrada em um lar estranho podia ser apenas o começo de uma longa jornada de trabalho.

Clemencia Maria Joaquina era escrava e ama de leite, em 1871. Após 15 anos de serviço na mesma casa, em 1886 foi registrada como cozinheira, ganhando 20.000 réis por

mês (TELLES, 2013, p. 221). A mulher escravizada que entrava em uma casa como ama permanecia no mesmo lugar, vendo seus filhos crescerem, caso estes tivessem vingado, e cuidando também dos filhos dos patrões, aos quais alimentava. Possivelmente adquiria a liberdade já próximo à Abolição (1888), e era “aproveitada” como cozinheira, uma vez que estava integrada aos serviços e às pessoas da casa, e obtinha “até” remuneração. No Livro de Inscrição de Empregados de São Paulo, Telles identifica para o ano de 1886 a presença de cinco amas de leite brasileiras, das quais uma ‘preta’, outra ‘fula’, uma ‘morena’, e duas ‘brancas’, além de cinco imigrantes (TELLES, 2013, p. 226-227).

Pode-se concluir que a amamentação mercenária mobilizou um mercado de aluguel de escravas paridas. Ao analisar discursos médicos oitocentistas sobre alimentação infantil, Karoline Carula ressalta que:

Os médicos foram unânimes em considerar o aleitamento materno como a melhor maneira de alimentar o bebê. As mulheres que não amamentavam seus filhos, entregando-os as amas de leite, foram duramente condenadas e consideradas desnaturadas. O aleitamento mercenário, por sua vez, foi profundamente associado pelos médicos à escravidão, e muitos dos argumentos a que recorreram para desqualificar o método se fundamentaram no fato de a maioria das amas de leite ser cativas (CARULA, 2016, p. 52).

Essa conjuntura foi alterada com o fim da escravidão, em 1888; a partir de então as amas mercenárias deixaram de ser majoritariamente negras – como por longo período se acreditou –, ou ao menos não descreviam suas características físicas como tal. Da mesma forma, a procura não ficou restrita à ‘mãe preta’, a quem as credices atribuíam um leite mais vigoroso. A expansão da atividade pode ser observada mediante as políticas de fiscalização de nutrizas, mais um indicativo da recorrência de famílias ao leite mercenário.

1.3 A ama de leite no início do século XX

A maior parte dos trabalhos que integram as discussões sobre amas de leite está concentrada no século XIX, e busca analisar o papel da ama escrava na condição de figura de interferência nos lares e objeto de seus senhores. Como se após a Abolição a atividade tivesse deixado de existir ou caído em desuso. No entanto, é justamente o contrário que este estudo propõe apresentar. A ama de leite não apenas segue presente na dinâmica social, como continua sendo alvo de projetos de fiscalização de seus serviços.

Sandra Graham, ao analisar a relação entre patrões e empregados, mais especificamente entre mulheres livres e escravas que trabalhavam como criadas, entre 1860 e 1910, na cidade do Rio de Janeiro, traz uma dimensão que vai além da relação escravos e

senhores, livres e empregadores. A autora reconfigura a posição de vítima passiva do escravo para uma análise de sujeitos permeados por interesses; a chave de sua análise, além do viés de gênero, está no olhar atento para as relações que se estabeleciam entre as pessoas, a partir do qual se percebe que “as criadas atendiam às exigências de trabalho e obediência e, em troca, recebiam doação” (GRAHAM, 1992, p. 15). No período entre 1900 e 1910, a ama de leite, objeto deste trabalho, não era a mulher escrava, talvez a ex-escrava, a liberta, e se apresenta aqui inteiramente envolvida pelas relações patrão-empregado. Não à toa sua posição nos jornais estava justamente enquadrada nos anúncios de “serviços domésticos”. De acordo com o censo de 1906, de 208.879 mulheres entrevistadas, 49% informavam trabalhar como empregadas.

Apesar das desigualdades estabelecidas, uma vida doméstica impunha inevitáveis intimidades. Criados e senhores tinham de viver na presença constante uns dos outros, reproduzindo na rotina diária as complexas e incontáveis permutas simbólicas que os associavam (GRAHAM, 1992, p. 16).

O trabalho no lar implicava direta ou indiretamente a proximidade com os patrões pela vivência diária, ainda que silenciosa. A empregada simbolizava um corpo presente no espaço interno da casa. Nesse sentido, as empregadas domésticas – mucamas, costureiras, cozinheiras, amas, e jardineiros – pertenciam ao serviço interno, à dinâmica de funcionamento da casa de seus senhores, e isso as tornava espectadoras e integrantes do cotidiano do lar.

Essa proximidade também podia trazer grandes recompensas pelos serviços prestados – na forma de atavio ou ornamento que identificasse um *status* social – permitindo com que as amas escravas esperassem por uma possível alforria (GRAHAM, 1992, p. 61). Essas mulheres eram objeto permanente de observação, dentro e fora das casas de trabalho. Exemplo desse quadro é Belmira, mulher escravizada que, em 1872, residia com uma família em Santa Teresa. O fato da retratada ser enviada à rua para serviços externos fazia com que vizinhos viessem a pressupor que esta que não era mais virgem e, conseqüentemente, não necessitava da proteção dos seus senhores. Dentre tantos outros casos explicitados por Graham, Belmira foi uma representação da observação constante e da linha tênue entre patrões e empregados.

Entre 1880 e 1890, a prefeitura da cidade e o governo, imperial e republicano, avaliaram diversas propostas para regular o trabalho doméstico. As criadas tinham como obrigação obedecer a todas as ordens lícitas dos patrões, e estes deviam lhes proporcionar bom tratamento e primeiros socorros ou cuidados hospitalares em caso de doença. Vale destacar que nessa condição estavam incluídas as amas de leite, enquanto o nome das

empregadas ficava arquivado em um registro central; além deste registro, as amas deviam apresentar o atestado médico (GRAHAM, 1992, p. 141-142). As nutrizes não apenas estavam inseridas na seção de serviços domésticos dos periódicos, como compunham o corpo de mulheres que atuavam como empregadas. As agências de trabalho também deviam ser registradas, assegurando a confiabilidade. Contudo, suspeita-se da presença de agências na mediação de anúncios de amas de leite no *Jornal do Brasil* entre 1903 e 1909; em apenas um caso encontram-se duas, possivelmente situadas na mesma rua, mas uma destas pedia que o anúncio não fosse confundido “com outros semelhantes”. Assim se lia em um classificado:

Alugam-se boas cozinheiras, lavadeiras, amas de leite, engomadeiras, moças para amas secas e arrumadeiras para casa de família, meninos etc. Pessoal escolhido e afiançado a casa é nova e séria, para quem quiser ser bem servido. n. 15. – Não confundir este anúncio com outros semelhantes; é 56, 1 andar, Lavradio (*JORNAL do BRASIL*, 12 jan. 1903, p. 4).

O anúncio informa que se alugavam cozinheiras; lavadeiras; engomadeiras; moças para amas secas; e arrumadeiras. Além de não se tratar de um aluguel específico para amas de leite, o agenciador informava procurar casas de família para essas mulheres. Não era uma chamada isolada, mas vale atentar para o adendo do anunciante, segundo o qual a casa era “nova” e “séria” – para que o classificado não fosse confundido com outros semelhantes, comumente encontrados no jornal. As agências surgem aqui como meio de assegurar a condição dos trabalhadores que indicavam.

Em uma análise de anúncios por amostragem entre 1850 e 1872, retirados do *Diário do Rio de Janeiro* e do *Jornal do Comercio*, Luiz Martins aponta o fato de que o número total de anúncios de aleitamento entre escravas, forras e brancas para o ano de 1850 era de 189 anúncios de amas; o maior índice foi em 1854, com 246 anúncios. A análise termina em 1872, ano em que se informam 207 anúncios (MARTINS, 2006, p. 133 e 159). “O chamado aleitamento mercenário parece pertencer ao grupo de tradições coloniais que, à revelia dos desejos e intencionalidades dos intelectuais brasileiros, conseguiu perfurar a camada moral forjada pelo discurso higiênico dos oitocentos” (MARTINS, 2006, p. 90).

As tentativas do saber científico no sentido de direcionar a mulher para o dever da maternidade, bem como para os perigos da ausência de aleitamento, se mostram como resquícius morais e científicos na fala médica do século XIX, no que tange ao convencimento das mães-nobres da corte.

Era a capital do Império o espaço onde se concentravam as atenções, logo, sua característica cosmopolita de cidade aberta ao novo externo deveria ser o ambiente que primeiramente necessitava estar inclinado a assumir os novos padrões comportamentais em circulação no século. A mulher-esposa do

patriarcalismo rural deveria dar lugar à esposa mãe da sociedade que projetava, indubitavelmente, os papéis a serem seguidos por cada um dos indivíduos que a compõem (MARTINS, 2006, p. 99).

Martins afirma ainda que as “crianças escravas, de um modo geral, já nasciam predestinadas a serem vendidas, alugadas ou trocadas, separadas de suas mães. Por sua vez, as mulheres eram emprestadas, vendidas ou alugadas como amas para as crianças dos sobrados” (MARTINS, 2006, p. 125).

Os índices de 1850, 1854 e 1852 obtidos do *Diário do Rio de Janeiro* e do *Jornal do Comercio* foram em muito superados pelo quantitativo de amas encontrado apenas em um periódico no século XX. Em 1903, o *Jornal do Brasil* contava com anúncios de 438 mercenárias do leite. Após os 53 anos, a ama não apenas continuava sendo um recurso de muitas famílias, como tinha a sua demanda duplicada.

Em 1902, a *Revista Tagarela*, que satirizava o cotidiano na cidade com ilustrações irreverentes, publica a charge de uma mulher caminhando com a filha; esta, ao avistar a ama – mulher que aleita, ou cuida de uma criança (ama-seca) –, logo a identifica como mãe. Diante da impetuosidade da criança, a mulher é obrigada a pedir que esta se calasse. A imagem (Figura 2/Anexo III) nos adverte ao menos para duas situações: a corriqueira presença de uma terceira pessoa no seio familiar, escolhida para cuidar da prole, e os riscos morais advindos desta escolha, que ainda causava inquietação social. Motivo de alerta da revista às mães e até de recriminação da mulher quando omissa de seu ‘dever’ maternal, tão discutido por Badinter e disseminado ao longo do século XIX como se pode observar acima.

Com a virada do século, constata-se um período de consolidação das mudanças estruturais e comportamentais da sociedade. Passados apenas alguns anos das matérias publicadas semanalmente no jornal *A Mãe de Família*, responsável por ensinar à mulher os ofícios da maternidade, nota-se a presença constante de médicos que ressaltavam, com base no comportamento dos animais, a percepção do instinto como agente determinante na transformação da mulher em mãe – protetora e leoa. A pintura de 1912 (Figura 1/Anexo II) ainda mostra o dilema da mãe ama de leite forçada a dividir o alimento de seu filho. Passados os ventos da transformação urbana, a cidade do Rio de Janeiro já dispunha de longas avenidas, arborização e cortiços derrubados. A cidade também via surgir outras formas de aglomeração urbana e reorganização espacial. A pintura de Lucílio de Albuquerque³⁰ revela

³⁰ Lucílio de Albuquerque (Barras PI, 1877- Rio de Janeiro RJ, 1939) Em 1895, o pintor ingressa no curso de Direito da Faculdade de São Paulo, e mais tarde deixa o curso para seguir nas artes. Como aluno livre frequenta no ano seguinte a Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Em 1906, viaja para a Europa com a esposa, também pintora, Georgina Albuquerque. Em Paris, frequentou a Academia Julian - Escola Superior de Belas

ao menos três pontos: a ama negra está descalça, a criança branca é alimentada em seus braços, e a criança negra, possivelmente o filho, está no chão, observada pela mãe, que entrega o seu leite a outra criança.

A pintura de 1912 nos remete a duas fotografias registradas pela lente de Lopes Cardoso, na Bahia, integrantes da coleção de fotografias do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. A primeira data de 1868 (Figura 3/Anexo IV), e é um cartão de visitas. Modalidade de retrato fotográfico que surge na década de 1860 como “opção mais barata dos suportes anteriores, o qual se tornou rapidamente uma espécie de objeto de desejo das pessoas das diversas raças e classes sociais” (KOUTSOUKOS, 2010, p. 15). No cartão vê-se uma ama de leite, mulher negra, sentada, com panos que lhe cobrem todo o corpo, um vestido repleto de pequenos laços, e envolta por um pano na parte superior, certamente colorido. Não apresentava joias, os únicos adornos que permitiam induzir traços de sua cultura eram o turbando e o pano da costa. Pela data é possível supor que se trata de uma ama escrava, mas também pode ser uma mulher livre a aleitar. A criança em seu colo, branca, loira, rígida na pose para a fotografia. Ambas inertes, à espera do fotógrafo. No estúdio de fotografia “as amas negras tiveram as suas figuras aproximadas da câmera e foram, junto às crianças brancas, sempre o assunto e os sujeitos dos retratos” (KOUTSOUKOS, 2010, p. 138).

Em 1880, foi a vez da imagem de Maria Rita da Costa Pinto e sua ama de leite, Benvenida (Figura 4/Anexo V). A fotografia tinha as dimensões de 16,5 cm x 11 cm, um *carte-cabinet* “tipo de fotografia que era mais comumente usada para ser exposta em porta-retratos sobre os móveis” (KOUTSOUKOS, 2010, p. 197), e foi realizada por encomenda da família. Lopes Cardoso nos traz o retrato de uma mulher com um vestido branco que se mistura à roupa da criança em seu colo, envolta em um pano da costa, com turbante e colares; seu olhar não é dirigido para o fotógrafo, está perdido, ela olha para o chão, tendo em seus braços uma criança; esta aparece sentada ou quase deitada, escorregando pelo colo da mulher, e suas vestes se fundem com as da própria nutriz. A criança, possivelmente com alguns poucos meses de vida, parece totalmente dependente da ama. Não é possível identificar se a mulher estava usando sapatos. A fotografia da ama com a criança foi descrita por Luis Felipe Alencastro como uma união fundada no “amor presente e na violência pregressa” (ALENCASTRO, 1997, p. 440). Ainda que em desacordo com a concepção de construção de um amor forçado e no abrandamento da situação mediante a efetivação de laços, vale destacar

Artes. Em 1911, participa na Itália, da Exposição Nacional de Bruxelas. Quando retorna ao Rio de Janeiro se torna professor da Escola de Belas Artes. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21324/lucilio-de-albuquerque>. Acesso em: 16/09/2017).

que essa violência “fendeu a alma da escrava, abrindo o espaço afetivo que está sendo *invadido* pelo filho de seu senhor. Quase todo o Brasil cabe nessa foto” (ALENCASTRO, 1997, p. 440, grifo nosso).

Quanto a afirmação de que as amas fotografadas no século XIX eram mulheres escravizadas,³¹ vale destacar que a fotografia não apresenta nenhum indicativo desta afirmação, como consta em dois registros de Lopes Cardoso. Será utilizado aqui o enunciado de Sandra Koutsoukos, em seu trabalho *Negros no estudo do fotógrafo*:

Grande parte das fotos que vi de escravos levados pelos senhores aos estúdios dos fotógrafos na segunda metade do século XIX é de amas negras com crianças brancas por elas amamentadas e/ou cuidadas. Na verdade, muitas vezes quando falo *foto de escravo* estou assumindo riscos, pois nem sempre tenho como garantir que aquela pessoa retratada era realmente escrava, e não uma pessoa livre; a não ser que isso esteja explicitado na foto, escrito no seu verso, no álbum que a guarda, ou na ficha de identificação da foto, constante numa gaveta ou no computador do acervo ao qual pertence. É claro que alguns indícios podem levar a crer se tratar da foto de uma pessoa escrava; um deles, como vimos, eram os pés descalços (KOUTSOUKOS, 2010, p. 136, 137).

A mulher da pintura de 1912 também é negra; diferentemente daquelas fotografadas por Lopes Cardoso, usa vestes modestas e não traz calçado, ou ao menos aparece sem estes na pintura; a criança amamentada é branca. Qual a diferença entre essas amas? A sociedade que as cerca é um fato, Marc Bloch (2001) fala sobre a não repetição da história; mesmo quando situações semelhantes insistem em recorrer, a conjuntura que as cerca, bem como, por sua vez, as sociedades, são diferentes, e mesmo diante de contextos análogos as respostas não são as mesmas.

De volta à imagem de 1912, a ama negra, descalça, sentada no chão, o menino branco em seu colo, ninguém olha para o artista. Não se sabe se a pintura traz a última imagem de ama de leite – em uma sociedade que, como defendido por Carneiro e Marcílio, já não fazia uso deste serviço em excesso – ou se retrata um modelo ainda vigente nos lares. Entretanto, o serviço encontra-se em alguns apontamentos: entre 1910 e 1920, o *Jornal do Brasil* – ao contrário da defesa de Marcílio (1998) a favor do fim do aleitamento mercenário em decorrência da proliferação das farinhas lácteas – indica um aumento na recorrência do termo “ama de leite”, que sabemos não corresponder exclusivamente à contratação ou à oferta do

³¹ No que tange aos trabalhos e discussões acerca da ama de leite e sua presença na fotografia vale destacar o estudo realizado por Rafaela Deiab. Em sua dissertação trata a ama de leite na literatura e as representações sociais da nutriz, inclusive na fotografia para o século XIX. Deste modo, discute a memória coletiva produzida e consolidada em torno da “mãe-preta”, analisando assim o próprio sistema escravista no qual estavam submetidas e a ambiguidade de sua construção para a literatura. Ver: DEIAB, 2006.

serviço. Pode-se encontrar a presença da personagem em matérias desse jornal ao longo da década, bem como em peças teatrais, entre outras diversas possibilidades. A queda do termo no *Jornal do Brasil* só veio a ocorrer após os anos de 1930.

Outro ponto que pode ser levantado é a comparação dessas mulheres com as retratações da Virgem Maria, mulher santificada, exemplo mais terno da maternidade – a amamentação do menino Jesus. A charge e a pintura anteriormente descritas correspondem justamente ao contrário do amor materno idealizado – indicam a mãe que não amamenta, mas recorre a uma segunda pessoa para garantir o bem-estar da prole. Não se pode afirmar que a prática estava longe de cair em desuso em 1912, mas quando da publicação daquela charge em 1902, as amas de leite ainda estavam no auge de sua curta carreira – que correspondia ao período lácteo de uma mulher, em geral até os 18 meses do recém-nascido. Quando muito as amas tinham a chance de serem contratadas para ficar com a criança, durante os primeiros anos de vida desta, como “ama-seca” –conforme indicam os jornais. O universo do aleitamento, apesar de curto, garantia a mobilização de dezenas de mulheres pela cidade, custeava seu sustento, ainda que com dificuldade, e movimentava o pagamento de anúncios nos periódicos. Ademais, essas mulheres, eram alvos constantes, se não da moral materna, da oposição científica representada pelos médicos.

De acordo com Marcílio, em decorrência do conhecimento das técnicas de esterilização, por volta de 1890 o aleitamento artificial figurava no âmbito das pesquisas médicas, “provocando um processo de aperfeiçoamento das mamadeiras e de sua industrialização” (MARCÍLIO, 1998, p. 82). Assim a autora relatava o avanço dos processos de esterilização:

A esterilização do leite ganhava dimensões industriais (inicialmente na Alemanha, seguida pela Suíça e, depois, por quase toda a Europa, ainda antes da Primeira Guerra), assim como o processo de pasteurização. [...] Com todos esses avanços técnicos pôde-se desenvolver a amamentação artificial e melhorar a nutrição das crianças, particularmente daquelas das classes operárias e pobres, bem como as abandonadas em Casas de Expostos (MARCÍLIO, 1998, p. 82).

O leite condensado e o leite em pó tiveram suas primeiras produções por volta de 1830, em vários países – Suíça; Alemanha; Holanda; e Estados Unidos. Em 1865 foi a vez da criação da Farinha Láctea Nestlé, por um comerciante de Frankfurt (MARCÍLIO, 1998, p. 83). Marcílio sustenta que com o desenvolvimento da indústria de leite artificial as amas se tornaram obsoletas:

Resolvidos os processos de industrialização do leite condensado, do leite em pó e da vulcanização da borracha, e descobertos os meios de esterilização do

leite de vaca, a amamentação artificial se tornou possível, sem riscos de contaminação e com as facilidades de sua conservação e distribuição. Com esses progressos, o sistema de amas-de-leite mercenárias tornou-se obsoleto, e elas foram dispensadas. Esse foi um dos fatores que levou à extinção das Rodas de Expostos, que acabaram por desaparecer definitivamente da paisagem europeia em fins do século XIX (MARCÍLIO, 1998, p. 83).

Como aponta a autora, o leite artificial foi determinante para o fim do comércio do leite mercenário. Contudo, esta dissertação argumenta que o processo de “esquecimento” das amas foi muito mais lento do que sugere Marcílio, e não imediatamente subsequente à expansão das farinhas lácteas. Apesar do desenvolvimento das farinhas em fins do século XIX, na primeira década do século XX a imprensa contava com um número expressivo de anúncios de amas de leite na cidade do Rio de Janeiro; apenas para os anos de 1900, 1903 e 1906 foram identificados 1.656 registros no *Jornal do Brasil*, indicando a menção diária da ama no periódico. A presença da mulher mercenária pode ser observada de forma significativa na imprensa até a década de 1930; entre 1920 e 1930 identificou-se uma diminuição na ocorrência deste serviço. No que tange às farinhas lácteas, a expansão do leite artificial ainda carece de estudos a respeito dos seus custos para a sociedade, em início do século XX, e sobretudo do seu impacto nas classes populares.

Nesse ambiente, de um lado encontram-se médicos que faziam a defesa imperativa do leite materno e, em falta deste, recomendavam a utilização da ama de leite, restando às farinhas lácteas espaço que carece de observação na orientação destes acadêmicos. No entanto, as farinhas e as misturas tiveram crescente propaganda nos jornais, o que indica a tentativa de sua difusão na sociedade.

Em estudo recente sobre amas de leite escravas, Robson Silva aponta a mãe preta como fundamental na estrutura da dinâmica social dos Oitocentos, sustentando a dinâmica do trabalho e das relações afetivas que foram criadas mediante a alimentação, mesmo em um cenário de opressão marcado pela relação senhor e escrava. Não restam dúvidas sobre a importância do aleitamento realizado por mulheres escravizadas nas casas senhoriais paulistas, responsáveis pela sobrevivência de inúmeros recém-nascidos, como bem pontua Silva. Contudo, o autor discorda de que tenha havido perda de clientela das mulheres negras para as brancas; ao contrário, na cidade do Rio de Janeiro o leite das mulheres negras continuava sendo considerado por crenças populares como o mais vigoroso. Muito menos se observa o seu desaparecimento com o surgimento das farinhas lácteas, como salienta o autor:

Devido a esse componente racial, que colocava a penha da imoralidade, as amas negras perderiam gradualmente sua clientela para as mulheres brancas. Além do discurso depreciativo dos médicos e pediatras e da concorrência com as europeias, às amas-de-leite escravas teria outro desafio a enfrentar: a invenção da *Farinha Láctea Nestlé*. O surgimento de novos alimentos industrializados para a nutrição infantil foi uma revolução no final do século XIX e possibilitava uma alimentação infantil mais sadia e prática para as crianças, substituindo o leite materno das amas (SILVA, 2016, p. 313).

Percebe-se que gradativamente a criança ganhou espaço na vida cotidiana, até tornar-se objeto principal de políticas públicas em prol do combate à mortalidade infantil. E assim a alimentação que inclui a utilização de nutrizes esteve no cerne dessas prerrogativas, como nos demonstram os estudos de Gisele Sanglard (2014) e Martha de Luna Freire (2015) sobre a construção de instituições destinadas especificamente à infância pobre na capital da República.

A ama na República é a representação de mulheres que vendiam seu leite como mecanismo de subsistência ou complementação da renda familiar. A ama era produto da pobreza urbana, responsável por mobilizar um mercado de leite protagonizado por mulheres que representavam um perigo à ordem social. Identifica-se sua presença na sociedade como um resquício das práticas de colonização, hábito que permeava a corte portuguesa, primeiramente desempenhado por escravas e livres e, mais tarde, por mulheres pertencentes às classes populares. Configura-se, sobretudo, no início do século XX como objeto das ações assistenciais da filantropia, como o Hospital de Crianças mantido pela Santa Casa da Misericórdia. Questionam-se os interesses das classes dirigentes na escolha da mulher pobre. Embora fosse a criança um projeto de nação para o Estado que nascia com a chegada da República, havia ainda toda uma rede de sociabilidades envolvida na manutenção de instituições, com auxílio de somas vultosas.

Neste sentido entende-se a pobreza urbana como um incômodo social, e para minimizar os seus efeitos as classes dirigentes precisavam mobilizar recursos. Como aponta Isabel Sá (1998), em diálogo com Geremek (1986), havia uma seleção do pobre, correspondente a uma pobreza escolhida; a ajuda não era indistinta a todos os necessitados, havia uma relação com a concepção do pobre merecedor, a qual se mostrava essencial na prática da assistência moderna. Assim, identifica-se que a atuação das instituições voltadas ao auxílio da criança pobre e à problematização da alimentação infantil estava completamente mergulhada na seleção das mães atendidas e na definição do perfil do pobre a ser assistido.

Ao trabalhar a atuação de barbeiros e cirurgiões no Estado de Minas Gerais, no século XIX, Figueiredo (1999) aponta a multiplicidade de funções desempenhadas pelo barbeiro e a

confluência das práticas populares e científicas, demonstração de que “é provável que numa cidade como o Rio de Janeiro houvesse barbeiros para os ricos e para os pobres” (Figueiredo, 1999, p. 282). Haveria amas destinadas unicamente a famílias ricas ou registra-se sua presença também em famílias pobres? Como seria essa divisão? Esses são alguns dos fatores que nos levam à tentativa de formulação dos espaços de demanda da atividade, a fim de entender as diferenciações entre o mesmo serviço, “a mesma” prática dotada de apropriações diversas.

Não se encontra uma continuidade de estudos sobre amas de leite para o período Pós-Abolição, como se o serviço de amas de leite tivesse desaparecido junto com o sistema escravista. No entanto, entre 1901 e 1908 o jornal *Correio da Manhã* conta com 357 registros do termo ama de leite, enquanto entre 1900 e 1909 o *Jornal do Brasil* sinaliza pelo menos 2.770 ocorrências. Tais menções, ainda que não fossem todas referentes ao emprego e contratação de amas de leite, ao menos revelam que estas continuavam presentes na rotina da cidade.

CAPÍTULO 2

MÃES, NUTRIZES E MERCENÁRIAS: A Expansão e o Perfil das Amas de Leite na Cidade do Rio de Janeiro na Primeira Década do Século XX

O primeiro capítulo deste trabalho buscou pontuar as transformações ocorridas, ao longo do tempo, no ofício de amamentar – mais precisamente a própria concepção de infância e maternidade diante de diferentes conjunturas temporais. Assim sendo, esses períodos estão compreendidos em um conjunto de concepções sociais que terão relação horizontal com a dinâmica de sociedade em que estão inseridos. Dessa forma, depara-se com a criança tomada como objeto de ações médicas e estatais, sobretudo ao longo do século XX, as quais tiveram suas bases justamente formuladas no período anterior.

Se no primeiro capítulo a intenção era demarcar a atuação da amamentação, em especial a função desenvolvida pelas amas de leite, neste capítulo se buscará analisar a presença do aleitamento mercenário na cidade do Rio de Janeiro, por meio da imprensa. Mais especificamente, propõe-se o mapeamento das localidades de procura e oferta de leite materno, a fim de melhor compreender a extensão deste antigo mercado, bem como os empreendimentos médicos em torno da alimentação infantil. Aqui o jornal, em sua condição de veículo de comunicação, terá relevante papel como intermediário no emprego de nutrizes, uma vez que “procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos” (CAPELATO, 1988, p. 15).

O objetivo principal desta pesquisa é buscar referências às amas de leite na imprensa, a fim de compreender a forma pela qual tanto a mulher que exercia o aleitamento mercenário quanto a própria atividade de amamentação eram percebidas na sociedade republicana. Para tal, recorreu-se à grande imprensa. No entanto, antes de adentrar na análise de fontes, um aspecto precisa ser esclarecido: a terminologia “ama mercenária” sinaliza a mulher que aleita o filho de outrem, mediante recebimento de uma remuneração; esta terminologia será utilizada aqui em conformidade com o vocabulário médico do período, como pode ser visto não apenas em trabalhos de alunos da FMRJ, mas na própria legislação destinada à regulamentação e fiscalização de amas de leite.³²

³²Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública. Decreto 16.3000. Dez.1923 (O regulamento utiliza os termos “ama de leite” e “nutriz mercenária”).

A imprensa figura neste estudo como o meio pelo qual se pode observar o deslocamento de massas pela cidade do Rio de Janeiro. Compreender o papel da imprensa como veículo de comunicação se faz necessário, tanto na escolha de um periódico quanto, conseqüentemente, na escolha de seus leitores. Nelson Werneck Sodré defende a ideia de que a “história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. [...] é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações” (SODRÉ, 1983, p.1).

A escolha pelo *Jornal do Brasil* deveu-se à sua característica de grande espaço destinado a anúncios diversos. Entre 1900 e 1906, o periódico estava situado na Rua Gonçalves Dias, e tinha como redator-chefe o Dr. Fernando Mendes de Almeida,³³ formado em direito pela Universidade de São Paulo. Em sua trajetória jornalística, Almeida trabalhou no *Diário de Notícias*, no *Diário do Comércio* e no *Jornal do Brasil*. No período acima citado, o jornal circulava na cidade; tinha assinatura semestral de 15\$000 réis e assinatura anual no valor de 30\$000 réis. Em sua primeira página, era possível encontrar telegramas e notícias da conjuntura internacional (*JORNAL do BRASIL*, jan. 1900, 1903, 1906). Em breve comparação com os rendimentos mensais de uma ama de leite, informados pelo próprio jornal, acredita-se que o consumo do hábito de leitura e a compra do diário eram restritos ou inexistentes. Tendo em vista que os rendimentos das nutrizas giravam em torno de 100\$000 mensais, a retirada de 15 mil réis para o pagamento da semestralidade comprometia, ainda que uma única vez, 15% de sua renda. Se o hábito da leitura não lhes era acessível, quer pelo custo, quer pelo letramento, ao menos recorriam ao jornal para anunciar seu serviço (*JORNAL do BRASIL*, 1º jan. 1900, p. 4).

No Brasil, ao longo do século XIX, quando as editoras começaram a ganhar um modesto público para a literatura, estas mandavam imprimir livros no exterior – em países como Portugal, França e Alemanha –, norma que adentra o século XX (SODRÉ, 1983, p. 242). Foi principalmente o folhetim o responsável pela conquista do público, pois constituía “o melhor atrativo do jornal, o prato mais suculento que podia oferecer, e por isso o mais

³³ Fernando Mendes de Almeida nasceu na capital do Império, em 1845. Frequentou o Colégio Pedro II, e formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1879. Iniciou o movimento pela criação de uma faculdade de Direito na Corte, embrião da atual Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Foi responsável pela criação do Curso de Comércio da atual Universidade Cândido Mendes. Foi redator-chefe dos jornais *A Vanguarda*, em 1882; *Diário de Notícias*, em 1888; *Diário do Comércio*, de 1888 a 1901; e *Jornal do Brasil*, a partir de 1894. Atuou ainda na Guarda Nacional, obtendo o título de comandante superior interino, em 1899. Ingressou na política em 1910, quando foi eleito senador pelo estado do Maranhão. (Verbetes Primeira República. CPDOC/FGV. Disponível online em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/ALMEIDA,%20Fernando%20Mendes%20de.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017.

procurado. Ler o folhetim chegou a ser um hábito familiar [...] a leitura em voz alta atingia os analfabetos, que eram a maioria” (SODRÉ, 1983, p. 243). Assim, os jornais utilizavam na escrita recursos para a sedução do público a quem se destinavam: “as armas mais apropriadas à clientela que pretende atingir” (CAPELATO, 1988, p. 15). Nesse âmbito, os diários tinham objetivo certo em grupos específicos de leitores:

O periódico que se destina a um público de elite caracteriza-se, geralmente, pela apresentação sóbria, como é o caso de O Estado de S. Paulo e Jornal do Brasil. Os que se dirigem a outras faixas de mercado apelam, em maior ou menor grau, para as ilustrações, títulos espetaculares, crime, sexo, humor, esporte, folhetins, etc. (CAPELATO, 1988, p. 15).

O *Jornal do Brasil* aparece aqui como um periódico voltado à elite, aspecto sóbrio, muitas notícias econômicas e políticas, poucas imagens ou chamadas de artigos espetaculosos. Tinha a garantia de um público leitor, em razão da constância de publicações de pequenas histórias “[...] seguindo a tradição, mantinha sucessivos folhetins” (SODRÉ, 1983, p. 243). Entre as muitas publicações estava *Dom Quixote*, de Cervantes, em 1899. No mesmo ano, foram publicados *A Filha do Pecado*, de Pierre Sales, e *Maldição*, de Maxime Villemer. No ano seguinte foi a vez de *Desgraçada*, de Pierre Decourcelle (SODRÉ, 1983, p. 243).

2.1 As amas de leite nas páginas do Jornal do Brasil³⁴

A Biblioteca Nacional conta com a digitalização de diversos periódicos, cujo acesso antes era permitido em microfilme. Atualmente, o material digitalizado soma revistas e jornais que podem ser pesquisados na base *online* da biblioteca, no sítio denominado hemeroteca digital. O localizador é composto pelo nome do jornal/revista procurado, o período de busca – predeterminado pela própria base de dados, de acordo com o documento e a parte já digitalizada pela instituição –, e a consulta de um assunto ou termo dentro da fonte pesquisada. Assim, a análise apresenta, no documento e no período buscado, o quantitativo de ocorrências do termo investigado, indicando os anos e dias em que é possível observar sua presença.

Ao pesquisar o termo “ama de leite” no *Jornal do Brasil* para o período entre 1900 e 1909, escolhido dentre os espaços de tempo disponibilizados pela própria base de dados, foi possível localizar 2.771 registros do vocábulo. Tendo em vista que o objetivo deste trabalho consiste em compreender a ama no contexto republicano, os anos de 1890 podem surgir como

³⁴ No anexo XIX encontra-se um pequeno demonstrativo de como foi realizada a transcrição de anúncios de amas de leite no Jornal do Brasil.

possibilidade de pesquisa; para este período localizam-se 335 ocorrências do termo, índice que aumenta entre 1910 e 1919, quando constam 3.248 ocorrências. Na década seguinte, entre 1920 e 1929 são encontradas 2.030, e somente nos anos de 1930 o vocábulo sofre uma baixa no jornal, com 624 registros.

No entanto, para este estudo, a primeira década do século XX concentra três fatores importantes: a construção de espaços físicos para a assistência à infância pobre, mediante a abertura de instituições dirigidas por médicos³⁵; os congressos de medicina³⁶ nos quais a criança aparecia como personagem central de discussões; e o reordenamento urbano na capital, fundamental na percepção das demarcações territoriais da cidade e sua relação com os habitantes – as mães, as amas, a imprensa, os médicos, as crianças e as famílias envolvidas.

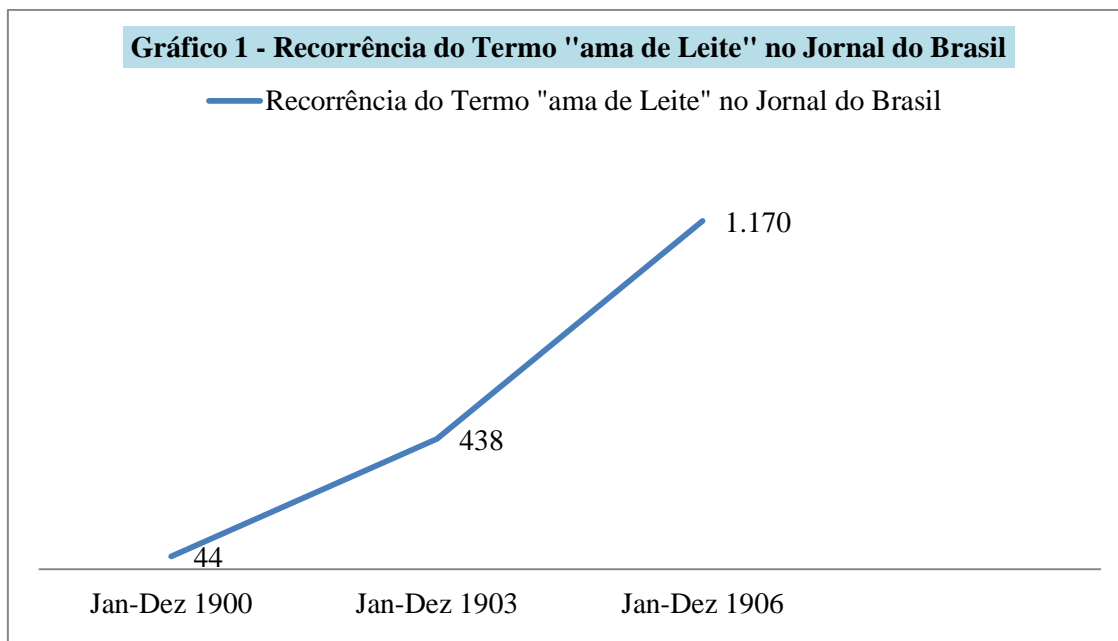
Dentro do quantitativo de ocorrências, vale destacar que o termo “ama de leite” não garantia estar relacionado ao emprego da ama; seu uso indicava apenas o fato de que esta estava de algum modo sendo mencionada na sociedade. Contudo, nada até então confirmava o modo pelo qual esse termo iria se apresentar, podendo assim figurar em matérias, notícias, e outras diversas formas. Percebe-se que para transcrever no âmbito do mestrado esse vasto universo de ocorrências, 2.771 eventos, é necessário um novo recorte no estudo. Deste modo, o trabalho foi baseado em uma amostragem dos anúncios de amas de leite para os anos de 1900, 1903 e 1906. A escolha desses marcos levou em consideração o ano de 1900, o último ano antes da Reforma Urbana ocorrida entre 1902 e 1906, a qual transformaria a organização da cidade no âmbito político, social e econômico. Assim, 1903 representa o primeiro ano após o início dos decretos que alteraram a configuração da cidade e promoveram a retirada das classes populares da área central, em decorrência do aumento nos aluguéis; enquanto o ano de 1906 permite um balanço das mudanças deixadas pela Reforma.³⁷

Nesse período, tem-se um crescimento progressivo da figura da “ama de leite” no *Jornal do Brasil*, como pode ser observado no gráfico 1 abaixo:

³⁵ O Instituto de Proteção e Assistência à Infância, criado em 1899; A Policlínica de Botafogo, criada em 1899; e a Policlínica das Crianças, criada em 1909.

³⁶ Neste âmbito vale destacar, dentre outros, o V Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, em 1903, na cidade do Rio de Janeiro; o IV Congresso Internacional de Assistência Pública e Privada, 1906, ocorrido em Milão;. O Congresso de Assistência Pública e Privada, em 1908, no Rio de Janeiro. (FREIRE; LEONY, 2011).

³⁷ O ano de 1909 fecha o quadro do período pesquisado; porém para informar seu índice de anúncios seria necessário transcrever todo o período para saber quais ocorrências correspondiam ao serviço de amas.



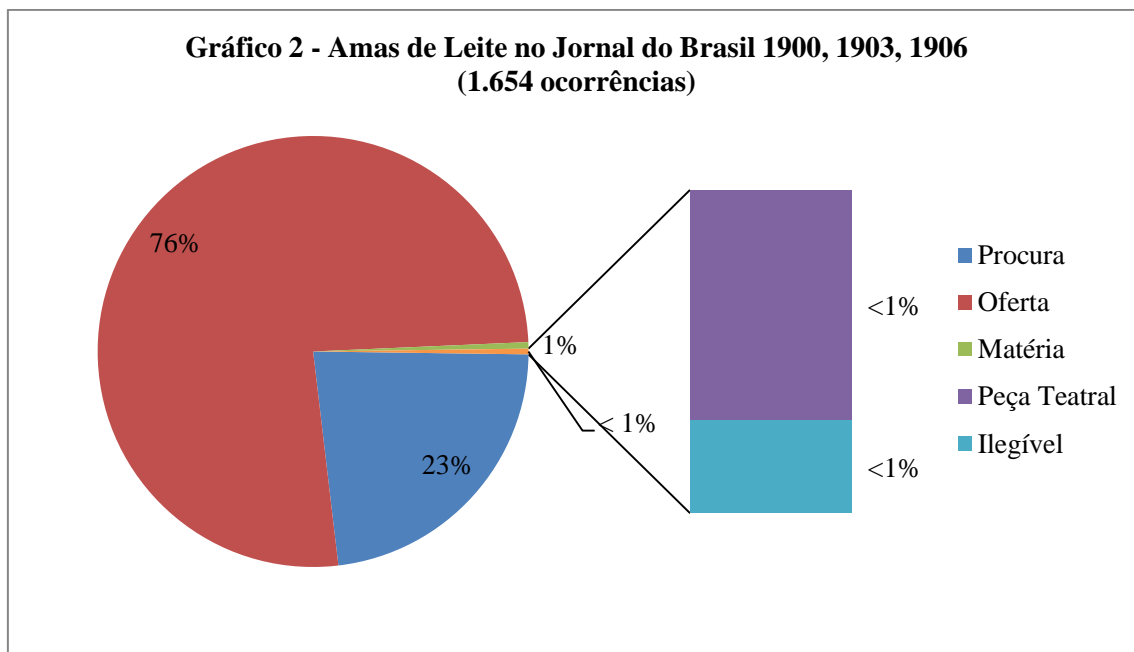
Fonte: *Jornal do Brasil*. (Hemerotecadigital.bn) (Gráfico nosso).

O gráfico mostra que, no ano de 1900, a ama de leite foi mencionada 44 vezes no periódico, uma média de 3 a 4 vezes mensais, e apresenta uma alteração considerável em 1903, quando o número sobe para 438 registros, indicando uma média de 36 menções por mês ou, ao menos, a indicação diária da ama no jornal. Quando se chega a 1906, em uma cidade que vivia os auspícios da modernidade preconizada pela Reforma Urbana, a arcaica atividade é mencionada 1.170 vezes, contabilizando ao menos 97 menções a cada mês, sendo referida minimamente três vezes nas publicações diárias. Esse número seguramente salta aos olhos, pois não apenas indica uma totalidade expressiva, mas permite comprovar que a ama de leite estava relatada no cotidiano do jornal. A procura ou oferta do serviço de leite mercenário eram publicadas do seguinte modo: "Aluga-se uma ama de leite portuguesa: informe-se na Rua da Alfândega n. 172, até ao meio dia" (*JORNAL do BRASIL*, 16 jan. 1900, p. 4). Compreende-se a expressão "aluga-se" como o termo empregado pela mulher que se colocava a serviço do leite mercenário, indicando, por vezes, a sua história, a possível remuneração e o endereço para contato. A maior parte dos anúncios de oferta era precedida da expressão "aluga-se", mas também é possível encontrar o anúncio de uma senhora que se dispõe a aleitar ou uma boa ama residente da Cidade Nova: "Quem precisar de uma boa ama de leite para criar em casa dirija-se à Rua do Porto n. 71, Cidade Nova" (*JORNAL do BRASIL*, 8 mar. 1900, p. 4). Os endereços indicados figuravam como sinalizadores dos espaços onde as amas podiam ser encontradas; mesmo que estes espaços não fossem necessariamente seu local de

moradia, sugeriam o reduto do qual faziam parte e onde podiam ser mais facilmente localizadas.

A procura por amas pode ser observada, em especial, nos anúncios iniciados com “precisa-se”, seguidos pelos predicados que se buscavam na mulher para aleitar. Aqui podia aparecer a idade do leite, a conduta esperada, uma possível indicação de remuneração, e um local para contato; este último é compreendido como a região em que residia a família contratante da ama ou um ponto de encontro – que também vai denotar a posição social do contratante. Como exemplo, pode-se citar a busca pela ama saudável, de preferência portuguesa; como a família não desejava indicar a sua residência, pedia cartas à redação do próprio jornal: "Precisa-se de uma ama de leite que seja muito saudável, preferindo portuguesa; carta a esta redação com as iniciais A.C. dizendo onde pode ser procurada" (*JORNAL do BRASIL*, 19 jan.1900, p. 4). Outro exemplo, partindo de Botafogo, reforça a busca pela ama sadia, limpa e carinhosa: "Precisa-se de uma boa ama de leite, asseada e carinhosa e sobretudo que seja sadia; na Travessa Sorocaba n.1" (*JORNAL do BRASIL*, 28 maio 1900, p. 4). São esses os dois marcos utilizados a fim de nortear a investigação e diferenciar os anúncios, no que tange à procura e à oferta de amas. Entretanto, como já salientado, a palavra “ama de leite” podia aparecer sob uma infinidade de formas no periódico – no corpo de uma matéria; em notícias; como personagem central; apenas a título de menção em peças teatrais; ou em propagandas de leite industrializado. Esse quadro revela o conjunto de possibilidades para o estudo.

Para a opção de trabalhar a partir de amostragem, selecionou-se 3 anos de estudo e identificou-se que este número era muito superior àquele mencionado pela hemeroteca digital, pois, apesar de contabilizar um ou dois anúncios por dia, o periódico podia trazer 6, 10 ou até 15 registros na mesma edição, ampliando exponencialmente os 2.771 registros para a primeira década do século. Foi desse modo, com diversas ocorrências diárias, que se chegou ao índice de 1.654 para os 3 anos de análise. Assim, para os anos de 1900, 1903 e 1906 encontraram-se as seguintes identificações:



Fonte: *Jornal do Brasil* (Hemerotecadigital.bn) 1900,1903,1906.

Em índices³⁸ brutos que totalizam os três anos pesquisados, traduzidos em 1.654 ocorrências da expressão “ama de leite”, 99% correspondem ao trabalho do leite mercenário, ou seja, a predominância de indicações recai sobre o serviço de leite. Tratava-se de uma realidade social, mas não era assunto exclusivo no jornal, e 1% dos dados sinalizam a presença de matérias relativas a crônicas e notícias a respeito da figura da ama.

Nos dias 22 e 23 de fevereiro de 1903, a ama de leite deu nome a um carro alegórico do “Club dos Destemidos”, que satirizava a fiscalização do leite imposta pela prefeitura. Segundo informa o *Jornal do Brasil*, no carro alegórico que representava a higiene figuravam uma ama amamentando; o diretor da higiene – no período em questão Oswaldo Cruz ocupava o cargo de Diretor Geral da Saúde Pública (1903-1909) –; e Luiz Barbosa, delegado da higiene municipal no 1º Distrito Sanitário. Assim descreve o jornal:

Clube dos Destemidos, É hoje que os alegres rapazes, que compõem o elegante Club dos Destemidos, saem à rua, com o seu luxuoso e artístico préstito, caprichosamente organizado e estando destinado às mais ruidosas e festivas manifestações de simpatia, pelas ruas por onde passar [...] Mais carros com fantasias e um carro de crítica, com o seguinte dístico: A higiene defensiva e agressiva. Representa uma grande ama de leite, amamentando conhecido diretor higiênico (*JORNAL do BRASIL*, 22 fev. 1903).

³⁸ Menos de 1% das informações correspondem a dados ilegíveis, nos quais foi constatada a presença da palavra, mas não conseguimos visualizar no jornal sobre o que dizia. Aqui vale destacar 379 ocorrências do termo “ama de leite” na oferta de serviço, 1.260 ocorrências do termo indicando a procura da atividade, 8 ocorrências em matérias diversas do jornal, 5 ocorrências em peças teatrais e 2 ocorrências ilegíveis. Por isso sinalizam um índice menor (<) que 1% para estas três últimas categorias.

O itinerário percorrido partia da Rua Haddock Lobo, na Tijuca, seguia por outros locais: Estácio; Frei Caneca; Areal; Praça da República; Rua da Constituição; Praça Tiradentes; Rua Sete de Setembro; Rua Primeiro de Março; Rua do Ouvidor; Largo de São Francisco; Rua do Teatro, e retornava o percurso pela Praça Tiradentes, passando ainda por outras ruas: Rua do Ourives, Rua da Quitanda, Rua do Rosário; Rua Visconde do Rio Branco, além das já citadas no trajeto de ida, até a Rua Haddock Lobo.

No dia seguinte, o desfile ainda figurava nas primeiras páginas do jornal. O primeiro carro do desfile ironizava a venda de leite pela cidade; a reação popular às ações da higiene pública estava na ordem dos fatos, em razão de atos da prefeitura proibindo o tráfego de vacas e instalando maior controle na assepsia dos estábulos e na venda do leite. O quinto carro trazia a escultura de uma ama de leite com um robusto bebê, caricatura do diretor da higiene.

Clube dos Destemidos Terceiro Carro –Dolce Farniente- engraçada alusão ao ato da Prefeitura proibindo aos vaqueiros andarem com as vacas pelas ruas. [...] A guarda de honra desse carro era composta de 28 músicos do 9º regimento de cavalaria. Vestidos de vaqueiros, tendo à cabeça as respectivas latas de leite. [...] Quinto carro. - A higiene na defensiva e agressiva - Era de muito espírito este carro, que provocou gerais aplausos e ruidosa hilaridade. Representava enorme ama de leite, amamentando um robusto pimpolho, caricatura de certo diretor de higiene (*JORNAL do BRASIL*, 23 fev. 1903).

Ainda no quadro de notícias desse jornal, no dia 11 de julho de 1903, na seção intitulada “Queixas do povo” a ama de leite é mencionada em uma denúncia de maus-tratos:

Manuel Bernardo de Mello, morador à Rua Itapirú n.74 B, [Catumbi] veio ontem a redação do Jornal do Brasil dizer que, tendo empregado a sua amásia a Sra. Amelia Rosa de Jesus, como ama de leite na residência de um oficial do exército, a Rua General Severiano [Botafogo], fora a mesma maltratada pelas pessoas da casa. [...] Sabedor disso aquele senhor foi buscá-la, o que lhe valeu ser injuriado e ameaçado pelo chefe da casa, que se recusava a entregá-la (*JORNAL do BRASIL*, 11 jul. 1903).

Encontra-se aqui a reclamação de um homem que havia alugado ou empregado a mãe de seu filho para trabalhar como ama de leite em uma casa de família. Alguns pontos desse breve relato merecem ser mais considerados: a família empregadora estava situada na rua General Severiano; esta rua acolhia o asilo para escravos e marinheiros velhos e abandonados, além de abrigar a chácara do francês Richeau e a sede do Recolhimento de Órfãos e Desvalidas de Santa Teresa da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (BRASIL GERSON, 2013, p. 151/334). Consta também o caso de um homem que emprega sua amásia, como a ama é descrita; a mulher é maltratada e possivelmente conta o fato para os seus. Quando o homem

com quem vivia vai buscá-la no trabalho, o empregador “se recusa a entregá-la”; dessa forma a ama aparece como uma espécie de posse, na qual um aluga, e o outro se opõe a devolvê-la.

Essa história faz relação com muitas outras observadas por Cláudia Fonseca (1997) em dossiês jurídicos de guarda entre pais, mães e avós. Entre os documentos encontra-se o processo de uma mãe, que precisava trabalhar para complementar a renda familiar, sobretudo após separar-se do marido. Durante toda a ação, a mulher é acusada de prostituição e conduta duvidosa, em razão do seu emprego na casa de terceiros. O caso, ocorrido em Porto Alegre no ano 1925, aponta a fragilidade econômica das classes populares e a percepção da mulher na qualidade de possível provedora do lar paterno. Ao final do processo, as duas filhas ficaram com o pai, por decisão não do juiz, mas da própria mãe. No entender dessa mulher, o marido poderia cair em desgraça a qualquer momento, e o trabalho doméstico se lhe apresenta como necessário, uma vez que não podia depender exclusivamente do companheiro para sobreviver. “Mas a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo de “mulher pública” (FONSECA, 1997, p. 516). A norma oficial colocava a mulher resguardada em casa, ocupada nos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família – situação não diferente, nos primeiros anos do século XX. Assim, nos dossiês de processos conjugais “aparecem poucas operárias industriais, talvez porque as famílias operárias acharam outras vias para resolver disputas conjugais. Mas não faltam exemplos de trabalho feminino: lavadeira, engomadeira, ama-de-leite, cartomante” (FONSECA, 1997, p. 517).

Somado ao trabalho feminino, o caso relatado no jornal pelo amásio da ama maltratada atenta para a fragilidade da liberdade – ainda recente, uma vez que a ocorrência da Lei Áurea se deu somente em 1888. Esse quadro indica a forma pela qual a relação perdurava nos vínculos de trabalho, sobretudo no emprego doméstico, no qual a interação patrão-empregado era intensificada pela presença deste último no interior da dinâmica familiar. Como pontua André Azevedo:

Muitos dos escravos que antes atuavam nas casas ou chácaras dos seus senhores passaram também agora a acorrer às regiões mais próximas ao Centro, lugar de maior concentração de oportunidades de ganhos materiais, mesmo que através de trabalhos eventuais e incertos, como era comum empregar-se boa parte da mão de obra do Rio de Janeiro. Assim, um grande contingente de ex-escravos e homens livres pobres evadidos das antigas unidades agrícolas de produção escravista, castigadas por severa crise, passam a circular pelas ruas da cidade a busca de sua economia da salvação diária. No entanto, o fariam agora sem o instrumento tradicional de controle social que era a escravidão. A instauração de um novo regime com o golpe republicano também encetaria transformações marcantes na urbe carioca (AZEVEDO, 2016, 588).

Nesse cenário, o papel representado pela ama estava marcado pelo trabalho doméstico fora de casa, o qual ia de encontro à moral preconizada, ainda que naturalizada entre as classes populares; o trabalho poderia ser um mecanismo contra a dignidade desta mulher, quando em julgamento. Notam-se ainda a informalidade da relação conjugal e os resquícios de uma cultura marcada pela escravidão. No caso em questão, a mulher era o elo mais frágil, devendo obediência ao senhor, agora patrão; e ao marido, a falar em seu nome e ser beneficiado pelos frutos de seu trabalho.

As amas, assim como as demais empregadas domésticas, mucamas, costureiras e cozinheiras, “pertenciam aos domínios do trabalho portas adentro, trabalho que as fazia testemunhas e, em certa medida, participantes na vida diária do senhor e da senhora” (GRAHAM, 1943, p. 51). A ama, justamente por entrar nos aposentos mais íntimos dos seus senhores, “era a mais estreitamente vigiada de todas” (GRAHAM, 1943, p. 18). Ao longo das décadas de 1880 e 1890, os governos imperial e republicano receberam e avaliaram propostas para regular o trabalho doméstico, e a legislação buscou definir obrigações, direitos e deveres de patrões e empregados. A criada deveria obedecer a todas as ordens lícitas do patrão, além de ser respeitosa e ter zelo em suas ações. Os patrões, por seu lado, deveriam proporcionar-lhe bom tratamento, quarto e comida, além do salário. A criada seria recompensada em caso de ofensa ou maus-tratos (GRAHAM, 1943, p. 142). Tudo indica que, em 1903, essas mulheres continuavam à mercê das ações de seus empregadores, mais como posse do que como encarregada de um serviço.

A presença da personagem ‘ama de leite’ em peças teatrais corresponde a pouco menos de 1% dos resultados, totalizando 8 ocorrências. Todavia, uma peça, em especial, ganhou notoriedade no jornal, merecendo extensa resenha de todo os seus atos. Em 1903, a ama foi personagem principal da peça escrita pelo francês Eugène Brieux³⁹, apresentada na cidade do Rio de Janeiro pela Companhia Parisiense do Théâtre Antoine. A resenha apontava a brilhante apresentação e o igualmente brilhante conteúdo que a peça trazia em discussão. Denominada *Les Remplaçantes* (*Os Substitutos*, em tradução livre), a peça era assim descrita pelo jornal:

³⁹ Nascido em Paris (1858-1932), Eugène Brieux foi um dramaturgo francês, caracterizado por um trabalho que retratava as mazelas sociais de seu tempo. (Fonte: *Encyclopedia Britannica*. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Eugene-Brieux>; Rabello, Luiz Francisco. Um duplo centenário “O teatro Livre” e o “Teatro Moderno”. Estudos Aplicados. Sinais de Cena. 2005). Acesso em: 19 out. 2017.

Tournée do Teatro Antoine
Les Remplaçantes

Les Remplaçantes, de Brieux, é a peça mais interessante e mais bem representada, que até agora nos deu a tournée do Teatro Antoine.[...] A peça aborda um dos problemas mais graves da vida social francesa e europeia: a amamentação mercenária, desmoralizando o campo em proveito das cidades, transformando as aldeias em coios de parasitas, vagabundos e ébrias sustentadas pelas soldas das amas; a mortalidade excessiva das crianças alimentadas a *biberon* ou nutridas por leites envenenados, aumentando o já desolador coeficiente do despovoamento. Tudo isso expõe, comenta e discute o *raisonneur* da peça, o Dr. Richon, porta voz das críticas acerbas e das ideias generosas do autor (*JORNAL do BRASIL*, 6 jul. 1903, p. 3).

O primeiro ato traz a história de uma aldeia que vivia da miséria e do vício de Paris. Todas as mulheres casadas ou amancebadas seguiam para a capital, engajadas pelo tio François, e dali enviavam as soldas obtidas aos maridos e amantes, deixando seus filhos entregues às “tecedeiras de anjos”. Com o pagamento de uma insignificante mensalidade “maridos e amantes passam a existência de um regabofe contínuo, devorando o suor e o sangue das pobrezinhas. Na aldeia ninguém trabalha; os homens sem de tal se aperceberem, são verdadeiros *souteneurs*” (*JORNAL do BRASIL*, 06 Jul. 1903, p.03).

Dentre os camponeses avarentos, egoístas e astutos, ninguém excedia Péré Planchot; este havia consentido que o filho, Planchot, com 1.500 francos, farto enxoval e dois costumes domingueiros, desposasse Lazarette, “já com a intenção reservada de explorá-la, como exploraria uma vaca leiteira. Será ama, como as outras, e ele e a velhota, a pretexto de criar os netinhos, irão embolsando, sem trabalhar, uma mesada da nora”. Todavia, sem corresponder aos interesses do sogro, Lazarette criou o primeiro filho e estava decidida a criar o segundo, destoando de suas conterrâneas. O marido, por respeitá-la e temê-la, não tomava partido da situação (*JORNAL do BRASIL*, 6 jul. 1903, p. 3).

Entretanto, certo dia surgiu uma rica família de Paris em busca de uma ama sem taras; apesar de sua relutância, Lazarette não teve escolha. O ato termina com um diálogo entre “o médico mundano, o especialista transigindo com todas as fraquezas e todas as vilanias douradas da sociedade *v’lan* e o clínico da aldeia, o velho médico, meio filósofo, meio filantropo, para quem o dever profissional é ainda uma religião” (*JORNAL do BRASIL*, 6 jul. 1903, p. 3).

No segundo ato, Lazarette trabalha como ama na casa dos Denisart, em Paris, enquanto madame Denisart é a representação da essência mundana, “adora o filho, é certo, mas contanto que o bebê não embarace o menor dos seus prazeres, dos seus caprichos ou das suas futilidades”. Lazarette era caracterizada como uma “ama modelo”, mas a aborreciam

frequentemente. Com ou sem fome lhe era oferecido comida “engordam-na, cevam-na, em proveito do pequeno Guy. Não pode sofrer, chorar, gemer porque a comoção poderia alterar o leite e prejudicar o fidalguinho”. Mais tarde, a visita do tio François lhe trazendo notícias do filho agravaria sua nostalgia. Um dia, enquanto Lazarette saía em passeio com a criança que aleitava, o pequeno Guy, chegou à casa dos Denisart um telegrama informando à ama que seu filho havia adoecido, mas “os Denisart, naturalmente, sonegaram o telegrama. Primeiro Guy... depois o outro! Nada dirão a Lazarette, enquanto não encontrarem quem a substitua”. Em uma visita aos Denisart o Dr. Richon finaliza o segundo ato expondo os inconvenientes e perigos sociais da amamentação mercenária (*JORNAL do BRASIL*, 6 jul. 1903, p. 3).

No terceiro e último ato, Lazarette tem notícia do telegrama e deixa a família Denisart. Encontra o marido envolvido com uma vizinha; furiosa, “esbofeteia a rameira e faz entrar o marido na ordem, apesar da cólera e da lamuria do sogro. Adeus, Paris, adeus bebês da burguesia! De ora em diante viverão do trabalho, só do trabalho, para si e para o seus filhos. Lazarette acalenta o pirralho”. A peça em cartaz na cidade convidava as famílias de elite que iam assisti-la a repensarem o emprego da ama em seus lares. A crítica recaía, sobretudo, na perspectiva moral das mães que não amamentavam por comodidade; a ama era encenada como objeto central, passível de sentimentos, dor, saudades e querer. O emprego aparecia como uma necessidade de sobrevivência e, por fim, a peça reprovava a dinâmica da classe burguesa.

2.2 A cidade do Rio de Janeiro e a demanda por amas de leite na primeira década do século XX

O serviço mercenário do leite corresponde a 99% dos dados encontrados no periódico. Vale ressaltar que isso não equivale ao número de anunciantes, mas de anúncios. Dessa forma, apesar de não se ter o quantitativo real das famílias e mulheres que ofereciam e buscavam os serviços de amamentação na cidade, notam-se dados igualmente valiosos: o montante de ofertas e procuras por distritos e as zonas de maior demanda por anúncios de leite. Se levada em consideração a continuidade de um anúncio por dias ou semanas no jornal, deve-se também atentar para o fato de que o anunciante havia despendido recursos para a sua permanência na imprensa.

A possível agência de serviços domésticos situada no Largo do Capim é um bom exemplo da repetição do anunciante. Fala-se ‘possível’ agência, pelo fato de registrar-se a presença de várias agências que atuavam no aluguel de escravos ao longo do século XIX

(CARNEIRO, 2006). O polo de anúncios ficava no Largo do Capim, entre a Rua do Sabão e a Rua São Pedro, nas proximidades da Rua dos Andradas – rua responsável por concentrar o comércio de capim da cidade.⁴⁰ Ao longo do ano de 1906, é possível observar anúncios de procura e oferta de amas de leite partindo do mesmo sobrado de número 8. São 163 anúncios e pequenas alterações realizadas pelo anunciante, integrando semanalmente a seção de serviços doméstico do *Jornal do Brasil*, durante um ano.

Alguns dos anúncios registrados identificam as mudanças que ocorriam nas propagandas. A oferta começa em 1º de janeiro de 1906: "Aluga-se, por 100\$, uma ama de leite sem filho, com atestado; no Largo do Capim n.08, sobrado" (*JORNAL do BRASIL*, 1º jan. 1906, p. 4). Passados alguns dias, em 6 de janeiro o anúncio é publicado com algumas mudanças: "Aluga-se uma ama de leite, pretas e brancas, sem filho, com atestado médico; no Largo do Capim n. 08, sobrado" (*JORNAL do BRASIL*, 6 jan.1906, p. 5). Além de uma ama de leite por 100 mil réis e atestado médico, agora o anunciante informava alugar amas pretas e brancas, mas ainda sem filhos. Tem-se aqui a adição da cor na oferta do serviço. Em 23 de janeiro, a ama era branca, com atestado, sem filho, e não fazia questão de ordenado: "Aluga-se uma ama de leite branca sem filho com atestado médico, carinhosa e limpa, não faz questão de ordenado; no Largo do Capim. N.8, sobrado" (*JORNAL do BRASIL*, 23 jan. 1906, p. 5). A tentativa de alugar a mulher indica ao menos dois aspectos: a dificuldade do aluguel e, por isso, a ressalva para a aceitação de qualquer ordenado, e a necessidade de emprego da mulher parida a fim de obter uma fonte de renda. Em 1º de fevereiro a possível agência informava alugar por 70 mil réis mensais uma mulher branca, nova e carinhosa, mensalidade abaixo daquela pedida em diversos anúncios que partiam do mesmo endereço, mas ofereciam remuneração em torno dos 100 mil réis mensais: "Aluga-se por 70\$ uma ama de leite branca, nova, carinhosa, no largo do Capim n. 8, sobrado" (*JORNAL do BRASIL*, 1º fev.1906, p. 5). Vale destacar que, se a agência oferecia a ama por determinado valor, parte da remuneração seria retida pela própria agência, restando à trabalhadora parcela inferior ao valor atribuído no anúncio. "Aluga-se por 100\$ uma ama de leite, sem filho, leite de cinco meses, com atestado do médico do Instituto; no largo do Capim n.8, sobrado" (*JORNAL do BRASIL*, 13 fev. 1906, p. 5). Grande parte dos anúncios indica o aluguel da ama por 100 mil réis. O anúncio supracitado, além da remuneração, afirma ter um atestado do Instituto para o exercício da função – possivelmente em alusão ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância – tido

⁴⁰ “De ponta a ponta o consumo do capim melado foi enorme no Rio de Janeiro. Cultivaram-no de preferência no Andaraí, Engenho Velho, e em Botafogo, para atender as necessidades de tráfego urbano de tração animal” (BRASIL GERSON, 2013, p. 155). O Largo desapareceu com abertura da Avenida Presidente Vargas.

como referência para a atestação de amas de leite na cidade –, situado na área central, na Rua Areal, próximo ao Campo de Santana, localidade acessível às interessadas.

Em 5 de março, o mesmo sobrado situado no Largo do Capim n. 8, anunciava precisar de uma ama de leite. A localização que aparece quase diariamente ofertando amas, era também polo de procura de mulheres para o aleitamento mercenário. Esse aspecto indica um dos motivos para a sua possível configuração como uma agência de trabalho "Precisa-se de uma ama de leite, não se olha preço; no Largo do Capim n.8, sobrado" (*JORNAL do BRASIL*, 5 mar. 1906, p. 6). Além da procura, o anúncio informava ainda não importar o preço; assim, passados oito dias, ofertava-se novamente uma ama sob a remuneração de 120 e 100 mil réis mensais: "Alugam-se por 120\$ uma ama de leite preta e outra branca por 100\$ com atestado; no Largo do Capim n.8, sobrado" (*JORNAL do BRASIL*, 13 mar. 1906. p. 5). Ainda se apresenta uma nova questão: o valor do leite conforme a cor da nutriz. A ama "preta" tinha a remuneração mais elevada, indicando a crença na superioridade do leite na mulher negra, mais forte e vigoroso. Avaliação que médicos como Fernandes Figueira defendiam ser falaciosa, ressaltando que todos os leites eram ricos em nutrientes para a criança, sendo poucos os casos em que a mulher não se encontrava apta para amamentar (FIGUEIRA, 1926).

Se a procura e oferta de amas partindo da mesma localidade e a recorrência de anúncios foram pontos indicados para a possível retratação de uma agência de trabalho, este anúncio parece fechar o quadro das suposições: "Precisa-se de amas de leite, com atestado, e de meninos e meninas; no largo do Capim n. 8, sobrado" (*JORNAL do BRASIL*, 3 set.1906, p. 3). Não eram apenas amas de leite que a localidade informava procurar, mas também meninos e meninas para as tão corriqueiras funções de ama-seca, doméstica e aprendiz. Vale ainda mencionar o anúncio que informa ter mulheres de todas as cores para alugar como amas; inicialmente a localidade busca nutrizas e, em seguida, aparece no controle do aluguel dessas mães: "Alugam-se amas de leite sem filho, pretas, brancas e pardinhas, a 60\$, 90\$ e 100\$; no largo do Capim n. 8, sobrado" (*JORNAL do BRASIL*, 7 set. 1906, p. 1). Em contradição ao anúncio anterior, neste último não era a mulher negra que tinha o leite mais caro: "pretas" com remuneração de 60 mil réis; "brancas" com remuneração de 90 mil réis; e "pardinhas" com o retorno mais elevado, 100 mil réis.

Em 16 de setembro não eram apenas amas, meninos ou meninas que apareciam no sobrado do Largo do Capim, agora cozinheiras também eram anunciadas: "Alugam-se uma ama de leite, sem filho, e uma cozinheira de forno e fogão; no Largo do Capim n. 8, sobrado" (*JORNAL do BRASIL*, 16 set.1906, p. 1). O anúncio seguinte remete àqueles encontrados no

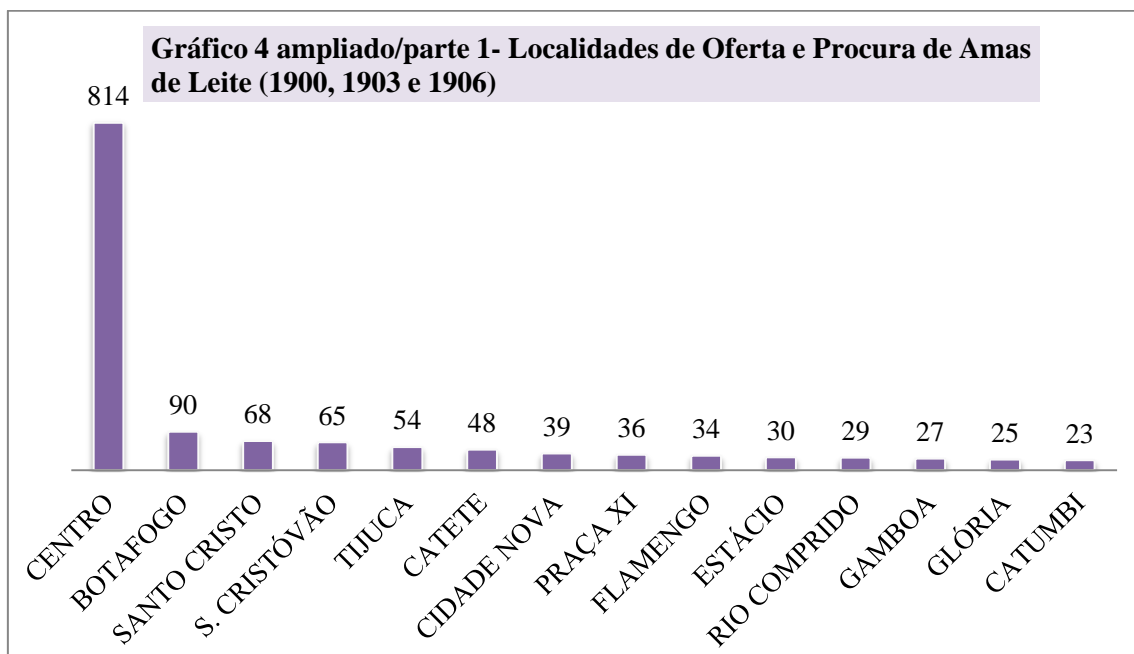
Jornal do Comércio, ao longo do século XIX, para o aluguel de mulheres escravizadas. Tal a semelhança, que nele não aparece o termo “mulher”, substituído por “pretinha”: "Aluga-se por 100\$ uma pretinha, ama de leite, sem filho, com atestado; no Largo do Capim n. 8, sobrado" (*JORNAL do BRASIL*, 12 out. 1906, p. 1). Contudo, esse anúncio não fora mero descuido; dois dias após sua publicação, uma mulher negra foi assim descrita: "Aluga-se por 100\$ uma ama de leite, preta, nova, limpa e carinhosa, no largo do Capim n. 8, sobrado" (*JORNAL do BRASIL*, 14 out. 1906, p. 1). Tais anúncios deixam explícitos os resquícios da escravidão que ainda fervilhavam na recente república (TELLES, 2013).

Desse modo, a oferta e procura por amas de leite na cidade do Rio de Janeiro se mostra estruturada, conforme o gráfico 3 que segue no anexo (Anexo VI) desta dissertação.⁴¹

Os distritos com maior concentração de anúncios de amas, tanto para o aluguel quanto para contratação do leite mercenário, estavam aglutinados na área central – que abarca uma pluralidade de logradouros, conforme pode ser percebido no gráfico 4. A oferta podia partir da Rua Frei Caneca, que até 1890 teve o nome de Conde d’Eu, situada na lateral do Campo de Santana. Nela se situava o Chafariz do Lagarto, cujas águas eram trazidas pelo aqueduto do Catumbi. Essa rua – onde também se encontravam a Biblioteca Municipal, aberta em 1874, e a Casa de Correção e Detenção – fora no Oitocentos “nobrememente residencial”, tanto quanto a Rua do Riachuelo”, e abrigara palacetes da elite. No começo do século XX, quase na sua esquina com o Campo de Santana, nasceu a gafieira Elite. Nas suas proximidades, na Avenida Salvador de Sá – realização da Reforma Passos – nasceram as vilas operárias (BRASIL GERSON, 2013, p. 377-379). A oferta de amas também partia da Rua da Misericórdia, nas imediações do mercado de peixe e da venda de ópio na cidade (JOÃO DO RIO, 2012), e a procura poderia vir de áreas que também eram demandas de oferta, como a Rua da Conceição, onde se instalavam botequins para um café e “capoeiristas perigosos” (JOÃO DO RIO, 2012, p. 110), e a Rua do Riachuelo, antiga estrada Mata-Cavalos, que levava à Zona Sul – Glória, Catete e Laranjeiras. Antes do aterro dos mangais de São Diogo era pelo caminho de Mata-Cavalos que se chegava à Zona Norte e se fazia o percurso do Paço à São Cristóvão. A estrada, cheia de obstáculos, tinha esse nome justamente por cansar os animais que por lá trafegavam. Nos Setecentos foi moradia de ricos e fidalgos, por não ser pantanosa como as demais ruas; em fins do XIX abrigava o Hospital da Ordem do Carmo. Ali residia Capitu, de Machado de Assis, instalavam-se as cervejarias Laiden e Bastos; antes dos bondes que trafegavam em cima dos Arcos, era por essa rua que melhor se chegava à Santa Teresa

⁴¹ Vale destacar que o termo “Est.” Corresponde a abreviação da palavra “Estação” em todas as vezes que aparece nos gráficos da dissertação.

(BRASIL GERSON, 2013, p. 371-375). Desse modo, era na área central que se concentravam 814 anúncios, quase 50 % da totalidade de ocorrências encontradas, o que sugere a sua importância – reduto marcado por freguesias de economias distintas com reflexo no público que o frequentava e nos seus habitantes.



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1900,1903,1906.

Com índice muito inferior ao da zona central, Botafogo, com seu emaranhado número de habitações populares e uma complexa malha de transporte, que facilitava o acesso a localidades mais distantes, aparece como a segunda área de anúncios. Com 90 publicações no jornal, vale destacar que o distrito se tornara a nova São Cristóvão. São Cristóvão fora o bairro imperial; nos Oitocentos, ostentava o esplendor da modernidade, com iluminação a gás, redes de esgoto, e uma boa rede de transporte que o ligava ao Centro; abrigava a residência de D. Pedro II e foi berço da Corte – para lá se deslocaram a família real e seus seguidores, dando origem a grande número de casarões e sobrados nas imediações da residência imperial, a Quinta da Boa Vista (ABREU, 2013). Agora era a vez de Botafogo, que desde a segunda metade do XIX atraía moradores para a construção de chácaras nas suas imediações, prometendo bons ares e a facilidade proporcionada pelas linhas de bonde.

Botafogo oferecia o segundo maior índice de anúncios do leite mercenário; contudo, como mostrarão os gráficos mais à frente, não era uma zona marcada pela procura de amas de leite, de mulheres que cuidassem dos filhos da elite moradora dos casarões da Rua São

Clemente, mas sim de oferta. Não se pode esquecer que o distrito também comportava casebres, cortiços e inúmeras moradias populares nas quais a classe trabalhadora se adensava.

No primeiro quadro de localizações, os índices de anúncios seguem para os seguintes distritos: Santo Cristo (68); São Cristóvão (65); Tijuca (54); Catete (48); Cidade Nova (39); Praça XI (36); Flamengo (34); Estácio (30); Gamboa (27); Glória (25); e Catumbi (23). Ao longo do século XIX encontra-se uma área central bem demarcada: as freguesias da Candelária e de São José, em razão de sua proximidade com o Paço Imperial, tornaram-se cenários das classes dirigentes, ao lado dos sobrados da Rua dos Inválidos, Rua do Lavradio e Rua do Resende, na região da Lapa, aos pés do Morro do Desterro, em Santa Teresa (ABREU, 2013).

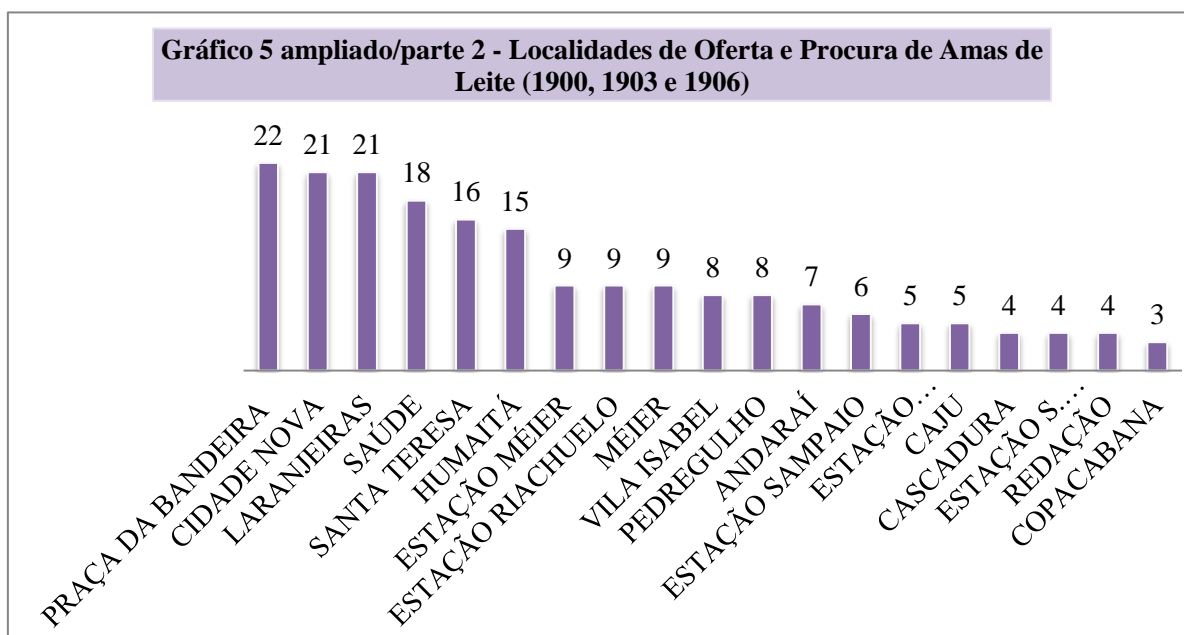
Com a diversificação das linhas de bonde, outras localidades aparecem como espaço dos mais abastados; as terras ao sul da cidade deram lugar para as chácaras da Glória, Catete e Botafogo. Enquanto as demais freguesias eram o cerne dos aglomerados urbanos, como Santa Rita e Santana, que originaram os bairros de Saúde (Gráfico 5), Santo Cristo e Gamboa, três localidades que se podem observar como espaços do leite mercenário. Tais localidades configuravam as áreas mais pobres da cidade e tinham não apenas a oferta de amas, mas a procura pelo leite materno, o que levanta a hipótese de mulheres pobres que contratavam mães ainda mais pobres para cuidar de seus filhos enquanto trabalhavam, dispunham de recursos para arcar com os custos de uma ama de leite.

Ressalta-se que o período entre 1870 e 1902 representou um crescimento acelerado da malha urbana de trens e bondes, com papéis específicos na conformação da cidade:

Os primeiros passaram a servir áreas ainda francamente integradas à cidade, que se abriram então àqueles que podiam se dar ao luxo de morar fora da área central, mas não podiam arcar com os custos, já elevados, dos terrenos da Glória, Botafogo ou Tijuca; os bondes permitiram o êxodo cada vez maior dos que podiam arcar com esse ônus, mas mantinham-se no centro por falta de meio de transporte rápido e regular (ABREU, 2013, p. 43).

Tem-se aqui uma conjuntura bem delimitada de como a urbe estava socialmente organizada. De acordo com o geógrafo, aqueles que permaneceram nas imediações do Centro foram justamente as classes mais pobres que, por não poderem custear o transporte ou ficar à mercê da instabilidade de um meio de locomoção irregular para chegar ao trabalho, ocupavam áreas como a Praça XI, o Estácio, Santo Cristo e Gamboa. De outro lado, há um grupo que segue para as áreas verdes e de capital imobiliário mais elevado, como Tijuca, Botafogo, Glória, além de Flamengo e Laranjeiras (Gráfico 4), sendo transportado pelos bondes. E ainda

aqueles “pobres”⁴² que podiam custear a saída da área central e ser atendidos pela linha férrea, pois “ao contrário dos bondes, que penetraram em áreas que já vinham sendo urbanizadas ou retalhadas em chácaras desde a primeira metade do século. Os trens foram responsáveis pela rápida transformação de freguesias que, até então, se mantinham exclusivamente rurais” (ABREU, 213, p.50). O gráfico abaixo indica a expansão da oferta e procura de amas de leite para arrabaldes mais distantes, em sua maioria cortados pela linha de trem, como indica o gráfico 5:



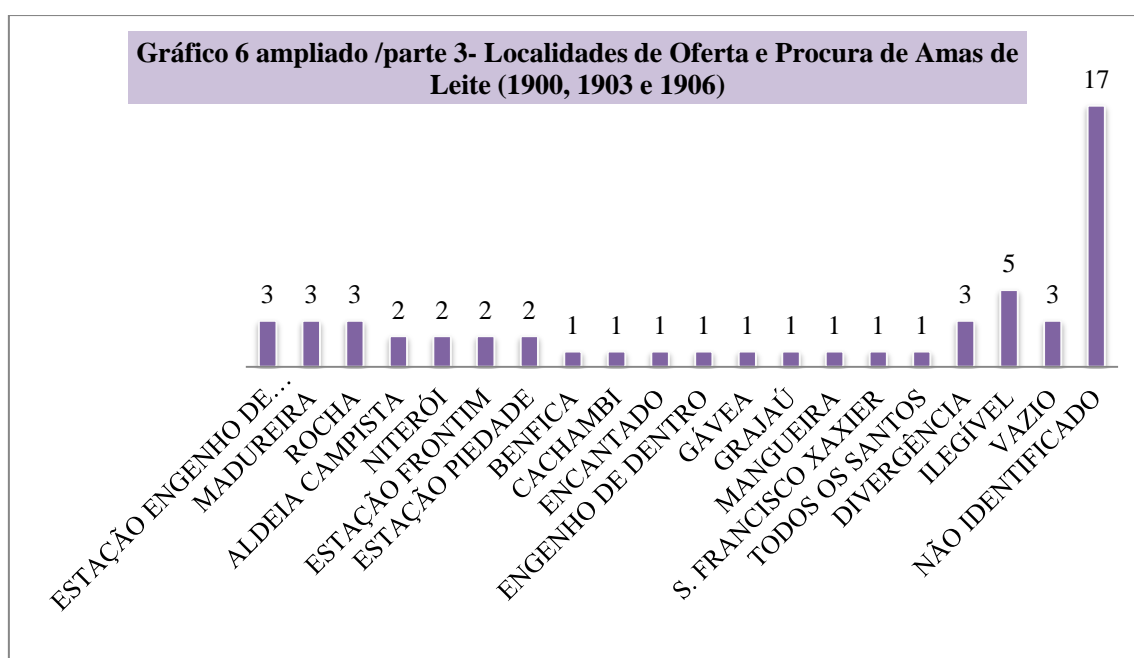
Fonte: *Jornal do Brasil*, 1900,1903,1906.

⁴² Devemos levar em consideração aqui as particularidades que cercam a pobreza, como a existência de elites locais; o indivíduo podia ser pobre para a dinâmica econômica da vida no centro da cidade, mas sua pobreza podia permitir que vivesse confortavelmente em um lugar cujo custo de vida fosse menos elevado. A exemplo, pode-se mencionar o fato de que ser pobre no campo era estar respaldado pela terra e os alimentos advindos desta, enquanto na cidade, a única maneira de sobreviver era a venda de qualquer que fosse a mão de obra, a fim de transformá-la em recurso (SÁ, 1998). Há no interior da pobreza diferenças que determinam a posição do indivíduo dentro do próprio grupo. Bronislaw Geremek assinala que, na Europa medieval, a definição de pobreza e dignidade eram dois fatores fundamentais para justificar uma prisão: “Os guardas municipais [...] Para destrinçarem, durante as rusgas, os vagabundos dos trabalhadores sazonais que com eles andavam muitas vezes misturados, utilizavam o simples método do exame das mãos: os que as tivessem calejadas e curtidas pelas canseiras do trabalho eram deixados em liberdade” (GEREMECK, 1986, p. 250). Sidney Chalhoub identifica o surgimento do termo “classes perigosas” na primeira metade do século XIX, em uma obra inglesa, indicando indivíduos que praticavam atos ilegais como meio de sobrevivência. No Brasil encontra-se o conceito em uma discussão parlamentar na segunda metade do mesmo século, justamente nos meses próximos à abolição (maio de 1888). “Preocupados com as consequências da abolição para a organização do trabalho, o que estava em pauta na ocasião era um projeto de lei sobre a repressão à ociosidade. Nossos parlamentares, ávidos de compêndios europeus irão utilizar como fonte nesta questão alguns autores franceses, cuja definição de classes perigosas parecia vir mais ao encontro de suas preocupações” (CHALHOUB, 1996, p. 20). O pobre trabalhador se constitui assim como homem honrado, em oposição ao pobre que não trabalha, considerado um criminoso em potencial. Desse modo, o pobre e a pobreza não tinham apenas distinções econômicas, mas posições diferentes na sociedade e dentro do próprio grupo, uma vez que, a depender das funções exercidas como meio de subsistência, estas podiam render mais ou menos prestígio social.

Aqui começam a aparecer localidades que até meados do século XVIII eram de difícil ou mesmo impossível acesso, pela ausência de aterros dos sacos e mangues que afluíam pela cidade. É justamente das estações de trem que partem as referências de localizações para a procura ou oferta de amas. Assim, a Estação do Méier, do Riachuelo, de Sampaio, da Mangueira e de S. Francisco Xavier integravam esse cenário, bem como os bairros do Méier, do Pedregulho, do Andaraí, de Cascadura e do Caju.

A ocupação dos subúrbios pode ser exemplificada justamente pela movimentação de passageiros nas estações da Central do Brasil, que em fins do século XIX atingia quase 30 milhões de pessoas. Entre 1886 e 1896, as maiores movimentações de passageiros estavam nas Estações de Engenho de Dentro e Cascadura, ambas com mais de 4 milhões, seguidas por Engenho Novo e Méier, com o deslocamento de quase 4 milhões de passageiros (ABREU, 2013, p. 54).

No gráfico abaixo, localidades também distantes vão fechar o quadro que aponta para um subúrbio com amas de leite:



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1900,1903,1906.

Aqui figuram as estações Engenho Novo; Frontim; Piedade; Engenho de Dentro; e São Francisco Xavier, todas permeadas pela linha do trem. Além de localidades como Madureira; Rocha; Aldeia Campista; Benfica; Cachambi; Encantado; Gávea; Mangueira; Todos os Santos; e até anúncios para Niterói, que não pertencia ao Distrito Federal. Tem-se aqui tanto a

mobilidade proporcionada pelo trem quanto o surgimento dos subúrbios como espaço do leite mercenário. De acordo com o quadro de fundação das paróquias da Cidade do Rio de Janeiro, reproduzido por Sylvia Damazio em seu livro, com base no Anuário de Estatística Municipal de 1909, a fundação da cidade tinha como norte a área central para a aglomeração urbana. As paróquias centrais de Santana, Sacramento, e Gamboa foram criadas no século XIX, entre 1814 e 1835, a da Glória, em 1834; mais tarde foi a vez da paróquia da Gávea, em 1873, um arrabalde ao sul da cidade. Deste mesmo período datam as paróquias ao norte da cidade: Engenho Novo e Andaraí, na década de 1870 – a primeira formada em 1873, e a segunda em 1879. Méier e Tijuca surgiram em 1903; está última antes pertencente à região do Andaraí Grande, mais antiga (DAMAZIO, 1996, p. 18).

A implantação da rede ferroviária precedeu a expansão da cidade, motivada pelo surto cafeeiro do século XIX. A economia foi acompanhada pela ocupação do espaço. A Estrada de Ferro D. Pedro II partia da cidade do Rio de Janeiro até São Paulo. Em 1858, oito levas do trecho foram inauguradas, ligando a ferrovia a Queimados, sendo abertas as estações de Cascadura e, mais tarde, São Cristóvão e Sapopemba – atual Deodoro. A estrada de ferro ainda contava com o ramal da Gamboa e de Santa Cruz, que partia de Sapopemba (DAMAZIO, 1996, p. 22).

Contudo, é preciso sublinhar que a expansão dos meios de locomoção não traduziu a ida instintiva das populações para os subúrbios, pois os custos de deslocamento podiam ser um tanto elevados.

assim como a inauguração de novas paradas deveria estar condicionada a preexistência de população no local para usufruir dos serviços, o fato de haver uma estação deveria incrementar a população espacial. É preciso relativizar essa ocupação, pois não houve uma corrida para os subúrbios e, menos ainda, para a Zona Rural, por essa época – anos 70, 80 e 90 do século passado- em virtude dos elevados preços das passagens dos bondes e, principalmente, dos trens (DAMAZIO, 1996, p. 22).

Em 1890, uma viagem de bonde do centro da cidade para Botafogo, Catumbi ou São Francisco Xavier podia custar 200 réis na primeira classe. Para chegar até o Méier, mais 100 réis, e até Cascadura mais 100 réis, totalizando uma viagem de primeira classe entre o centro da cidade e Cascadura em 400 réis. De trem, do Centro até o Engenho Novo, 600 réis na segunda classe e 1.000 réis até Cascadura – ida e volta gerava um custo de 2.000 mil réis; se o percurso fosse realizado todo o dia corresponderia a um gasto diário de 2\$000 réis. Para os que trabalhavam, além das longas jornadas, que podiam ultrapassar dez horas, ainda seria preciso somar os custos e o tempo da viagem até o subúrbio. “Para aqueles que tinham as ruas do Rio de Janeiro como local de trabalho, então, era vital a permanência nas freguesias

centrais, quer pela impossibilidade de pagar as passagens, quer pelo tempo gasto nas viagens” (DAMÁZIO, 1996, p. 22).

A expansão da venda de leite humano pelo território urbano, na primeira década do século XX, estava relacionada ao próprio processo de crescimento da cidade para áreas antes consideradas longínquas, o que poderá ser mais bem observado com a análise individual dos três anos de anúncios selecionados no *Jornal do Brasil*. O ano de 1900 apresenta uma cidade que já sentia os impactos das linhas de bondes e de trem circulando em conjunto, mas os anos de 1903 e 1906 trazem uma cidade que sofria os impactos da Reforma Urbana, com interferências diretas sobre o capital econômico que geria a metrópole. Também a demarcação territorial fica mais acirrada, promovendo êxodo urbano e a precarização das condições de vida dos menos afortunados. Se a ocupação urbana foi permeada pelo poder de compra do capital, a alimentação infantil também integra a conjuntura como fator que atinge em diferentes níveis as diversas classes sociais. Tudo indica que não perder a prole em decorrência da morte prematura, aleitar e garantir um crescimento saudável seriam objeto de preocupação tanto das mães de elite quanto das mães operárias – mulheres residentes nos sobrados da Rua do Lavradio, nas chácaras da Glória, nas casas de cômodos de Botafogo, ou nas proximidades da Estação do Méier. Todavia, se em 1900 o leite mercenário podia ser encontrado em 16 distritos, esse número duplica em 1906, quando circulava, ao menos, por 39 distritos da cidade.

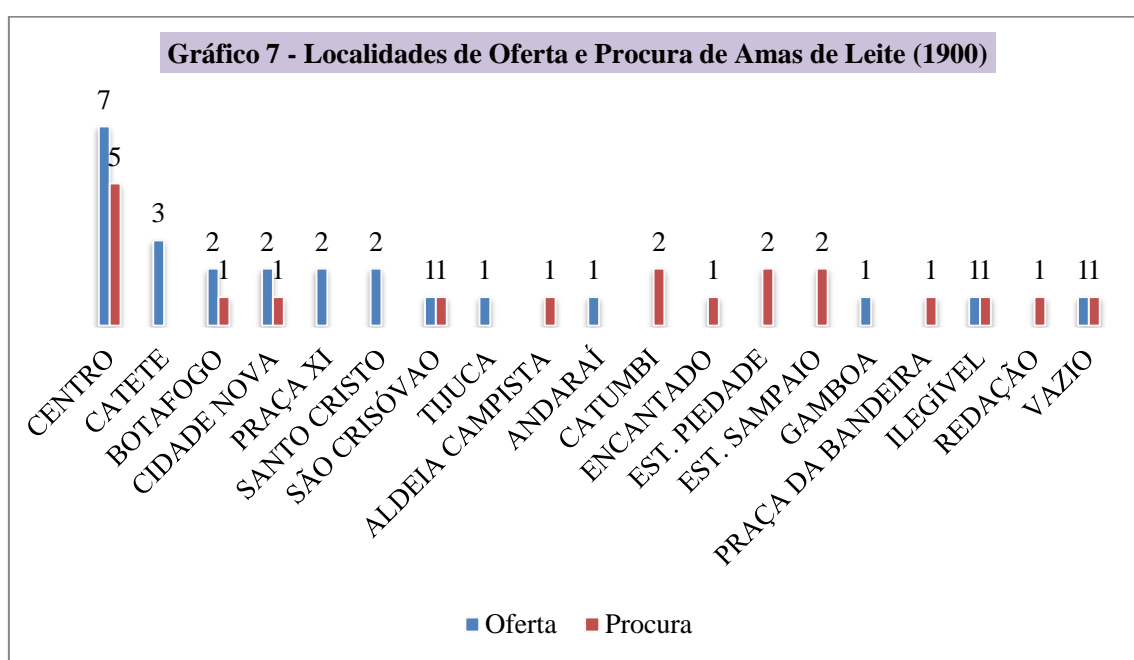
2.2.1 A oferta e procura do leite mercenário no Distrito Federal em 1900

A partir de 1850 a cidade conhece um novo e importante período de expansão, caracterizado não só pela incorporação de novos sítios a área urbana, como também pela intensificação da ocupação de freguesias periféricas (ABREU, 2013, p. 39).

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro vivenciava os recentes ares da conjuntura republicana; desde meados do século XIX, o crescimento tinha se efetivado pelo aterramento de sacos e mangues, permitindo a efetiva ocupação das atuais localidades de Cidade Nova; Catumbi; Estácio; e Rio Cumprido. As ruas receberam iluminação a gás, e os meios de transporte tiveram maior utilidade no encurtamento de distâncias (SANTOS 1996; ABREU, 2013). A República foi acompanhada por uma profunda alteração no quadro de empregos da cidade, após a abolição da escravatura, em 1888, conduzindo uma massa de desempregados em busca por emprego e moradia nas imediações centrais (CHALHOUB,

1996). Era nessa conjuntura de desemprego, sobrevivência e precárias condições habitacionais, que a atividade do leite mercenário figurava na imprensa carioca.

Podem-se verificar para o ano de 1900, 44 aparições da palavra “ama de leite” no *Jornal do Brasil*, e todas indicavam o emprego ou contratação do leite mercenário – 24 anúncios de mulheres que ofertavam o serviço, e 20 anúncios de famílias que buscavam por amas, números compatíveis entre oferta e procura. Pode-se afirmar que a demanda pelo serviço era até proporcional. A cidade contava com uma população concentrada na área central, e a totalidade dos anúncios apresentava 16 localidades de amas de leite, como pode ser observado no gráfico a seguir:



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1900.

O gráfico registra a presença de um tímido subúrbio que começava a aparecer entre as localidades em que as amas figuravam. São Cristóvão tinha procura e oferta equivalentes, uma ama ofertante para cada família requerente. O centro da cidade contava com o maior contingente de procura e oferta, seguido pelo distrito do Catete que despontava como zona de oferta. Também a Praça XI e Santo Cristo, nas imediações do Centro, eram áreas de oferta de amas de leite. A Praça XI estava bem próxima à Cidade Nova, onde oferta e procura eram de 2 para 1. As freguesias de Santana, Santa Rita e Santo Antônio demarcavam as áreas mais degradadas da cidade, nas imediações da Praça XI, denominadas Pequena África, como pontua Lúcia Silva (SILVA, 2013, p. 216). Já a Cidade Nova tinha proximidade com Catumbi, Rio Comprido e uma área fabril, mais precisamente da indústria têxtil, que dava

sinais de crescimento. Santo Cristo, nos limites da zona portuária e dos distritos da Saúde e de Gamboa, contava com uma leva de imigrantes e ex-escravos que vinham trabalhar no porto (ABREU, 2013).

Contudo, o que chama atenção é justamente a figura do subúrbio como espaço que desponta na procura por amas de leite. A procura parte de localidades como o Encantado, a Estação da Piedade e a Estação de Sampaio, que apresentam um índice maior do que distritos mais próximos à área central – como Santo Cristo, Praça XI e São Cristóvão. Piedade e Encantado pertenciam à antiga freguesia de Inhaúma, “a mais importante freguesia rural”, que dispunha de “regular comércio e bem animada indústria, representada por duas fabricas de artesanato de barro [...] fábricas de fósforos, e a de tecidos” (SANTOS, 1965, p. 74). Essa antiga freguesia, posteriormente transformada em diversos distritos, fora uma área de fazendas e quintas como as fazendas do Engenho da Rainha e do Engenho da Pedra, que correspondiam a terras do Amorim, de Ramos, de Olaria e de Irajá.

Em 1900, o subúrbio aparece com um número significativo de anúncios de leite, considerando-se que o cerne de oferta e procura estava na área central, com 7 ofertantes e 5 requerentes. Em 1901, a população suburbana contabilizava 21,1% dos habitantes da cidade, com queda populacional nos anos de 1880, em decorrência da abolição da escravidão, da decadência das fazendas de café, e novo impulso nos anos seguintes com o parcelamento e venda de lotas de terras que eram agrícolas (DAMAZIO, 1996, p. 23).

Na antiga freguesia de Inhaúma, a mais antiga freguesia rural, foi inaugurada a estação de Piedade, em 1873; e a do Encantado, em 1889. Ambas provenientes da Estação Central do Brasil (SANTOS, 1965, p. 75). Localidades que, ao lado de Sampaio, no subúrbio; e de Catumbi, nas proximidades do Centro, eram áreas exclusivas de procura por amas de leite. Todavia, como demonstrou Damazio (1996), se os deslocamentos para o subúrbio não compensavam os gastos de locomoção, que podiam chegar a 600 réis para uma viagem de segunda classe entre o Centro e o Engenho Novo, quem eram as famílias que procuravam por amas de leite no subúrbio?

Em 1900, a oferta podia partir de uma portuguesa, residente na Rua da Passagem. A imigrante de 24 anos, que há poucos dias havia dado à luz um filho, precisava de um emprego: “Aluga-se uma ama de leite de 24 anos de idade, leite de quinze dias, portuguesa e muito carinhosa; quem pretender tenha a bondade de dirigir-se à rua da Passagem n. 63, Botafogo” (*JORNAL do BRASIL*, 27 ago. 1900, p. 4).

A oferta também podia partir de Vila Isabel, de uma senhora casada em busca de casa de bom trato: "Uma senhora de cor branca, casada, oferece-se como ama de leite para casa de família de tratamento; na rua Jorge Rudge n. 15, Boulevard Villa Isabel" (*JORNAL do BRASIL*, 8 maio 1900, p. 4). O anúncio indicava a necessidade de complementar a renda familiar; cor e matrimônio figuravam na oferta do serviço como "predicados" do anunciante. As ofertantes também vinham de Santo Cristo, com leite de apenas um mês: "Aluga-se uma ama de leite, com, dezenove anos de idade, com leite fresco de um mês na Rua Visconde de Sapucaí n.121" – Santo Cristo (*JORNAL do BRASIL*, 7 jun. 1900, p. 4). Fica a indagação de como ficariam os filhos dessas nutrizas, os quais deixavam de receber o leite materno aos 15 ou 90 dias de vida, e poderiam facilmente integrar os índices de mortalidade infantil, em razão da ingestão de papas e farinhas tão comuns de seu tempo.

A procura que partia do subúrbio vinha da Estação de Sampaio e informava dar preferência a uma nutriz preta, sem especificar a remuneração: "Ama de leite. Na Rua de Minas n. 28 A, Estação do Sampaio, precisa-se de uma, dá-se preferência de cor preta, o aluguel e convencionará na aludida casa" – Est. Sampaio (*JORNAL do BRASIL*, 18 jul. 1900, p. 4). Já na Estação de Piedade a família não fazia questão de escolher a cor da ama, e o contato deveria ser feito na charutaria da Estação: "Ama de Leite. Precisa-se de uma na rua Manuel Victorino n. 167, estação da Piedade, para uma criança de quatro meses. Não se faz questão de cor. Informações na charutaria da mesma estação" (*JORNAL do BRASIL*, 07 set.1900, p. 4). A procura por uma nutriz mercenária podia partir de uma família de comerciantes, dona de um pequeno comércio no subúrbio, a qual dispunha de recursos para anunciar no *Jornal do Brasil*. Esse investimento exigia da família desde o deslocamento até o centro da cidade, na Rua Gonçalves Dias, onde estava situado o diário, ao pagamento do anúncio e os recursos para custear o deslocamento da ama até sua moradia, além da remuneração da mulher que, possivelmente, habitaria no trabalho.

Nas imediações centrais, a ama de leite procurada no Catumbi podia ter remuneração de 80 mil réis: "Ama de leite, precisa-se de uma que tenha abundancia de leite, ordenado 80\$: trata-se na Rua José de Alencar n. 9B, Catumbi (é para o centro da cidade)" (*JORNAL do BRASIL*, 19 set. 1900, p. 4). Enquanto a nutriz da Cidade Nova devia ter cor preta e ciência de que iria para uma casa sem luxo, recebendo 50 mil réis: "Precisa-se de uma ama de leite, de cor preta, para casa sem luxo, que não tenha filho, paga-se 50\$000 mensais, na Travessa do Aguiar n. 14, Cidade Nova" (*JORNAL do BRASIL*, 13 dez. 1900, p. 4).

De acordo com Lilia Schwarcz, com a Reforma Urbana ocorrida entre 1902 e 1906, “a região central passou a representar o grau zero da capital”, os arrabaldes eram as regiões “para lá do centro”, e subúrbios eram as localidades que ficavam fora da cidade. Assim, alguns arrabaldes clássicos estavam situados “no início da Zona Sul, como Glória, Flamengo, Botafogo; e, na Zona Norte, Catumbi, Rio Comprido e Tijuca. Já os subúrbios começavam no Méier, conhecido também, por conta de sua infraestrutura, como a “capital dos subúrbios” (SCHWARCZ, 2017, p. 166)

Percebe-se que a remuneração das amas de leite faz relação com a localização dos bairros e, possivelmente, com o capital financeiro de seus moradores. A ama da Cidade Nova, na altura da Praça Onze, reduto de egressos do cativo e habitações coletivas, tinha remuneração de 50 mil réis, enquanto no Catumbi, mais próximo ao Rio Comprido e à Tijuca, reduto fabril para a indústria têxtil, a remuneração chegava aos 80 mil réis, para o exercício da mesma função.

Subúrbio era o termo utilizado desde fins do século XIX para demarcar as áreas fora do Centro, “descrevendo a região residencial e industrial constituída entre a Serra do Engenho Novo, o Morro do Telégrafo (na Mangueira) e o Morro do Retiro (em Realengo)” (SHWARCZ, 2017, p. 167). Desse modo, os subúrbios acompanhavam a linha férrea da Central do Brasil, e havia entre eles uma clara “hierarquia interna, na qual alguns bairros eram desprovidos de infraestrutura – como Cascadura – e, outros definidos localmente como mais chiques e mais elegantes” (SHWARCZ, 2017, p. 167). Entre os mais chiques estavam Jacarepaguá, Tijuca e Méier, pelo clima serrano. Enquanto os bairros menos equipados eram os mais distantes do Centro e “ocupados basicamente por uma população pobre e imigrante, que sai do Rio com a Reforma Passos e com o fim da escravidão” (SHWARCZ, 2017, p. 167).

Os fatores deslocamento e custo de vida podem ainda ser analisados quando se observa o valor habitacional na cidade em relação ao preço dos aluguéis. Tendo em vista o conhecimento do valor das moradias como meio de obter algum parâmetro no que tange ao poder aquisitivo da remuneração das amas, nada mais emblemático do que o custo habitacional. Em 1903, quando se observa que o aluguel de amas de leite continuava girando em torno de 100 mil réis mensais (como se verá no tópico a seguir), era possível alugar uma casa com dois quartos e duas salas, no Méier – entre as estações de Todos os Santos e Engenho Novo – por 35 mil réis: “Aluga-se uma casa com dois quartos, duas sala, cozinha e terreno, na Rua Curupaiti n. 15 entre as estações de Todos os Santos e Engenho de Dentro; as

chaves estão na casa junta e trata-se na mesma, aluguel 35\$000” (*JORNAL do BRASIL*, 1º jan. 1903, p. 8). Aluguel que correspondia a 35 % dos ganhos das nutrizes, fora os gastos com deslocamento; mas pelas dimensões da casa logo se observa que esta era a moradia de família com mais posses.

No Catumbi, mais próximo ao Centro, uma casinha para casal sem filhos não saía por menos de 30 mil réis mensais: “Aluga-se a um casal só, uma casinha por 30\$, na Floresta n. 43, Catumbi” (*JORNAL do BRASIL*, 1º jan. 1903, p. 8). A comodidade da localização compensava o desconforto das dimensões do espaço. Na Estação da Mangueira, a mesma em que se observa a chamada por amas de leite, uma casa com duas salas, quintal e muita água era alugada por 60 mil réis: “Aluga-se por 60\$ uma casa com duas salas, dois quartos, cozinha, quintal e muita água, lugar muito saudável na Rua Oito de Dezembro n.23, trata-se na mesma rua n.28 A, estação a Mangueira” (*JORNAL do BRASIL*, 1º jan. 1903, p. 8). Para morar no Catete ou no Flamengo, a soma era ainda mais vultosa. Uma casa espaçosa para casal sem filhos não saía por menos de 70 mil réis mensais no Flamengo, e 60 mil réis no Catete, como se observa: “Aluga-se por 70\$ uma espaçosa sala de frente e alcova, casal sem filhos ou senhora de toda respeitabilidade, com entrada independente; na rua Dois de Dezembro n. 3, Praia do Flamengo” (*JORNAL do BRASIL*, 10 maio 1903, p. 8). E “Aluga-se uma boa sala de frente por 60\$ e um quarto por 32\$ na Rua do Catete, n.183” (*JORNAL do BRASIL*, 10 maio 1903, p. 8). Na região central, o custo de uma boa moradia seguia os índices de preço dos arrabaldes da Zona Sul: “Aluga-se por 70\$ a casa da Rua Frei Caneca n.297, tendo duas salas, duas alcovas, cozinha e área” (*JORNAL do BRASIL*, 10 maio 1903, p. 8).

A diferença entre essas localidades não estava apenas no preço, mas sobretudo no espaço oferecido. Enquanto os subúrbios ofertavam casas amplas, os arrabaldes da Zona Sul dispunham de uma “grande sala”, ou de “duas salas”, em se tratando da Rua Frei Caneca. A proximidade com o Centro trazia, certamente, custos bem elevados para o cotidiano da população que se arriscava a permanecer por lá. Não sem motivos o grande contingente populacional residia em habitações coletivas, pois havia ainda a necessidade de alimentação, deslocamentos, e itens básicos que garantissem a sobrevivência e fossem comportados em seus salários.

O ano de 1900 sugere que a ama de leite podia ter rendimento entre 50 e 80 mil réis; a procura e a oferta indicam uma proporcionalidade do serviço pela cidade, bem como uma diversificação das localidades em que a nutriz podia trabalhar. Esse quadro justifica o fato de

serem latentes as preocupações médicas em esclarecer a população sobre os perigos do leite mercenário, e mesmo da administração do leite de vaca ao recém-nascido.

2.2.2 1903: a diversificação das localidades de demanda das amas de leite

Ao mesmo tempo em que saneava, embelezava e melhorava as vias de comunicação, adequava-se o centro comercial ao volume crescente dos negócios (DAMAZIO, 1996, p. 25).

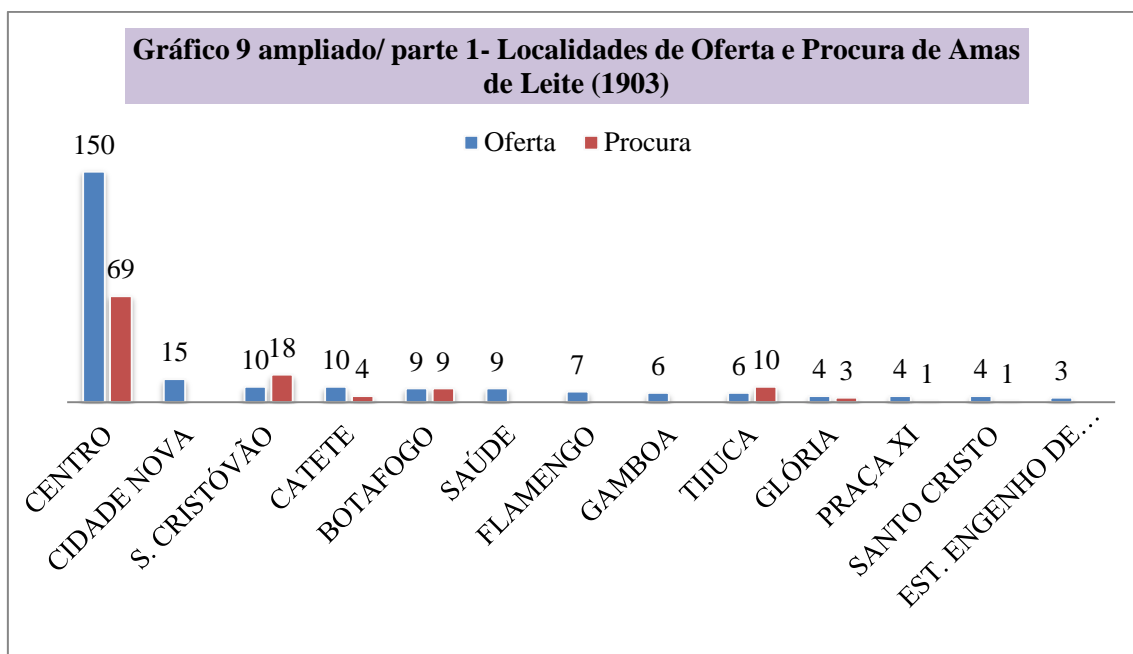
Entre 1902 e 1906, a capital federal passou por transformação urbana, sob a gestão do presidente Rodrigues Alves, do prefeito e engenheiro Pereira Passos, e de um grupo de sanitaristas, arquitetos, urbanistas, médicos e higienistas. A reforma buscou, em especial, modificar o quadro sanitário da capital do país, uma cidade marcada por habitações insalubres, com pouca circulação de ar; ruas sinuosas e sem ventilação; ausência de esgotos, parques e arborização. O centro da cidade ainda refletia ares coloniais, em oposição à metrópole que despontava, onde se situava o porto mais importante do país. A cidade recebia visitantes temerosos de contrair febre amarela, varíola e peste bubônica (SEVCENKO, 1984; CHALHOUB, 1986; CARVALHO, 1987).

A reforma urbana foi responsável pelo estabelecimento de uma nova configuração espacial, como o alargamento da Rua Marechal Floriano até o Largo de Santa Rita, permitindo a comunicação entre pelo menos dois meios de locomoção que atuavam no Cais dos Mineiros e na Alfândega e a Estrada de Ferro Central do Brasil até as Avenidas do Mangue. A construção da Avenida Central, atual Av. Rio Branco, considerada “a mais importante artéria da cidade”, veio a concentrar casas comerciais; hotéis; bibliotecas; sedes de jornais; a Escola de Belas Artes; a Biblioteca Nacional; o Teatro Municipal; e o antigo Palácio Monroe. Construção que culminou com a derrubada de centenas de habitações e “[...] desabrigou milhares de trabalhadores e suas famílias, removendo, também, oficinas, pequenas fábricas e antigas lojas de comércio” (DAMAZIO, 1996, p. 26).

Em 1903, o *Jornal do Brasil* contava com 438 anúncios de amas de leite; a média mostra que o leite mercenário foi lembrado ao longo dos 365 dias do ano. Diferentemente do ano de 1900, no qual se registravam 16 localizações de procura ou oferta, em 1903 essas mulheres podiam circular por 34 regiões distintas da cidade. Das freguesias centrais aos arrabaldes, de norte a sul, é possível localizar a demanda por amas de leite, em número quase dez vezes superior ao índice de ocorrências em 1900. A área central seguia como forte

localidade para a oferta e procura, contabilizando 150 anúncios de ofertas contra 69 de procura, e aparecendo como a região de maior demanda, seguida por áreas próximas ao seu entorno – estas não seguem em uma única direção, mas em dois caminhos opostos – o norte e o sul da cidade, como pode ser observado no gráfico 8 que segue no anexo (Anexo VII) desta dissertação.

De um lado, tem-se a demanda por amas que partem da Cidade Nova e de São Cristóvão, seguindo a linha da Central do Brasil. A primeira era reconhecida como região de oferta de amas; moradia de mulheres recém-chegadas à cidade; imigrantes portuguesas e espanholas que habitavam as ruas D. Laura Araújo, Senhor do Matosinho, e Travessa da Saudade. A Cidade Nova foi marcada por estalagens (JOÃO DO RIO, 2012), “prédios estreitos e muito profundos [...] em tudo revelando a preocupação de aproveitar intensamente o espaço próximo ao centro” (ABREU, 2013, p. 41), habitações que não haviam sofrido o impacto da picareta que atingiu o miolo central das antigas freguesias de Santana e Santa Rita. São Cristóvão conta com uma oferta de 10 anúncios, inferior à procura (18) que partia da região. O antigo bairro imperial tinha estrutura de redes de esgoto, iluminação e canalização que propiciavam o comércio industrial. Diversas indústrias se estabeleceram na região, aproveitando suas facilidades estruturais e a malha de transporte que atendia o distrito. São Cristóvão oferecia “grande proximidade aos eixos ferroviários e aos diversos portos que serviam a cidade (Cais dos Mineiros; Cais Pharoux; Gamboa; Ponta do Caju), dos quais as indústrias dependiam para o recebimento de matérias primas e para exportação” (ABREU, 2013, p. 55). A concentração de procura por amas nessa área sugere a presença de mulheres operárias, que trabalhavam nas fábricas e necessitavam de nutrizes para cuidar da sua prole, enquanto estivessem no exercício de suas funções como pode ser observado no gráfico 9:



Fonte: *JORNAL DO BRASIL*, 1903.

No sentido oposto, Catete, Botafogo, Flamengo e Glória compreendiam áreas de oferta de nutrizas; apenas Botafogo tinha um índice equivalente entre procuras e ofertas. Tais índices sugerem não serem as famílias abastadas do bairro, residentes de chácaras e ruas arborizadas, que figuram no jornal. Essa zona de oferta podia até contradizer a afirmação da intensa procura por amas pelas famílias de elite.

O Flamengo, mais perto do Centro do que Botafogo, somente a partir de meados do século XIX se tornou bairro residencial das classes abastadas. Antes da abertura da Avenida Beira Mar, em 1905, resultado das transformações na cidade, o bairro era um território sem atrativos, habitado “só entre a Glória e a Rua Dois de Dezembro porque para adiante ainda se apresentava ele como uma espécie de fundo de quintal da rua do Catete e da Senador Vergueiro” (BRASIL GERSON, 2013, p. 289). Em fins do século XIX o Flamengo era “por excelência a praia de banhos de mar das famílias cariocas” (BRASIL GERSON, 2013, p. 290). Ao mesmo tempo, era também moradia de gente mais humilde que, servida pelas linhas de bondes até o Centro, podia residir em habitações populares.

No Catete, a Rua Tavares Bastos anunciava a procura por uma ama que pudesse viajar para a Europa a serviço: "Precisa-se de uma ama de leite, caso queira pode acompanhar a família à Europa; na rua Tavares Bastos n. 35, Catete" (*JORNAL do BRASIL*, 22 mai. 1903, p. 3). O anúncio confirmava o potencial econômico dos habitantes do bairro de elite, que certamente custeariam passagem, alimentação, moradia, além de proventos à ama no exterior. Outras famílias podiam ser mais restritivas na seleção, pedindo uma nutriz “de cor”: "Precisa-

se de uma boa ama de leite, de cor, com filho, para família de bom tratamento, na Rua Pedro Américo n. 30, sobrado" (*JORNAL do BRASIL*, 3 out. 1903, p. 4).

Entretanto, era da mesma rua Pedro Américo que partiam anúncios de mulheres para atuar como amas de leite, em quantitativo, aliás, superior à procura existente na região. A mulher informava ser nova, sadia e com filha de nove meses desmamada: "Ama de Leite. Aluga-se uma muito sadia e nova, com uma filhinha de nove meses, já desmamada e que nada estorva; na Rua Pedro Américo n. 52, Catete" (*JORNAL do BRASIL*, 22 abr. 1903, p. 4). Sua vida útil como nutriz estava com os dias ou meses contados, se levado em consideração o desmame mais tardio, aos 18 meses. A necessidade podia fazer ainda que mulheres com apenas 30 dias de parida ofertassem os serviços na região: "Ama de leite – Aluga-se uma de um mês; na Rua Tavares Bastos n. 4, Catete" (*JORNAL do BRASIL*, 3 mai. 1903, p. 5).

A Zona portuária – Saúde, Gamboa e Santo Cristo – indicava os espaços de oferta de amas, mulheres pobres que utilizavam seu estado de gravidez para obtenção de rendimentos. A oferta podia partir da Rua Jogo da Bola, da Ladeira João Homem e do Morro da Conceição.

A ama estrangeira oferecia seus serviços indicando a ladeira como local de procura: "Aluga-se uma ama de leite, estrangeira; na ladeira João Homem n. 2" – Saúde do *BRASIL*, 9 abr. 1903, p. 5). Outra mulher, espanhola e recém-chegada ao Brasil, anunciava no mesmo dia o leite mercenário; a estrangeira pedia para ser procurada, ali na Ladeira da Conceição, na casa de número 1 A, possivelmente o quarto que habitava. "Aluga-se uma ama de leite, espanhola recém-chegada da Europa: trata-se na Ladeira da Conceição n.1 A" (*JORNAL do BRASIL*, 9 abr.1903, p. 5). No Morro da Conceição mais uma mulher ofertava os serviços, tendo leite novo e buscando casa de bom tratamento: "Aluga-se uma boa ama de leite novo, em uma casa de bom tratamento; na Rua do Jogo da Bola n. 40, Morro da Conceição" (*JORNAL do BRASIL*, 10 nov. 1903, p. 4). A região era reduto de imigrantes e mulheres que há pouco tempo haviam dado à luz, a quem a necessidade de sobrevivência obrigava o mais rápido retorno ao trabalho.

Assim como a estação do Engenho de Dentro, o gráfico a seguir (Gráfico 10), expõe que o subúrbio marcado pela oferta de amas de leite era inferior àquele que buscava pelos serviços de uma nutriz. A região de oferta incluía os distritos do Caju; Engenho Novo; Vila Isabel; e Méier. As mulheres seguiam até o *Jornal Do Brasil* para investir no emprego como ama, anunciar seus serviços e, por vezes, suas histórias.

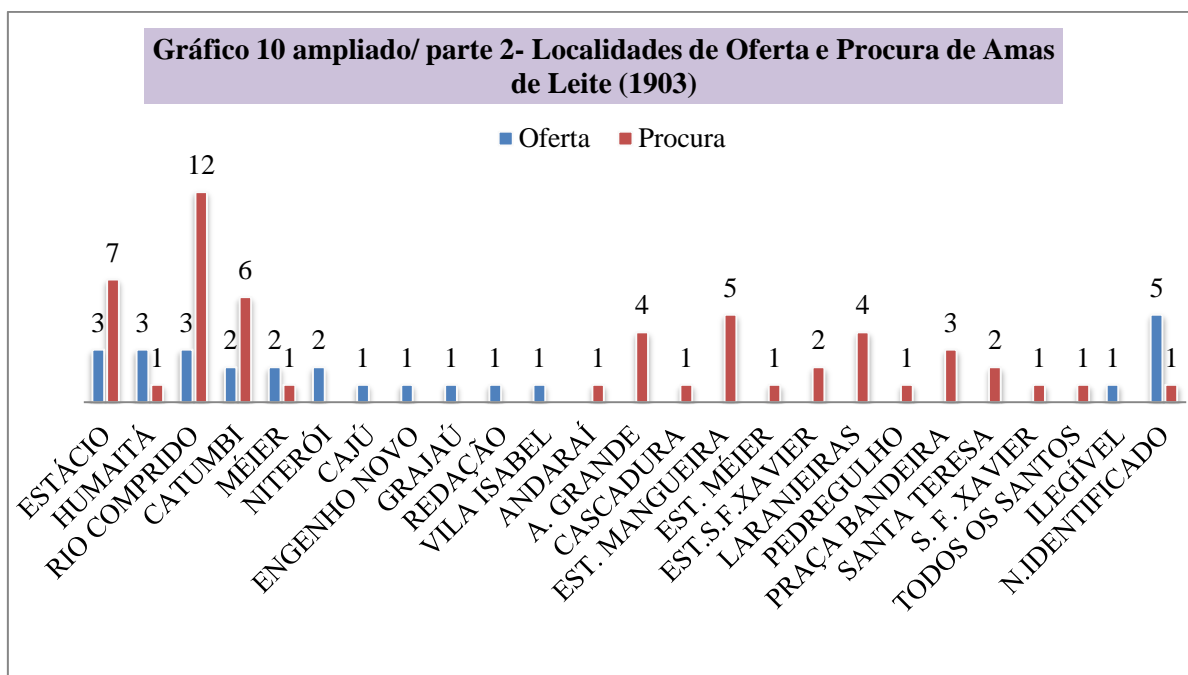
Estácio, Catumbi e Rio Cumprido, ainda nas proximidades do Centro que se expandia através dos aterros, tinham procura superior à oferta, o que faz lembrar a relação com a

indústria têxtil destas localidades. No que concerne aos subúrbios, a região norte da cidade não era reduto de mulheres que necessitavam do emprego como nutriz; estas se encontravam na área central e nos cortiços e casebres da Rua da Passagem, em Botafogo. O subúrbio que aqui aparece era o Andaraí Grande, que corresponde aos atuais bairros de Vila Isabel e Tijuca (SANTOS, 1965), bem como as Estações da Mangueira; do Méier; de São Francisco Xavier; da Praça da Bandeira; do Pedregulho; e de Todos os Santos.

O final do século XIX veio acompanhado por várias ocorrências: expansão de fábricas na cidade; declínio da atividade cafeeira, aumento no fluxo de imigrantes estrangeiros; e acelerado crescimento populacional e habitacional. Preocupado, o Estado buscou intervir com um decreto, em 1882, que ausentava os impostos aduaneiros e concedia benefícios às indústrias que construíssem habitações higiênicas para os seus operários. Em 1888, novo decreto legislativo ausentava impostos sobre a importação de materiais de construção e instituía a concessão de terrenos e edifícios aos que construíssem casas populares. Assim a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro explora o decreto:

Ainda na década de 90, a empresa inaugurou cinco vilas operárias, construídas tanto nas proximidades do centro (Vila Rui Barbosa, na rua dos inválidos), como nos bairros operários do Jardim Botânico (Vila Arthur Sauer), Vila Isabel (Vilas Maxwell e Senador Soares) e Sampaio (Vila Sampaio) (ABREU, 2013, p. 57).

Não se pode esquecer de Laranjeiras, pertencente à antiga freguesia da Glória, mais um espaço da indústria têxtil na cidade que procurava por amas de leite. Seriam as amas de Laranjeiras e dos subúrbios empregadas de mulheres operárias? As fábricas têxteis eram uma exceção à regra de proximidade com o Centro, e estavam instaladas em arrabaldes como Bangu e Piedade, respectivamente com o nome de Companhia Progresso Industrial do Brasil e Companhia Tecidos de Seda Brasileira. Ambas movidas a vapor e instaladas em 1893, às margens da Estrada de Ferro Central do Brasil. As fábricas movidas parcialmente por força hidráulica situavam-se em Laranjeiras, como a Fiação Tecelagem e Tinturaria Aliança, ou próximo ao Jardim Botânico, como a Companhia de Fiação e Tecidos Carioca, a Fábrica São Felix e a Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (ABREU, 2013, p. 55-57).



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1903.

Levando em conta o emprego gerado pelas empresas de tecido e o papel feminino na execução desses serviços, é necessário considerar a gravidez como parte da vida dessas mulheres que, por motivos de trabalho, precisavam deixar de amamentar, mesmo nos primeiros dias de parida, para o retorno ao trabalho. Possivelmente deixavam os seus filhos sob os cuidados de outras mulheres, que deviam ser responsáveis por ministrar uma alimentação. Papas e farinhas eram de conhecimento popular, mas não estariam essas mulheres também buscando por amas de leite? A demanda de amas partindo de Catete; Laranjeiras; Tijuca; Vila Isabel; Aldeia Campista; Sampaio; e Piedade em 1906 nos ajuda a construir esse quadro.

2.2.3 As amas estão no subúrbio? Localidades de procura e oferta do serviço de leite mercenário em 1906

Mas o que significa, em verdade, subúrbio ou suburbano?

Por estranho que pareça, a pergunta se justifica no Rio de Janeiro, e por ser esta, sem dúvida, a única cidade no mundo na qual uma parte, apenas, do que não pertence ao seu perímetro ou centro urbano ficou sendo suburbana, e a outra não, porque a outra ganhou o nome de bairro ou arrabalde, quando lógico seria que entre elas essa discriminação não existisse, e nela bairros e arrabaldes fosse tanto o Méier e Jacarepaguá ao norte como a Gávea e Ipanema ao sul [...] A origem dessa discriminação ou diferenciação está no trem de ferro, mais exatamente nos trens da antiga D. Pedro II quando ela inaugurou as duas primeiras estações do Campo de Sant'Ana em diante, logo denominadas suburbanas – e como era só do velho campo para o Norte que os seus trilhos se estendiam, como os “subúrbios da D. Pedro” (ou da central

mais tarde) é que se foram tornando conhecidos os arrabaldes que nos caminhos por eles percorridos já existiam ou por causa deles mais depressa prosperaram, e como os da Central os da Northen (ou Leopoldina) e da Auxiliar e da Rio d'Ouro mais para o lado do mar (ABREU, 2013, p. 408-409).

De acordo com o *Recenseamento* de 1906, a Reforma Urbana causou mudanças estruturais na população que habitava a cidade, contribuindo diretamente para o seu deslocamento. Em 1890, a população da Candelária contava com 9.701 habitantes, sendo reduzida para 4.454; em 1906. São José e Santa Rita tiveram adensamento populacional, com seu índice de habitantes aumentado. Sacramento passou de 30.663 habitantes para 24.612 moradores. Glória mostrou aumento de quase 15 mil residentes. Santana registrou aumento de mais de 12 mil habitantes, enquanto a Freguesia do Espírito Santo passou de 31.389 moradores para 59.117. O Engenho Velho teve o índice mais expressivo, alterando seu quadro de 36.988 moradores para 91.494. São Cristóvão seguiu o mesmo quadro, indo de 22.202 para 45.098 habitantes. As freguesias urbanas tiveram adensamento da área central, indicando a necessidade de muitos trabalhadores permanecerem próximo aos locais de trabalho. As freguesias suburbanas também registraram aumento: Irajá passou de 13.130 habitantes, em 1890, para 27.410, em 1906. Inhaúma indicou um aumento de mais de 50 mil habitantes. Campo Grande passou de 15.950, para 31.248 moradores (*RECENSEAMENTO* de 1906, p. 23).

Assim, o adensamento das freguesias de Inhaúma e Irajá “subúrbios relativamente próximos ao centro – já apontavam para a ocupação da periferia servida pelas estradas de ferro por parte das camadas pobres, fenômeno que se afirmaria no decorrer das décadas seguintes” (DAMAZIO, 1996, p. 28).

Ainda na freguesia de Inhaúma situava-se a estação do Engenho Novo, inaugurada em 1858, a qual em 1903 aparecia como área de oferta de amas e, em 1906, expressava maior quantitativo de procura por nutrizes. Nas imediações, era possível encontrar lavouras de milho, feijão, batatas e abóboras. A estação de Todos os Santos foi inaugurada em 1868; Encantado, em 1889; Piedade, em 1873; e Cascadura, em 1858. Todas provenientes da Estação Central do Brasil. Quatro estações de ferro atuavam na freguesia que deu origem a diversos bairros: Central do Brasil; Leopoldina; Melhoramentos do Brasil; e Rio d'Ouro (SANTOS, 1965, p. 75). Dessa forma, reforça-se mais a tese de importância das estradas de ferro para a promoção dos deslocamentos.

Em 1905, a planta da cidade do Rio de Janeiro (Figura 5/Anexo VIII) indicava os melhoramentos em execução na capital; é possível observar que toda a região portuária foi atingida pelas obras, e a Estrada de Ferro Central do Brasil sofreu prolongamentos, ganhando novas estações. Em 1907, uma nova planta (Figura 6/Anexo IX) mostrava os feitos concluídos sob a gestão do prefeito Pereira Passos; em vermelho, foi indicado o percurso das modificações, e é possível observar, sobretudo, a concentração de mudanças tanto na Zona Portuária quanto em um conjunto bem específico da área central. Saúde, Santo Cristo e Gamboa foram bem atingidas pelas mudanças; o porto recebeu nova roupagem, mas as transformações também seguiam pela Avenida Beira Mar, trazendo novas facilidades para Glória e Flamengo. Voltando ao Centro, mais uma parte atingida foram as proximidades da Praça da República. A planta ampliada permite melhor visualização (Figura 7/Anexo X).

O ano de 1906 conta com 1.176 ocorrências do termo ama de leite, no que tange à oferta e à procura do serviço; as nutrizes estavam distribuídas por 39 localidades da cidade, sem contabilizar as ruas de cada uma destas áreas. O Centro permanece como espaço de concentração dessas mulheres, registrando 494 ofertas contra 89 procuras.

Da Rua Luiz de Camões, cozinheiras; lavadeiras; arrumadeiras; amas de leite; e outros serviços domésticos eram oferecidos no jornal: "Alugam-se amas de leite, cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, arrumadeiras, amas secas, cozinheiros, copeiros e meninos, afiançados na Rua Luiz de Camões n. 7, loja" (*JORNAL do BRASIL*, 1º jan. 1906, p. 4). A loja n. 7 seguiu presente ao longo de todo o ano de 1906 e não foi a única a indicar o agenciamento de profissões domésticas. Chama atenção, justamente, o fato de o mesmo endereço demandar o serviço, buscando pessoas dispostas ao exercício das funções: "Precisa-se de amas de leite, de cor, de um mês, cozinheiras, engomadeiras, amas secas, meninos e meninas para boas casas; na Rua Luiz de Camões n. 7, loja" (*JORNAL do BRASIL*, 31 ago. 1906, p. 1). Aqui aparece a procura pela ama de cor, além do emprego de meninos e meninas, em boas casas. Isso implica a consideração de que muitas famílias já não recorriam ao jornal na procura pela ama, mas estabeleciam contato diretamente com a agência, quando na busca pelos serviços de uma nutriz.

Na Ladeira Senador Dantas n. 9, encontra-se outro polo de aluguel; dali podiam-se contratar cozinheiras; copeiras; lavadeiras; amas secas e amas de leite: "Alugam-se amas de leite, amas secas, cozinheiras, copeiras, lavadeiras, engomadeiras, copeiros e jardineiros; na Ladeira Senador Dantas n.9" (*JORNAL do BRASIL*, 28 ago. 1906, p. 1). Ainda nas imediações da Ladeira, da mesma rua partia a procura por amas brancas, garantindo um bom ordenado:

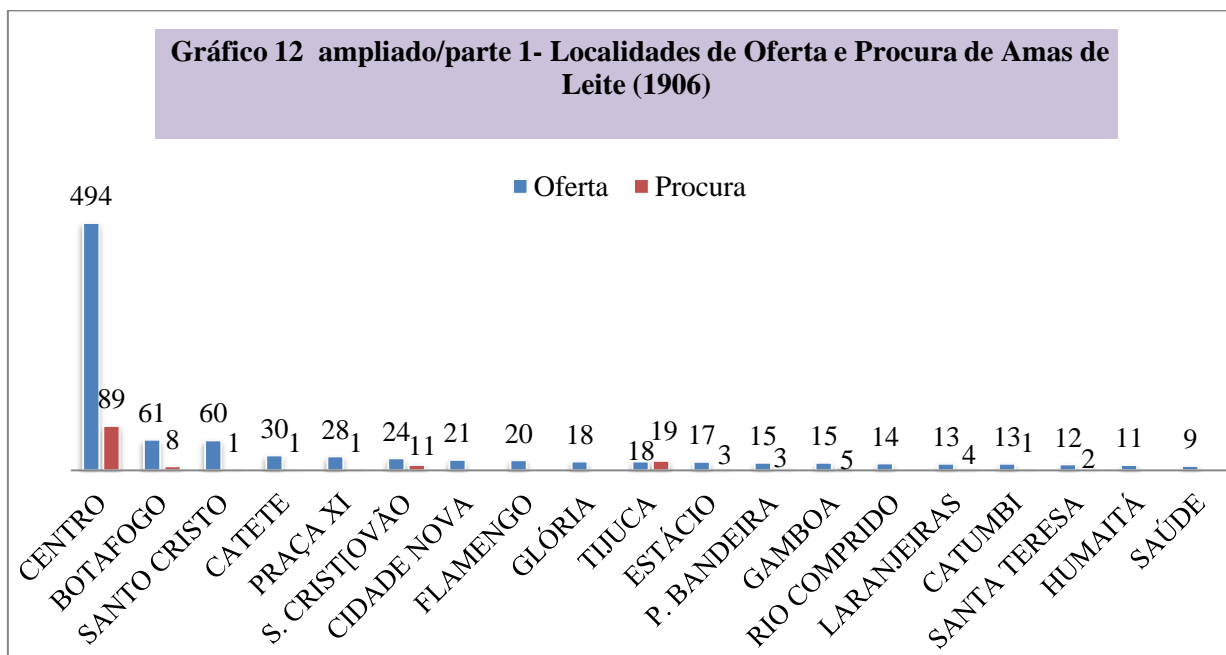
"Precisa-se de duas amas de leite, brancas, não se faz questão de idade, paga-se bem; na Rua Senador Dantas n. 48, informa-se" (*JORNAL do BRASIL*, 10 jan. 1906, p. 5).

É no centro da cidade que a procura também indica a posse do contratante, e se afirma a área central ainda como espaço de detentores do capital. Famílias que residiam ou tinham comércio em sobrados, como sinaliza a procura por uma ama que acompanhasse a família até o Maranhão: "Precisa-se de ama, para acompanhar uma família ao Maranhão; trata-se na Rua do Espírito Santo n.4" (*JORNAL do BRASIL*, 10 jan. 1906, p. 8). Presume-se que a ida da ama tinha garantidos os gastos com o seu deslocamento, moradia, alimentação, e um pagamento mensal. Supõe-se que, para arcar com todos os gastos gerados pela nutriz, a família precisava dispor de recursos que suprissem esta despesa. Da Rua do Riachuelo, de palacetes e fidalgos, nos Oitocentos ainda se observa a procura por uma ama que precisava ter leite de um ano, mas não poderia levar o filho. A ressalva sugere que a criança a ser amamentada já estava em idade avançada, mas a família buscava manter o aleitamento materno: "Precisa-se de uma ama de leite que tenha leite de um ano e que seja o mais possível asseada e carinhosa; na Rua do Riachuelo n.166, porém quer-se que não traga filhos, dá-se bom ordenado" (*JORNAL do BRASIL*, 21 fev. 1906, p. 6). Esse anúncio vai de encontro ao estímulo das farinhas lácteas e papas anunciadas nos jornais. E ao encontro das defesas médicas pela permanência do aleitamento biológico, ainda este que não fosse realizado pela mãe da criança.

A exposição da busca de emprego no periódico traz a história de um casal de espanhóis recém-chegados à cidade: "Um casal espanhol precisa empregar a mulher para ama de leite ou serviços de casa e o marido para arrumar casa e limpeza de quartos; para tratar na Rua de Sant'Anna n. 64, casinha n. 16" (*JORNAL do BRASIL*, 26 jun. 1906, p. 7). Ou da portuguesa recém-chegada com leite de dois meses, que deixava contato para sua localização em uma farmácia na Rua Senhor dos Passos: "Aluga-se uma ama de leite, portuguesa, chegada ha pouco; com leite de dois meses e em abundancia; trata-se na rua Senhor dos Passos n. 190, Pharmacia" (*JORNAL do BRASIL*, 4 set. 1906, p. 1). Nota-se que a anunciante resguardava-se dos possíveis inconvenientes de informar o próprio endereço no jornal. Outra portuguesa podia ser encontrada na Rua da Imperatriz, atual Camerino, localidade de cortiços; a mulher de 20 anos tinha apenas 23 dias de parida: "Aluga-se uma ama de leite, portuguesa de 20 anos, 23 dias de leite no Largo da Imperatriz n.4 D, alfaiataria" (*JORNAL do BRASIL*, 25 out. 1906, p. 1).

Além da área central, as amas estavam distribuídas pela cidade, como nos indica o gráfico 11 que segue no anexo (Anexo XI) desta dissertação.

Botafogo se consagrou como espaço de oferta e não de procura por amas de leite. O bairro, que nascera nobre no Oitocentos, era repleto de habitações populares. Algumas ruas da área central também tinham em suas proximidades casebres e cortiços. Muitas casas de cômodo foram construídas em ruas como Senador Pompeu; São Clemente; Senador Eusébio; e Bambina; situavam-se nos fundos dos terrenos, a fim de “camuflar sua existência” (DAMAZIO, 1996, p. 57), sendo possível moradia das nutrizes que ofertavam serviço.

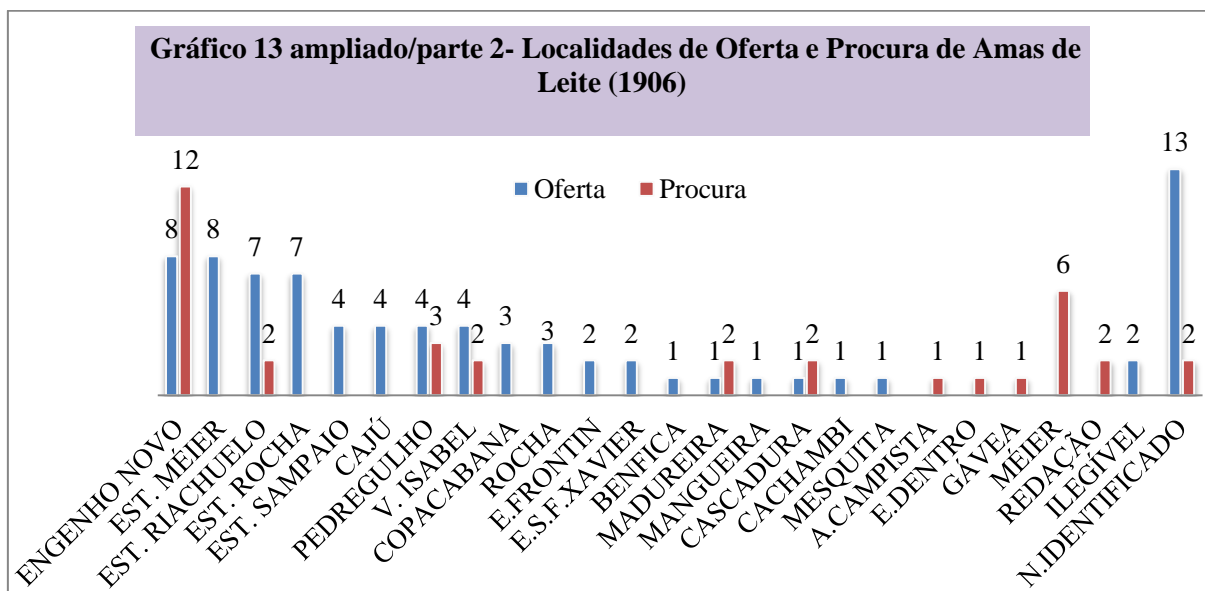


Fonte: *Jornal do Brasil*, 1906.

O entorno do centro da cidade aparece com índices elevados de oferta em Santo Cristo, Catete e Praça XI. A fabril São Cristóvão, em 1906, se transformou em localidade de oferta de amas de leite, assim como Cidade Nova; Glória; Tijuca; Estácio; Praça da Bandeira; e Gamboa. Até Laranjeiras, área fabril que em 1903 indicava ser espaço de procura por amas, havia se transformado em possível zona de oferta. Da mesma forma, Rio Comprido; Catumbi; Saúde; e o distante Humaitá. O centro da cidade e seus limites estavam categoricamente transformados em lugares de oferta do leite mercenário.

O quadro também sofreu alterações no subúrbio, onde estavam presentes mais localidades atingidas pela cultura da venda do leite humano, que certamente entrava para o rol do serviço mercenário. Apenas as estações de Engenho Novo; Madureira; Aldeia Campista; Gávea; e Méier (Estação e Bairro) mantinham maior procura por amas do que oferta, enquanto Pedregulho e Vila Isabel apresentavam paridade na demanda. De outro lado, as

estações de Riachuelo; Sampaio; Frontim; São Francisco Xavier; Caju; Rocha; Benfica; Cachambi; e Mesquita surgiram ou vieram a se tornar subúrbios que ofertavam os serviços de leite.



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1906.

A princípio as amas partiam do centro da cidade, onde os nobres palacetes das ruas Camerino; Barão de São Felix; Visconde de Itaúna; e Riachuelo encobriam “sob a aparência afidalgada, a promiscuidade vivida pelas famílias de poucas posses” (DAMASO, 1996, p. 56). Os palacetes davam lugar a moradias compartilhadas e divididas em numerosos aposentos. Em 1894, a Rua General Pedra abrigava uma habitação coletiva com 87 quartos. Apenas na Rua da Misericórdia, no distrito de São José, era possível encontrar, naquele ano, 16 casas de cômodos e 3 hotéis (DAMAZIO, 1996, p. 56). Era nessas localidades que as amas habitavam e “tomavam crianças a criar”. Agora essas mulheres estavam por toda a cidade; a preocupação em âmbito nacional com a mortalidade infantil fez nascer, em 1909, a Policlínica das Crianças, como meio de proteger a infância pobre, em especial os filhos de operárias. Se o *Jornal do Brasil* sugere o aumento da oferta dos serviços de ama em detrimento da procura, tudo indica que manter o anúncio era lucrativo não apenas para a redação, mas também para as mulheres que buscavam a sobrevivência neste serviço e continuavam sendo contratadas pelas famílias de assinantes. Talvez já não fosse mais preciso anunciar a necessidade de uma ama de leite, e por isso a redução nos índices de procura. Se de um lado tem-se no bojo das preocupações médicas a ama de leite, do outro lado encontram-se as possíveis crianças que receberiam o leite mercenário, sujeitas a doenças digestivas que poderiam lhes ocasionar a

morte. Nesse ambiente encontra-se a Policlínica de Crianças do Rio de Janeiro – sobre a qual será falado com mais afinco no terceiro capítulo –, situada no distrito de São Cristóvão, uma região fabril, como pontuado por Maurício Abreu (2013), nas proximidade das localidades de Cidade Nova, Catumbi e Praça XI. A preocupação do diretor da Policlínica, o médico Fernandes Figueira, recaía justamente sobre as crianças desses redutos onde a notícia da utilização do leite mercenário figurava diariamente no jornal.

Na tese intitulada *Alimentação e desenvolvimento infantis*, o acadêmico Mario Gomes (1916) realizou um estudo, na Policlínica das Crianças, baseado em 150 observações, no qual se assinala o endereço de moradia da criança e o tipo de alimentação que lhe era ministrada. As crianças vinham da Cidade Nova, da Praça Onze, da Tijuca, do Estácio, de São Cristóvão, justamente áreas de onde partiam, em abundância, ofertas e procuras pela ama de leite. Essas áreas também eram localidades fabris, cujas mães, possíveis operárias, realizavam a amamentação mista ou o completo desmame biológico, recorrendo ao pagamento da nutriz. Sobre os dados de Mario Gomes, Sanglard e Ferreira analisam que:

Das 150 crianças observadas por Mario Gomes (1916) na Policlínica das Crianças para sua tese, 22 moravam na mesma habitação coletiva; as ruas com mais crianças atendidas eram Barão de Itapagibe (6), Frei Caneca (5) e São Cristóvão (4) – conformando o eixo principal de ação da instituição, que se espraiava para as ruas de S. Carlos, Mariz e Barros, Praia Formosa e outras. A maioria das crianças (46,67%) alimentava-se exclusivamente do leite materno, e no conjunto da alimentação mista poucas eram as que não tinham tido contato algum com esse tipo de leite. A ausência de amas de leite pode ser considerada mais um indicativo da ocupação das mães (SANGLARD; FERREIRA, 2014, p. 81).

A ausência do aleitamento mercenário sugere a possível eficácia do discurso médico, segundo o qual antes o aleitamento misto (alternância entre o leite materno e de vaca ou mingaus) do que a utilização da ama de leite. Indica-se também outro fator: a defesa das creches próximas aos locais de trabalho, realizadas pelo médico como meio de permitir que a mãe trabalhasse (FIGUEIRA, 1910). Contudo, sugere-se ainda que, apesar da campanha e dos índices demonstrados nos atendimentos, a presença de amas de leite na região era comum, assim como a procura da mãe operária por uma nutriz, o que explica que estivessem no cerne das ações médicas.

2.3 Afinal, quem eram as mães de leite? “Cor”, “Nacionalidade” e “Remuneração”

Após a observação da circulação de amas pela capital federal e a confirmação da vigência da atividade entre as diferentes classes sociais, pergunta-se quem eram essas mulheres; quanto rendia o serviço; qual a nacionalidade; como se identificavam nos jornais; e quais descrições físicas seriam as mais recorrentes na procura. Nesse sentido, aqui se busca construir o perfil, ou melhor, os múltiplos perfis das amas de leite que aparecem no *Jornal do Brasil*.

Ao longo dos três anos analisados, registra-se a presença de 1.261 anúncios de procura e 379 de ofertas de amas, assim descritas no periódico:

Tabela 2		
Cor da Ama de Leite no Jornal do Brasil 1900, 1903 e 1906		
(Informações retiradas das descrições de anúncios)		
Cor	Oferta	Procura
“De Cor”	26	10
“Branca”	35	10
“Branca/parda”	-	1
“Crioula”	2	-
“Parda”	9	5
“Parda/preta”	-	2
“Preta”	27	28
Total de Anúncios	1.261	379

Fonte: *Jornal do Brasil*, 1900,1901,1903.

As informações do quadro acima respeitam a própria terminologia utilizada nos anúncios. Assim, apenas 9,4% dos anúncios, somando oferta e procura e totalizando 1.640 ocorrências, indicaram a cor da ama de leite. No que tange à oferta, dos 1.261 anúncios encontrados, 7.8% das mulheres informavam a cor que intitulavam como sua, enquanto das 379 buscas localizadas, 15% dos anúncios relativos à procura por amas informavam a cor da ama desejada. Trata-se de um indicativo expressivo; poucas mulheres apontavam a necessidade de informar sua cor ao ofertar o serviço. Dentre aquelas que mencionavam a cor ao lado das características que julgavam importantes ao conhecimento e convencimento do contratante, 35 amas afirmavam ser “brancas”; 9 “pardas”, 2 “crioulas”, 27 “pretas” e 26 “de cor”; estas últimas, se somadas às “pretas”, indicavam um percentual maior de mulheres “não brancas” ou negras dentre as ofertantes.

Da Rua do Lavradio uma mulher informava ser preta e com leite em abundância: “Aluga-se uma ama de leite, de cor preta, tendo leite em abundancia; na Rua do Lavradio n.

172” (*JORNAL do BRASIL*, 22 mar. 1903, p. 8). Na rua S. José, o serviço de nutriz era oferecido pela mulher de cor, com a garantia do bom leite, atestado pelo Dr. Moncorvo Filho: “Aluga-se uma ama de leite, de cor, com um bom atestado do Dr. Moncorvo; na Rua de S. José n. 40” (*JORNAL do BRASIL*, 4 jul. 1903, p. 4). Da Rua São Francisco Xavier uma mulher dizia ser boa ama de leite, sadia e branca: "Aluga-se uma boa ama de leite, branca, sadia, com um filho de sete meses, não fazendo questão de ordenado; na rua de S. Francisco Xavier n.117 B" (*JORNAL do BRASIL*, 2 out. 1903, p. 4). E do Méier vinha o anúncio de uma moça de cor branca: “Aluga-se uma moça de cor branca, para ama de leite; na Rua Miguel Fernandes n. 10, Estação do Meyer” (*JORNAL do BRASIL*, 27 out. 1906, p. 1). Todas em busca de crianças para aleitar. As denominações de cores intermediárias entre “branca” e “preta” eram aquelas com menores indicativos de oferta ou busca. Registra-se que apenas 1 mulher declarada “branca ou parda” foi procurada, contra 9 ofertantes e 5 buscas por “pardas”; 2 ofertas de amas denominadas “crioulas” e 2 buscas por mulheres “pardas ou pretas”, contra 28 anúncios que buscavam especificamente por amas “pretas”.

Para o serviço de leite mercenário, a cor aparecia como fator importante, em razão da crença popular no leite vigoroso de mulheres negras, sendo utilizada aqui como mecanismo de emprego e qualidade por aquelas que assim se nomeavam. Esse tema também marcava presença na Faculdade de Medicina. Assim é que o aluno Augusto Cunha Rodrigues, em estudo que visava trabalhar com as descrições clínicas das lesões mamárias, referentes ao período do aleitamento, afirmava que em geral o desenvolvimento dos seios era maior em países de clima quente do que naqueles de clima frio, e maior em localidades de solos úmidos e pantanosos do que em zonas secas e montanhosas. Segundo o médico, os órgãos variam de indivíduo para indivíduo. Rodrigues também afirmava que diversos fatores influenciavam a qualidade e a quantidade do leite da mulher: o melhor leite podia ser obtido entre as mulheres de 20 e 30 anos, e nas mulheres ‘morenas e pretas o leite parecia igualmente ser mais rico em princípios nutritivos do que o das louras’ (RODRIGUES, 1919, p. 50).

Apesar de não ser unânime, essa afirmação, proferida por um acadêmico em 1919, indica as motivações que no início do século XX impulsionavam as famílias a descreverem a procura por amas, levando justamente em consideração os preceitos que acreditavam como os mais indicados para a alimentação e segurança da prole. Na Rua Barão de Ubá, a família buscava pela nutriz branca ou parda de três a quatro meses de leite: “Precisa-se de uma ama de leite de 3 a 4 meses, branca ou parda, que não traga filhos, na Rua Barão de Ubá n. 25” (*JORNAL do BRASIL*, 16 out. 1900. p. 4). Com ressalvas para que a mulher não levasse o

filho. No Catumbi, a busca era pela mulher sadia e de cor preta, que também não deveria ter filho: “Precisa-se de uma ama de leite sadia, de cor preta e sem filho; na Rua Itapirú n. 131, Catumbi (*JORNAL do BRASIL*, 14 jan. 1903, p. 5)”. Em Botafogo, a boa ama de leite, sadia e carinhosa de cor preta era assim procurada: “Ama de Leite. Precisa-se de uma boa ama de leite, de cor preta, sadia e carinhosa, para tomar conta de um menino de dois meses; na Rua Senador Vergueiro n.55, Botafogo, para tratar depois das 2 horas da tarde” (*JORNAL do BRASIL*, 23 de maio de 1903, p. 6). Já na Rua Dr. Joaquim Silva, a preferência era pela ‘de cor’: “Precisa-se de uma ama de leite, prefere-se de cor, na Rua Dr. Joaquim Silva n. 53” (*JORNAL do BRASIL*, 10 ago. 1903, p. 3).

De acordo com as observações de Elisabeth Carneiro, a mulher branca se tornava lentamente objeto de preferência entre as famílias, sobretudo em diálogo com a propagada cultura de embranquecimento:

A preferência por mulheres brancas não é expressiva, embora, à medida que avança o século, observasse lentamente a emergência dessas figuras outras, cujas marcas de origem são salientadas como identidade e apelo, insinuando a concorrência tanto estrangeira quando do mercado de trabalho livre, bem como a tendência ao “embranquecimento” também daqueles serviços. (...) Esse “embranquecimento” é visível, inclusive, na oferta de amas-de-leite no jornal. Significativamente, embora as brancas, estrangeiras e livres não fossem anunciadas para venda, eram mulheres submetidas aos mecanismos de publicidade e a relações de trabalhos vincadas pela experiência da escravidão, daí o tratamento de “aluguel” dado às escravas que, ao longo de todo o período monárquico, foram predominantes naquele tipo de serviço (CARNEIRO, 2006, p. 252 e 253).

As nutrizas estrangeiras surgiam na Corte intermediadas por um senhor que, apesar de ser não proprietário, as agenciava: “sempre mediadas por um senhor, que não é um proprietário, mas a representa individualmente ou a um escritório de comissão” (CARNEIRO, 200, p. 253). No início do século XX, a figura do proprietário não estava presente, caberia às agências de alugueis a intermediação das nutrizas, todas integrantes do quadro de serviços domésticos. Os anúncios informavam a nacionalidade das amas apenas quando estas não eram brasileiras, o que permite contabilizar que a presença de brasileiras na atividade correspondia à maioria. Registram-se cinco categorias de descrição: “portuguesa”; “italiana”; “espanhola”; ou “estrangeira”, como se vê na tabela abaixo:

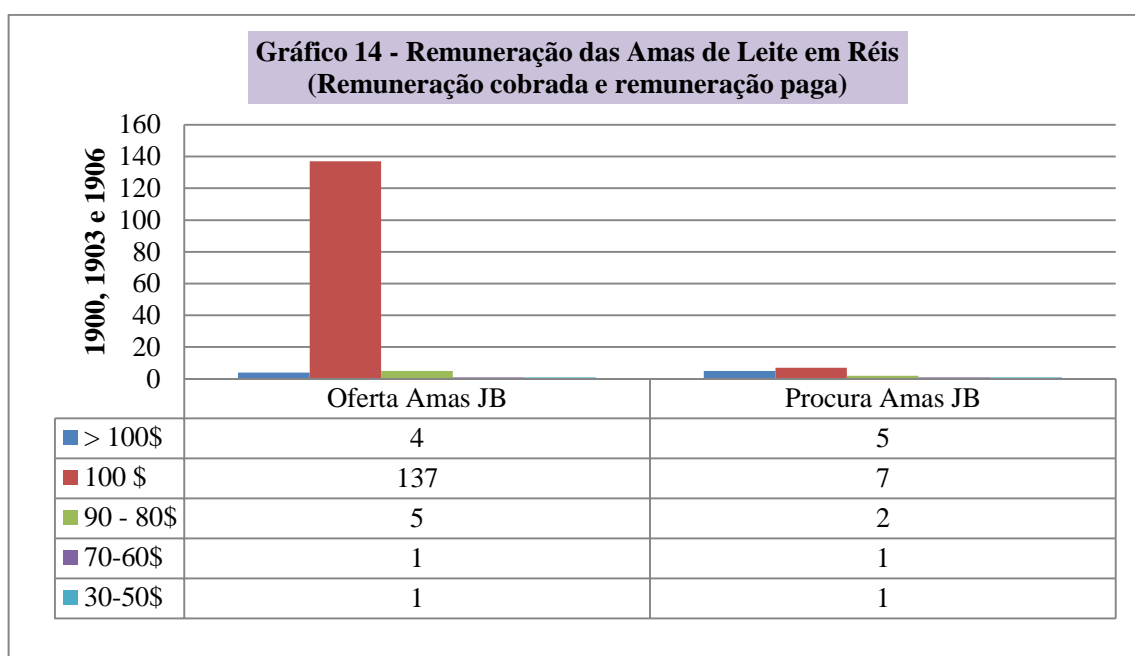
Tabela 3							
Nacionalidade das Amas de Leite no Jornal do Brasil – 1900, 1903 e 1906							
(Informações retiradas das descrições de anúncios) O = Oferta P= Procura							
Nacionalidade	1900 O	1900 P	1903 O	1903 P	1906 O	1906 P	Total
“Portuguesa”	7	-	54	-	285	3	349
“Espanhola”	-	-	3	-	15	-	18
“Italiana”	-	-	1	-	5	-	6
“Estrangeira”	-	-	14	-	69	2	85
Total de amas do período	44		432		1.163		

Fonte: *Jornal do Brasil*, 1900,1903,1906.

O ano de 1900 foi o de menor quantitativo de amas não brasileiras. O *Jornal do Brasil* indica a presença de 7 ofertas de nutrizes portuguesas. Diante do baixo índice de oferta e procura nesse ano, se comparado aos demais, sinalizam-se 15,9% das ocorrências de nutrizes no periódico. No ano de 1903, quando o jornal contava com 432 anúncios de amas de leite, não havia nenhuma procura por ama que não fosse brasileira, mas entre as tentativas de emprego constava a oferta de amas estrangeiras. Desse modo, em 1903, 16,6% dos anúncios de nutrizes correspondiam a mulheres que não eram brasileiras, todos relativos à oferta do leite mercenário e assim divididos: 12,3% de anúncios de mulheres portuguesas; 0,60% de espanholas; 0,23% de italianas; e 3,2% intituladas “estrangeiras”, sem a especificação da nacionalidade.

Em 1906, aumentou não apenas o contingente de anúncios, como também a procura e oferta por amas de outros países. O número de portuguesas procuradas não passava de 3 anúncios; contudo a oferta era marcada por 285 anúncios (24,5% do total) de amas que informavam ser portuguesas. A oferta de espanholas era de 1,2%; a de italianas, 0,42%; e as estrangeiras tinham uma oferta de 5,9% de anúncios contra 0,17% de procuras. O que levaria a um contingente crescente de portuguesas no mercado de amas de leite? Os anúncios por vezes trazem um pequeno relato das motivações para o exercício da função e indicam a necessidade do trabalho. As localidades dessas mulheres sugerem moradias simples, e mostram a função como meio de sobrevivência da recém-chegada ao país, com uma criança que acabara de nascer; esta, possivelmente, deixaria de receber precocemente o leite materno, após 8 ou 15 dias de vida. Seria este recém-nascido entregue aos cuidados de uma mulher mais pobre para finalizar a criação, teriam lhe sido ministrados mingaus e farinhas ou papas caseiras, a fim de garantir sua sobrevivência? Certamente estava mais propício às doenças gastrointestinais tão discutidas pela medicina da época.

Essas amas eram submetidas a uma jornada integral, não especificada nos anúncios; por vezes lhes era informada a impossibilidade de levarem consigo o filho, caso o tivessem. Essa restrição propicia o entendimento de que se exigia da ama uma dedicação intensa à criança, que era amamentada em troca de uma remuneração, em torno de 100 mil réis mensais. Há poucos casos em que as famílias notificavam pagar valor acima dos 100 mil réis, bem como raros anúncios de pagamento abaixo de 80 mil réis. Algumas famílias informavam a necessidade de deslocamento para outras cidades, assim como havia aquelas que já indicavam buscar não apenas uma nutriz, mas também uma criadeira, possibilitando a continuidade daquela que entraria como ama no emprego doméstico. O gráfico abaixo apresenta um breve panorama desse emprego:



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1900, 1903, 1906.

A remuneração das amas de leite tinha o maior contingente de anúncios (tanto oferta quanto procura), com o pagamento ou cobrança de 100 mil réis mensais pelo serviço. Ao menos 137 ofertas solicitavam essa remuneração, e 7 procuras informavam pagar esse valor. Entretanto, a remuneração das nutrizas podia chegar aos 150 mil réis mensais; nos anúncios foram localizadas 4 ofertas que pediam remuneração acima de 100 mil réis, e 5 procuras que informavam cobrir o valor. Abaixo de 80 mil réis mensais eram poucos os que informavam pagar ou aceitar tais condições de emprego.

Desse modo, na Rua General Câmara, a família informava precisar de uma ama “branca e gorda”, possivelmente acreditando ser a mulher nestas condições mais forte para

desempenhar a função requerida, e conseqüentemente mais vigorosa nos esforços de cuidar de uma criança: "Precisa-se de uma ama de leite, branca, gorda, para o Pará, até 150\$00; na Rua General Câmara n.120, sobrado" (*JORNAL do BRASIL*, 12 nov. 1903, p. 4). A família solicita uma nutriz para ida ao Pará; tudo indica que custeando todas as despesas, mas sem informar como ficaria o filho da ama. O valor oferecido estava acima da média paga na cidade. Em contrapartida, poucas mulheres arriscavam pedir mais de 100 mil réis para o exercício do aleitamento. Da Rua do Lavradio, uma ama informava ter leite de cinco meses e o mais que se exigisse, mas cobrava 150 mil réis: "Aluga-se uma ama de leite de cinco meses, prestando [...] e o mais que se exige, ganhando a mensalidade de 150\$ na Rua do Livramento n.41" (*JORNAL do BRASIL*, 28 jun. 1903, p. 5). Na Rua Senador Pompeu, outra nutriz cobrava 150 mil réis, sendo restritiva aos que fossem buscar seus serviços: informava ser "preta", com leite de três meses e buscar "casa de tratamento", não querendo ser procurada por aqueles que não estivessem dentro desta exigência: "Aluga-se uma ama de leite, de três meses, de cor preta, em casa de tratamento, por 150\$ mensais, quem não estiver nas condições é escusado apresentar-se; na Rua Senador Pompeu n.123" (*JORNAL DO BRASIL*, 8 out. 1906, p. 1).

Na Rua Primeiro de Março, a família que se propunha a pagar os 150 mil réis pela nutriz indicava como localização uma charutaria –, possível indício de se tratar de um negociante de posses a requisitar a nutriz; esta talvez não fosse trabalhar neste endereço de contato, mas na residência da família: "Precisa-se de uma ama de leite, sadia, para casa de tratamento; paga-se 150\$ trata-se com o Sr. Oliveira, charutaria do Café Globo, Rua Primeiro de Março n. 7" (*JORNAL do BRASIL*, 18 nov. 1906, p. 1) Se de um lado algumas amas podiam receber até 150 mil réis, de outro lado encontra-se uma família na Cidade Nova que buscava "ama de cor preta" para uma casa simples, informando pagar 50 mil réis mensais: "Precisa-se de uma ama de leite, de cor preta, para casa sem luxo, que não tenha filho, paga-se 50\$000 mensais, na Travessa do Aguiar n. 14, Cidade Nova" (*JORNAL do BRASIL*, 13 dez. 1900, p. 4). Nota-se a disparidade de 50 mil réis entre os dois salários, pois foi justamente 100\$000 o valor cobrado em 137 anúncios registrados no jornal, 50 mil réis estava muito abaixo do salário da maioria das amas, correspondendo apenas a 1/3 dos seus ganhos.

Se na Rua Primeiro de Março a nutriz podia receber acima do esperado, na Rua da Conceição o aluguel podia ser de 80 mil réis: "Aluga-se uma excelente ama de leite nova e carinhosa, por 80\$; na Rua da Conceição n. 42" (*JORNAL do BRASIL* 21 fev. 1906, p. 6). Assim como na Ladeira Senador Dantas, onde a família empregadora informava pagar os mesmos 80 mil réis tanto para a ama quanto para a cozinheira que buscava: "Precisa-se de

uma ama de leite, de cor, paga-se bem, uma cozinheira, paga-se 80\$; na Ladeira Senador Dantas n. 9, em frente ao n. 48 da Rua Senador Dantas" (*JORNAL do BRASIL*, 3 out. 1906, p. 1). Não se informava a diferenciação entre os serviços que seriam prestados. Já no Catumbi e na Praia de São Cristóvão, a ama podia ser alugada ou procurada por 70 mil réis: "Aluga-se uma ama com leite de dois meses, aluguel 70\$; na Rua dos Coqueiros n. 21, Catumbi; não faz questão de lugar" (*JORNAL do BRASIL*, 27 mar. 1903, p. 5). "Precisa-se de uma ama de leite; na Praia de S. Cristóvão n.45, ordenado 70\$000" (*JORNAL do BRASIL*, 2 maio 1903, p. 5).

Em estudo de noticiário em jornais operários, Damazio informa que, em 1903, o ganho de um operário não cobria os gastos com alimentação e moradia. Um chefe de família podia ganhar 78\$000 por mês, pagar 60\$ de aluguel, sobrando 18\$ para as demais necessidades. A autora assim descreve os proventos de um trabalhador especializado e de um não especializado:

Se considerarmos que um trabalhador especializado percebia de 7\$ a 9\$ por jornada em 1906, um não especializado de 4\$ a 5\$ e um servente de 3\$ a 4\$, e que, nesse mesmo ano, um tatuador conseguia fazer diariamente 12\$ e um vendedor de livros 10\$, 'sem grande esforço', concluiremos que certos trabalhos por conta própria podiam proporcionar maiores ganhos do que a simples venda da força de trabalho (DAMAZIO, 1996, p. 50).

Em 1882, o aluguel de uma ama de leite escrava no *Jornal do Comércio* podia indicar o valor de 60 mil réis: "Aluga-se, de casa de família, uma ótima ama de leite de 2 meses, por 60\$, com grande abundancia; na Rua do Areal n. 11" (*JORNAL do COMERCIO*, 6 jul. 1882, p. 8). Em 1903, 21 anos depois desse anúncio, uma mulher com 2 meses de leite abundante podia ser alugada em troca de uma remuneração que girava em torno dos 100 mil réis; mas teria este valor acompanhado o custo de vida? Ademais, uma ama podia ainda se alugar pelos mesmos 60 mil réis, se levado em consideração o anúncio do dia 19 de janeiro de 1906: "Aluga-se uma ama de leite com filho, por 60\$, na Rua Oriente n 11, Paula Mattos" (*JORNAL do BRASIL*, 19 jan. 1906, p. 5). E não era a única; no mesmo ano, em 27 de agosto, outra mulher sugeria aluguel do serviço por 60 mil réis no Rio Comprido: "Aluga-se uma ama de leite de cinco meses por 60\$, levando o filho; na rua da Paz n.3 Rio Comprido" (*JORNAL do BRASIL*, 27 ago. 1906, p. 1).

Merecem destaque as localidades em que as cativas eram alugadas, como a loja na Rua do Hospício, atual Buenos Aires, de onde o senhor colocava o anúncio da escrava parida (CARNEIRO, 2006, p. 210). Também era dessa rua que, nos Novecentos, tantas mulheres indicavam uma localidade para contato, na tentativa de anunciar seus serviços de amamentação.

A prática do anúncio partindo de uma agência de aluguéis não era novidade do século XX, havia sido a forma mais corriqueira de vendas e prestações de serviços nos séculos anteriores. O *Jornal do Comércio* tinha papel preponderante nesses noticiários, e as agências levavam uma ‘pequena comissão’ pelos serviços prestados. Encontram-se no *Jornal do Brasil* ao menos sete localidades (todas na área central) que sugerem a localização de agenciadores do serviço doméstico, situadas nos seguintes logradouros: Largo do Capim; Rua do Lavradio; Rua da Assembleia; Rua Santo Antônio; Rua do Hospício (atual Buenos Aires); Rua Luiz de Camões; Rua da Alfândega; Rua Visconde do Rio Branco; e Rua General Câmara. Todas marcadas como polo de procura e oferta de serviços. Não se sabe informar qual a porcentagem de lucro das agências, mas segundo Carneiro, nos Oitocentos esta podia chegar a 3% do valor de aluguel: “No final do Império, livre ou escrava, branca ou de cor, elas representavam uma expressiva demanda cotidiana. Parecia ser praxe que as casas de comissão levassem 3% no valor dos aluguéis” (CARNEIRO, 2006, p. 209).

Desse modo, as agências atuavam desde o recrutamento e seleção do pessoal à obtenção do emprego. Os anúncios indicavam não apenas o aluguel de amas de leite, mas de outras profissões, como este:

Alugam-se todos os dias boas cozinheiras, lavadeiras, amas de leite, engomadeiras, moças para amas secas e arrumadeiras para casas de família, criados, jardineiros, meninos, mocinhas etc. pessoal escolhido e afiançado; não confundir este anuncio com outro que sai igual: é rua do Lavradio n.56, 1º andar, todos os dias das 8 horas da manhã às 5 da tarde, casa séria (*JORNAL do BRASIL*, 27 abr. 1903, p. 3).

Da Rua do Lavradio n. 56 partiam cozinheiras; lavadeiras; arrumadeiras; jardineiros; e todo o pessoal “escolhido e afiançado” para o serviço doméstico. O anúncio ainda pedia que não fosse o confundido com outro igual, o que sugere não apenas a recorrência de anunciantes, mas as disputas existentes entre as agências de trabalho, bem como a eficácia do mercado, pois a pluralidade indica, no mínimo, a existência de uma demanda pelos serviços.

No Império, o comércio de pessoas e serviços estava presente em agências nas ruas Alfândega, Senhor dos Passos e Hospício, onde se praticava a “venda de pessoas reduzidas a mercadorias” (CARNEIRO, 2006, p. 211). Não eram apenas as localidades das amas escravizadas que condiziam com as localidades de anúncios das amas mercenárias da República, os anúncios também seguiam o mesmo padrão de apresentação, podendo conter descrição física; tempo do leite; possível remuneração; e *status* social. Se no Império a condição estava entre “livre”, “escrava” ou “afiançada”, nos Novecentos a anunciante podia aparecer como “casada”, “de conduta afiançada”, “dando referências”, ou “solteira”; estes

predicados também sugeriam a situação destas mulheres na sociedade. Por vezes os anúncios eram tão parecidos que a diferenciação residia na relação com a presença da figura de um “senhor”. Como indicam os anúncios selecionados:

Para a família que precisar, aluga-se uma ama de leite de 40 dias, parda, muito limpa e carinhosa para crianças, *de conduta afiançada*, própria para casa de luxo, podendo acompanhar a criança para toda a parte do Império, *participando ao seu senhor*; Rua do Lavradio n. 129 (*JORNAL do COMÉRCIO*, 13 jan. 1882, p. 5, grifo nosso).

Ama de Leite. Precisa-se de uma ama de leite, *de conduta afiançada*, com leite de cinco a seis meses; na Rua Benjamim Constant n.5, sobrado (*JORNAL do BRASIL*, 29 mar. 1903, p. 7, grifo nosso).

Aluga-se uma ama de leite de 15 dias, *conduta afiançada*; na Rua Vieira n.8, estação Dr. Frontin (*JORNAL do BRASIL*, 6 fev. 1906, p. 5, grifo nosso).

Como sinaliza Carneiro, em visita a uma agência de aluguel o médico Carlos Costa, criador do jornal *A Mãe de Família*, publicação que atuava no esclarecimento das mães de elite sobre a maternidade (CARULA, 2011), relatou suas impressões, ao avaliar uma ama de leite anunciada no periódico. Ocultando sua identificação, o médico foi ao encontro da nutriz como um suposto interessado. Após “toda sorte de elogios” lhe foi apresentada uma mulher magra, com um dos seios degenerados, mas apresentando atestado médico de aptidão (CARNEIRO, 2006, p. 213).

Não sem motivos, Carlos Costa estabeleceu uma cruzada pelo aleitamento materno, a qual foi acompanhada por outros colegas de profissão, como se verá no capítulo seguinte. Resta saber se a legislação para o serviço de leite no Distrito Federal ajudou a equacionar o problema do leite mercenário e, sobretudo, da mortalidade infantil.

CAPÍTULO 3

O PAPEL DE MÉDICOS, HIGIENISTAS E INTELLECTUAIS NA SAÚDE DA CRIANÇA

A mortalidade na primeira infância não foi uma novidade da virada do século XIX para o século XX no Brasil; muito antes deste período, médicos e políticos já apontavam a necessidade de medidas capazes de recuperar a perda da criança. O que se verifica ao longo de todo o século XIX é a mobilização médica a fim de entender o quadro que levava à perda precoce do infante.

Os trabalhos de conclusão de curso das faculdades de medicina, bem como as publicações de acadêmicos em jornais e revistas voltados para mães e chefes de família, indicavam várias situações de risco: febres; problemas durante a gravidez (desde ausência de assepsia a doenças não tratadas pela própria mãe); complicações do parto; vícios; e adversidades de diferentes órgãos como razões que poderiam afetar a frágil vida do recém-nascido. Entre os fatores que mais assolavam a primeira infância, tema reiterado pelos acadêmicos, estava o papel destinado à alimentação infantil. Nota-se que a alimentação não aparece como um problema secundário para a mortalidade, mas sim como fator causador da perda humana.

É assim que o pensamento médico se voltou para a criança pobre, desprovida de recursos e mais propícia a contrair doenças em razão da ausência de cuidados específicos e condições higiênicas de moradia. Envolvidos por um ideal de engrandecimento da pátria, homens de boa família – a antiga nobreza imperial e novos capitalistas – se uniram no propósito de combater o problema da infância.⁴³

Se durante muito tempo a igreja [na França] foi a principal administradora da assistência, sua passagem para as autoridades laicas se deu sem interrupção. Aliás, houve menos passagem do que colaborações e encaminhamentos incessantes entre uma pluralidade de instancias, eclesiásticas, laicas, centrais e municipais, profissionais - como a ação das confrarias- ou pessoais – com as liberdades das grandes personalidades- cujas diferenças não decorrem, absolutamente, da oposição entre o ‘publico’ e o ‘privado’(CASTEL, 2010, p. 81).

Trata-se de uma época de reformas urbanas, de transformações do pensamento

⁴³ Entende-se, neste estudo sobre o problema da criança, que as questões que cercam a sua morte prematura são, sobretudo, advindas de questões alimentares. Relacionam-se também, por vezes, à ausência de cuidados necessários ao seu bom desenvolvimento – como moradias insalubres; falta de conhecimentos; credences populares – bem como de demais meios fundamentais que garantissem o crescimento seguro do infante.

médico, de crescimento do vínculo entre salubridade e desenvolvimento nacional. Nota-se, na virada do século XIX para o século XX, a união da transformação urbana com a luta pela mudança dos hábitos sanitários vigentes no país, responsáveis por atingir, sobretudo, o grande problema da cidade: os pobres. Fala-se aqui de uma pobreza urbana, que tinha sua expressão na figura de ex-escravos; imigrantes; estivadores; operários; trabalhadores do pequeno comércio residentes de cortiços e casas de cômodo – indivíduos que a duras penas conseguiam manter a estrutura familiar, ainda que identificados como representantes da ausência de higiene e sinônimo de promiscuidade. A ação médica era destinada a um pobre escolhido, que poderia ter sua conduta de vida regenerada e conceder frutos vigorosos à pátria.

A Reforma urbana realizada durante a gestão do prefeito Pereira Passos (1903-1907) - que resultou em inovações urbanas como a abertura da Avenida Central, do Teatro Municipal, da Escola de Belas Artes -, bem como os chás nas confeitarias Colombo e Cavé e as reuniões na Livraria Garnier deram nova dimensão a essa cidade. Por outro lado, a Reforma Sanitária- posta em prática, concomitantemente, por Oswaldo Cruz valorizou o papel não só da saúde pública, como o da ciência então desenvolvida no Instituto Soroterápico Federal, recém-edificado na fazenda de Manguinhos (1900).

A essas transformações juntam-se outras, diretamente relacionadas à filantropia e à caridade, ou seja, à relação da elite com a assistência médico-social (SANGLARD, 2008, p. 25).

Este capítulo busca analisar as questões em torno da alimentação infantil na cidade do Rio de Janeiro, ao longo da Primeira República, que resultaram no desenvolvimento de uma legislação para a criança na década de 1920. O início do século foi marcado pela atuação de indivíduos cujas ações foram fundamentais para o estabelecimento de uma política infantil. Médicos tais como Fernandes Figueira e Moncorvo Filho, além de diversos alunos em vias de concluir o curso de medicina, são analisados neste trabalho como meio de compreender as discussões que cercam o período. A alimentação aparece aqui tanto em relação às amas de leite, mulheres que a um valor combinado ministravam o alimento de seu corpo a crianças sem vínculos parentescos, quanto em relação ao leite de vaca, cuja fiscalização, por ser ausente na cidade, contribuía para a contaminação do processo de distribuição, além de possíveis problemas digestivos em seus consumidores.

Desse modo, o capítulo busca compreender a formação de uma assistência à criança pobre em fins do século, vinculada aos discursos médicos que se consagravam como objeto de preocupação de acadêmicos e circulavam pelo país. Pretende-se delinear as políticas públicas produzidas a partir da alimentação infantil.

3.1 Vozes que ecoam da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – a heterogeneidade do discurso sobre o leite materno (1900-1920)

A Faculdade de Medicina figura neste estudo como o espaço por excelência da formação médica na cidade do Rio de Janeiro e no país; parte dos intelectuais envolvidos com a causa da infância passou por esta instituição. Nos trabalhos de conclusão de curso identificam-se os questionamentos sobre o desenvolvimento infantil que seguem presentes ao longo das primeiras décadas do século XX, norteadores de políticas e de uma legislação preocupada com o bem-estar da criança. O ápice da busca pelo bom desenvolvimento infantil remonta a muito antes da década de 1930 – ao contrário do pensamento de que esta busca partira das ações do Estado assistencial de Getúlio Vargas.

O curso de medicina representava então o berço das discussões em torno da infância, mais especificamente com relação ao combate à mortalidade no primeiro ano de vida. Pretende-se realizar um pouco do que Norbert Elias (2001) sugeriu quando buscou esmiuçar a sociedade de Corte, apesar de se estar tratando de comunidades temporalmente distintas e distantes. Elias propõe uma análise objetiva e ideológica, caso contrário a escrita da história estaria fadada a interpretações singulares, sempre em busca de fenômenos particulares:

Olhando em retrospectiva, podemos perguntar de novo se a avaliação dos aspectos únicos, singulares e exclusivos como essenciais na cadeia de acontecimentos a que se dá o nome de história está fundada no próprio caráter de tal nexos. Ou se ela é uma avaliação heterônoma, exterior, condicionada ideologicamente, que os pesquisadores da história trazem para esse nexos de acontecimentos. Com tais considerações, somos levados alguns passos adiante no caminho para uma resposta. É possível enxergar melhor que, na interpretação da “história” como um nexos de fenômenos únicos e singulares, estão em jogo ao mesmo tempo os dois tipos de avaliação, ou seja, tanto as avaliações objetivas quanto as ideológicas. Uma análise abrangente desse amálgama de avaliações autônomas e heterônomas é um empreendimento de vulto (ELIAS, 2001, p. 43-44).

O que se busca aqui é, por intermédio das teses de doutoramento de alunos de medicina, apresentadas entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, compreender as principais questões levantadas em torno do infante, e balancear as ações que seus trabalhos propunham. Trata-se de um ambiente em que indivíduo e sociedade têm uma relação imbricada, uma ligação de interdependência, ou nas palavras de Elias:

Os conceitos de “indivíduo” e “sociedade” geralmente são usados como se dissessem respeito a duas substâncias distintas e estáveis. Por esse uso das palavras, é fácil ter a impressão de que elas designam objetos não só distintos, mas absolutamente independentes em sua existência. Mas na

realidade designam processos. Trata-se de processos que de fato se diferenciam, mas são indissociáveis (ELIAS, 2001, p. 45).

Nesse âmbito, os estudos propostos pelos futuros médicos, formados na FMRJ, revelam grande interação com as questões sociais de fins do século XIX – perguntas que se tornavam temática de reflexão à medida que se verificava a necessidade de problematização do leite que circulava na cidade do Rio de Janeiro, bem como das práticas em torno da alimentação destinada às crianças até um ano de vida. Leite biológico, leite industrializado (farinhas lácteas, misturas, papas) e amas de leite eram as três possibilidades de alimentação da criança de zero a um ano, sobre as quais não havia consenso entre os médicos; e sobre as quais os alunos formulavam indagações aos poderes públicos para definir diretrizes de ação voltada à causa da infância no Brasil.

Embora este trabalho se atenha às discussões presentes nas primeiras décadas do século XX, é necessário destacar que estas análises já estavam em debate ao longo de todo o século XIX. Amas mercenárias, educação da mulher parida, higiene e instinto maternal não são novidades trazidas pelo tempo republicano – há ao menos um século, médicos notórios vinham trabalhando sobre estes temas, buscando minimizar o número de perdas do infante.

Em 1846, o aluno de medicina homeopática Manoel Gonçalves Valle Filho, traduziu do francês uma espécie de manual,⁴⁴ de autoria do doutor C. G. Ch. Hartlaub (1846), intitulado *O médico homeopata dos meninos, ou conselhos aos pais e as mães, aos mestres e as mestras*. O trabalho contava com uma parte dedicada exclusivamente aos “motivos que devem obrigar uma mãe a amamentar seu filho” (C. G. CH. HARTLAUB, 1846, p. 13). Entendendo o alimento como forma de educação física da criança, assim o médico francês discorria sobre os atos maternos:

Entretanto o luxo, o hábito de uma vida cômoda, o demasiado excesso de nossos costumes, em fim uma fraqueza de saúde muito comum hoje, induzem as mulheres a se desonerarem deste dever sagrado cometendo-o a uma ama, muitas privam ainda seus filhos desta espécie de compensação. Uma mãe digna deste nome dá o seio a seu filho se as mais graves razões não a dispensam de amamentar (C. G. CH. HARTLAUB, 1846, p. 13).

O médico ainda adverte que se dirige às mulheres abastadas que deixavam de amamentar por escolha individual, e não pela ausência da fonte alimentar natural, o leite materno. E acrescenta críticas pontuais:

⁴⁴ O livro não dispõe do termo “manual” em seu título, mas esse é descrito como tal por se entendê-lo aqui como um guia prático de conselhos, cuja função é “[...] resumir as noções de uma arte ou ciência” (MICHAELIS, 2002, p. 494). O livro, traduzido pelo aluno da FMRJ, sumariza as noções básicas de um assunto – conselho aos pais sobre a criação de seus filhos.

Nossas exprobrações não se dirigem as pessoas que pela necessidade de trabalhar fora de casa são obrigadas a confiar seus filhos a estranhos. Mas nada pode escusar as mulheres das altas classes que desprezam a execução de uma obrigação imposta pela natureza; pelo único temor do desgosto que poderia causar-lhes o ser perturbada em seus sonhos, em seus divertimentos; de se ver afastadas dos círculos, dos jogos, dos bailes, ou mesmo de perder alguns dos seus atrativos (C. G. CH. HARTLAUB, 1846, p. 14).

A amamentação integra a fala do doutor como “obrigação imposta pela natureza” às mulheres. As mães das altas classes que, por temor do aleitamento, não interrompiam seus divertimentos para aleitar a prole – seriam interpretadas como mulheres fúteis ou sem prestígio maternal. Apesar de o médico não utilizar esses termos, sua descrição é categórica e o juízo de valor está atrelado aos seus conselhos.

No que tange à amamentação por ama de leite, o autor adverte que o perigo estava na possibilidade do caráter desta ser herdado pela criança, além de alertar sobre o risco da atividade promover futura indiferença entre mães e filhos. Assim, a escolha devia considerar não apenas a obrigatoriedade de um exame médico, mas a certeza de que a nutriz estivesse “exclusivamente ocupada em cuidar do menino que se lhe confiou” (C. G. CH. HARTLAUB, 1846, p. 18). Observa-se aqui não somente o temor pelo leite contaminado, mas, em especial, a influência moral de uma estranha, socialmente inferior, sobre os filhos da elite. A elite era a representação daqueles que dispunham de recursos para prover uma ama de leite; o discurso no século XIX estava voltado especificamente para a mulher abastada, menos mãe justamente por não amamentar.

No mesmo período da tradução do livro de “conselhos” francês, como é descrito em seu título, o médico Ferreira Pinto (1859), mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, também escreveu um livro de aconselhamentos⁴⁵ para mulheres grávidas. O autor ressalta três fatores adversos ao crescimento da população por meio natural: o primeiro era marcado por causas que se opunham à concepção, como higiene, miséria e maus hábitos; seguido pelas causas que se opunham ao desenvolvimento no ventre materno, como a ausência de cuidados, vícios e moléstias durante a gravidez; o terceiro fator correspondia à morte no nascimento, em razão de falta de parteira ou da ignorância das ‘comadres’.

Em geral, os cuidados durante a gravidez se dirigiam à moradia com obtenção de luz, calor e eletricidade convenientes, em medidas ponderáveis. Aos senhores de escravos recomendava-se que recolhessem as escravas grávidas no interior da família, para os afazeres

⁴⁵ O livro de Ferreira Pinto é assim intitulado: Pinto, Ferreira Antonio. *O medico da primeira infância* ou *O conselheiro da mulher grávida e higiene da primeira infância*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1859. (Grifo meu).

domésticos, em caso de não "terem senzalas bem acondicionadas". Dentro de uma conjuntura escravista em que a mulher escravizada era objeto de exercício das mais diversas funções, o médico argumentava que esta deveria se abster de realizar exercícios e movimentos violentos. "Deve pois renunciar a dança, as carreiras, os saltos, viagens longas ou forçadas, quer a pé quer a Cavallo ou em carruagem que não for cômoda" (PINTO, 1859, p. 35).

A referência à importância da alimentação aparece na seguinte sentença: "Deus que vos deu leite juntamente com um filho é que quis que ele se aproveitasse do recurso" (PINTO, 1859, p. 180). O autor argumenta a importância do leite como fonte de nutriente e discorre sobre os diferentes tipos existentes. A qualidade podia ser medida pela análise clínica, que não se encontrava ao alcance de todos. Assim, o médico acrescenta que geralmente as amas eram escravas em busca de trocas de favores, como a liberdade. A preferência recaía sobre a escrava cujo filho tivesse falecido, pois esta teria leite mais abundante. Entretanto advertia:

Fonte de péssima educação nos dois pontos sobre que acabo de falar são as nossas amas escravas e por isso convém o que uma mãe extremosa e diligente não abandone totalmente o seu filho às amas depois, que ele tiver certa idade, ainda mesmo, que ela pareça reunir todos os indispensáveis dotes (PINTO, 1859, p. 248).

Ferreira Pinto e seu colega Hartlaub escreveram sobre os hábitos ideais que deveriam partir da mãe pertencente à elite. Contudo, considerando o caso brasileiro e o sistema escravocrata, os cuidados eram orientados a dois grupos: a) as mães de elite que não deveriam recorrer a uma ama de leite, justamente por disporem de um nobre alimento, tornando-se menos afetuosas ao fazê-lo; e b) os senhores de escravos a quem se recomendava que resguardasse suas escravas paridas, afinal estas mulheres poderiam servi-lhes como amas de leite.

Os dois trabalhos ressaltam as preocupações em torno da alimentação e da interferência produzida por uma estranha no seio familiar. Tudo indica que esses assuntos eram pertinentes e, principalmente, formavam um conjunto de ideias em circulação, muito antes da criação da cátedra de pediatria na FMRJ. Os trabalhos indicam o movimento que precede a oficialização do curso, bem como revelam as proposições que afligiam médicos de diferentes localidades na condição de parte das mazelas sociais.

Vê-se então como os futuros médicos, estagiários em espaços que eram berços para a criança pobre, como a Policlínica de Crianças do Rio de Janeiro e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, reagiam ao tema da alimentação infantil. O médico Fernandes Figueira, diretor da Policlínica das Crianças, criada em 1909 e a cargo da Santa Casa da Misericórdia, assim definia o processo alimentar nos primeiros meses de vida da criança:

Que o leite humano seja superior ao de animais para a alimentação, não põe em dúvida quem conhece os rudimentos da pediatria. As vantagens defluem da assepsia relativa, da composição química e da correlação de elementos, e do soro específico, por assim dizer. Não há discutir portanto (FIGUEIRA, 1926, p. 111).

De acordo com o pediatra, não havia motivos para discutir algo que estava posto, irrefutável e sabido pelos seus pares. Se a virada do século foi época de florescimento para instituições envolvidas com a infância pobre, também merece ser ressaltado o trabalho realizado pelo médico Moncorvo Filho à frente do IPAI, fundado em sua residência, em 1899. Os dois colegas se destacam no estudo sobre os projetos executados na cidade; suas instituições aparecem como ambientes modelos para o exercício da medicina infantil. Contudo, enquanto Fernandes Figueira argumentava ser inquestionável a superioridade do leite materno, teses de conclusão de curso da FMRJ, entre os anos de 1910 e 1920, deixam explícitas as dúvidas entre os recém-doutores.

Em 1912, Pedro Alves Carneiro publicou um trabalho estritamente dedicado ao leite que circulava na cidade, com vistas a garantir todo um processo seguro de coleta e distribuição. A preocupação estava na fácil contaminação do produto e na disseminação de doenças como a sífilis e a tuberculose. Assim, determinadas áreas da cidade foram indicadas como as mais propícias para a efetuação de leiterias e estábulos – o que mais adiante ajudará a compreender a dinâmica de anúncios de leite encontrados nos periódicos do período. Observa-se aqui que os estudos não recaiam apenas sobre a utilização ou escolha de uma boa ama, ou os problemas digestivos suscitadas no organismo da criança pelo mau emprego alimentar. O cerne do problema era a própria distribuição do leite de vaca, ou melhor, a complicação advinha da coleta do produto, condenada por ausência de limpeza.

Pedro Carneiro era natural do Estado da Bahia; sua tese intitulada *O leite higiênico e seu consumo na Capital Federal* foi apresentada à FMRJ, em novembro de 1911. O estudante atuou como “ex-interno de clínica na 21ª enfermaria do Dr. Agenor Porto e ex-interno titular da clínica de Obstetrícia e ginecologia da Faculdade de Medicina, auxiliar acadêmico do serviço de exame de leite e farmacêutico pela Faculdade de Medicina da Bahia” (CARNEIRO, 1912, p. 1). Entre os nomes presentes em seus agradecimentos figuram o “talentoso professor Dr. Fernandes de Magalhães” e o “bondoso e paternal professor Dr. Miguel Couto” (CARNEIRO, 1912, p. 5).

Pedro Carneiro buscou demarcar as características de um leite higiênico que englobasse desde a coleta no animal ao produto final, com a entrega nos lares, perpassando três fatores: higiene do estábulo; da pele; e da ordenha. Assim, quanto a localização dos

estábulo, o autor ressaltou a importância do clima na produção do leite; a produção, quando na zona urbana, deveria estar localizada nas periferias por serem estas mais propícias. Segundo Carneiro, “O local de preferência para um estábulo deve ser seco, de localidade isolada, sem vizinhanças, desfastadas de riachos, lagoas, poço, etc.” (CARNEIRO, 1912, p. 6). O estudo caracteriza como boa vacaria aquela composta pelos seguintes predicados:

Um estábulo propriamente dito, que se acha dividido em câmaras, uma para o leite ou câmara de manipulação, outra a lavanderia; (...)o corpo do estábulo com outras dependências, um pequeno armazém para forragens do dia, um compartimento para empregado, outro comportamento para serviço de enfermaria, para isolamento imediato de casos suspeitos. Uma pequena divisão, para as crias, outra para as vacas que estejam em trabalho de parto ou iminência de parto (CARNEIRO, 1912, p. 7).

O trabalho descreve até mesmo a posição em que deveriam estar os animais, opostos pela cabeça, e recomendava estábulos com chão liso e impermeabilizado, permitindo fácil lavagem. O estudo mostra-se tão apurado a ponto de descrever o melhor material para o solo e as diversas partes do estabelecimento. As manjedouras, a fim de evitar contágio de animais adoecidos, deveriam ser de ferro esmaltado, cimento ou pedra, resultando em uma fácil higiene. Fatores que, se a princípio estavam atrelados a uma questão estrutural, passaram a ter interferência direta na produção de leite recebido pela sociedade e comercializado no país.

As paredes do estábulo deveriam ser impermeabilizadas e caiadas com soro de leite, contando com janelas próximas ao teto, largas e altas, mais especificamente “[...] com um batente que abra de cima para baixo e de fora para dentro. Desta forma a corrente de ar exterior é aparada no batente que reflete para o teto, espalhando-se depois o ar sem violência, por todo o recinto” (CARNEIRO, 1912, p. 9). Os telhados deveriam ser sempre de telha, “nunca em ardósia ou ferro” (CARNEIRO, 1912, p. 9), em razão do aquecimento destes materiais.

De acordo com o Regulamento de Higiene da prefeitura, transcrito pelo estudante, para o serviço de leite e vacas leiteiras (CARNEIRO, 1912, p. 10), os estábulos deveriam ter no mínimo quatro metros de altura, com fácil escoamento para rede de esgoto, distância mínima de dois metros para a casa vizinha, além de ampla ventilação, luz e água. A moradia dos proprietários e serviçais não poderia ser em continuidade com o estábulo, tendo em vista que o ambiente cuja temperatura sofresse elevação, ou estivesse em desequilíbrio com a temperatura interna do animal, influiria na transpiração deste, acarretando a diminuição de sua função láctea. Enquanto a ausência de ar e luz dificultaria “[...] a eliminação das emanções

pútridas, o que vem também prejudicar o sabor do leite” (CARNEIRO, 1912, p. 12). Os fatores essenciais para o leite higiênico eram luz, arejamento e temperatura.

Outra questão de atenção foi o asseio dos animais; a higiene das vacas nas lavanderias aparece como mais uma das preocupações para a obtenção de um leite higiênico. No que diz respeito à escolha da raça, esta tinha influência direta na produção, assim como a idade – destaca-se que com poucos dias parida, a vaca tem colostro no leite, o que o torna mais fraco. Este ponto merece relevo justamente por invalidar a divulgação do Leite Excepcional, uma propaganda que circulava, em 1891, no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. O anúncio (Figura 8/Anexo XII) garantia a entrega do leite compatível ao tempo de vida da criança a ser amamentada (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, 1891, p. 2051). Sobre a influência da idade do animal, o aluno ainda afirmava:

A idade do animal tem influência sensível sobre a qualidade do leite, mas o que varia mais com a idade é o rendimento em líquido.

Aos cinco anos é que o animal (a vaca) começa a produzir mais, subindo a produção até aos 7 ou 8 anos em que estaciona.

Depois dos 9 anos começa a baixar sensivelmente, mas se a exploração continua não obstante o leite diminuir constantemente, só tarda se extingue de todo.

Esta é a regra tendo exceções que dependem da raça e dos cuidados de que se cerca o animal (CARNEIRO, 1912, p. 39-40).

A venda do leite se utilizava de artimanhas diversas no convencimento do possível consumidor, em especial aquele que tinha uma criança em casa, cliente seguro para o consumo diário do produto. Não sem motivos, o leite *Excepcional* (Figura 8/Anexo XII) trazia a premissa do leite com a mesma idade do tempo de vida da criança, credices que o trabalho de Carneiro buscava desconstruir.

A verificação, pesagem e filtragem do leite compunham mais um dos processos para assegurar sua qualidade. Ao chegar à leiteria o leite devia passar por exame de peso e acidez. No entanto, esse exame se mostrava incompleto para garantir a pureza do alimento; este, sujeito a tantas variantes, poderia ser facilmente adulterado.

Produto orgânico extremamente frágil sobre o qual influi mais ou menos desfavorável um grande número de fatores. [...] é o produto da filtração do sangue através da rede mamária, arrastando no liquido filtrado os globos gordos que encontra na sua passagem, e que resultam de uma regular degenerescência das células da glândula lactígena. Sob o ponto de vista de sua constituição física, o leite é uma emulsão bastante complexa onde há diversos corpos em dissolução e outros em suspensão;- um destes é a gordura dividida em gotas finíssimas por toda a massa liquida (CARNEIRO, 1912, p. 46).

Segundo Carneiro, as alterações eram provenientes de seres microbianos, evitados mediante agentes que paralisassem suas atividades sem alterar as propriedades do leite ou intervir no organismo humano. Como mecanismo de combate à falsificação, o autor sugeria ao governo do Distrito Federal:

Seria uma medida útil a toda população que o governo prontificando-se a reformar como parece, esteja disposto a fazer instalações aqui no distrito ou em um determinado ponto, para recolhendo nestes laboratórios todo o leite importado, recebido, que não fosse produto do distrito Federal- que os seus animais e a sua manipulação não estivessem sujeitos a fiscalização fosse apreendido no momento da chegada e submetido a um processo de uniformização (CARNEIRO, 1912, p. 65-66).

Em comparação às cidades europeias, o Rio de Janeiro registrava um índice bem inferior no consumo de leite:

O leite que entra no consumo público proveniente do Estado do Rio, recebido por intermédio da Estrada de Ferro da Leopoldina diariamente, como acima fizemos o cálculo, eleva-se a 4.115.[...] O leite chegado aqui pela Estradas de Ferro da Central do Brasil do Estado de Minas, importação diária de grande número de litros e, relação aos outros fornecedores, vem avolumar a quantidade de leite consumido no Distrito e mostrar que o leite de Minas é o maior fator do consumo chegando o número de litros a 80.000 (CARNEIRO, 1912, p. 73-74).

O leite produzido no Distrito, somado ao do Estado e ao proveniente de Minas Gerais, resultava em 108.115 litros, número que, se comparado ao consumido em Paris (800.000 a 900.000 mil litros); Lion (em torno de 105.000 mil litros); Berlin (700.000 mil litros); e Londres (900.000 mil litros), indicava para o aluno a inferioridade do consumo na capital, justificada pela pequena população e pelo baixo grau de civilização (CARNEIRO, 1912, p. 74).

Em novembro de 1912, foi a vez de Joaquim Siqueira apresentar a tese *Peso e Estatura das crianças no Rio de Janeiro*, realizada a partir de sua experiência como ex-interno de clínica médica do Hospital de Crianças da Santa Casa da Misericórdia. A tese se propunha analisar as relações entre peso, estatura e as causas que produziam suas variações, dispondo de 10.000 observações colhidas na Policlínica das Crianças.

Além de dialogar com clássicos da medicina europeia, como Roederer, do século XVIII; Winchel e Bouchaud do século XIX, o autor ressaltava que, em 1860, Siebold já havia estabelecido a relação entre nutrição e peso; logo, o retardamento da nutrição se manifestava na diminuição do peso, assim como este recebia influência do estado de saúde da genitora (SIQUEIRA, 1912, p. 7).

Alguns pontos merecem destaque; em seu balanço, o estudante afirmava que a perda de peso no recém-nascido podia ser minimizada com o uso da ama de leite, quando no impedimento da amamentação materna, mas defendia a ideia de que: “não tendo nenhum inconveniente nada justifica a alimentação artificial nos primeiros dias de vida” (SIQUEIRA, 1912, p. 26). O trabalho realiza uma comparação sobre o uso da ama de leite entre famílias abastadas e famílias modestas:

É grande a diferença que existe entre o regime alimentar dum recém-nascido dum família de alta posição e o regime alimentar dum mulher pobre. Aquele é prontamente atendido por uma boa ama que lhe dá o seio em horas regulares, conforme o aviso da pessoa encarregada da sua direção. [...] Este, filho dum necessitada, faltando-lhe recursos e saúde, e cuja secreção láctea se estabelece tardiamente, sofre nos primeiros dias um regime defeituoso, imposto mais pela ignorância, que pela miséria. [...] No primeiro a curva de peso se estabelece de um modo regular e rapidamente, enquanto que no segundo a curva de peso é lenta e irregular (SIQUEIRA, 1912, p. 43).

O diferencial do trabalho de Siqueira reside exatamente na comparação dos cuidados com o infante entre as classes populares e abastadas, e alerta para o fato de que, nas primeiras, a mortalidade era consequência da ignorância dos pais. O autor defende rigorosamente o uso incondicional do aleitamento materno. Acredita-se que sua rede de contatos para a realização do estudo pode ter sido o círculo de médicos atuantes na Policlínica das Crianças, do qual fazia parte Fernandes Figueira, diretor deste estabelecimento médico.

No ano seguinte ao trabalho de Siqueira, o aluno Joaquim Baptista de Almeida apresentou à FMRJ o estudo intitulado *Da inanição e da Hipo-Alimentação na primeira infância*. Assim como o de seu colega, o trabalho do estudante também recaía sobre os impactos da alimentação do infante e sua relação com a mortalidade:

A mortalidade temível de crianças na primeira infância, em quase todos os países, o decrescimento de nascimentos de alguns, despertam a atenção de todo o mundo médico. Fosse verdadeiro o sistema econômico de Malthus, dominasse unicamente a teoria de Darwin concernente á concorrência vital, ainda assim, existiriam o combate a morte e a conquista das vidas que desabrocham (ALMEIDA, 1913, p. 5).

Segundo o autor, nenhum pediatra desconhecia o valor do leite materno, por ser este portador de todas as energias necessárias para o desenvolvimento da criança, além de raramente insuficiente no organismo da mulher. De outro lado, sobre a alimentação artificial, o autor afirmava ser “necessário que se conheça a menor porção em que se encontram os elementos constitutivos dela, para que a subalimentação parcial não se estabeleça” (ALMEIDA, 1913, p. 16). O estudante afirmava ser consenso na pediatria a importância de sucção dos lactantes, mas acrescentava que somente se após alguns dias nada fosse obtido

dever-se-ia recorrer a uma nutriz ou à alimentação mista, de modo que a alimentação artificial fosse utilizada apenas em casos necessários. Por fim, sobre o leite materno, o trabalho pontuava: “I. O leite da mãe pertence a seu filho. Toda Mãe sã deve amamentar seu Filho (Pinard). II. O aleitamento artificial, ainda melhor regulado, traz um enfraquecimento orgânico geral: não seria exagero dizer-se que a maioria das crianças doentes, é criada artificialmente” (ALMEIDA, 1913, p. 61).

Siqueira e Almeida seguiam uma linha próxima, na defesa pelo leite materno; seus trabalhos estavam diretamente inseridos em um projeto de nação, de construção da identidade republicana a fim de formar um Estado em que os futuros cidadãos não fossem abatidos precocemente pela morte. Contudo, ao citar Pinard, “o leite da mãe pertence a seu filho”, Almeida se coloca em igualdade com o discurso dos médicos novecentistas; este tinha sido o mesmo ideal de maternidade defendido por Pinto e Filho, ao traduzir Hartlaub. A diferença é que ao menos meio século separava esses médicos, e a medicina destinada ao recém-nascido certamente já tinha obtido avanços em suas técnicas. Todavia, a tentativa de convencimento das mães em sua função maternal parece adentrar o século XX, como mecanismo de propagação do higienismo.

Em 1914, dois trabalhos respectivamente da autoria de Oscar Santos Cunha e Pythagoras Barbosa Lima mereceram destaque quando apresentados à FMRJ. Cunha, com a tese *O ensino da Puericultura*, tinha como objeto o operariado.⁴⁶ Afirmava desejar contribuir para o bem-estar da classe trabalhadora brasileira. Segundo o estudante, a ignorância na criação dos filhos levava à morte de milhares de crianças. Esse mesmo tema – a ignorância das classes populares como causadora da mortalidade – tinha sido discutido, dois anos antes da escrita da tese de Cunha, pelo seu colega de curso Joaquim Siqueira. Este último, ao comparar o regime alimentar entre famílias abastadas e famílias populares, já chamava atenção para o fato da deficiência alimentar ser consequência da ignorância dos familiares. Contudo, Cunha foi mais adiante e entendeu como necessário o ensino da puericultura. Sobre o proletariado, o autor afirmava:

Não obstante, o proletariado do Brasil, mercê de continuamente acrescido e mesclado pelo elemento estrangeiro nem sempre escoimado de vícios perturbadores e nocivos, permanece ainda mergulhado quase todo em pernicioso açude, que lhe malbarata as forças, sugando-lhe a vida (CUNHA, 1914, p. 6).

⁴⁶ Não foi possível recuperar na tese de Cunha o nome de seu orientador ou dos médicos envolvidos na escrita de seu trabalho de conclusão de curso.

Neste sentido, Cunha entendia que a educação feminina estava centrada em disciplinas sem utilidade para a vida cotidiana, sendo carente de ensinamentos relacionados ao casamento. Sobre a alimentação, o estudante ressaltava: “Destes primordiais preceitos da higiene infantil, o leite materno é um alimento perfeito, e qualquer outro alimento, pode tornar-se até um veneno” (CUNHA, 1914, p. 17). Diferentemente dos demais, Cunha foi categórico ao concluir que o aleitamento materno era indiscutível, indicando um possível emprego da ama apenas quando necessário.

Do mesmo ano foi o trabalho de Pythagoras Barbosa Lima⁴⁷ sobre *O leite mercenário e sua fiscalização*. Apesar de ter constatado o não cumprimento de preceitos higiênicos pelas nutrizas, Lima alegava, apoiando-se nas análises de Mafran, que “[...] a indústria de amas de leite nunca se extinguirá, poderão os seus casos restringir-se à porcentagem natural, que segundo ele é de 15%” (LIMA, 1914, p. 11). Para o acadêmico, o dever dos médicos, puericultores e legisladores era restringir a indústria de leite mercenário, pois a ausência de fiscalização das amas aumentava o risco de contaminação.

E na verdade, por maiores que sejam os malefícios provenientes de uma regulamentação do aleitamento mercenário, eles não poderão se igualar àqueles que provêm da sua não fiscalização; salvo, quando aquela não tiver em mira, mui particularmente, a proteção do filho da nutriz. Portanto, á uma fiscalização viciosa é preferível não tê-la (LIMA, 1914, p. IV).

Lima atenta para um problema presente na sociedade da *Belle Époque*: a existência de amas mercenárias, caracterizada como uma indústria que poderia sofrer redução, mas não o completo desaparecimento. Segundo o autor, pelo fato dessa indústria constituir uma demanda real restava minimizar os efeitos que poderia causar.

Bacharel em ciências e letras e assistente na Policlínica das Crianças, Otto Galvão (1916) escreveu a tese *Contagem de germes no leite consumido no Rio de Janeiro*. De acordo com o médico, o leite consumido na cidade era produto da mistura de vacas trazidas de lugares distantes, e as causas para contaminação se mostravam desde a colheita ao processo de distribuição. Vale destacar que o seu estudo estava em grande sintonia com aquele realizado por Carneiro, em 1912, ao contabilizar os germes no processo de coleta e transporte de leite de vaca pela cidade do Rio de Janeiro e apresentar a própria legislação municipal que padronizava os estábulos e o manuseio do alimento. O estudo de 1916 chegava à mesma conclusão: o leite de vaca oferecido aos cidadãos estava contaminado! E permite inferir que a

⁴⁷ Em seus agradecimentos, o autor menciona o médico J.J. de Almeida Pires, que pode ser Jayme de Almeida Pires, médico do IPAI entre 1903-1909.

legislação estava longe de ser efetivada na cidade. O problema precedia o processo de distribuição, ou seja, as crianças alimentadas pelo leite de vaca estavam mais suscetíveis às moléstias digestivas.

Próximo à década de 1920, o trabalho de Sócrates Pinheiro (1919), *O Aleitamento da criança durante o primeiro ano*, propunha um estudo relativo aos modos de aleitamento: materno, mercenário, artificial e misto. O autor reitera ser o leite materno insubstituível, e assim se refere ao trabalho da ama mercenária:

Não discutiremos aqui se o aleitamento por uma ama de leite deve desaparecer da sociedade; se o médico tem o dever de lutar em favor do aleitamento materno, ele não pode praticamente é abster-se da obrigação de examinar uma mulher que lhe é apresentada como tendo de aleitar uma criança. [...] Ele poderá, aproveitando-se d'este exame, dar alguns conselhos a esta mulher sobre o modo de amamentar o seu próprio filho (PINHEIRO, 1919, p. 51).

Segundo Pinheiro, o interrogatório médico da mulher examinada para trabalhar como ama não tinha valor, pois em troca de um salário todas garantiam gozar de boa saúde. O autor sublinha que deviam ser apresentadas perguntas precisas, de modo que a examinada não pudesse avaliar a utilidade das respostas, além de um exame no filho da candidata. Ainda propunha que fossem verificados: seios; leite; corpo; dentes; amídalas; pulmões; coração; aparelho digestivo; região hipogástrica; sistema nervoso; e sangue. Por fim, uma boa ama era considerada aquela entre 20 e 30 anos, que já tivesse aleitado uma criança, e cujo filho gozasse de boa saúde (PINHEIRO, 1919, p. 52-53).

Quanto ao leite artificial, o Pinheiro sugeria a busca pelo mais próximo do leite da mulher – o de jumenta, seguido pelo de cabra. No entanto, o leite de vaca, rico em manteiga, era sujeito à contaminação do animal pela tuberculose, mas por ser o de maior facilidade e abundância, seu uso era aconselhado quando da recusa formal da mulher em amamentar. “Na falta do aleitamento materno, será recomendado o artificial; porque o leite mercenário não se poderá contar com ele, pelos motivos que acabamos de dizer e o misto ficará no fim de pouco tempo, transformado em artificial” (PINHEIRO, 1919, p. 79).

A tese a seguir, de José Furtado Rodrigues, extrapola o período proposto de estudo, pois pertence à década de 1920, período de criação da Inspetoria de Higiene, cuja legislação não reconhecia a atividade de ama de leite. Em outubro de 1922, Rodrigues finalizou o trabalho intitulado *O aleitamento mercenário*. Para realizar seu trabalho, o estudante procurou o professor Dr. Fernando Magalhães, a quem expôs o assunto da dissertação. Rodrigues propunha demarcar os perigos e os meios de que os médicos dispunham para afastar o uso do

leite mercenário; seu trabalho se preocupava estritamente com esta questão, denotando que não se tratava de uma discussão nova, pois já era vigente naquela época.

Na fala do estudante, o leite materno aparece em 1922 como a mais nobre missão da mulher, cabendo ao profissional não fomentar a vaidade das que desejavam se abster deste dever. As condições em que se aplicava o uso do aleitamento realizado por terceiros foram assim mencionadas por Rodrigues:

Procuramos nos cercar de todas as garantias a fim de que possamos com critério, fazer de uma puérpera uma boa nutriz e entrega-la tranquilamente a uma jovem mãe, que por infelicidade foi afastada de seu filho por um processo patológico sobrevivendo no curso do aleitamento, contraindique formalmente o aleitamento materno. Fora destes casos não nos propomos a indicação de uma nutriz, muitas vezes solicitada para atender a puras vaidades. No primeiro caso ajudaremos a manutenção da vida do novo ser que acidentalmente foi ameaçada, no segundo com a nossa negação formal procuramos fazer com que as mães saibam cumprir a sua mais nobre missão. Por isso, bastante delicado achamos fazer a escolha de boa nutriz (RODRIGUES, 1922, p. 9).

Para a escolha de uma boa nutriz, Rodrigues indicava dois aspectos primordiais: boa saúde e bom leite. O acadêmico ressaltava, sobretudo, a necessidade de cuidados em relação à sífilis e à tuberculose, acompanhados do exame clínico destas mulheres e de seus filhos, compreendidos como o meio mais seguro para verificar o estado da ama de leite. Tais serviços de fiscalização podiam ser encontrados sob a direção do próprio professor Fernando Magalhães, na Maternidade do Rio de Janeiro, situada em Laranjeiras, entre os anos de 1915 e 1918. Segundo Rodrigues, quando a maternidade foi passada ao Patrimônio Nacional, o serviço, embora estivesse bem desenvolvido, foi deixado de lado. O segundo espaço mencionado pelo estudante como local de fiscalização era aquele realizado por Moncorvo Filho, anexo ao IPAI.

Os dois médicos, aos quais o aluno remetia agradecimentos, foram de grande valia na elaboração da dissertação. Fernando Magalhães, por conceder a temática de estudo, e Moncorvo Filho, pelo acesso às dependências de sua instituição, onde o trabalho foi confeccionado. Na busca por um histórico da amamentação e das ações de assistência à criança, Rodrigues apontava o aleitamento biológico como hábito “vindo das mais remotas épocas da antiguidade” e superior às tentativas de alimentação artificial, mesmo diante dos progressos da indústria e da civilização, por ser o leite esterilizado carente de vitaminas próprias do leite materno. O alimento biológico “na maioria dos casos só pode ser obtido mediante boa remuneração” (RODRIGUES, 1922, p.15). Por não se tratar de um serviço regulamentado, os valores cobrados ficavam a cargo do proveito das amas.

Nestas condições foi e está sujeito o aleitamento mercenário não regulamentado a explorações, que por parte das amas que muito naturalmente procuram tirar com o comercio de seu leite o maior proveito possível, que por parte dos pais da criança que as solicitam as vezes por luxo e comodidade (RODRIGUES, 1922, p. 15).

O aluno reconhecia serem as tentativas de fiscalização um percurso antigo, e dialogava com o trabalho de Ferreira Pinto (1859), que defendia o cuidado na procura da ama que fosse alimentar a cria, suscitando mesmo a criação de uma junta de médicos para fiscalização. Essa repartição era custeada pelos senhores que pretendiam alugar escravas ou livres para o exercício de amamentação. A tese igualmente se atinha ao trabalho desenvolvido por Moncorvo Filho no IPAI:

Além dos exames que se sujeita a ama, é feito também no Instituto Moncorvo o exame do filho da mesma, com o fim de ser verificado não só se é o mesmo portador de moléstia transmissível, como também se está em condições de ser afastado do aleitamento materno. {...} E' segundo a opinião valiosa de várias autoridades no assunto, nacionais e estrangeiras que ultimamente nos visitaram por ocasião do centenário da nossa independência, foi considerado o Serviço de amas de Leite do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, como um dos melhores do mundo (RODRIGUES, 1922, p. 21).

O aluno informava que o mesmo serviço estivera entre os projetos da Comissão da Maternidade do Rio de Janeiro, em 1901, mas não havia sido organizado. Sua organização veio a se realizar em 1915, quando Fernando Magalhães assumiu a Maternidade.

O serviço de exame de amas de leite na Maternidade, funcionou regularmente durante 4 anos, sob a Doutra Direção do Professor Fernando Magalhães, e quando já bastante ampliado estava, extinguiu-se com a passagem da Maternidade para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (RODRIGUES, 1922, p. 21-22).

Rodrigues argumentava ainda que, apesar do decreto n. 2401, de 1921, presente no Regulamento do Departamento Municipal de Saúde Pública, tratar da fiscalização de amas mercenárias e oficializar o atestado do IPAI, ainda não havia informações sobre a sua execução. O aleitamento é defendido pelo aluno como um dever materno:

A falta de cumprimento de tão sagrado dever só pode ter origem na intolerável vaidade que nada mais é do que o temor a perda da elegância, o receio de renunciar a sociedade e mais grave ainda os prazeres mundanos. Tudo isso debaixo do pretexto de debilidade ou nervoso excessivo. [...] Ai cumpre ao médico procurar afastar todas estas causas aconselhando as jovens mães, procurando convencê-las de que a lei natural as impõe a este dever, pois que o leite contudo em seu seio não lhes pertence, é um depósito que a natureza lhes confiou para ser restituído aos poucos ao seu proprietário legitimo que é seu filho (RODRIGUES, 1922, p. 32-33).

Qualquer semelhança com os discursos morais de médicos em fins do XIX não é mera coincidência: em 1879, o médico Carlos Costa, um dos fundadores de *A Mãe de Família*, jornal destinado à conscientização maternal da mulher letrada, destacava:

Se a ovelha, a cabra e outros animais o fazem, sem que ninguém lhes tivesse aconselhado, por que será preciso que se diga à mulher, que tem a felicidade de possuir uma inteligência: não serás verdadeiramente mãe, sem que aleites teu filho? [...] É triste, mas é verdade!... É muito preciso, que seja despertado esse sentimento que deveria ser inato (COSTA, 1879, p. 58).

Somente um caso era indicado para a contratação de uma ama mercenária: quando a mãe biológica sofresse de alguma patologia ou defeito físico. A tese defendia o exame da “aspirante a nutriz” de acordo com as regras e orientações adotadas pelo IPAI (RODRIGUES, 1922, p. 37).

De acordo com os termos do IPAI, o exame clínico incluía anamnese; antecedentes hereditários; informações sobre puberdade, fase adulta e procriação; aparelho distintivo, circulatório, respiratório e urinário; sistema nervoso; e lactação. O exame químico do leite não seria bastante sem o clínico, tendo em vista a verificação da boa qualidade do leite e da inaptidão da mulher ao serviço mercenário em razão de doenças. As observações utilizadas pelo aluno partem de exames realizados no laboratório da Maternidade de Laranjeiras, por meio do serviço de amas de leite, instituído e dirigido, entre 1915 e 1918, pelo Dr. Fernando Magalhães.

A Maternidade de Laranjeiras e o serviço de amas instalado neste estabelecimento vêm confirmar a permanência de demanda da atividade. Essa função não cai em desuso com o fim da escravidão, apesar da crescente onda de revistas e jornais destinados à moral feminina e dos apelos médicos pelo sentimento materno.

O exame do filho da futura ama de leite seria primordial e indispensável, pois por meio dele se garantia a verificação da qualidade da alimentação ministrada pela mulher que pretendia o cargo. Assim era descrito: “O exame do filho da ama é obrigatório, pois o seu fim é duplo: primeiro, verificar se o seu estado de saúde e idade permitem o afastamento do aleitamento materno; segundo, serve de testemunho à boa saúde de sua progenitora” (RODRIGUES, 1922, p. 46). Segundo as indicações do futuro médico:

Uma boa ama além de excelente saúde e bom leite deve ser dotada de certo grau de inteligência para verificar o que de anormal se passa em o lactante aos seus cuidados. [...] Quanto aos carinhos que uma nutriz mercenária possa ter para a criança nos seus cuidados, é coisa muito problemática; o que não podemos acreditar é que ela possa distribuir os seus afetos maternais em troca do dinheiro que recebe (RODRIGUES, 1922, p. 53).

Essa era a mesma defesa realizada pelo médico Moncorvo Filho, a respeito do qual será falado mais adiante. O pediatra estava à frente do serviço de fiscalização de amas de leite do IPAI, justamente preconizando a necessidade do exame médico no filho da possível nutriz, sem o qual um atestado de ama ficaria incompleto. O estado de saúde do filho da nutriz era um dos postulados estabelecidos por Moncorvo para conhecer o real estado do leite de uma ama, método realizado em sua instituição desde 1901 (MONCORVO FILHO, 1913).

O médico ainda assinalava que o recrutamento de mulheres para a função de amas devia exigir idade entre 20 e 30 anos, bons hábitos higiênicos e gênio alegre. Era também necessário que se tratasse de uma mulher parida há alguns meses, para que o filho desta não fosse prejudicado por compartilhar o leite materno com outra criança. Também deviam-se pesquisar possíveis manifestações sifilíticas no alimento produzido. Proscovia-se o uso de bebidas alcoólicas, sobre cujo perigo as mães eram alertadas no Instituto Moncorvo Filho, tendo em vista o fato de ser o álcool liberado pela mama.

No entanto, Moncorvo Filho cai em contradição ao indicar o uso do leite mercenário como alternativa para as mães que não podiam amamentar. Pois, se de um lado o médico sugeria a atestação para as mães que já tivessem aleitado por seis meses, a fim de não prejudicar o filho, que deixaria de receber o alimento; de outro lado, no entanto, se a mãe biológica estivesse impossibilitada desde os primeiros meses de vida do filho, como encontraria necessariamente uma nutriz já parida de seis meses? Tudo indica que, na prática cotidiana, esses preceitos parecem ter ficado apenas restritos à teoria.

Talvez os modelos defendidos por esses futuros médicos da FMRJ estivessem atrelados aos professores e às instituições em que haviam realizado estágio ou trabalho temporário ao longo da vida acadêmica. Aqui aparecem alunos vinculados a Fernando Magalhães e Miguel Couto, como Pedro Carneiro; Joaquim Siqueira e Otto Galvão, na Policlínica de Crianças, dirigida por Fernandes Figueira; ou Joaquim Almeida, que tece agradecimentos tanto ao “distinto mestre e eminente pediatra Prof. Fernandes Figueira” quanto ao “benemérito e ilustre pediatra Moncorvo Filho” (ALMEIDA, 1913). Outros trabalhos de conclusão de curso indicam a relação com médicos e instituições, sobre cujas diretrizes de ações há certamente necessidade de um olhar mais atencioso. Contudo, os exemplos citados atentam para a necessidade de pensar a pluralidade de ações e médicos envolvidos com a saúde da criança, na virada do século. Mais do que esse aspecto, tem-se aqui o esboço de uma questão – a alimentação infantil – que mobilizou diferentes esferas da sociedade, não apenas médicos, mas também legisladores. Esse quadro pode ser visto no

trabalho de Carneiro (1912), no qual se vê a organização de políticas que visavam o controle do leite distribuído na cidade, e a interferência também diretamente relacionada às indústrias. A alimentação infantil estava longe de ser uma questão restrita à esfera da medicina.

Dentro do grupo de médicos analisados, Siqueira (1912) foi o primeiro a pensar nas classes populares e na ausência de aparatos que garantissem, por vezes, as condições necessárias ao bom desenvolvimento infantil. Seu trabalho refletia desde as circunstâncias insalubres à necessidade das mães trabalharem, e à impossibilidade destas participarem da criação dos filhos, ou mais precisamente de aleitá-los. Esse problema remete aos trabalhos de Carneiro (1912) e Galvão (1916), que, suspeitando do leite que circulava na cidade para o consumo da população, advertiam sobre os perigos de seu processo de distribuição, em especial quando consumido pelo público infantil. Cunha (1914) observava no ensino da puericultura uma forma eficaz de instruir as mães sobre a amamentação, ainda estimulada pela concepção de dever maternal. Todavia, esquecia-se ou não se preocupava com as classes mais pobres, que não teriam acesso aos meios de ensino para aprender sobre a puericultura. Lima (1914) e Pinheiro (1920), apesar dos seis anos que separam seus estudos, não defendiam a nutriz mercenária, mas sim indicavam os meios eficazes de combatê-las, dissertavam sobre as formas mais seguras de fiscalização.

Assim, apesar da homogeneidade quanto à eficácia do leite materno, os médicos não eram unânimes acerca dos recursos secundários. Mesmo nesse ambiente de debates e incertezas, a ama podia ser encontrada nos anúncios em jornais, tal como visto no capítulo anterior, e o leite industrializado era anunciado diariamente para as famílias cariocas.

3.2 A venda de leite – uma questão de salubridade

O médico do começo do século confirma a importância quase exclusiva das lavagens parciais ao insistir na sua frequência e no seu objeto (...). O corpo seria feito de zonas escuras, espaços escondidos, sujeitos à transpiração, a odores, lugares mais ameaçados pelo sujo que outros. São esses lugares que as lavagens parciais visam com toda a prioridade. São eles que os banheiros da burguesia do começo do século XIX tratam com suas bacias e seus bidês: sinais de progresso, sem dúvida alguma, com relação a outros tempos em que apenas a troca de roupa branca parecia prioritário na limpeza do corpo (VIGARELLO. 2008, p. 380).

O historiador Georges Viagarello, ao instituir as transformações do homem com o corpo no decorrer do século XIX, aponta para a valorização das exigências sanitárias e o peso destinado ao papel depurador da água, responsável por permitir a respiração da pele quando

em contato. Na cidade que era o berço da civilização europeia “os grandes hotéis privados, os da Rua do Roule ou de Saint-Germain, para Paris, começam a dispor de um gabinete de banhos no primeiro andar”. Alguns anos mais tarde, por volta de 1880 “os imóveis de renda, com seus apartamentos idênticos e superpostos, são insensivelmente dotados de salas de banho” (VIGARELLO, 2008, p. 386).

A água não estava restrita aos privilegiados, era utilizada como instrumento de educação popular assim “[...] a limpeza seria tanto edificadora como protetora” (VIGARELLO, 2008, p. 387). No Brasil, não estava muito distante a presença de médicos que tinham como objeto de suas falas a mulher e seus cuidados com a prole.

Poucas, de fato eram as habitações com espaços de banho definidos, com sólido sistema de esgoto, a não ser nas residências dos mais abastados. A maior parcela social residia em habitações com lavadouros coletivos, uma latrina no quarto para os momentos de necessidade no meio da noite, e uma bacia para lavagem de mãos e rostos pela manhã. Essa era a referência de higiene partilhada pelo cotidiano dos Novecentos. Ao longo do século XIX, o Rio de Janeiro além de consagrado como cidade portuária, também era conhecido como reduto da insalubridade. Não sem argumentos, o comércio alimentício torna-se objeto de diversos trabalhos médicos na FMRJ.

Ao longo da primeira década do século XX, ocorre uma política de saneamento e melhoria das condições sanitárias da cidade. Todavia, em 1912, a fiscalização sobre o leite consumido ainda se mostrava precária, como aponta o estudo de um médico formado pela FMBA e professor extraordinário de química analítica desta instituição, o qual publicou no Rio de Janeiro um artigo sobre a Regulamentação do Leite (ANDRADE, 1912). Ao menos dois aspectos merecem ser mencionados: a discussão ultrapassava a esfera da capital federal, colocando-se como uma preocupação possivelmente nacional, e a presença de um diálogo era notada entre diferentes localidades, nas discussões sobre o leite.

O trabalho de Alfredo Andrade foi uma incumbência da Comissão organizadora do II Congresso Médico Latino-Americano, ocorrido em Buenos Aires, no ano de 1904. No evento, coube ao médico relatar a questão da Regulamentação da venda de leite e sua fiscalização. Decorridos quase dez anos do projeto de regulamentação, Andrade afirmava que as ideias fundamentais do programa se mantinham vigentes. O médico buscava com a publicação “despertar a inércia da prefeitura do Distrito Federal” (ANDRADE, 1912, p. 4).

O estudo de Andrade certamente sintetiza as discussões do período. Na municipalidade da Bahia, por intermédio da ação do inspetor de higiene Dr. Innocencio

Cavalcante, a regulamentação do leite já estava em execução; buscava-se então que o mesmo ocorresse na capital do país, onde não havia uma lei que pudesse fiscalizar minimamente a qualidade, transporte, distribuição do produto. O Relatório apresentado ao II Congresso caracterizava o leite como “o alimento primeiro para a infância e a base do regime alimentar para os velhos e doentes – justificam de sobejo todos os cuidados higiênicos com que se vem tentando resolvê-lo, fazendo-o alvo de bem acentuada proteção” (ANDRADE, 1912, p. 5).

Alimento de fácil contaminação, o leite podia tornar-se vetor de doenças tanto oriundas do animal quanto da intervenção incorreta do homem. Andrade atenta para o fato de que a riqueza desse alimento estava ligada à raça, ao clima e ao ambiente de criação das vacas. O médico advogava então que: “o regulamento da venda de leite tem que prever essa influência nociva do comerciante sobre os animais de sua exploração” (ANDRADE, 1912, p. 7).

Desse modo, o documento trazia a obrigatoriedade do consentimento da autoridade sanitária local; para o comércio de leite, o pretendente devia declarar o tipo de exploração (estábulo, leiteria ou comercio ambulante), bem como o pessoal envolvido no trabalho. A licença, de acordo com o segundo artigo, seria concedida “após meticoloso exame do estabelecimento e verificação cuidadosa de se achar ele em condições regulamentares” (ANDRADE, 1912, p. 8). Cada estábulo ou leiteria receberia um número de registro que deveria estar contido em seus vasilhames. O sexto artigo era categórico: não poderiam ser empregadas no comércio de leite pessoas com moléstias contagiosas.

No que se refere aos estábulos e leiterias, o oitavo artigo discorria sobre as localizações desses estabelecimentos: “Os estábulos só poderão ser estabelecidos nos subúrbios das cidades, afastados de estabelecimentos outros, cuja vizinhança possibilite dano aos animais ou possa prejudicar lhes o produto” (ANDRADE, 1912, p. 9). O artigo previa que cada animal deveria dispor de no mínimo 1,70 m no estábulo. E o leite resultado da união do produto de diversos animais deveria ser colocado em vasilhame que não permitisse infecção ou alterações. Quanto às leiterias, o décimo sexto artigo descrevia: “As leiterias, ao contrário dos estábulos poderão ser situadas no centro das aglomerações urbanas” (ANDRADE, 1912, p. 11).

Estábulos e leiterias ficariam responsáveis por depositar diariamente uma amostragem de seu produto nos laboratórios oficiais de bromatologia, sendo os estabelecimentos visitados por inspetores sanitários. O artigo determinava também que “nenhum animal poderá entrar para um estábulo sem passar pela prova da tuberculina”

(ANDRADE, 1912, p. 12), acrescentando que todos os que tivessem reação positiva se possível fossem sacrificados a fim de não veicularem a doença.

O leite higiênico era definido no artigo 27 como: “líquido emulsivo, produto da ordenha completa da vaca, sem injunção de substancia estranha liquida ou solida” (ANDRADE, 1912, p. 14). Impunha-se, como condição imprescindível para entrar no consumo público, que o produto apresentasse odor agradável, proviesse de animal sadio e não recebesse adição de água.

Três fatores deviam ser verificados na amostragem: a dosagem do extrato e da manteiga, a análise do soro; e o exame microscópico e organoléptico (ANDRADE, 1912, p. 17). A análise levava à classificação entre leite bom, mau e duvidoso, assim proposto pelo documento:

Art. 36 1.º Bons- os de cifras elevadas de manteiga e extrato e que conservarem normais e relativos resultados das outras verificações. Nestes serão pesquisados, para conclusão definitiva, os diversos conservadores.

2.º Maus- os que não satisfizeram ao preceituado nos artigos diversos sob o titulo – leite, sua definição.

3.º Duvidosos – os que, beirando as cifras mínimas ou mesmo a elas se elevando, tenham dado algumas indicações discordantes (ANDRADE, 1912, p. 19).

Em 1918, um projeto de postura sobre o comércio de leite e os estábulos foi submetido à Prefeitura do Distrito Federal (PROJETO DE POSTURA, 1918). O esboço trazia no primeiro artigo a proibição da venda de leite retirado de vacas que não tivessem passado pelo exame municipal. O leite devia ser comercializado somente por indivíduos autorizados e matriculados na municipalidade, e aqueles que tivessem sofrido de infecção ou moléstia grave não podiam ser empregados. Entre as cláusulas incluía-se o “Art. 4: expressamente proibida a venda de leite com a vaca que o fornecer em trânsito pela via pública entre as 8 horas da manhã e as cinco da tarde nos meses de outubro a março, e entre as nove horas da manhã e as 4 da tarde nos de abril a setembro” (PROJETO DE POSTURA, 1918, p. 2).

Quanto à localização dos estábulos, o quinto artigo determinava as áreas vetadas da cidade, e entre elas figuravam as freguesias de Candelária; Sacramento; São José; Santo Antônio; Santa Rita; Santana; e Glória. Os subúrbios eram considerados espaços mais adequados à instalação dos estábulos. Vale destacar que a proibição na freguesia de Santana era até a altura das ruas Visconde de Sapucaí e América; e na Glória, até a Praça do Duque Garcia (PROJETO DE POSTURA, 1918, p. 2).

Todo estábulo devia estar localizado fora da área de visitação e não servir de habitação. A área precisava ter altura de 5 m, com largura de 1,5 m para cada vaca e solo

drenado contando com água e luz suficiente. As vacas cujo leite fosse para consumo público tinham que ser preferencialmente alimentadas por milho ou fubá, sendo proibidas substâncias fermentadas, como adverte o sétimo artigo. Os depósitos de leite deviam prezar pela ventilação, ter as paredes revestidas de azulejo ou pintadas a óleo sempre lavadas, assim como o chão, e não abrigar animais domésticos.

Apesar de não informar o nome dos proponentes, ou indicar se ocorreu aprovação, esse projeto corrobora a preocupação que permeia décadas de venda de leite na cidade. A possibilidade de contágio era inerente ao consumo, não restrito apenas à primeira infância; o leite mal consumido podia representar a calamidade pública, a propagação de epidemias. O debate se atualiza com o passar do tempo, mas continua indicando um antigo problema: a ausência de fiscalização dos poderes públicos em uma prática cotidiana da população, na base alimentar do recém-nascido e no cerne dos problemas da alta mortalidade infantil que marcaram a época.

3.3 As tentativas de fiscalização da ama de leite na capital da República (1876-1923)

Em 1876, o médico Arthur Moncorvo de Figueiredo⁴⁸ propõe na *Gazeta Médica* da Bahia um “Projeto de regulamentação das amas de leite” (1876). O projeto almejava a fiscalização sobre a lactação mercenária, resguardando a saúde das crianças quando “[...] a materna é impossível ou inconveniente” (FIGUEIREDO, 1876, p. 496). Nota-se que, apesar de destacar os problemas advindos da ama, o médico considerava o emprego desta forma de amamentação uma *opção* válida. Seu plano indicava o exame de mulheres livres e escravas na Corte Imperial, em um escritório anexo à Junta de Higiene Pública. No local seria realizado exame gratuito para as que comprovassem ausência de recursos.

Os primeiros artigos do projeto assim especificam:

- Dois importantes e principais fins deverão preencher esta nova instituição:
- 1.º Satisfazer as exigências das classes abastadas, garantido o futuro dos seus filhos, pelos exames prévios e rigorosa vigilância exercida sobre as amas de leite.
 - 2.º Auxiliar a amamentação das classes medias e menos providas de recursos, servindo de intermediários, sem restrição alguma, entre estas e as amas ou vice-versa (FIGUEIREDO, 1876, p. 496).

⁴⁸ Médico formado pela Faculdade de Medicina, fundador da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, em 1881, e pai do médico Arthur Moncorvo Filho, este último fundador do IPAI.

O projeto de Moncorvo de Figueiredo estava apoiado em um público específico: os filhos da elite. A criança foco de sua preocupação era o infante descendente das classes dirigentes, cujos pais recorriam a uma escrava parida ou a uma nutriz mercenária.

O projeto tinha como fim primordial “satisfazer as exigências das classes abastadas” mediante “rigorosa vigilância” das amas por intermédio de exames. Contudo, o projeto não recebeu aprovação; somente oito anos depois, um novo intento recebeu destaque nos meios acadêmicos e políticos. Em 1884, tramitou, na Câmara Municipal, o Projeto de Posturas sobre Amas de Leite (POSTURAS, 1880-1888), que instituía a realização obrigatória de exame de amas no Instituto Municipal; sendo aprovada, a futura ama obteria um registro e matrícula. Era necessária a apresentação do filho ou a certidão de óbito da criança, em caso de falecimento desta. Se a ama atuasse sem a devida certificação, ficaria sob pena de multa e prisão. O esboço foi aprovado pela Câmara do Império, sendo intitulado: Projeto de Postura sobre a Indústria de Amas de Leite (POSTURAS, 1880-1888). O funcionamento da inspetoria se dava na Praça Municipal da Corte, todos os dias úteis, e as licenças tinham validade de seis meses.

No mesmo ano, já chegava à Câmara do Império um projeto para organização de um pessoal médico, informando ficarem fundidas sob o nome de Comissão Municipal da Salubridade, as delegações médicas incumbidas da fiscalização de carnes verdes, estábulos de leite e serviços de amas de leite (EXAME DE CARNES VERDES, ESTÁBULOS DE VACAS E SERVIÇOS DE AMAS DE LEITE, 1884).

O segundo artigo do programa da Comissão de Salubridade indicava o corpo médico que iria compor o comitê, formado por um médico diretor; doze médicos de paróquias, que atuariam em paróquias urbanas para exame e fiscalização de amas, estábulos e gêneros alimentícios; dois médicos do matadouro (que residiriam no matadouro de Santa Cruz); um escriturário; três amanuenses; e um contínuo. O exame das amas deveria ser “[...] em conformidade com a postura” (EXAME DE CARNES VERDES, ESTÁBULOS DE VACAS E SERVIÇOS DE AMAS DE LEITE, 1884, p. 1).

Assim ficavam as amas regidas e fiscalizadas pelo corpo médico da municipalidade, em conjunto com outras fontes alimentares. Carnes e estábulos de vacas deviam ser averiguados, tendo em vista o fato de serem fornecedores de alimento para a população. Tudo indica que foram as amas “enquadradas” como mais uma das fontes alimentares presentes na cidade, passíveis de controle antes da chegada aos lares. Esse projeto eleva a atividade à categoria de prestação de serviço, e, certamente, sugere a preocupação dos governantes, em fins do Império, com os problemas advindos da constituição alimentar.

Ainda no mesmo ano se tem notícias de um Instituto Municipal de Amas de Leite,⁴⁹ que em 24 de julho de 1884 apresenta ao Arquivo da Câmara seu regulamento, escrituração e modelo, todos endereçados a José Ferreira Nobre, presidente da Câmara. O documento informa que no dia 1º de julho daquele ano alguém havia sido designado para trabalhar na organização e regulamentação interna do Instituto Municipal a cargo da Câmara, sendo nomeado no dia 17 do mesmo mês; dessa forma, os modelos e propostas passavam a ser submetidos aos vereadores da Câmara Municipal para aprovação.

É possível perceber que a busca pela elaboração e organização de todo o pessoal do Instituto de Amas de Leite foi breve e marcada por disputas de poder. Dentro de poucos meses corpo médico e regulamento foram criados; tal rapidez talvez indique a necessidade de uma fiscalização como resposta às indagações e preocupações médicas. Vale destacar que tudo foi escrito e assinado por Francisco Rebello de Carvalho, escriturário do instituto.

Junto ao documento do dia 24 de julho foram apresentados os modelos e regulamentos do Instituto Municipal de Amas de Leite. Entre as disposições regulamentares, o primeiro artigo informava ser “destinado exclusivamente ao exame e a fiscalização das amas de leite nesta Corte”; fixava também que “nenhuma mulher livre ou escrava poderia exercer o serviço de ama sem obter do Instituto o competente certificado de aptidão” (INSTITUTO MUNICIPAL DE AMAS DE LEITE, 1916, p. 3).

A inscrição no exame foi comprovada pelo registro em dois livros de matrícula, uma para escravas e outro para livres. O livro de matrícula para escravas incluía nome; cor; naturalidade; idade; estado; número de partos; tempo do último parto; e dados do exame da ama, além do nome e endereço do seu senhor. Para as livres era o mesmo modelo, substituindo os dados do senhor pelo domicílio e filiação da futura nutriz. A quantia a ser paga para obtenção do exame e certificação correspondia a seis mil réis, com validade de três meses.

Em 15 de setembro de 1884, Francisco Rebello de Carvalho, encarregado dos serviços internos do Instituto, remeteu ao presidente da Câmara Municipal um documento⁵⁰ acerca das

⁴⁹ O Instituto data de 1884; contudo a fonte com informações sobre a instituição data de 1916. Ver: Instituto Municipal de Amas de Leite. Regulamento interno, escrituração, modelos, etc. 1885 e 1885. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. abr. 1916. (A pasta conta com alguns documentos referentes aos anos de 1884 e 1885).

⁵⁰ O documento sobre as dificuldades de fiscalização de amas de leite e a mesma fonte referente à criação do Instituto Municipal de Amas de Leite, que conta com notícias diversas sobre a instituição. Ver: Instituto Municipal de Amas de Leite. Regulamento interno, escrituração, modelos, etc. 1885 e 1885. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. abr. 1916. (A pasta conta com documentos referentes aos anos de 1884 e 1885).

dificuldades em levar adiante o projeto de fiscalização de amas de leite, em razão da não liberação de recursos para o pessoal do Instituto:

Por falta de precisas determinações desta Illm. Camara não se tendo podido proceder a cobrança da renda que foi estabelecido sobre as amas de leite, chamo para isso atenção (...) no sentido de aplinar as dificuldades nessa arrecadação, bem como das necessárias instruções que urgem para poder levar a efeito o geral regulamento interno desta comissão (INSTITUTO MUNICIPAL DE AMAS DE LEITE, 1916, p. 16).

A documentação subsequente, relativa ao Instituto, tratando sobre o atraso de pagamentos, apareceu somente em 1885. Tudo indica que a rapidez é o termo que melhor define essa instituição: rapidez de criação e extinção, uma vez que em agosto de 1885 é mencionada como extinta. A extinção foi tema da sessão ordinária da Câmara Municipal; em 10 de agosto de 1885 constava o pedido de médicos e funcionários pelo pagamento do ordenado referente ao tempo de serviço no instituto de amas, confirmando assim seu funcionamento. A Portaria do Império informava, por meio de um requerimento, que “os médicos e funcionários do extinto Instituto Municipal de Exame de Amas de Leite pedem pagamento do tempo em que serviram” (*JORNAL DO COMÉRCIO*, 11 agosto de 1885, p. 2).

Contudo, o fato é que, em outubro de 1887, o Instituto de Amas de Leite ainda emitia cobranças ao governo imperial para o pagamento do corpo médico. Assim, até 1888, os documentos apontam cobranças e pagamentos da Câmara ao corpo de trabalhadores (INSTITUTO DE AMAS DE LEITE, 1886-1888, p. 8) De acordo com Elisabeth Carneiro, “tudo indica que tantos projetos e planejamento pensados para a criação e o funcionamento da instituição de controle de fiscalização de amas de leite não chegaram a se concretizar” (CARNEIRO, 2006, p. 182). Em sua tese, Carneiro salienta a ausência de funcionamento do instituto; contudo demonstra-se aqui, por meio da documentação da própria instituição, que esta entrou em exercício, mas por poucos meses, deixando ao seu término salários atrasos e a ausência de fiscalização para o leite mercenário. Tem-se aqui o quadro de criação da legislação para amas pelo Projeto de Posturas Municipal, sua tramitação pela Câmara, e sua efetivação com a criação de uma instituição oficial de fiscalização, que funcionou brevemente e encerrou precocemente suas atividades.

Até 1888, encontramos no exercício do aleitamento mercenário dois grupos: mulheres escravizadas que atuavam como amas para as famílias que serviam ou como meio de gerar rendas para seus senhores, sendo alugadas como amas de terceiros; e mulheres que buscavam famílias para trabalhar como nutrizas. Em comum, os dois grupos têm o serviço doméstico e a presença no seio de uma família. Para além das questões higiênicas – constante na fala dos

acadêmicos e fonte dos temores de contaminação da criança – a própria ama de leite representava um perigo em potencial, uma vez que circulava no interior das residências e, se portadora de algum mal, seu leite poderia contaminar os filhos da elite.

Ao se arriscarem no serviço de amas, por opção ou imposição, as mulheres deixavam de cuidar dos próprios filhos; estes, quando sobreviviam eram entregues à sorte, sem o leite materno. Como Carneiro (2006) bem pontuou, o leite mercenário esteve, ao longo de todo o século XIX, exposto nos jornais, fosse por meio do anúncio de uma mulher escravizada parida, realizado pelo proprietário, fosse pelo anúncio da imigrante pobre, recém-chegada, que precisava trabalhar. Em comum, todos poderiam ser encontrados na seção de serviço doméstico.

Alguns anos após criar o IPAI e realizar o serviço de exame de nutrizes, Moncorvo Filho propôs, em 1903, um “*Projeto de regulamentação do serviço de amas de leite*” (MONCORVO FILHO, 1909). Como não conseguiu aprovação, em 1913 em conjunto com outros colegas da sua instituição, o médico elaborou um novo esquema, que foi utilizado de base para a normatização oficiosa da fiscalização realizada no IPAI.⁵¹ A proposta foi assinada pelo diretor, além dos médicos Jayme de Almeida Pires, chefe de serviços de amas do Dispensário Moncorvo, e Bento de Almeida Pires, adjunto do serviço de amas do Dispensário, cuja direção estava sob o comando do Dr. Mario Pereira de Souza.⁵²

O exame oferecido previa a concessão de uma caderneta às mulheres aptas a trabalhar como amas; para obtê-la era necessário se submeter ao exame médico completo, comprovar vacinação sua e do filho, bem como um documento que comprovasse a idade da criança, como pode ser verificado abaixo na reprodução de partes do documento original:

Instituto de Proteção e Assistência á Infância do Rio de Janeiro
Rua Visconde do Rio Branco, 22 sobrado
<DISPENSÁRIO MONCORVO>
Serviço de Exame e Atestação das Amas de Leite
REGULAMENTO DO INSTITUTO

⁵¹ Ressalta-se que, somente em 1923, se teria um posicionamento governamental sobre esta questão, com a publicação do Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, no âmbito das atribuições da Inspetoria de Higiene Infantil (IHI), dirigida por Fernandes Figueira. Um dos capítulos do Regulamento, embora voltado à regulamentação das amas, deixava claro no *caput* o não reconhecimento da indústria de amas de leite no Brasil. (REGULAMENTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA. Decreto 16.3000. dez.1923).

⁵² Dentre os nomes envolvidos, deve-se ressaltar a presença de um possível grupo familiar formado por Jayme e Bento de Almeida Pires. Os sobrenomes iguais sugerem laços de parentesco entre irmãos ou entre pai e filho; o primeiro começou como auxiliar extranumerário na instituição, em 1903, chegando ao posto de chefe do serviço de amas após cinco anos. Esse aspecto indica, sobretudo, o interesse da boa sociedade carioca em atuar e manter vínculos com o IPAI.

Art. 1º. – Para que uma nutriz tenha direito a posse de uma caderneta, torna-se necessário submeter-se previamente ao exame no *Gabinete de Amas do DISPENSÁRIO MONCORVO*, aí recebendo o respectivo atestado, que lhe é dado *gratuitamente*.

Para isso deverá ela preencher as seguintes condições:

- a) Submeter-se a todos os detalhes do exame médico, que é completo.
- b) Provar que foi vacinada e revacinada, conforme o caso, e bem assim seu filho, si tiver mais de dois meses.
- c) Apresentar o certificado do Registro Civil do nascimento de seu filho ou na sua falta, documento que justifique a idade precisa da criança.
- d) Apresentar seu filho para o respectivo exame; quando tiver morrido: o atestado de óbito; no caso de ausência: justificação do fato.

[...] Art. 4º. – Além das hipóteses já formuladas, serão cassadas à ama de leite o atestado e a caderneta quando:

- a) Seu filho estiver maltratado e não houver dado a providência de substituir a criadeira, 24 horas depois do aviso da Administração do Instituto.
- b) Não cumprir o estabelecido neste Regulamento.
- c) Ficar provado que não trata com o devido carinho a criança que amamenta.
- d) Adquirir qualquer moléstia que contraindique o aleitamento, a juízo da Administração do Instituto.

Art. 5º. – A pessoa que tiver sob seus cuidados o filho da ama fica obrigada a apresentá-lo todas as quinzenas, ao DISPENSÁRIO MONCORVO para sua necessária inspeção higiênica, salvo os casos de força maior, a juízo da Administração do instituto.

Art. 6º. – A Administração do Instituto é reservado o direito de proceder, quando julgar conveniente, a novo exame da ama ou de seu filho.

Art. 7º. – No Serviço de Amas de Leite do DISPENSÁRIO MONCORVO existe, em livros especiais, uma perfeita escrituração onde estão registrados todos os dados relativos aos exames e minuciosamente discriminados as causas de rejeição.

Art. 8º. – É expressamente proibido a ama de leite atestada no DISPENSÁRIO MONCORVO dirigir-se a qualquer agência de serviço doméstico, sem prévia autorização da Administração do Instituto, sob pena de ser imediatamente cassada a caderneta com o respectivo atestado (Rodrigues, 1922, p.72-74).

O primeiro artigo alegava a necessidade de exame no filho da futura nutriz. A ama poderia ter a caderneta cassada, se o filho estivesse maltratado e a criadeira não fosse trocada; e em casos de descumprimento do regulamento, de trato da criança amamentada ou aquisição de doenças contraindicadas à amamentação. O sétimo artigo ainda informava o banco de dados existente para a execução do processo “No serviço de amas de leite do Dispensário Moncorvo existe, em livros especiais, uma perfeita escrituração onde estão registrados todos os dados relativos aos exames e minuciosamente discriminada as causas de rejeição” (RODRIGUES, 1922, p. 72-74).

Outro fator enfatizado era o trabalho como doméstica sem a prévia autorização do IPAI; o acúmulo das funções deveria ser previamente permitido pela instituição. O nono artigo trazia a intenção de ampliar o projeto a fim de que a sociedade fizesse o bom uso da escolha de uma ama, protegendo seus filhos da morte prematura. Esse regulamento seguiu em

vigência ao longo de mais de vinte anos no IPAI; sobre esta instituição e seu realizador será falado com mais afinco adiante. Por ora, vale destacar que, em 1922, foram publicados os dados relativos aos 22 anos do serviço de atestação de amas,⁵³ realizados pela instituição no Dispensário Moncorvo Filho. Os dispensários surgem como espaços para aqueles que podiam ser tratados ou se restabelecer em casa, sem necessidade de confinamento em hospital. Os estabelecimentos também traziam a perspectiva de uma medicina preventiva, cujos tratamentos buscavam impedir a ocorrências de possíveis moléstias. A institucionalização da saúde infantil estava atrelada à construção do dispensário, caracterizado como:

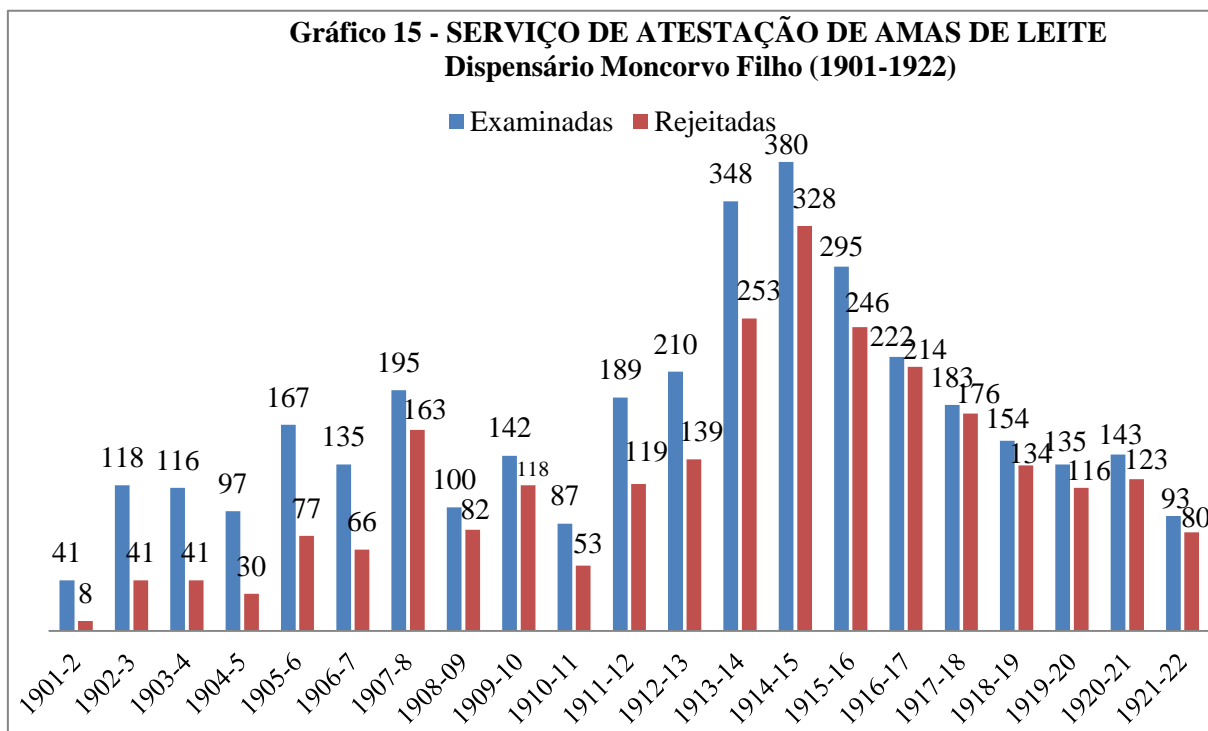
a inovação institucional adequada aos propósitos da saúde infantil. As policlínicas eram instalações de saúde destinadas ao tratamento de doentes que não se recolhiam ao hospital, mas, permanecendo em seus domicílios, no seio da família, iam à consulta e recebiam os medicamentos prescritos. O modelo das policlínicas surgia como alternativa ao tratamento de crianças em hospitais, medida crescentemente condenada pelos pediatras, sob a alegação de que a prática da hospitalização, além promiscuir os pacientes infantís misturando-os aos adultos, também expunha as crianças ao perigo do contágio e à separação da mãe (SANGLARD; FERREIRA, 2014, p. 76-77).

A cultura dos dispensários faz relação com as transformações advindas da capital francesa e guiadas pela prática higienista, que ganha força em meados do século XVIII, quando “grandes cidades, como Paris, entram num processo de explosão demográfica e crescimento urbano. Impelidas por um novo sistema econômico nascente, a necessidade de organização dos espaços, o que concerne a habitação” (DIAS, 2007, p. 2). Em 1920, a Escola de Puericultura é criada como um membro da Faculdade de Medicina de Paris, responsável por formar médicos e enfermeiras, bem como promover a proteção infantil. Tal era o ambiente de criação dos dispensários, que tinham, sobretudo, papel social, não apenas no atendimento do doente, mas na orientação dos familiares (DIAS, 2007, p. 5).

Como um espaço de promoção da saúde o Dispensário Moncorvo Filho, uma das atividades prestadas pelo IPAI era a fiscalização de possíveis nutrizas para atuarem como amas. Os índices relativos aos 22 anos do serviço de atestação, realizados pelos médicos do Instituto, podem ser encontrados nos relatórios produzidos pela própria instituição e mostram um cenário acentuado de mulheres rejeitadas para o serviço. Se o questionamento quanto à vigência do trabalho das amas constitui um ponto de interrogação, os dados do serviço de atestação do Dispensário Moncorvo em conjunto com o aumento do quantitativo de ocorrências do termo no *Jornal do Brasil* entre 1910 e 1920 – como sublinhado no capítulo

⁵³ No anexo XIII pode ser observada a transcrição do quadro de serviço de atestação de amas de leite no IPAI, entre 1901 e 1922, retirada da tese de Rodrigues (1922).

anterior –, ajudam a responder a pergunta sobre a extensão do serviço mercenário. As fontes não só revelam que a utilização de nutrizas permanece como ainda comprovam uma demanda social. Contudo, o gráfico abaixo demonstra que, apesar da oferta diária de amas no *Jornal do Brasil*, poucas mulheres estavam aptas para o exercício como sugere o índice abaixo:



Fonte: Rodrigues, 1922.

Em 22 anos de atividade do Dispensário Moncorvo Filho, dentre 3.550 mulheres que tentaram se tornar amas “fiscalizadas”, menos de 1.000 foram aprovadas para o mercado de trabalho de leite na cidade do Rio de Janeiro. Um número baixo, se considerarmos que no *Jornal do Brasil*, em três anos de análise, 1901, 1903 e 1906, o termo aparece ao menos 1.654 vezes, indicando a rigidez da dinâmica de seleção.

O gráfico informa que a rejeição de mulheres foi crescente com os passar dos anos, o que pode sugerir o aprimoramento das normas do exame, a presença de mulheres cada vez mais distantes do perfil adequado, ou uma insatisfação das famílias contratantes. À medida que a rejeição aumenta, também segue crescente o número de mulheres que se dispõem à atividade; se em 1908 registrava-se que 113 mulheres seguiam até o IPAI a fim de passar pelos procedimentos de qualificação, em 1916 este número se eleva para 264 pessoas, chegando aos índices de rejeição de 96%, quando em 1918 das 183 mulheres examinadas apenas 7 adquiriram certificação.

As causas postuladas para rejeição foram divididas em grupos de doenças por Moncorvo Filho e os demais médicos responsáveis pelo serviço de atestação de amas, os quais classificaram a rejeição da nutriz de acordo com o que denominavam moléstias⁵⁴ (Anexo XIV). Serão reproduzidos aqui os termos utilizados no relatório; em primeiro lugar estavam as “doenças do útero”, seguidas pelas “doenças da vagina”; em terceiro lugar registra-se a “sífilis” – tema de inúmeras teses de conclusão de curso e considerada um mal a ser combatido. Somente em quarto lugar se encontrava a “insuficiência de leite”. Outros fatores como “gripe”, “alcoolismo” ou “imundice” estavam bem abaixo, com números entre 10 a 15 observações. Ou seja, a sífilis, as doenças adquiridas durante o parto e as ginecológicas figuravam entre os maiores causadores de rejeição.

Tem-se um grupo de doenças latentes que se enquadram em um mesmo grupo; apesar das diferentes denominações podem-se chamar de doenças da pobreza: sífilis; tuberculose; alcoolismo; tabagismo; imundice extrema; miséria fisiológica; insuficiência láctea – todas relacionadas à ausência de assepsia, moradia e recursos básicos de sobrevivência. Do outro lado constam doenças mais bem identificadas pela obstetrícia: doenças do útero, da vagina, de origem gonocócica, e gravidez.

De acordo com Fabíola Rohden “uma preocupação singular com a delimitação do papel social de cada sexo pode ser percebida a partir do processamento dos títulos das teses produzidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre 1833 e 1940” (ROHDEN, 2002, p. 102). Não sem justificativa foi realizada uma gama de estudos relativos à sexualidade e à reprodução, com temáticas acerca de vários temas: feto; doenças do aparelho reprodutor feminino; histeria; aborto; aleitamento; cesariana; entre outros. Nesse cenário a mulher era “tratada no discurso médico como eminentemente presa à função sexual/reprodutiva, diferentemente do homem. De outro lado, quando se fala em reprodução, quase que maciçamente se evoca a mulher e raras vezes o homem” (ROHDEN, 2002, p. 107). Observa-se aqui que, entre as mães reprovadas para a venda do leite, parte das doenças mais frequentes tinha relação com as condições em que estas se achavam: 301 casos de sífilis; 130 de tuberculose; 16 de alcoolismo; 11 de imundice extrema; e 10 de miséria fisiológica, totalizando 468 possíveis nutrizas não aptas, por problemas advindos de sua condição social. E ainda questiona-se sobre o que era a miséria fisiológica. De outro lado, questões advindas da ginecologia, que neste período ainda estava muito atrelada à obstetrícia, também seguiam

⁵⁴ Em sua tese de doutoramento, Rodrigues (1922) transcreve a estatística realizada pelo IPAI para os anos de 1901 a 1923, relativos ao tempo de funcionamento do trabalho de fiscalização de amas de leite na instituição. O relatório terminou no ano de 1923, quando foi publicado pelo IPAI, e o aluno reproduz esses dados em sua tese.

presentes e demonstravam a ausência de acompanhamento médico ao longo do estado de gravidez; ou mesmo, no que se refere às mães, a ausência de conhecimentos acerca da puericultura, apontando para um quadro com 980 mulheres afetadas por doenças do útero.

Apesar da ausência de aprovação pelos poderes públicos, os serviços prestados pelo IPAI seguiam atuantes na cidade, com dados precisos, a fim de caracterizar um quadro de credibilidade nas ações executadas. Enquanto o balanço era realizado, em 1921 mais um projeto⁵⁵ aparece na Câmara, agora com aprovação do então prefeito do Distrito Federal, Carlos Sampaio (RODRIGUES, 1922).

O documento sinaliza que a Prefeitura estabelecia o Regulamento do Departamento Municipal de Assistência Pública para a fiscalização das amas mercenárias mediante o decreto n.1543 de 20 de abril de 1921. Segundo o decreto, a fiscalização de amas deveria ocorrer em dispensário clínico municipal ou subvencionado, onde as amas teriam um registro pelo qual seria certificada para trabalhar em casa de terceiros ou receber crianças para amamentar.

O decreto exigia que as mulheres que solicitassem exame tivessem entre 20 e 30 anos, e seus filhos, seis meses, com ressalvas para casos especiais. O exame contava com a investigação de hábitos; abortos; vacinação; gestações; aparelho digestivo, urinário, respiratório, circulatório e nervoso. Além do exame laboratorial do leite. O filho também passaria por avaliação.

Uma vez atestada, a mulher quando fosse empregada deveria informar à Inspetoria de Proteção a Infância, bem como fornecer os dados daquele que viria a cuidar do seu filho. A criação no próprio domicílio da ama deveria oferecer condições de salubridade.

Vale destacar o reconhecimento de meios mais antigos de fiscalização existentes na cidade, assim descritos pelo decreto: “Art. 371- são equiparados aos certificados oficiais os que forem conferidos por Institutos de Proteção e Assistência à Infância, reconhecidos por lei com direito a regalia e com serviço desta natureza perfeitamente aparelhado” (RODRIGUES, 1922). Pela primeira vez o trabalho realizado no IPAI ganhava respaldo legislativo, sendo legalmente oficial.

As nutrizes também deveriam exigir comprovação médica de que a criança a ser aleitada não dispunha de nenhuma moléstia contagiosa. Eram gratuitos o exame e a caderneta

⁵⁵ Em sua tese de doutoramento, Rodrigues transcreveu o projeto de regulamentação do leite mercenário na capital federal, que foi utilizado para compor esta análise. Ver: Regulamento do Aleitamento mercenário pela Prefeitura do Distrito Federal. Abr. 1921 (RODRIGUES, 1922).

fornecidos pela Inspetoria de Proteção à Infância. Ao fim de um trabalho, a nutriz deveria informar ao Dispensário para reavaliação ou cancelamento.

Quanto aos lactantes criados fora do lar materno, a fiscalização seria realizada mediante “periodicamente visitados por um Comissário ou Sub-comissário da Assistência, a quem deverá ser comunicada pela ama qualquer anormalidade que ocorra a seu respeito” (RODRIGUES, 1922).

Em dezembro de 1923, o presidente Arthur Bernardes aprovou o Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública (DECRETO 16.300, 1923), com um capítulo destinado a Amas de Leite. O decreto informava, no artigo 361, que não reconhecia a indústria de amas de leite, mas a tolerava, e, portanto, estabelecia critérios ao emprego como nutriz.

Não poderiam ser empregadas mulheres que tivessem filhos com menos de 4 meses de vida, e em caso de falecimento da criança, o atestado de óbito deveria ser apresentado. A Inspetoria de Higiene Infantil, submetida ao Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), seria o órgão responsável por conceder conselhos sobre amas de leite; no seu Dispensário constava “Atr. 363. Proibida no Distrito Federal a indústria da criação assalariada em domicílio” (DECRETO 16.300, 1923). As que tivessem sob seu cuidado lactantes de outras famílias deveriam informar, sendo multadas em caso de descumprimento. Após a comunicação, a inspetoria faria visitas semanais para zelas pelo lactante. “Ar.t 367. Merecerão igualmente proteção do departamento Nacional de Saúde Pública as instituições que disponham de cantinas maternais, de abrigo de mulher-mãe, segundo o tipo de Rocquart de Turtot, e, as que organizem preventórios contra a tuberculose” (DECRETO 16.300, 1923).

Ficava a cargo da Inspetoria de Higiene Infantil reduzir a mortalidade infantil no Distrito Federal. As fichas de amas de leite deviam conter características físicas da nutriz e dos menores.

O médico à frente da Inspetoria de Higiene Infantil era Fernandes Figueira, o mesmo que com veemência havia se oposto a efetivação das amas na dinâmica de alimentação da primeira infância. No último dia do ano de 1923, o Presidente da República não apenas aprovou um decreto que informava não reconhecer a indústria de amas, como o mesmo decreto criava medidas para conviver com a prática presente no cotidiano da sociedade.

Após esmiuçar parte de suas ações e escritos, bem como as teses de seus alunos, resta conhecer um pouco mais de Fernandes Figueira e Moncorvo Filho.

3.4 O Filantropo e o Cientista

No mundo tal qual ele aparece aos nossos olhos, a condução dos assuntos humanos e a sua compreensão são dominados pelo fato de que conhecemos em nós e reconhecemos nos outros a existência de uma previsão que determina um projeto e de um projeto que culmina em condutas. Mas este finalismo humano não acarreta consequências para a epistemologia da história; não é introduzido pelo historiador no momento da síntese; pertence ao próprio vivido e não se restringe à narrativa que o narrador faz desse vivido; reencontramo-lo tanto no romance como no menor fragmento de conversação (VEYNE, 2008, p. 12).

A história carrega consigo a ilusão de uma reconstrução completa dos acontecimentos; busca-se neste estudo refletir os atores envolvidos na construção de uma cidade mais propícia ao desenvolvimento da Nação. Nessa empreitada, dois nomes obtiveram relevância no início do século XX, em razão do incentivo e cobrança por parte dos poderes públicos de uma fiscalização ou legislação que protegesse a criança no primeiro ano de vida, bem como da formação de uma rede de assistência centrada nas classes dirigentes. Assim é que Moncorvo Filho e Fernandes Figueiras figuram como médicos importantes no cenário. Longe de uma construção linear de suas trajetórias biográficas, pretende-se analisar as performances, redes de contato, discussões e contribuições no campo da alimentação infantil. Assim, aparecem três questões a princípio de fácil resolução, mas importantes para este estudo: a quem se destinava a produção acadêmica desses dois médicos? Quem formava seu público alvo? E qual o caminho da construção biográfica que foi feita por e sobre esses atores?⁵⁶

A trajetória desses médicos foi construída de modo factual por seus pares e por eles próprios quando apresentam as bases norteadoras dos seus trabalhos. Se considerado que o relato autobiográfico tem a preocupação de atribuir sentido ou uma lógica retrospectiva e prospectiva aos acontecimentos, divergindo do romance que indica uma elaboração linear, o abandono dessa estrutura seria, para Bourdieu, a consequência do questionamento do sentido da vida, a descoberta de que o real é descontínuo. De outro lado, o relato de vida se aproxima

⁵⁶ Ao analisar a Europa Oitocentista, Jean-Yves Mollier ressalta que a concepção de cidadão foi um mecanismo que esteve em transformação ao longo de todo o século XIX, em conjunto com a problematização da vida e das questões sociais, culminando como característica centrada na figura masculina e na formação de uma literatura de romances voltada às mulheres, a qual bem denotava o papel social destas. Um livro produz impactos variáveis dentro do mesmo recorte temporal; ainda que diante de uma sociedade análoga, suas elites são ‘impelidas’ por intermédio da escrita a remodelar os hábitos vigentes. (MOLLIER, 2008, p. 19). Aqui as trajetórias individuais serão trabalhadas como parte de um contexto, inseridas em um conjunto de fatores propícios à sua execução. É neste sentido que Pierre Bourdieu (2006) reflete a relação entre vida e história na produção da escrita biográfica, ao que diz: “[...] falar da história da vida é supor que a vida é uma história” (BOURDIEU, 2006, p. 183).

de um modelo de apresentação oficial sustentado por uma filosofia de identidade, que bem pode ser observada na ideiação que Moncorvo Filho realizou sobre si (BOURDIEU, 2006).

Nesta mesma linha, Benedict Anderson (2008) traz a perspectiva do laço entre escrita histórica e nacionalidade, fundamental se considerarmos esses personagens agentes políticos de seu tempo – mais do que isso, indivíduos permeados por uma construção de sociedade. A nação se constitui como uma comunidade imaginada limitada atravessada pelo nacionalismo, estruturada em simbologias que formam as raízes culturais e identificam uma coletividade, ou nas palavras de Anderson:

Se o imaginário nacionalista se importa tanto com elas, isso sugere sua grande afinidade com os imaginários religiosos. Como essa afinidade nada tem de fortuito, talvez valha a pena apenas iniciar uma avaliação das raízes culturais do nacionalismo pela morte, o último elemento de uma série de fatalidades (ANDERSON, 2008, p. 36).

Em 16 de maio de 1944, o *Jornal do Brasil* noticiava, sob o título “A grande perda nacional” (*JORNAL DO BRASIL*, 14 maio 1944, p. 6), o falecimento de Moncorvo Filho, ocorrido naquele dia. O periódico ressaltava que o médico “fez da medicina e mais objetivamente, da especialidade a que se dedicou e a que se consagrou toda a sua vida, um verdadeiro, e puro, e nobre, e apaixonado sacerdócio” (*JORNAL DO BRASIL*, 14 maio 1944, p. 6). Descrito como um homem de bondade extremosa a executar sua missão à frente do IPAI durante longos anos, o médico teve suas pesquisas e estudos doados mais tarde à prefeitura da Capital Federal.

No *Correio da Manhã*, no dia seguinte à morte de Moncorvo Filho seu necrológio foi publicado na segunda página, o que denota a atenção especial ao importante médico. Essa atenção se deu às estreitas relações entre o fundador do IPAI e o diretor do jornal, Edmundo Bittencourt, sobre quem será falado adiante. Além de realizar todo um esboço de trajetória de vida do médico, o periódico aponta também outros médicos como presentes na luta pela causa da infância, e classifica o higienista como “[...] ao lado de Fernandes Figueira e alguns mais, o verdadeiro introdutor da pediatria” (*CORREIO DA MANHÃ*, 16 maio 1944, p. 2). O periódico informava ainda que Moncorvo fora “[...] durante cerca de meio século, a figura central da pediatria sul-americana” (*CORREIO DA MANHÃ*, 16 maio 1944, p. 2).

Moncorvo Filho formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) em 1897, seguiu a profissão do pai, o pediatra Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo⁵⁷, fundador

⁵⁷ Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo foi o médico envolvido com a institucionalização da pediatria na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Na segunda metade do século XIX advogou pela criação de uma cadeira de estudos de moléstias infantis, tendo em vista a alta taxa de mortalidade vigente no Rio de Janeiro. Na ausência de espaço adequado para a prática de médicos e estudantes, abriu a Policlínica Geral para a instalação

da Policlínica Geral do Rio de Janeiro na década de 1880, na qual atuou ao longo do curso de medicina. A Policlínica foi a escola prática de inúmeros colegas de profissão, em fins do século XIX. Nessa instituição, Moncorvo de Figueredo estabeleceu uma luta em prol da infância, a qual, entretanto não ganhou continuidade neste estabelecimento quando da gestão de seu filho.

No entanto, em 1899, Moncorvo Filho criou em sua residência, na Rua da Lapa n. 93, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro. Após dois anos, o instituto foi transferido para um prédio alugado na Rua Visconde do Rio Branco. Mais tarde, recebeu das esferas governamentais um terreno na Rua Areal para a construção de uma sede própria, realizada por meio da benemerência de seus colaboradores.

O projeto visava não apenas à assistência à criança pobre, mas também às transformações dos hábitos de vida de todo um núcleo familiar, por meio de conferências de higiene aos familiares das crianças atendidas. Uma das primeiras atividades oferecidas foi o Dispensário Moncorvo, inspirado nas Gotas de Leite francesas, onde se realizava a distribuição de leite gratuito para as crianças que não podiam ser amamentadas pela progenitora, bem como o atendimento de consultas às crianças pobres e mulheres grávidas. O segundo serviço a entrar em funcionamento foi o exame e atestação de amas de leite, com vistas ao atendimento e fiscalização de mulheres que desejassem atuar como mercenárias.

No período em que a alimentação infantil tornava-se pauta das discussões médicas, em especial o combate ao uso da ama de leite entre as classes abastadas, a atestação realizada pelo IPAI garantia a vigência do movimento sob o respaldo de promover menos danos ao infante amamentado e à mulher exposta ao serviço. O projeto ganha ampla conformação e se torna objeto de reconhecimento na cidade, tanto que, em 1905, integrava as páginas no jornal *Correio da Manhã*, onde famílias anunciavam a busca por amas que fossem verificadas pelo IPAI (*CORREIO DA MANHÃ*, 17 setembro 1905, p. 6), assim como era possível encontrar mulheres alugando o serviço de nutriz, e entre os predicados ressaltados estava o atestado do Dr. Moncorvo.

O registro das ações de Moncorvo estava na imprensa corrente, onde constantemente o médico fazia discursos em defesa da saúde da criança, como também em relatórios anuais que

da cadeira de moléstias de crianças da Faculdade de Medicina, desvinculando os cuidados com o infante da Santa Casa da Misericórdia. Gisele Sanglard e Luiz Otávio Ferreira defendem a ideia de que pelas críticas contundentes do médico por uma reforma do ensino da medicina no país, ele não foi escolhido, em 1883, para ocupar a cátedra de clínica e policlínica médica e cirúrgica de crianças. O médico se recusou a participar de um concurso para a cadeira, por se considerar-se *Hors Concours.*, Mais tarde Fernandes Figueira assumiu posição similar à do seu mestre (SANGLARD; FERREIRA, 2014).

publicava sobre as atividades, congressos, gastos, festividades e pessoas envolvidas na execução. Por meio desses relatórios foi possível montar um quadro com as categorias de profissionais e pessoas envolvidas com a instituição entre os anos de 1902 e 1909 (Anexo XV). As terminologias utilizadas foram as mesmas empregadas nos relatórios para identificar os envolvidos; estes, quando não figuravam na contagem geral de pessoal da instituição, listados por nome e função, podiam ser encontrados nas menções ao longo dos relatórios.

Desse modo, o IPAI foi mantido pela benemerência da boa sociedade, filantropos que recebiam honrarias e agradecimentos ao final de cada relatório, além de serem lembrados nos grandes eventos como os responsáveis pela obtenção de recursos e pela formação de uma rede de sociabilidade capaz de mobilizar imprensa, política e indústria na causa da infância. Entre os nomes envolvidos, vale mencionar egressos do Império, como o Visconde Ferreira de Almeida, sócio fundador.⁵⁸

A instituição uniu, no mesmo lugar, a nobreza em decadência e a burguesia em ascensão, traduzida como capital novo, de cunho modernizador vigente na cidade. O quadro abaixo indica o índice de rotatividade ao longo de seis anos na instituição, onde as funções eram desempenhadas majoritariamente pelo sexo masculino e se encontrava grande índice de estagiários e auxiliares, que somados se mostravam em número maior do que o corpo médico. Além da presença de grupos familiares como o barão e a baronesa de Paranapiacaba, que integravam o quadro de filantropos. Os políticos eram outra categoria constante, responsável por angariar benefícios governamentais para o projeto e levar à Câmara as tentativas de fiscalização das amas de leite, escritas por Moncorvo e seu corpo médico.

Nesse espaço de projeção de um futuro nacional, a presença de militares na recém-república seria uma constante; ao menos 28 figuram na instituição. Os jornalistas tornavam visível a empreitada para a sociedade, a qual contaria com nomes como Edmundo Bittencourt, diretor-proprietário do jornal *Correio da Manhã*, que se dizia a favor da causa do povo. Entre os industriais aparecem nomes como Albino de Souza Cruz, fundador da Companhia Souza Cruz, responsável pelo emprego de inúmeras operárias.

O quadro de categorias da instituição ainda permite observar as funções exercidas no Instituto; deve-se levar em consideração que, apesar de muitos serem descritos como filantropos, barões, baronesas, jornalistas e políticos, foram assim especificados a fim de

⁵⁸ A lista de beneméritos, médicos, e pessoas envolvidas com a instituição foi realizada com base em relatórios anuais publicados por Moncorvo Filho, os quais, além dos feitos ocorridos na instituição, apresentavam as pessoas envolvidas anualmente. Entre os anos de 1902-1909. (ACERVO DA BIBLIOTECA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO – PUC Rio)

melhor dimensionar suas ações efetivas, embora também se enquadrassem em outras funções. O cargo determinava a disposição do sujeito no espaço: um político facilmente podia se integrar à Comissão de Auxílios Oficiais, ou seja, era também um filantropo; assim como baronesas e demais mulheres que exerciam a filantropia podiam compor a Comissão de Festejos, além de pertencerem às Damas de Assistência à Infância. Tratava-se de um espaço de prestígio, de dedicação semanal na organização de festividades, eventos beneficentes e confecção de vestimentas para filhos de pobres sem recursos para a compra do enxoval.

Uma das ações de Moncorvo foi justamente a criação das Damas da Assistência à Infância, acima mencionadas. O grupo, formado por senhoras e senhoritas, por vezes contava com famílias inteiras da boa sociedade, e tinha por finalidade principal a arrecadação de fundos, sendo responsável pela promoção de eventos que possibilitassem esse ganho. Tanto as crianças quanto a ‘boa comunidade local’ eram convidadas a desfrutar das festas de Natal, Ano Bom e Reis, nas quais colaboravam. Martha Freire e Leony ressaltam que as festividades eram uma forma concreta de auxílio às crianças pobres, permitindo “reunir membros das camadas sociais mais elevadas- refletindo e modelando a cultura filantrópica da elite brasileira” (FREIRE; LEONY, 2011, p. 207). As três festas anuais, além de dar visibilidade à instituição, funcionavam como mecanismo de difusão ideológica. Contudo, questiona-se aqui se o instituto teria realmente se transformado em “referência para uma rede de instituições congêneres” (FREIRE; LEONY, 2011, p. 207). Como sustentam os autores, tendo em vista que os relatórios anuais da instituição, apesar de mencionarem alguns feitos de IPAIS regionais, não indicavam atuações conjuntas. O mais representativo da dinâmica de comemorações não era necessariamente o fundo adquirido, mas o envolvimento de mulheres pertencentes às classes mais abastadas no fomento da assistência social. Era sobre esse projeto que Moncorvo e Fernandes Figueira falavam ao buscar reduzir o aleitamento artificial ou o recurso da ama mercenária.

Que a filantropia certificava a manutenção e elevação do prestígio social está postulado, mas o envolvimento com a infância reafirmava o exercício da maternidade imposta pela sociedade como função do sexo feminino. Também denotava completa coerência com os discursos de salubridade vigentes no cenário, segundo os quais a exterminação de hábitos anti-higiênicos deveria começar pelas mulheres, auxiliadoras reais dos médicos e sanitaristas no lar paterno, em completa sintonia com a dinâmica da família burguesa, do pai provedor e da mãe responsável pelo domínio do lar. De outro lado, outras modalidades eram latentes na cidade e partiam de famílias que habitavam cortiços e habitações populares; eram mães que

trabalhavam fora sem nenhum estudo, logo não exerciam o ofício de professoras primárias, mas sim de domésticas, amas de leites, operárias, e complementavam a renda familiar, quando não criavam sozinhas os filhos e se tornavam, portas a dentro, o chefe da família.

No IPAI, as paredes eram mais um dos locais de expressão e aconselhamentos que não passaram despercebidas pelas lentes de Augusto Malta. Em 1917, uma das crianças atendidas posava à frente de um quadro negro, onde estava escrito um agradecimento ao médico; um tanto rebuscado para sua pouca idade, assim dizia o letreiro: “Com a ciência e todo o coração, consegui o muito amigo Dr. Moncorvo Filho ajudar-me a completar os 7 anos! Como lhe sou grata!” (Figura 09/Anexo XVI). A fotografia possivelmente não foi tirada apenas em agradecimento aos bons atos do médico, mas como chamariz para as ações exercidas, enaltecendo toda uma construção de infância que perpassa a filantropia. A gratidão pública também se voltava para as famílias envolvidas na manutenção, não estava somente centrada na obra de Moncorvo, mas na figura formalizada que refletia o instituto.

Não se pode esquecer que a fotografia é a construção de uma realidade posada, a imagem pode ser compreendida ao menos sob dois aspectos: como documento e como monumento. Como documento, a fotografia representa o espelho ou índice de um período, e para adquirir significado deve ser dotada de lógica e parâmetros como espaço e tempo. Como monumento, é “ agente do processo de criação de uma memória’ e determina uma escolha em detrimento de outras. (CARDOSO, 1997, p. 582). Cria memórias e recordações que fazem parte das aquisições da história que ligam as sociedades industrializadas à busca por suas raízes (LE GOFF, 1990).

Essa não era uma construção isolada dos atos do IPAI; em 1928, já na sede própria, a fotografia (Figura 10/Anexo XVII) traz os registros presentes nas paredes da instituição. O visitante que adentrava no prédio, encontrava em uma das paredes internas a inscrição: “Infeliz do Egoísta que se desinteressa da infância”. Outra inscrição também demarcava um projeto clássico do médico, que se torna ponto central deste estudo: a amamentação. As paredes ainda exibiam: “No aleitamento mãe, balança + relógio são três coisas que não crescem separadamente”.⁵⁹

A consagração do programa de Moncorvo, além da fiscalização de mulheres candidatas à comercialização do leite materno, foi a promoção de concursos de robustez, com premiação em dinheiro para as mães que apresentassem as crianças mais fortes, alimentadas no seio. A mesma instituição que tentava regulamentar o recurso da ama mercenária era

⁵⁹ Fotos de Augusto Malta, 1926.

defensora do leite materno, e podia reprovar anualmente até mais de 80% das mulheres que buscavam trabalhar como nutriz.

Vale destacar a construção errônea da noção de criança robusta como saudável, exclusivamente por seu peso e seus aspectos físicos, em relação à qual Fernandes Figueira se colocou categoricamente contra (FIGUEIRA, 1926). Os concursos de robustez (Figura 11/Anexo XVIII) mobilizavam a imprensa e tinham grande circulação, o que pode ser observado em fotos publicadas em periódicos e revistas. Concursos estes que, desde 1906, já apareciam nas páginas da *Revista da Semana*. (*REVISTA DA SEMANA*, ago. 1906, n. 325). No entanto, os relatórios analisados do IPAI não informavam maiores características sobre as crianças que participavam do concurso ou sobre seus responsáveis.

Na Policlínica das Crianças, um levantamento realizado a partir do trabalho do aluno Mario Gomes (1916) indicava como as crianças recebidas eram alimentadas: a maior parte por leite materno, seguido pelo aleitamento misto. Dado não identificado para o IPAI.

Nesse âmbito, questiona-se qual o sentido do aleitamento para esses médicos, quais discursos e jogos de ideias estavam envolvidos na busca pelo aleitamento natural, quais os interesses que mobilizavam esses indivíduos a uma luta pela promoção nacional.

O segundo agente importante nesse cenário também frequentou a FMRJ, tendo obtido o grau de doutor em 1887. Antônio Fernandes Figueira alcançou notoriedade, em 1902, com a publicação do livro *Semiologia Infantil*. Foi indicado por Oswaldo Cruz para trabalhar como chefe da enfermaria de crianças do Hospital São Sebastião (SANGLARD, 2013). Segundo Sanglard, um dos fatores que o diferenciou de Moncorvo Filho foi a precoce internacionalização. Figueira congregava em seu entorno nomes importantes para a pediatria; por exemplo, em 1903 o prefácio de seu livro *Elementos da Semiologia Infantil* foi escrito por Vitor Hutinel, diretor do Hôpital des Enfants Malades de Paris. Hutinel teria indicado a José Carlos Rodrigues, criador da Policlínica das Crianças, o nome de Figueira para direção desta instituição – contudo Gisele Sanglard demarca que não há indicações de contatos entre os dois primeiros, o que pode sinalizar a criação de um mito (SANGLARD, 2013, p. 6). Em 1910, mais um nome vultoso teve relação com o trabalho de Figueira: o autor do prefácio do *Livro das Mães* foi o médico Luiz Morquio, considerado o mais respeitado pediatra latino-americano (SANGLARD, 2014, p. 81, 83 e 93).

No *Jornal do Brasil* o falecimento de Figueira foi noticiado como “A morte de um grande médico brasileiro” (*JORNAL DO BRASIL*, 14 mar. 1928, p. 8). As palavras de Bricio Filho “em nome da intelectualidade carioca” lembravam o colega da faculdade, que na aula

de anatomia, perplexo diante de um jovem cadáver, escreveu um soneto. Ao lado de Olavo Bilac, Figueira fundou a *Gazeta Acadêmica*, e sob o pseudônimo de Alcides Flavio se dedicou também à escrita literária. “Como diretor de Higiene Infantil sua ação foi impecável” na luta pela saúde pública. O médico, porém terminou a vida envolvido por desgostos: “Viu-se Fernandes Figueira na contingência de sofrer fortes amarguras nos últimos tempos de sua vida. Oprimido por desgostos, alanceado por ingratidões, golpeado por injustiças foi obrigado a deixar a Higiene Infantil da Saúde Pública, para cujo engrandecimento tanto havia labutado” (*JORNAL DO BRASIL*, 14 mar. 1928, p. 8). No *Correio da Manhã* o médico recebeu apenas uma nota modesta em comparação com os necrológios de políticos da Câmara falecidos na mesma semana (*CORREIO DA MANHÃ*, 16 maio 1928, p. 2).

No que concerne às colocações sobre a infância, Figueira publicou, em 1905, o folheto intitulado “Bases científicas da alimentação da criança: suas consequências sociais”; o texto apresentava uma resposta do médico sobre a abertura do “Gotas de Leite”, e sinalizava preocupação com a mulher operária e seus filhos. Sobretudo, levava em consideração a rápida possibilidade de contaminação do leite esterilizado⁶⁰ ou fervido, a cada transporte até a mamadeira. Em diálogo com um questionador das “Gotas de Leite”, Fernandes Figueira alega:

Mas – objetará V. – se a mulher pobre vai em demanda de uma instituição de caridade, justamente porque lhe é difícil ou impossível amamentar o filho, como aplicar a esse caso o remédio indicado? Parece que devemos em tais circunstâncias – concluirá V. – fornecer, o melhor possível, o leite de vaca a essa criancinha. [...] Não procede a objeção. A verdade científica assim se condensa: raros são os casos em que a progenitora não pode amamentar (FIGUEIRA, 1905, p. 19).

O médico, além de ressaltar serem raros os casos de impossibilidade do aleitamento pela mãe biológica, acrescenta que as instituições de assistência não deveriam incentivar o uso do leite de vaca. Mesmo reconhecendo se tratar de um problema das mães trabalhadoras, sua proposta não recaí sobre o abandono do seio materno, mas sobre a alimentação mista.

Desse modo, Figueira observava que a culpa para o crescimento do desmame fora da época adequada cabia aos médicos – quando estes recomendavam outra forma de alimentação estavam diretamente desestimulando o aleitamento. Assim argumenta o médico:

As maiores culpas da situação atual na espécie pertencem (*penitente me!*) aos médicos. De condescendência em condescendência, no convívio das famílias, temos cedido as sugestões dos parentes, que consideram a

⁶⁰ Leite esterilizado corresponde ao método realizado para destruição de microorganismos, desenvolvido por Luis Pasteur na segunda metade do século XIX, que consistia na fervura e subsequente resfriamento do leite.

amamentação como uma quase função desprezível (FIGUEIRA, 1905, p. 19).

Quando, em 1909, Figueira foi convidado a dirigir a Policlínica das Crianças – hospital voltado à assistência de crianças pobres, mantido pela Santa Casa da Misericórdia –, seus ideais tornaram-se mais conhecidos, em virtude dos trabalhos de conclusão de cursos apresentados por alunos que fizeram do espaço da Policlínica local de estágio para o exercício da pediatria.

Mais interessante se torna a trajetória do médico, se levado em consideração o fato de que, por se tratar de uma instituição regida pelas diretrizes da Santa Casa, a Policlínica seguia a prática de distribuição de leite esterilizado, mesmo diante da oposição contundente do seu diretor.

Diferentemente da primeira instituição, marcada pela proximidade com espaços mais empobrecidos da cidade, a Policlínica das Crianças estava situada na freguesia de São Cristóvão, correspondente ao atual bairro da Cidade Nova. A freguesia abrigava em suas adjacências bairros fabris, como Catumbi, Praça XI, Andaraí, o que sugere serem as mães atendidas provenientes destes espaços, portanto de maior poder aquisitivo do que as pobres recebidas no IPAI.

Tem-se aqui dois médicos com falas direcionadas ao bom desenvolvimento infantil, com políticas de ações em teoria similares em relação ao aleitamento materno, mas com vias de operação divergentes. Ambos agentes importantes na formação acadêmica de alunos da Faculdade de Medicina e na construção da proteção à infância, visada pelo Estado.

Ambos os médicos eram membros de instituições médicas do período que concediam prestígio e reputação à profissão. Moncorvo é descrito pela Sociedade Brasileira de Pediatria como “precursor das políticas de proteção à infância em nosso país”⁶¹, tendo recebido a cadeira de número dois da Academia Brasileira de Pediatria; enquanto Fernandes Figueira aparece como presidente perpétuo da Sociedade Brasileira de Pediatria.⁶² Se tais predicados não confirmam, ao menos indicam mais um dado da atuação desses indivíduos.

⁶¹ Ver: <https://www.sbp.com.br/institucional/academia-brasileira-da-pediatria/patronos-e-titulares/carlos-arthur-moncorvo-filho/>.

⁶² Ver: <https://www.sbp.com.br/institucional/galeria-de-presidentes/antonio-fernandes-figueira/>.

3.5 Considerações sobre o capítulo

Sendo o leite alimento indispensável na dieta infantil, poder-se-ia reduzir o problema da mortalidade aos inconvenientes provocados por três tipos de leite: mercenário, de vaca, ou artificial –, mas o que se percebe é que o pano de fundo para todas essas questões estava na sociedade que fazia a sua utilização.

Especificamente trata-se de uma cidade com profundas transformações políticas e sociais, marcada pelo fim da escravidão, pelo crescimento econômico e pela necessidade habitacional, até então não vivenciada. O trabalho torna-se o principal meio de subsistência, e este fator indica conseqüentemente o emprego de mulheres negras e ex-escravas como amas de leite. Fato é que se identifica grande ambigüidade no seio do pensamento acadêmico, e assim não havia unanimidade na condenação do leite mercenário e do leite artificial. A ponto de alguns transgredirem o dever com a saúde em favor da esfera econômica, ao certificar alimentos que reconheciam não contribuir para o bom desenvolvimento da criança.

O primeiro ponto a ser considerado não parece ser a motivação dos indivíduos que promoviam a construção de espaços para a infância pobre, pois este aspecto se mostra explícito e com intensa relação a um projeto de Nação, ideal comum a muitos intelectuais na virada do século. Diante do temor de que a pobreza causasse a disseminação de doenças, ressalta-se a ação desses grupos como meio de enfrentar semelhante ameaça.

O segundo ponto de destaque é o comércio de leite, alimento consumido não apenas por recém-nascidos, mas também indicado para idosos, convalescentes, mulheres grávidas, e a população em geral. O leite de vaca logo se tornou objeto de estudo acadêmico. O alimento já chegava contaminado aos lares, e não estava entre as preocupações primordiais do governo, apesar de constar da pauta de ações legislativas. Como foi possível observar nos projetos de leis que passavam pela Câmara Municipal, estes traziam aspectos que indicavam desde a dimensão ideal estabelecida para abrigar cada vaca nos estábulos, até a alimentação balanceada. No entanto, o leite seguia contaminado em razão das suas condições de coleta, manuseio e revenda. O que leva à constatação de que a fiscalização, quando havia, era falha.

O terceiro aspecto e, talvez o que mais salte aos olhos, é a falta de humanidade em relação ao leite mercenário, pois a fonte deste leite, a mulher, era reconhecida dentro da legislação para carnes e estábulos. Em nenhum momento era definida como um ente a fornecer leite. Sua atuação tinha o mesmo destino que a vaca, devendo assim passar por exames e garantir qualidades adequadas para a sucção.

Por fim, os projetos para fiscalização do serviço mercenário estiveram em discussão por mais de cinquenta anos no Brasil; ao menos desde meados do século XIX havia médicos preocupados com a atividade, fosse pelos malefícios trazidos aos filhos dos senhores, fosse, alguns anos mais tarde, pela constatação das perdas dos filhos das mulheres que deixavam de aleitar. A formação de um consenso sobre amas foi materializada com a construção do Instituto de Amas, a cargo da municipalidade, indicando assim ser objeto estatal a solução da mortalidade. Contudo, o projeto não durou um ano em exercício, trouxe mais dívidas e problemas financeiros ao governo do que fiscalização. Havia um projeto de controle, médicos envolvidos, capital público fornecido, mulheres que se destinavam ao ofício, mas a instituição não ia à frente, sua efetivação permanecia uma interrogação.

Para além desse ponto, as disputas médicas seguramente foram fundamentais, contribuindo para a maior expressão e circulação de informações. Em 1923, o projeto vencedor relativo à alimentação, publicado como o regulamento da Inspetoria de Higiene Infantil, do Departamento Nacional de Saúde Pública, informava não reconhecer a indústria de amas, mas postulava as regras para sua fiscalização. Se os médicos falharam, esse projeto foi o mais próximo de um consenso entre a ideologia de Fernandes Figueira e o pensamento de Moncorvo Filho.

CONCLUSÃO

Esta dissertação procurou analisar o debate acerca da alimentação infantil nos primeiros anos do século XX na cidade do Rio de Janeiro. A proposta teve como alvo o estudo das amas de leite enquanto parte importante das práticas de alimentação destinadas à primeira infância e, assim, se buscou realizar um mapeamento das localidades de oferta e procura do serviço de leite mercenário na cidade, o que levou a conhecer melhor as políticas conduzidas por médicos e intelectuais que fomentaram a construção de uma legislação voltada à proteção infantil.

Percebe-se que a atividade de ama de leite se manteve ao longo dos séculos. O estudo procurou chamar atenção para sua utilização como representativo da cultura de elite no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Esses séculos tiveram em comum a ama como parte dos hábitos daqueles que dispunham de recursos para manter uma nutriz. A princípio a ama foi identificada como uma forma de suprir os desejos ou necessidades de mães que se opunham ao aleitamento ou estavam impedidas de realizá-lo. Atividade exercida pela mulher escrava que, por vezes, permanecia no seio familiar como ama seca, obtendo o lugar de “mãe preta”. Observa-se no início da República que o recurso à ama de leite se expandiu entre as mães pobres, sendo exercido por mulheres brancas, pardas e negras, brasileiras ou estrangeiras, que encontravam no puerpério uma forma de renda.

Este estudo também acompanhou a construção de um discurso médico preocupado com a alimentação infantil desde meados do século XIX. No entanto, foi em uma cidade marcada pela abolição, transformação urbana e o desenvolvimento de uma cultura sanitária promovida pelo higienismo, que a infância foi sendo transformada em objeto da ação governamental. Não apenas a criança, mas um projeto de nação foi efetivado com vistas a salvar o recém-nascido da morte prematura e garantir um futuro nacional.

Observou-se uma cidade que tinha o núcleo central como espaço do comércio e de manifestações urbanas, os subúrbios como localidades dos menos abastados para viver nas imediações centrais e, em especial, daqueles que tinham meios de custear os deslocamentos até o centro e desfrutar de quintas e fazendas em localidades mais distantes, como o Engenho Novo. Além disso, a cidade foi marcada por freguesias que se consagraram como tipicamente de elite – Glória, Botafogo e Laranjeiras – e que também foram residência de populares, em habitações coletivas ou conjuntos habitacionais construídos pelas fábricas para isenção de impostos.

Uma cidade que sofreu a especulação imobiliária pelo seu processo de remodelação nas primeiras décadas do século XX, os impactos das expansões das redes de transporte desde fins do século XIX e a presença de uma linha férrea responsável por cortar as freguesias mais distantes e encurtar a distância com a área central, ainda que o bilhete pelo transporte não fosse acessível aos menos favorecidos. Foi justamente nas imediações da linha de trem que se encontrou a ama de leite, seu deslocamento pelas freguesias tem relação direta com o próprio crescimento da cidade e a pluralidade socioeconômica. Em 1903 a ama não era mais um recurso apenas da mulher de elite, o Jornal do Brasil indica que passou a ser requisitada na Fábrica das Chitas, em Vila Isabel, para atender possivelmente os filhos das operárias. A procura veio de “habitações modestas”, com pagamentos ainda mais modestos na Cidade Nova, no Engenho Novo, na Mangueira, sugerindo a presença de elites locais. Famílias que não poderiam morar nas proximidades do centro da Cidade pelo mesmo custo habitacional de Madureira ou São Cristóvão, onde as casas além de diversos cômodos tinha água em abundância, como sugere o classificado de aluguel no Jornal do Brasil (JORNAL DO BRASIL, 1903).

Observa-se a construção de tentativas diversas de fiscalizar a nutriz mercenária desde a segunda metade dos Oitocentos, dentre eles estava o Projeto de fiscalização para amas de leite, proposto por Arthur Moncorvo de Figueiredo, em 1876 (FIGUEIREDO, 1876), o Regulamento para amas de leite, de 1884 (POSTURAS, 1880-1888), o Regulamento para fiscalização de carnes e venda de leite na Corte, também de 1884 (EXAME de CARNES VERDES, ESTÁBULOS de VACAS e SERVIÇOS de AMAS de LEITE, 1884), o Serviço de exame de nutriz realizadas no Ipai, por Moncorvo Filho (MONCORVO FILHO, 1909) e o Projeto de postura sobre o comércio de leite e estábulos, de 1918 (PROJETO DE POSTURA, 1918). Projetos que buscaram fiscalizar a nutriz mercenária e o leite de vaca colocando a alimentação como objeto governamental. Em 1923 a ama ainda estava na ordem das inquietações políticas do país, assim o presidente Arthur Bernardes aprovou neste ano o Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública. Através do artigo 361, o decreto informava não reconhecer o serviço, mas estabeleceu os critérios para o emprego da nutriz. (DECRETO 16.300, 1923).

De um lado estavam às tentativas de tornar o leite materno ou de vaca fiscalizado, e de outro lado a FMRJ trazia teses de doutoramento (como a de ALMEIDA, 1913; CUNHA, 1914; GOMES, 1916; LIMA, 1918) que problematizavam a alimentação infantil. Leite biológico, industrializado e amas de leite foram as três possibilidades postas na ordem do dia,

sobre as quais os estudantes indagavam formas de ação aos poderes públicos a fim de promover diretrizes para a causa da infância.

As fontes possibilitam perceber uma brusca alteração no quadro das amas de leite na virada do século XIX para o XX, os anúncios de oferta e procura no Jornal do Brasil levam, ao menos, a dois indicativos: a substituição do leite materno pelo leite de vaca ou farinhas lácteas não foi tão rápido como pontuou a historiografia. O primeiro devido aos custos de produção e comercialização, pelo menos até os anos de 1920 a indústria de leite artificial esteve em processo de afirmação na cidade, quando foi identificada queda na aparição de amas de leite na imprensa e a Nestlé, por exemplo, estabelece sede em Araras, São Paulo, possivelmente barateando o custo do produto, até então importado. Em 1909 vale destacar que a mesma marca apareceu no Jornal do Brasil com o título de “farinhas envenenadas” e trouxe a público os debates em torno da composição química do alimento e dos riscos à saúde da criança. Se durante séculos a ama foi um recurso restrito às classes mais abastadas, ao que tudo indica os temores médicos se concretizaram e a atividade se disseminou entre as classes populares.

O Censo de 1906 apontou a mortalidade infantil presente no cotidiano das freguesias mais pobres como Santana e Sacramento. Permitindo pontuar que o mundo do trabalho fez com que as mães deixassem seus filhos para poder trabalhar, destinando a eles outras fontes alimentares. As posturas municipais atuaram na tentativa de garantir a venda de um leite seguro, mas não se efetivaram já que as teses da FMRJ seguem pelas décadas de 1910 e 1920 pontuando os problemas do leite mercenário e industrializado (de vaca) na cidade.

O mapeamento de amas revela a popularização entre as classes mais baixas, seguindo a linha do trem em direção aos subúrbios. De acordo com o levantamento realizado por Rodrigues (1922) o processo de fiscalização de amas no Ipaí impediu muito mais nutrizes ao exercício do aleitamento do que promoveu a sua expansão pela cidade. A defesa pela fiscalização que Moncorvo Filho realizou sugere não o incentivo ao uso da nutriz, mas o seu controle – não percebido na prática. No entanto, ainda estava muito distante da defesa preconizada por Fernandes Figueira que advogava pela inexistência do leite fraco ao indicar que toda mãe estava apta a amamentação, sendo completamente desnecessário a ama de leite (Figueira, 1926).

De acordo com os índices observados no terceiro capítulo deste trabalho foi encontrado períodos em que a inaptidão de mulheres ao serviço de amas beirou aos 100%, permitindo o exercício de 7 ou 8 nutrizes atestadas pelo Ipaí. Este dado adverte que as amas

que circulavam pela cidade não eram aquelas atestadas por Moncorvo Filho. Fernandes Figueira, enquanto chefe da Inspetoria de Higiene, aquela que não reconheceu o serviço de amas, mas estabeleceu critérios ao seu exercício, se viu obrigado a se submeter a presença do aleitamento mercenário e de sua fiscalização que já era realizada pela FMRJ, através da Maternidade de Laranjeiras, e no Ipai. Não podendo combater a ama que ao menos ela fosse fiscalizada.

As ações desses médicos em defesa da construção nacional são frutos da virada do século XIX para o XX. E, a popularização das amas de leite indica que as práticas culturais são tão influentes, ou mais, do que o discurso médico.

REFERÊNCIAS

Instituições pesquisadas

- Arquivo Nacional
- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
- Casa de Oswaldo Cruz
- Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ
- Fundação Biblioteca Nacional
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- Museu da Imagem e do Som, MIS/Rio

Documentos Eletrônicos

- Base de dados da Biblioteca Nacional (Hemerotecadigital.bn)
- Biblioteca Virtual Pontifícia Universidade Católica, PUC /Rio (<http://www.dbd.puc-rio.br>)

Periódicos

- Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1891. Edição:C00048.
- A Mai de Família (1879-1888)
- A Tribuna Médica (1900...)
- Jornal do Brasil (1900-1909)
- O Brasil Medico (1900...)
- Revista Fon Fon

FONTES

1. ALMEIDA, Joaquim Baptista de. Da inanição e da Hipo-Alimentação na primeira infância. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio, 1913.
2. ANDRADE, Alfredo A. de. Regulamentação da venda de leite destinado ao consumo. Estudo das causas que fazem variar a composição chimica do leite.- Organização do serviço de fiscalização sobre a qualidade e venda. Rio de Janeiro, Typographia e Lithographia Pimenta de Mello & C. 1912.
3. C.G.Ch.Hartlaub. O médico homeopata dos meninos, ou conselhos aos pais e as mães, aos mestres e as mestras. Traduzido por Manoel Gonçalves Valle Filho. Rio de Janeiro, Tipografia e livraria francesa, 1846.
4. CARNEIRO, Pedro Alves. O leite higiênico e seu consumo na Capital Federal. Rio de Janeiro, Typ. do Instituto Profissional João Alfredo – Boulevard 28 de Setembro n. 109. 1912.
5. COMÉRCIO de LEITE e ESTÁBULOS. Projeto de postura. Rio de Janeiro, Nov. 1918.
6. CUNHA, Oscar dos Santos. O ensino da Puericultura. Typ. Aurora. 1914
7. DECRETO n. 434 de 16 de Junho de 1903. Dispõe sobre nova divisão territorial do distrito Federal. (AGCRJ Códice 18-3-13.)
8. FIGUEIRA, Antônio Fernandes. Livro das Mães, Rio de Janeiro, 3ª ed., 1926.

9. FIGUEIRA, Antônio Fernandes. “Bases científicas da alimentação da criança: suas consequenciais sociais (carta aberta ao Sr. M. R. G. P)”. Rio de Janeiro, 1905.
10. FIGUEIRA, Fernandes. Livro das Mães. Consultas práticas de higiene infantil. 3ª Edição, 1926. P.111.
11. FIGUEIREDO, Carlos Arthur Moncorvo de. Projeto de regulamentação das amas de leite. IN: Higiene Publica. Gazeta Medica da Bahia, ano. VIII, n. 1, 1876. pp. 496-504.
12. MONCORVO FILHO. Do exame das amas de leite no Brasil, 1903 e/ou PIRES, Almeida. Das amas de leite. Quarto Congresso Medico Latino Americano, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.
13. GALVÃO, Otto do Lago Lamagnere. Contagem de germes no leite consumido no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Off. Graph. Jornal do Brasil, 1916.
14. INSTITUTO MUNICIPAL de AMAS de LEITE. Regulamento interno, escrituração, modelos, etc. 1885 e 1885. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Abr. 1916.
15. LIMA, Pythagoras J. Barbosa. O aleitamento mercenário e sua fiscalização. Rio de Janeiro: Officina Typographica da Escola Gerson, 1914.
16. PINHEIRO, Sócrates Ariosto Carino Pinheiro. O aleitamento da criança durante o primeiro ano. Rio de Janeiro: Tipográfica Leuzinger, 1919.
17. PINTO, Ferreira Antonio. O medico da primeira infância ou O conselheiro da mulher grávida e hygiene da primeira infancia. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1859.
18. PROJETO de ORGANIZAÇÃO do PESSOAL MÉDICO da Ilm. Câmara Municipal. Exame de carnes verdes, estábulos de vacas e serviços de amas de leite. Prefeitura do Distrito Federal. Arquivo municipal, 1884.
19. PROJETO de POSTURA sobre AMAS DE LEITE. Posturas (1880-1888). 24, 25, 25A, 25 B. Codice 18-2-10. AGCRJ.
20. RECENSEAMENTO do RIO DE JANEIRO. (Districto Federal) Realizado em 20 de Setembro de 1906. Rio de Janeiro, Officina da Estatistica, 1907.
21. REGULAMENTO do DEPARTAMENTO NACIONAL de SAÚDE PÚBLICA. Decreto 16.3000. Dez.1923.
22. RODRIGUES, José Furtado. O aleitamento mercenário (a proposito do exame de puérperas e nutrízes)- cadeira de clinica obstétrica. Rio de Janeiro, Pap. E Typ. Queiroz- Rua da Quitanda. 1922.
23. SIQUEIRA, Joaquim Aymbire de. Peso e estatura das crianças no Rio de Janeiro: Papelaria Sol, 1912.
24. VENCIMENTOS. Instituto de Amas de Leite, 1886-1888.

BIBLIOGRAFIA

1. ABREU, Laurinda. Pina Manique. *Um Reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva, 2013.
2. ABREU, Mauricio de. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
3. ALENCASTRO, Luiz Felipe. Epílogo. In: NOVAIS, Fernando A. (Coordenador geral da Coleção); ALENCASTRO, Luiz Felipe (Organizador do volume). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
4. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
5. ARIÈS, Philippe. A descoberta da infância. In: *História Social da Infância e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

6. ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Rovellet, 2008.
7. AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Ática, 1997.
8. AZEVEDO, André Nunes de. A Reforma Passos: uma tentativa de integração conservadora. *Tempos Históricos*, vol. 19, 2015.
9. _____. Da cidade escravista à cidade moderna. Os limites de um projeto de integração conservadora no Rio de Janeiro entre 1903 e 1906. *Revista de História Regional*, 2016.
10. BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
11. BARBOSA, Gisele; PIMENTA, Tânia. O ofício de parteira no Rio de Janeiro imperial. *Revista de História Regional*, 2016.
12. BATALHA, Cláudio H. M. Cultua associativa do Rio de Janeiro da Primeira República. P98-99. In_____; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004.
13. _____. “A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República”. In: Azevedo, E. etal. *Trabalhadores na cidade*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2009.
14. BENCHIMOL, Jaime L. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano. Economia e sociedade, poder e política, cultura e representações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4v. v.1, p.231-86, 2003.
15. _____. *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, turismo e esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
16. BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.
17. BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: Ferreira, M. e Amado, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.
18. BRASIL GERSON. *Histórias das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 6ª edição, 2013.
19. CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto EDUSP, 1988.
20. CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. Historia e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
21. CARNEIRO, Maria Elisabeth Ribeiro. *Procura-se “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”*: Uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). 418f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
22. CARULA, Karoline. Alimentação na Primeira Infância: médicos, imprensa e aleitamento no fim do século XIX. In: SANGLARD, G. (org.) *Amamentação e políticas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.
23. _____. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em A Mai de Família. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol.19, supl., dez. 2012.
24. CASTEL, Robert. Da Tutela ao contrato In: *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Ed.Vozes, 2010.

25. CAVALLO, Sandra. "Charity, power, and patronage in eighteenth-century Italian hospitals: the case of Turin" In: GRANSHAW, Lindsay e PORTER, Roy. *The hospital in History*. Londres/New York: Routledge; 1989, pp. 93-122.
26. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
27. CORBIN, Alain. *Saberes e odores: O olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1967.
28. DAMAZIO, Sylvia. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1996.
29. DEIAB, Rafaela de Andrade. *A mãe-preta na literatura brasileira: a ambiguidade como construção social (1880-1950)*. 296f. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
30. DIAS, Patricia Fotunato. Da higiene à Eugenia: um percurso de salubridade francesa. *XXIV Simpósio Nacional de História*, Anphu, São Leopoldo, 2007.
31. DINAN, Susan E. Motivations for charity in early modern France In: SAFLEY, Thomas. (Ed.) *The Reformation of Charity: The Secular and the Religious in Early Modern Poor Relief*. Leiden, 2003. pp. 176-192.
32. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos* [online]. 1999, v.6, n.2. pp. 277-291.
33. FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto/Editora UNESP, 1997. pp.510-553.
34. FRANCO, Renato Junio. O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 27, pp. 5-25, 2014.
35. FREIRE, Maria Martha de Luna. Quando a caridade encontra a ciência: Um olhar sobre a trajetória do Dr. Moncorvo Filho. In: Sanglard, Gisele. [et al.]. *Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
36. _____. LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, dez. 2011, pp.199-225.
37. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: 51ª edição, Global, 2006.
38. GEREMEK, Bronislaw. *A piedade e a Força História da miséria e da caridade na Europa*. Terramar, 1986.
39. GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860 e 1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
40. JÜTTE, Robert. The reorganization of poor relief In: *Poverty and deviance in early modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. pp. 100-141.
41. KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *Negros no estudo do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
42. Le Goff, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990.
43. MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da História do Brasil no século XIX*. Maringá: Eduem, 1999.
44. MARCÍLIO, Luiza Maria. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

45. MARKO, Tamera. A wet nurse, her masters, a folkhealer, a pediatrician and two babies. In: MARKO, Tamera; WARREN, Adam (ed.) Women, Ethnicity, and Medical Authority: *Historical case studies in reproduction health in Latin America*. CILAS Working Papers. San Diego: University of California, 2004, Paper 21, p. 49-78.
46. MARTINS, Luiz Carlos Nunes. *No seio do debate: amas-de-leite, civilização e saber médico no Rio de Janeiro*. Dissertação. 163f. (Mestrado em História das Ciências). Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006. .
47. MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.
48. MOLLIER, Jean-Yves. *A Leitura e Seu Público no Mundo Contemporâneo - Ensaio Sobre História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
49. MOTT, Maria Lucia. Ser Mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. *Revista de História USP*, São Paulo, v.120, 1989.
50. NEEDLE, J. D. *Belle Époque Tropical – sociedade e cultura da elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia. das Letras; 1993.
51. NORBERT, Elias. *Sociedade de Corte: investigação sobre a sociedade da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed. 2001.
52. RIO, João. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
53. ROHDEN, Fabíola. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano.8, n.17, 2002.
54. SÁ, Isabel dos Guimarães. A reorganização da caridade em Portugal em contexto Europeu (1490-1600). *Cadernos Noroeste*, série sociologia: Sociedade e Cultura. Vol. 11:2. 1998.
55. _____. As crianças e as idades da vida. In: MATTOSO, J. (Dir.). *História da vida privada em Portugal*. Lisboa: Círculo dos Leitores e Temas e Debates, v. 3: A idade moderna, 2011. pp. 71-96.
56. SANGLARD, Gisele. *Entre os salões e o Laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940*. 279f. Tese (Doutorado em História das Ciências). Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.
57. _____. Fernandes Figueira e a política de assistência à infância: Estado, filantropia e aleitamento materno. In: SANGLARD, G.(org.) *Amamentação e políticas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2016.
58. _____. Fernandes Figueira: ciência e infância – Rio de Janeiro, 1900-1928. *Intelléctus*. UERJ Online. V.2, p.79-102, 2014.
59. _____. Filantropia & política pública: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro na Primeira República. *Anpuh*, 2013.
60. _____. FERREIRA, Luiz Otávio. Pobreza e Filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, vol.27, n.53, 2014. pp.71-91.
61. SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio Antigo vistas por Noronha Santos*. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1965.
62. _____. *Meios de transporte no Rio de Janeiro: história e legislação*. Vol.1. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Doc. E Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1996. (Coleção Biblioteca Carioca)
63. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: Triste Visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
64. _____. Afeto e Violência: sobre mães negras, amas de leite, e babás. *Nexo*. (Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2016/Afeto-e-viol%C3%A2ncia-sobre-m%C3%A3es-negras-amas-de-leite-e-bab%C3%AAs>)

65. SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando (coordenador geral da coleção); SEVCENKO, Nicolau (Org. do volume). *História da vida privada no Brasil 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, vol.III. 1998.
66. SILVA, Lúcia. A Paris dos trópicos e a pequena África na época do Haussman Tropical. In: *Hisória Urbana*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
67. SILVA, Robson Roberto. A presença das amas-de-leite na amamentação das crianças brancas na cidade de São Paulo no século XIX. *Antítese*, v.9, 2016.
68. SODRÈ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: 3ª Ed. Martins Fontes. 1983.
69. SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
70. TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados: Mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*. São Paulo: Alameda, 2013.
71. TOMASCHEWSKI, Cláudia. “As Misericórdias e o Estado: legislação, prestação de serviços e obrigações sociais”. In: *Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847 – c. 1891*. Tese de doutorado: PUC-RS; 2014. (cap.3) pp.124-15.
72. VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: Assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1999.
73. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Coimbra: 2008.
74. VIAGARELLO, Georges. Higiene do Corpo e trabalho das aparências In: *História do Corpo: Da Revolução à Grande Guerra*. Petrópolis: Vozes, 2008.

ANEXOS

Anexo I - Recenseamento do Rio de Janeiro, 1907.

Distritos Municipais	Natalidade Legítima		Natalidade ilegítima	
	Em 1.000 mulheres casadas de mais de 15 anos quantos nascimentos		Em 1.000 mulheres não casadas de mais de 15 anos quantos nascimentos	
	Incluído os natimortos	Excluído os natimortos	Incluído os natimortos	Excluído os natimortos
Candelária	244,2	240,9	6,1	6,1
Santa Rita	217,1	205,4	43,3	40,1
Sacramento	215,5	204,4	33,0	28,7
S. José	158,0	150,4	81,9	76,2
Santo Antônio	169,9	158,2	38,2	34,4
Santa Teresa	168,3	157,3	46,8	42,9
Gloria	169,8	158,2	44,9	40,6
Lagoa	186,0	173,1	35,2	31,8
Gávea	169,0	160,6	41,5	38,8
Santana	183,1	169,7	36,1	32,5
Gamboa	183,1	169,7	36,1	32,5
Espírito Santo	188,5	173,6	32,2	28,9
São Cristóvão	205,7	192,2	31,5	28,6
Engenho Velho	199,1	185,2	14,8	13,4
Andaraí	199,1	185,2	14,8	13,4
Tijuca	181,4	174,5	26,3	24,2
Engenho Novo	214,3	196,2	19,4	17,1
Meyer	214,3	196,2	19,4	17,1
Inhaúma	182,3	173,0	42,9	39,9
Irajá	183,5	177,8	46,2	44,3
Jacarepaguá	157,3	153,8	48,7	47,3
Campo Grande	197,7	193,2	52,6	50,9
Guaratiba	114,4	110,5	26,0	24,6
Santa Cruz	241,4	192,6	57,5	43,7
Ilhas	199,4	149,5	53,9	38,7
Rio de Janeiro	189,0	176,1	36,7	33,4

Fonte: Recenseamento do Rio de Janeiro, 1907, p.94.

Figura 1/Anexo II



Mãe Preta. Lucílio de Albuquerque. 1912.

Fonte: Acervo Museu de Belas Artes da Bahia, Salvador.

<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21324/lucilio-de-albuquerque>

(Acesso em 16/09/2017).

Figura 2/Anexo III



Fonte: Revista Tagarela, 1902. (Acervo: hemerotecadigital.bn. Ed. 00036)

Figura 3/Anexo IV



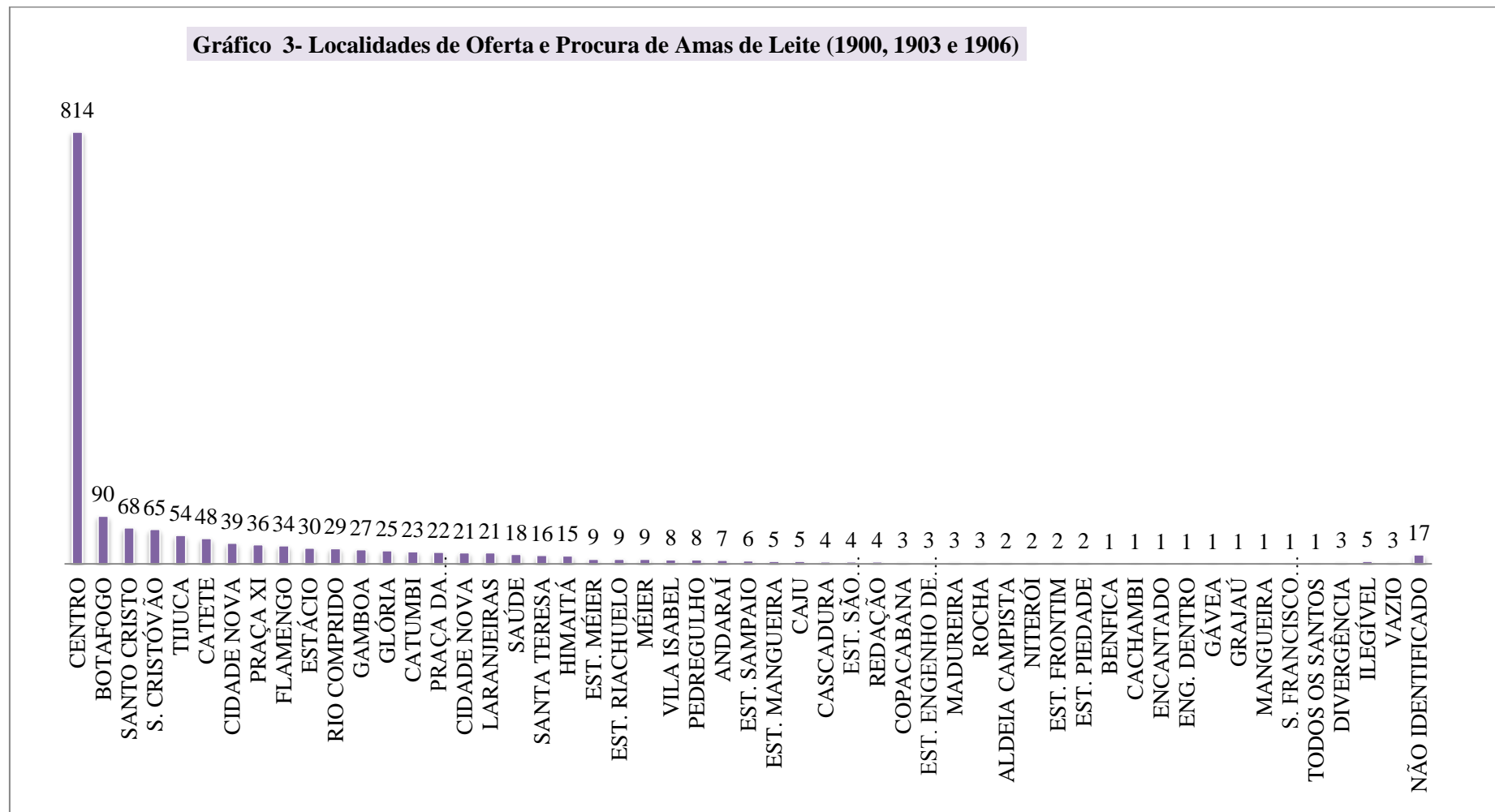
Fonte: Arquivo Nacional. (Brasilianafotografia.bn.br) “Antonio da Costa Pinto com a sua ama de Leite”. Cardoso, Antonio Lopes. Bahia, 1868.

Figura 4 – Anexo V



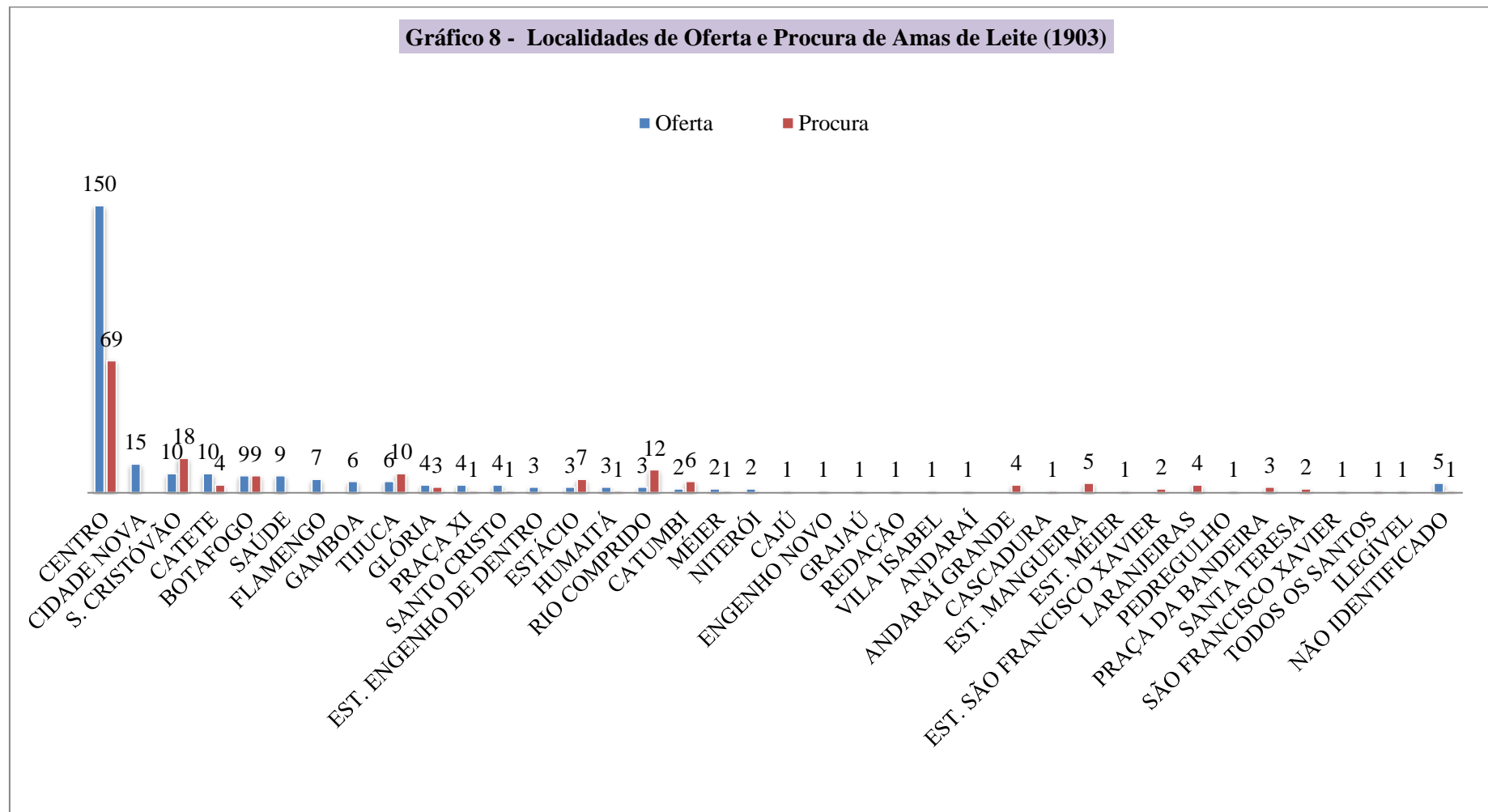
Fonte: Arquivo Nacional (Brasilianafotografia.bn.br). “Maria Rita Meireles da Costa Pinto com a ama de leite Benvinda”. Cardoso, Antonio Lopes. 1880.

Gráfico 3 /AnexoVI



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1900, 1903,1906.

Gráfico 8/Anexo VII



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1903.

Figura 5/Anexo VIII – Planta de Melhoramentos em execução, 1905 (Acervo: AGCRJ)

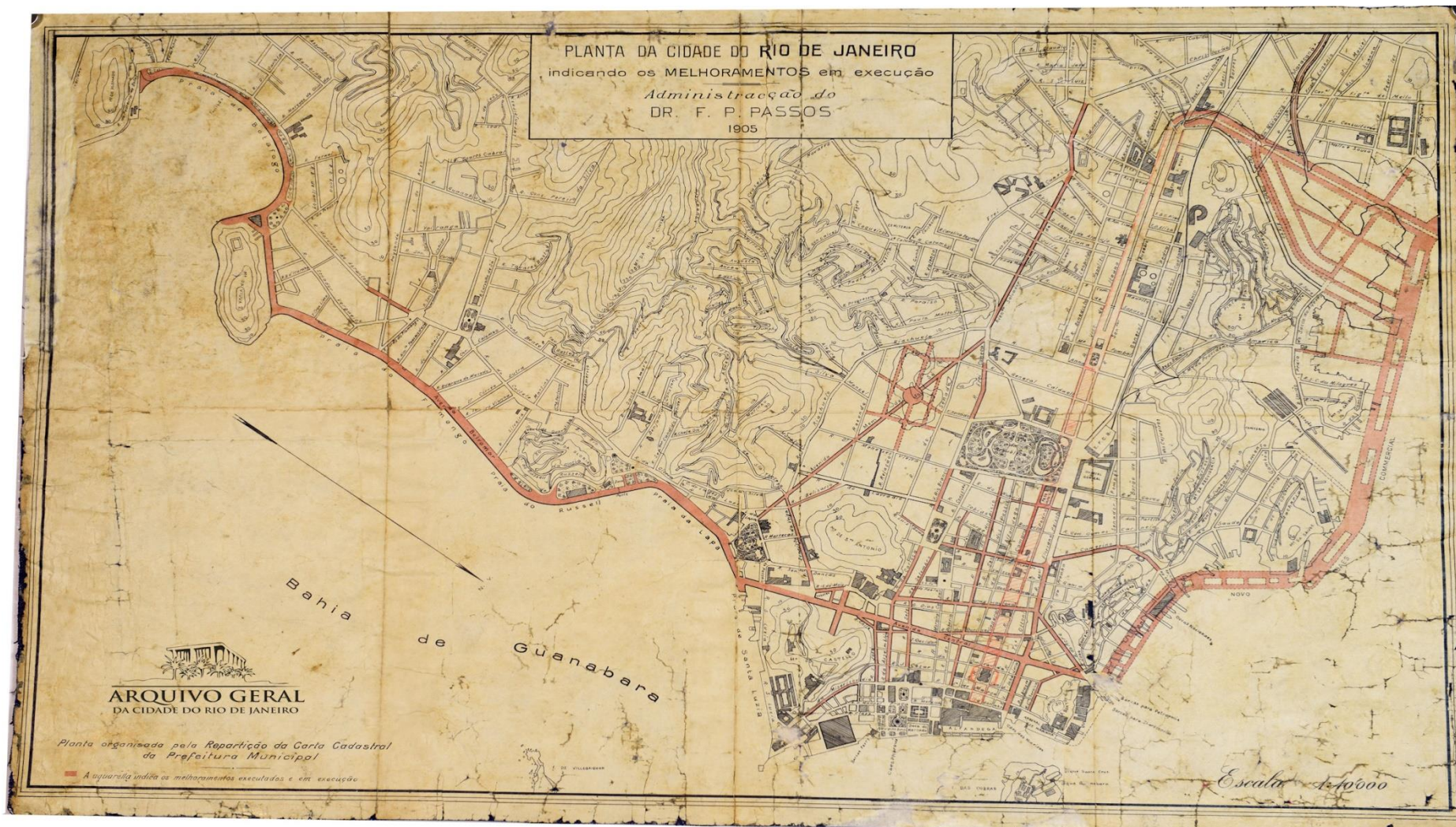
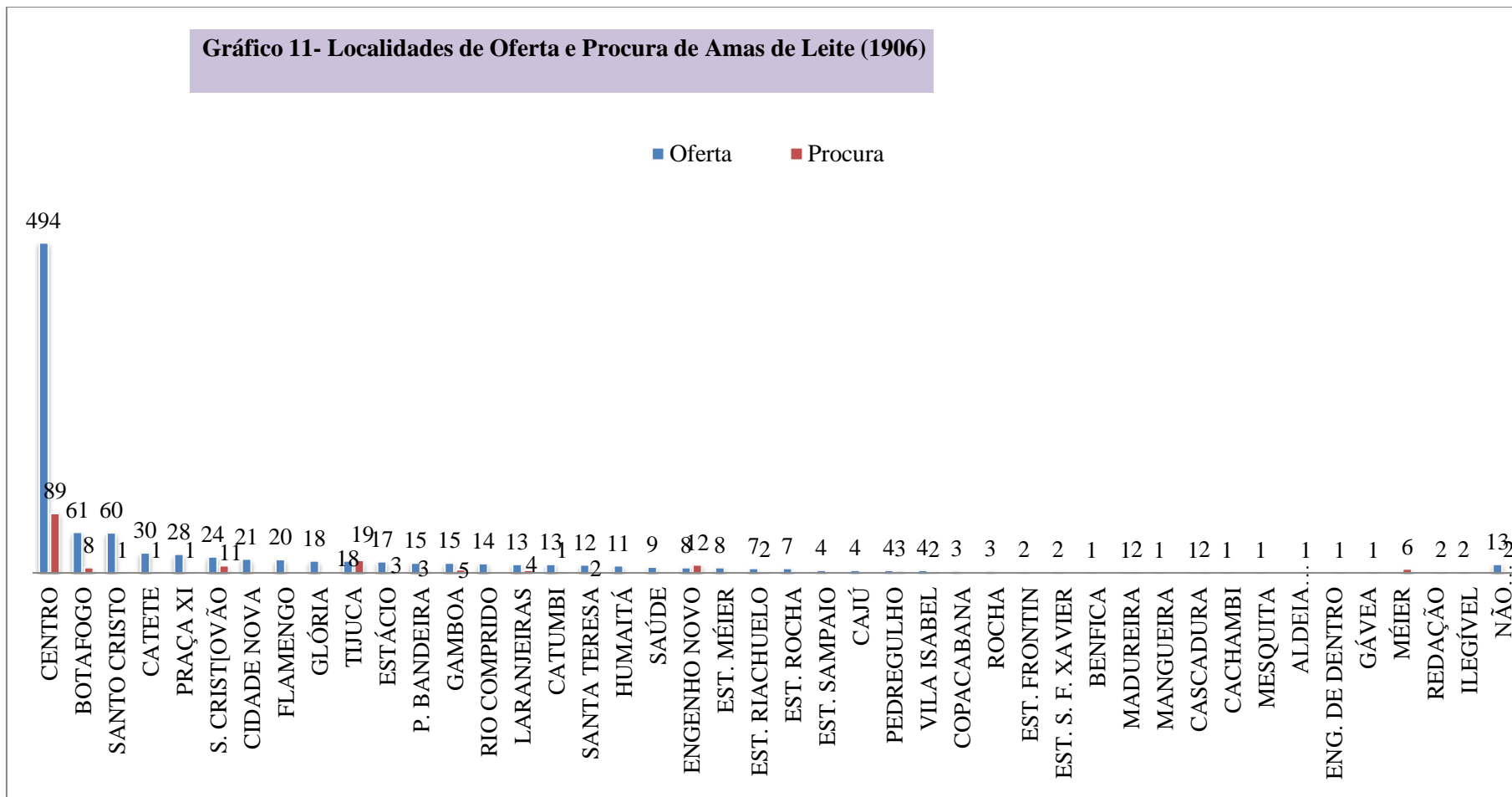


Figura 6/Anexo IX – Melhoramentos executados pelo governo , 1907 (Acervo: AGCRJ)



Gráfico 11/Anexo XI



Fonte: *Jornal do Brasil*, 1906.

Figura 8/Anexo XII – Leite Excepcional

Profissionais e Industriais do Brazil

LEITE EXCEPCIONAL

Este estabelecimento, fundado ha sete annos, já conta grande numero de assignantes, especialmente medicos, parteiras, doentes, e crianças para amamentar, dando para esse fim um tratamento especial ás suas vaccas.

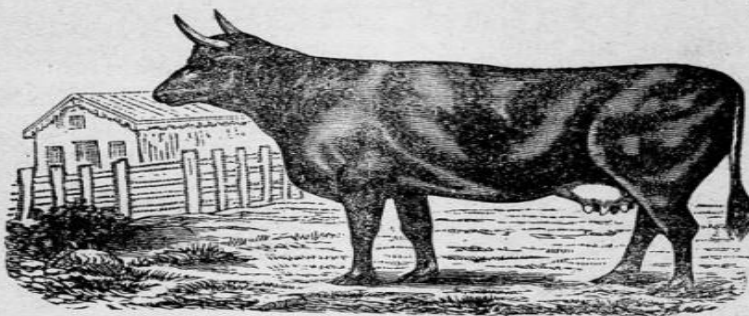
Chama-se a attenção das familias.

A proprietaria deste estabelecimento assiste sempre á tiragem do leite, engarrafa-o e lacra-o, evitando assim qualquer violação; para ainda mais provar aos seus numerosos freguezes o quanto é escrupulosa, manda fazer todos os annos uma analyse quantitativa e qualitativa do leite de suas vaccas, no Laboratorio da Escola de Medicina para assim tranquillisar e captar cada vez mais a devida confiança dos Srs medicos, parteiras, doentes e mãis de familia.

Entrega-se este magnifico leite fresco de manhã e á tarde.

Quando é para criar, a proprietaria tem o cuidado de mandar sempre da mesma vacca e escolhida conforme a idade da criança.

Rua Mariz e Barros, 44



Rua Mariz e Barros, 44

COPIA

Laboratorio do Estado

ANALYSE N. 47 — Resultado da analyse de uma amostra de leite de vacca denominado — **EXCEPCIONAL** — da chacara da rua Mariz e Barros n. 44, de propriedade de D. Maria Josephina Tasso de Faria.

A referida amostra, proveniente de mistura de leite de 10 vaccas, apresenta um cor branca levemente amarellada, consistencia espessa, cheiro e sabor agradaveis.

Pelo exame microscopico observa-se grande numero de globulos, unai pequenos, regulares e levemente coloridos de amarello.

Composição:

Densidade a 15°.....	1030		Manteiga.....	57,25	
Creme.....	16	} %	Caseina e albumina.....	41,45	} por 1000
Extracto a 95°.....	15,25		Lactose.....	49,15	
Agua.....	844,50		Cinzas.....	7,65	
			10000,00		

Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 1889.—Dr. *Borges da Costa*.

As assignaturas pagas adiantadamente até o fim de mez

Nos arredores do estabulo, gar. 300, dita de lit..... 500

Outros arrabaldes e Cidade, gar. 320, dita de lit..... 500

Telephone 5102, Chacara e 160 escriptorio

ESCRITORIO: RUA DE S. JOSÉ, 95

(art. 605)

2051

Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1891.

Anexo XIII – Serviço de Atestação de Amas de Leite, Ipai.

Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro

Dispensário Moncorvo Filho

SERVIÇO DE ATESTAÇÃO DE AMAS DE LEITE

Exame geral de 14 de Julho de 1901 a 14 de Julho de 1922

(22 anos)

ANOS	ATESTADAS	REJEITADAS	TOTAL	PORCENTAGEM DE REJEIÇÃO
1901 a 1902	33	8	41	19,2%
1902 a 1903	77	41	118	34,8%
1903 a 1904	75	41	116	35,4%
1904 a 1905	67	30	97	30,0%
1905 a 1906	90	77	167	46,1%
1906 a 1907	69	66	135	48,1%
1907 a 1908	32	163	195	83,1%
1908 a 1909	18	82	100	82,0%
1909 a 1910	24	118	142	83,1%
1910 a 1911	34	53	87	60,0%
1911 a 1912	70	119	189	62,1%
1912 a 1913	71	139	210	66,4%
1913 a 1914	95	253	348	72,2%
1914 a 1915	52	328	380	84,2%
1915 a 1916	49	246	295	89,0%
1916 a 1917	8	214	222	96,0%
1917 a 1918	7	176	183	96,0%
1918 a 1919	20	134	154	87,0%
1919 a 1920	19	116	135	85,0%
1920 a 1921	20	123	143	86,1%
1921 a 1922	13	80	93	87,0%
TOTAL	943	2607	3550	73,4%

Fonte: (Rodrigues, 1922, p.72-74).

Anexo XIV – Causas de Rejeição de Amas de Leite, Ipai.

Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro

Dispensário Moncorvo Filho

SERVIÇO DE ATESTAÇÃO DE AMAS DE LEITE

Estatística das causas de rejeição por grupo de doenças

De 14 de Julho de 1901 a 14 de Julho de 1923

(22 anos)

Doenças do útero.....	980
Doenças da vagina (inclusive vulvovaginites 371 das quais 127 de Origem gonocócica.....	409
Sífilis (inclusive casos suspeitos).....	301
Insuficiência láctea.....	165
Tuberculose.....	130
Doenças do aparelho respiratório.....	48
Doenças da pele.....	34
Doenças do seio.....	17
Alcoolismos.....	16
Tabagismos.....	16
Leite purulento.....	11
Imundice extrema.....	11
Miséria fisiológica.....	10
Gripe.....	10
Epilepsia.....	9
Gravidez.....	9
Rinite.....	8
Histeria.....	6
Ozena.....	4
Artrismo.....	2
Lepra.....	1
Outras causas.....	401
TOTAL.....	2607

Fonte: Rodrigues, 1922, p.72-74.

Anexo XV- Categorias desempenhadas no Ipai.

Cargo /Profissão	Quantidade Aprox.	Observações
Médicos	43	01 Mulher /42 Homens
Dentista	10	02 mulheres/ 08 homens
Cirurgião	06	
Enfermeira	06	
Aux.Enfermagem	03	Mulheres
Parteira	07	
Massagista	02	
Farmacêutico	08	04 mulheres/ 04 homens
Estudantes ⁶⁴	70	01 mulher /69 homens
Senhoras/senhoritas	76	
Filantropia	49	
Militar	28	
Industrial	07	
Político	10	
Barões	04	02 mulheres/02 homens
Engenheiro	01	
Advogado	01	
Jornalista	02	
Conselheiro	01	
Não-determinado	36	03 mulheres/33 homens

Fonte: Relatórios do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro. (1902-1909)

⁶³ Foram utilizadas aqui as categorias mencionadas nos relatórios do Ipai. Indicamos serem os dados uma quantidade aproximada pois os nomes não apareciam, necessariamente, listados nos relatórios, mas ao longo do texto, nos restando a realização da contagem, tendo em vista a possibilidade de uma margem de erro e nos resguardando desta possibilidade indicamos ser este quantitativo um valor aproximado.

⁶⁴ O Termo estudante foi o único que alteramos ao longo da tabela. Os relatórios indicam 38 auxiliares extranumerários, 13 auxiliares (sendo 1 mulher e 12 homens), 2 doutorandos e 13 estagiários, apesar de denominações diferentes todos desempenhavam o papel de estudantes na instituição e na ocupação de funções, sem vínculos empregatícios ou remuneração.

Figura 9/Anexo XVI



Fonte: Instituto de Proteção e Assistência à Infância, 1917. Coleção Augusto Malta (MIS/RJ).

Figura 10/Anexo XVII



Fonte: Instituto de Proteção e Assistência à Infância, 1928. Coleção Augusto Malta (MIS/RJ)

Figura 11 – Anexo XVIII



Fonte: Instituto de Proteção e Assistência à Infância, 1926. Coleção Augusto Malta (MIS/RJ).

Anexo XIX – Demonstrativo do quadro de amas de Leite

Ano	Data/ página	Referência	Anúncios	Obs	Localização	Bairro/ distrito	Oferta	Procura	Nacionalida de	Cor	Valor
1900	2 Jan. anno. X n.2 p.04	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00002	"Aluga-se uma ama de leite, trata-se na rua de São Cristóvão n.44."		Rua de São Cristóvão	São Cristóvão	Oferta				
1900	2 Jan. anno. X n.2 p.04	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00002	"Aluga-se uma ama de leite, na rua da América n.83."		Rua da América	Santo Cristo	Oferta				
1900	16 Jan. anno.X n.16 p.04	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00016	"Aluga-se uma ama de leite portuguesa: informe-se na rua da Alfândega n.172, até ao meio dia."		Rua da Alfândega	Centro	Oferta		Portuguesa		
1900	19 Jan. anno.X n.19 p.04	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00019	"Precisa-se de uma ama de leite que seja muito saudavel, preferindo portuguesa; carta a esta redação com as iniciais A.C dizendo onde pode ser procurada."		Redação	Redação		Procura			
1900	20 Jan. anno.X n.20 p.04	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00020	"Aluga-se uma boa ama de leite, portuguesa, na rua da Ajuda n. 121, perto do mar."		Rua da Ajuda	Centro	Oferta		Portuguesa		
1900	19 Jan. anno.X n.19 p.04	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00022	"Aluga-se uma ama deleite portuguesa, com leite de (?)mezes na rua larga de S. Joaquim n. (?), fundos."		Rua Larga de S. Joaquim	Centro	Oferta		Portuguesa		

1900	04 Fev. anno.X n.35 p.06	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00035	Matéria intitulada "Queixas do Povo".	Matéria							
1900	26 Fev. anno.X n.57 p.04	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00057	"Aluga-se uma ama de leite : na rua Joaquim Silva n.96".		Rua São Joaquim	Centro	Oferta				
1900	08 Mar. anno.X n.67 p.04	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00067	"Quem precisar de uma boa ama de leite para criar em casa dirija-se à rua do Porto n. 71, Cidade Nova."		Rua do Porto	Cidade Nova	Oferta				
1900	14 Mar. anno.X n.73 p.04	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00073	"Precisa-se de uma ama de leite: na rua ? n. 3 , Andaray Grande."			Andaraí Grande		Procura			
1900	24 Mar. anno.X n.83 p.04	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00083	"Precisa-se de uma ama de leite: na rua Voluntários da Pátria n.17."		Rua Voluntários da Pátria	Centro		Procura			
1900	03 Abr. anno.X n.93 p.04	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00093	"Aluga-se .."	Ilegível	ILEGÍVEL	ILEGÍVEL	Oferta				
1900	10 Abr. anno.X n.100 p.04	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00100	"Aluga-se uma senhora branca para ama de leite e um pequeno de 12 annos, para caixeiro de venda ou botequim: trata-se na rua Pinto de Figueiredo n.11, andaray."		Rua Pinto Figueiredo	Andaraí	Oferta			Branca	

1900	13 Abr. anno.X n.103 p.04	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00103	"Aluga-se uma ama de leite de quatro mezes, trata-se na rua Senador Pompeu n. 35."		Rua Senador Pompeu	Centro	Oferta				
1900	13 Abr. anno.X n.103 p.04	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00103	"Aluga-se uma boa ama de leite crioula, leite de tres meses,moradora na rua dos Voluntários da Pátria n.77, Botafogo."		Rua Voluntários da Pátria	Botafogo	Oferta			Criola	
1900	06 Maio. anno.X n.126 p.08	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00126	"Precisa-se de uma ama de leite: na rua Escobarn.13, S. Christovão."		Rua Escobar	São Cristóvão		Procura			
1903	06 Jan. anno. XIII.n.00 006 p.04.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00006	"Aluga-se uma moça portuguesa, para ama de leite; trata-se na rua Frei Caneca n.18."		Rua Frei Caneca	Centro	Oferta			Portuguesa	
1903	09 Jan. anno. XIII.n.00 009 p.05.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00009	"Offerece-se uma ama de leite para casa de tratamento. Para tratar, na rua Sant'Anna n.130."		Rua Santana	Centro	Oferta				
1903	11 Jan. anno. XIII.n.00 011 p.05.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00011	"Aluga-se uma boa ama de leite, na rua Marquez de Abrantes n.86, Botafogo."		Rua Marquez de Abrantes	Botafogo	Oferta				
1903	12 Jan. anno. XIII.n.00 012 p.04.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00012	"Aluga-se uma ama de leite , copeira e arrumadeira, chegada da roça; na rua Luiz de Camões. N.58."		Rua Luiz de Camões	Centro	Oferta				

1903	12 Jan. anno. XIII.n.00 012 p.04.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00012	"Alugam-se boas cozinheiras, lavadeiras, amas de leite, engomadeiras, moças para amas seccas e arrumadeiras para casa de família, meninos etc. Pessoal escolhido e afiançado a casa é nova e séria, para quem quizer ser bem servido. n.15. - Não confundir este anuncio com outros semelhantes; é 56, 1 andar, Lavradio."		Rua do Lavradio	Centro	Oferta				
1903	14 Jan. anno. XIII.n.00 014 p.05.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00014	"Aluga-se uma moça da roça para ama de leite; na rua da Imperatriz n.93, sobrado."		Rua da Imperatriz	Centro	Oferta				
1903	14 Ago. anno. XIII.n.00 014 p.05.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00014	"Aluga-se uma ama de leite com leite de cinco mezes; trata-se na rua Frei Caneca n.18."		Rua Frei Caneca	Centro	Oferta				
1903	14 Jan. anno. XIII.n.00 014 p.05.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00014	"Precisa-se de uma ama de leite sadia, de côr preta e sem filho; na rua Itapirú n.131, Catumbi."		Rua Itapiru	Catumbi		Procura		Preta	
1903	15 Jan. anno. XIII.n.00 015 p.07.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00015	"Aluga-se uma excelente e sadia ama de leite para casa de familia de tratamento; na rua de S. Diogo n.80."		Rua S. Diogo	Praça Onze	Oferta				

1903	16 Jan. anno. XIII.n.00 016 p.04.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00016	"Aluga-se uma ama de leite de cor parda, tendo muito bom leite e novo; para vê-la na rua dos Arcos n.20."		Rua dos Arcos	Centro	Oferta			Parda	
1903	13 Abr. anno. XIII.n.00 0103 p.03	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 000103	"Precisa-se de uma ama de leite, para acompanhar uma família a Portugal; trata-se no Largo de Santa Rita n.20."		Largo de Santa Rita	Centro		Procura			
1903	13 Abr. anno. XIII.n.00 0103 p.05	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 000103	"Aluga-se uma ama de leite, nova com muito leite; quem precisar dirija-se à rua da Constituição n.28, quarto n. 11."	Mesmo anúncio dia anterior.	Rua da Constituição	Centro	Oferta				
1903	15 Abr. anno. XIII.n.00 0105 p.09.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 000105	"Precisa-se de uma ama de leite, com urgência; na rua Costa Lobo n.(::), S. Fracisco Xavier."		Rua Costa Lobo	São Francisco Xavier		Procura			
1903	16 Abr. anno. XIII.n.00 0106 p.04.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 000106	Aluga-se por 100\$ uma ama de leite estrangeira e carinhosa; na rua da Assembléia n.69.		Rua da Assembléia	Centro	Oferta		Estrangeira		
1903	16 Abr. anno. XIII.n.00 0106 p.03.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 000103	"Aluga-se uma ama de leite; na rua D. Laura de Araújo n.8 A."	Anúncio de 12 de mar.	Rua D. Laura de Araújo	Cidade Nova	Oferta				
1903	17 Abr. anno. XIII.n.00 0107 p.03.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 000107	"Aluga-se uma ama de leite para casa de tratamento; na rua da Ajuda n.65."		Rua da Ajuda	Centro	Oferta				

1903	17 Abr. anno. XIII.n.00 0107 p.05.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 000107	"Aluga-se uma ama de leite; na rua D. Laura de Araújo n.8 A."	Mesmo anúncio dia anterior.	Rua D. Laura de Araújo	Cidade Nova	Oferta				
1903	17 Abr. anno. XIII.n.00 0107 p.06.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 000107	"Ama de Leite Precisa-se de uma; na rua Visconde de Nitheroy n.6, Estação da Mangueira."		Rua Visconde de Niteroi	Estação da Mangueira		Procura			
1903	18 Abr. anno. XIII.n.00 0108 p.05.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 000108	"Aluga-se uma ama de leite; na rua D. Laura de Araújo n.8 A."	Mesmo anúncio dia anterior.	Rua D. Laura de Araújo	Cidade Nova	Oferta				
1903	18 Abr. anno. XIII.n.00 0108 p.06.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 000108	"Ama de Leite Precisa-se de uma; na rua Visconde de Nitheroy n.6, Estação da Mangueira."	Mesmo anúncio dia anterior.	Rua Visconde de Niterói	Estação da Mangueira		Procura			
1903	18 Abr. anno. XIII.n.00 0108 p.05.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 000108	"Aluga-se uma boa ama de leite, trata-se na rua Mesquisa Junior n.5, antiga Travessa da Saudade, Cidade Nova."		Rua Mesquita Júnior	Cidade Nova	Oferta				
1903	19 Abr. anno. XIII.n.00 0109 p.05.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 000109	"Aluga-se uma ama de leite; na rua D. Laura de Araújo n.8 A."	Mesmo anúncio dia anterior.	Rua D. Laura de Araújo	Cidade Nova	Oferta				

1903	19 Abr. anno. XIII.n.00 0109 p.05.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 000109	"Aluga-se uma ama de leite; trata-se na rua do Riachuelo n.118."		Rua do Riachuelo	Centro	Oferta				
1903	19 Abr. anno. XIII.n.00 0109 p.05.	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 000109	"Aluga-se uma ama de leite, portuguesa, para acabar uma criação; na rua do Rezende n.64."		Rua do Resende	Centro	Oferta		Portuguesa		
1903	27 Out. anno. XIII.n.00 0300 p.05	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 000300	"Precisa-se de uma ama de leite, até 100\$; na rua General Camara n.120."		Rua General Câmara	Centro		Procura			100\$
1903	28 Out. anno. XIII.n.00 0301 p.05	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 000301	"Precisa-se de uma ama de leite; na rua Sete de Setembro n.195."	Mesmo anúncio dia anterior.	Rua Sete de Setembro	Centro		Procura			
1903	28 Out. anno. XIII.n.00 0301 p.05	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 000301	"Precisa-se de uma boa ama de leite, que seja carinhosa; na rua da Conceição n.42."		Rua da Conceição	Centro		Procura			
1903	29 Out. anno. XIII.n.00 0302 p.06	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 000302	"Aluga-se uma ama de leite, estrangeira; quem precisar dirija-se à rua da Imperatriz n.42."		Rua da Imperatriz	Centro	Oferta		Estrangeira		
1903	31 Out. anno. XIII.n.00 0304 p.04	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 000304	"Aluga-se uma ama de leite de um mez, portuguesa; na rua Frei Caneca n. 103, casinha n.25."		Rua Frei Caneca	Centro	Oferta		Portuguesa		

1906	26 Jan. anno. XVI.n.00 026 p.06	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00026	"Aluga-se uma ama de leite, que seja de côr preta e muito sadia; na rua Senhor dos Passos n.37, sobrado das 12 às 4."		Rua Senhor dos Passos	Centro		Procura		Preta	
	26 Jan. anno. XVI.n.00 026 p.06	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00026	"Precisa-se de uma ama com leite de 3 a 7 mezes; à rua Evaristo da Veiga n.7 A."		Rua Evaristo da Veiga	Centro		Procura			
1906	28 Jan. anno. XVI.n.00 028 p.09	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00028	"Aluga-se por 100\$ uma ama de leite sem filho, com attestado medico;no Largo do Capim n.8, sobrado."		Largo do Capim	Centro	Oferta				100\$
1906	02 Fev. anno. XVI.n.00 033 p.05	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00033	"Aluga-se uma ama de leite, portugueza de 21 annos de idade,com leite de quatro mezes e com attestado medico. na rua S. Leopoldo n.38."	Mesmo anúncio dia anterior.	Rua S. Leopoldo	Centro	Oferta		Portuguesa		
1906	02 Fev. anno. XVI.n.00 033 p.05	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00033	Aluga-se por 100\$ uma ama de leite, sem filho, com attestado do medico; no largo do Capim n.8,sobrado.		Largo do Capim	Centro	Oferta				100\$
1906	02 Fev. anno. XVI.n.00 033 p.05	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00033	"Alugam-se amas de leite, cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, arrumadeiras, amas seccas, cozinheiros, copeiros e meninos, afiançados na rua Luiz de Camoes n.07, loja."	Anunciado diversas vezes.	Rua Luiz de Camões	Centro	Oferta				

1906	02 Fev. ano. XVI.n.00 033 p.05	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00033	"Aluga-se uma ama de leite de cinco mezes; na Ladeira do Livramento n.3."		Ladeira do Livramento	Centro	Oferta				
1906	04 Fev. ano. XVI.n.00 035 p.09	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00035	"Aluga-se uma ama de leite de cinco mezes; na Ladeira do Livramento n.3."	Mesmo anúncio dia anterior.	Ladeira do Livramento	Centro	Oferta				
1906	04 Fev. ano. XVI.n.00 035 p.09	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00035	Aluga-se por 100\$ uma ama de leite, sem filho, com atestado do medico; no largo do Capim n.8,sobrado.	Mesmo anúncio dia anterior.	Largo do Capim	Centro	Oferta				100\$
1906	04 Fev. ano. XVI.n.00 035 p.09	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00035	"Aluga-se uma ama de leite hespanhola, de seis mezes, na rua Santo Christo dos Milagres n.16, Avenida Cardoso n.16."		Rua Santo Cristo dos Milagres	Santo Cristo	Oferta		Espanhola		
1906	06 Fev. ano. XVI.n.00 037 p.05	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00037	"Aluga-se uma ama de leite de 15 dias, conducta afiançada; na rua Vieira n.8, estação Dr. Frontin."		Rua Vieira	Estação Dr. Frontin	Oferta				
1906	06 Fev. ano. XVI.n.00 037 p.05	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00037	"Aluga-se uma ama de leite com tres semanas, portuguesa; na rua Coronel Pedro Alves n.(::) Antiga Praia Formosa."		Rua Coronel Pedro Alves	Santo Cristo	Oferta		Portuguesa		
1906	06 Fev. ano. XVI.n.00 037 p.05	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00037	"Precisa-se de uma ama de leite de quatro a sete mezes, com bom leite; no Largo do Capim n.8, sobrado."		Largo do Capim	Centro		Procura			

1906	08 Fev. anno. XVI.n.00 039 p.05	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00039	"Aluga-se por 100\$ uma ama de leite, sem filho, com atestado do medico; no largo do Capim n.8,sobrado."	Anunciado diversas vezes.	Largo do Capim	Centro	Oferta				100\$
1906	08 Fev. anno. XVI.n.00 039 p.05	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00039	"Aluga-se uma ama de leite, carinhosa, com leite de sete mezes, portuguesa, com atestado medico; na rua Frei Caneca n.392."	Anunciado em 26 Jan. com 5 meses.	Rua Frei Caneca	Centro	Oferta				
1906	08 Fev. anno. XVI.n.00 039 p.05	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00039	"Aluga-se uma ama de leite de tres mezes, chegada há pouco da Europa para tratar na rua da America n.13, 1º andar."		Rua da América	Santo Cristo	Oferta		Estrangeira		
1906	08 Fev. anno. XVI.n.00 039 p.05	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00039	"Aluga-se uma boa ama de leite com tres semanas; na rua do S. Lourenço n.58."		Rua do S. Lourenço	Cidade Nova	Oferta				
1906	08 Fev. anno. XVI.n.00 039 p.05	PRC_SPR_00 009_030015 Edição 00039	"Precisa-se de uma boa ama de leite sadia e carinhosa até 100\$; na rua da Conceição n.42."		Rua da Conceição	Centro		Procura			100\$

Fonte: *Jornal do Brasil*, 1900,1903,1906.